



SENADO
FEDERAL

.....

INVENTÁRIO NACIONAL
DE BENS IMÓVEIS
SÍTIOS URBANOS TOMBADOS

MANUAL DE
PREENCHIMENTO

IPHAN

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 82

CIDADES HISTÓRICAS – INVENTÁRIO E PESQUISA

MANUAL



.....

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS
SÍTIOS URBANOS TOMBADOS – INBI-SU
MANUAL DE PREENCHIMENTO



Mesa Diretora
Biênio 2007/2008

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Papaléo Paes
Senador João Vicente Claudino

Senador Antônio Carlos Valadares
Senador Flexa Ribeiro

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 82

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS
SÍTIOS URBANOS TOMBADOS – INBI-SU
MANUAL DE PREENCHIMENTO



Brasília – 2007

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 82

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do País.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2006
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)
Todos os direitos reservados

.....
Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de preenchimento, versão: 2001.
Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, .

304 p. : il. color., mapas, tab. ; formulários e modelo gráfico; 30 cm

1. Sítios Históricos - Brasil. 2. Inventários - Manuais 3. Bens Tombados - Brasil. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Identificação e Documentação.

CDD - 363.690981
CDU - 351(035)(083.82)

Todos os direitos são reservados ao IPHAN, não sendo permitida a reprodução parcial ou total, sem prévia autorização.

.....

MANUAL DE PREENCHIMENTO DO
INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA

Gilberto Gil Passos Moreira

PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Luiz Fernando de Almeida

CHEFE DE GABINETE

Aloysio Antônio Castelo Guapindaia

PROCURADOR – CHEFE

Teresa Beatriz da Rosa Miguel

COORDENADORA – GERAL DE PESQUISA,
DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA

Lia Motta

COORDENADORA – GERAL DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Thays Pessoto de Mendonça Zugliani

DIRETORA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Márcia Genésia de Sant'Anna

DIRETOR DO PATRIMÔNIO MATERIAL

Dalmo Vieira Filho

DIRETOR DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

José do Nascimento Junior

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Maria Emília Nascimento Santos

ORGANIZAÇÃO

Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva

VERBETES SOBRE OS SÍTIOS URBANOS TOMBADOS

Claudia Queilas Paixão

PRODUÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO

Laura Bahia Ramos Moure

Bettina Zellner Grieco

Flavia Fonseca Gonçalves (estagiária)

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha

Flavio Santos de Paula

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL

Dupla Design

ADAPTAÇÃO DO PROJETO GRÁFICO ORIGINAL

Ventura Design

FOTOS

Fontes: *Arquivo Central* – Seção Rio de Janeiro, Arquivos Regionais do IPHAN e Biblioteca *Noronha Santos*

PROJETO INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS EM SÍTIOS URBANOS - INBI-SU ¹

CONCEPÇÃO DO PROJETO

Beatriz Adams Landau

Lia Motta

Marcia Regina Romeiro Chuva

Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva

Maria de Fátima Oliveira Pinheiro

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO (Monumenta – Fortalecimento Institucional)

Laura Bahia Ramos Moure - arquiteta

Maria Luiza Villela - documentalista

Luis Cristiano Andrade - historiador

Adão Paulino da Silva – analista de sistemas

AGRADECIMENTOS

Célia Corsino – responsável pela institucionalização do INBI-SU no IPHAN, como Diretora do DID.

Márcia Sant'Anna e Catarina Eleonora Ferreira da Silva – colaboradoras para a implantação do INBI-SU em nível nacional, como técnicas do DID.

¹ Inventários realizados no período de 2000 a 2003 pelo antigo Departamento de Identificação e Documentação – DID/IPHAN, com apoio do programa Monumenta e da Unesco, no âmbito do projeto de Fortalecimento Institucional do IPHAN.

.....

*N*o ano em que Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) festeja 70 anos do trabalho de preservação do patrimônio cultural e o Conselho Editorial do Senado Federal completa 10 anos de atividades, lançamos esta coleção *Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa*.

A coleção apresenta parte da pesquisa sistemática realizada pelo IPHAN através do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU). Criado na década de 80 o INBI/SU foi elaborado para apoiar as ações de conservação, restauração, promoção e gestão do patrimônio urbano tombado.

Os três primeiros volumes apresentam o INBI/SU – Manual de Preenchimento, Tiradentes e São Luís. Nos próximos volumes a coleção divulga os inventários de Parati, Praça XV (Rio de Janeiro), Belém, Ouro Preto, Mariana e Petrópolis.

Com Cidades Históricas – Inventário e Pesquisa o Conselho Editorial do Senado e o IPHAN divulgam uma parcela do trabalho necessário à preservação do patrimônio cultural e informações sobre oito cidades. Além disso, estimulam novas pesquisas, estudos e ações de preservação do patrimônio urbano brasileiro, que hoje conta 65 sítios urbanos tombados pelo Iphan.

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

pág. 15

OBJETIVOS

Relação dos sítios urbanos tombados pelo IPHAN

pág. 17

PATRIMÔNIO URBANO

A construção de um conceito

pág. 145

A documentação acumulada no IPHAN

pág. 146

REFERÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE O
ESTUDO DAS CIDADES BRASILEIRAS

pág. 149

METODOLOGIA

pág. 157

PESQUISA HISTÓRICA

pág. 159

Formulário I e roteiro

pág. 165

Formulário A e roteiro

pág. 171

Formulário B e roteiro

pág. 177

Lista básica de descritores da pesquisa histórica

pág. 183

Instituições de pesquisa de âmbito nacional no Rio de Janeiro

pág. 191

LEVANTAMENTOS DE CAMPO

pág. 193

Procedimentos para a elaboração dos croquis

pág. 196

Procedimentos para a digitalização dos croquis

pág. 198

Nomenclatura do uso atual dos cômodos

pág. 202

Procedimento para o levantamento fotográfico

pág. 207

Formulário 1 e roteiro

pág. 209

Formulário 2 e roteiro

pág. 217

Formulário 3 e roteiro

pág. 229

Formulário 4 e roteiro

pág. 239

Formulário 5 e roteiro

pág. 251

Levantamento de campo para a confecção de
maquete eletrônica

pág. 261

CONSOLIDAÇÃO DOS DADOS DO SÍTIO URBANO

pág. 263

Formulário Geral do Sítio Urbano e Roteiro

pág. 265

MAPEAMENTOS, TABULAÇÕES E ANÁLISES

pág. 282

.....

Apresentação

Introdução

*E*ste Manual apresenta um método de inventário dedicado aos sítios urbanos tombados, visando o levantamento e a organização de um conjunto de informações que os caracterizam como bem cultural. O método pode ser aplicado, integral ou parcialmente, para os diferentes sítios, tendo em vista que as propostas para execução do inventário devem levar em consideração as dimensões territoriais dos sítios, a documentação disponível a seu respeito e os problemas enfrentados na sua preservação.

A formulação desse método é resultado de um trabalho desenvolvido no IPHAN, tendo à frente a equipe do DID. Seu desenvolvimento contou com a participação das coordenações regionais de Minas Gerais, do Maranhão, da Bahia e de Santa Catarina, em diversas etapas, tais como: sua concepção, definição de níveis de informação, sua implantação em diversos sítios, organização de procedimentos de campo, revisão dos formulários e formulação do banco de dados. Na sua fase inicial, os trabalhos também contaram com a colaboração de técnicos do IBGE, para a organização do método de coleta dos dados socioeconômicos e definição de aspectos estatísticos e, ainda, com a consultoria da Secretaria de Informática do MinC, no equacionamento de perspectivas para a informatização do inventário.

Em 1989, na cidade de Ouro Preto, foi promovido o seminário Inventário de Centros Históricos: Avaliação e Perspectivas de Utilização dos Dados, que possibilitou novas contribuições ao trabalho, tanto das unidades regionais do IPHAN quanto de consultores nacionais e internacionais, tendo sido definida, na ocasião, a necessidade de se concluir o levantamento e análise dos dados sobre um sítio histórico, para a avaliação e revisão

precisa do método, com base na experiência adquirida. O sítio histórico de Tiradentes foi eleito como projeto-piloto, ao mesmo tempo em que os levantamentos tiveram andamento em diversos sítios históricos.²

Em 1994, foi concluída a análise dos dados de Tiradentes, cujos resultados possibilitaram a proposta de delimitação da área do tombamento e o estabelecimento de critérios e normas para sua preservação.³ Essa experiência serviu para a crítica global do inventário, avaliado como documentação válida para o conhecimento do sítio e testado quanto a sua utilização para orientar as ações de preservação, que resultou na revisão dos formulários e dos procedimentos propostos no método, da qual participaram diversas regionais e os departamentos do IPHAN, numa reunião técnica realizada em Tiradentes, em meados daquele mesmo ano.

Em 1997, em função do desenvolvimento do banco de dados do inventário e de novas experiências de levantamento de campo, alguns formulários sofreram pequenas modificações, sendo mais significativa a criação do Formulário Geral do Sítio Urbano, que sintetiza os dados do sítio como um todo, aqueles levantados pela pesquisa histórica e pela análise da configuração urbana atual com base nos levantamentos de campo.

A partir do ano 2000, foram aperfeiçoados os formulários bem como reformulado o sistema informatizado com vistas à sua atualização tecnológica, possibi-

tando a agilização dos inventários contratados com recursos do Programa Monumenta.

Com a implantação do banco de dados no decorrer dos últimos três anos, que agiliza não só o registro e o acesso às informações, mas fornece recursos para a construção de análises, cruzamento de dados e recuperação rápida das informações individualizadas, surgiram novos desafios como o gerenciamento dessas informações em nível nacional, sua integração com outros bancos de dados afins desenvolvidos no IPHAN, e a elaboração de formato adequado para divulgação do inventário na Internet, hoje ainda provisório.

Esta versão do Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos Tombados INBI-SU incorpora todos os aperfeiçoamentos do método, seja em função da informatização dos dados e da consolidação de determinados procedimentos como a inserção no banco de desenhos digitalizados, o uso de máquina digital, a confecção de maquetes eletrônicas, seja em função da sistematização da pesquisa histórica e de sua consolidação no preenchimento do Formulário Geral do Sítio Urbano.

Assim, o estabelecimento deste método considera o seu permanente aperfeiçoamento, hoje expresso na sua versão 2001, através da qual pretende-se colaborar para a produção de documentação consistente que possa apoiar e integrar os diferentes trabalhos de proteção, promoção e registro dos sítios urbanos tombados.

2 São eles: São Luís - MA, Salvador - BA, Ouro Preto, São João d'el-Rei, Tiradentes, Serro, Congonhas - MG, Laguna e São Francisco do Sul - SC.

3 Essa proposta foi consolidada na edição denominada: Projeto Piloto - Sítio Histórico de Tiradentes / Fundamentos e Proposta de Critérios e Normas de Intervenção – 1994.

.....

Objetivos

Os inventários têm como função, por um lado, constituir-se em uma ação de preservação do patrimônio, na medida em que conservam em outros suportes as informações contidas nos bens culturais, permitindo o acesso e a produção de conhecimento sobre os mesmos, independentemente dos seus suportes originais, por outro lado, especialmente no caso dos sítios urbanos, apoiar os trabalhos de planejamento e atualização das intervenções, contribuindo diretamente para o estabelecimento de critérios e parâmetros de preservação.

Diante desses objetivos, o Inventário Nacional de Bens Imóveis / Sítios Urbanos Tombados pretende reunir e sistematizar as informações sobre esses bens, coletadas a partir dos levantamentos de campo, dos levantamentos de fontes documentais, e sobre a história de atuação do IPHAN, constituindo-se em um instrumento para a ação institucional.

A utilização da categoria sítio urbano – aqui definido como resultado do processo histórico de apropriação do território, que define a consolidação de um espaço, integrando fenômenos que o relacionam a um contexto geográfico mais amplo - procura abranger a maioria dos tombamentos de áreas urbanas do IPHAN. Incluem-se nessa categoria não só as cidades e centros históricos, mas também trechos de cidades como conjuntos arquitetônicos, ruas e praças, valorizados a partir de sua inserção no contexto urbano maior, independentemente das suas dimensões ou do modo como estão descritas na denominação de tombamento.

Assim, foram selecionados, como objeto de interesse desse inventário os 65 sítios urbanos tombados pelo IPHAN, ao longo dos 60 anos de sua existência, conforme lista a seguir.

RELAÇÃO DOS SÍTIOS URBANOS TOMBADOS PELO IPHAN ⁴

REGIÃO NORTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME ⁵	LIVRO DE TOMBO ⁶	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES ⁷
Pará	Belém	Praça Frei Caetano Brandão – conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	LAEP	1964	30
		Ver-o-Peso – conjunto arquitetônico e paisagístico ⁸	LBA LAEP LH	1977 1977 1977	50
Tocantins	Natividade	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de NATIVIDADE.	LBA LAEP LH	1987 1987 1987	250

REGIÃO NORDESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DE TOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Alagoas	Penedo	Conjunto histórico e paisagístico de PENEDO	LAEP LH	1996 1996	800
	Piranhas e Entremontes	Sítio Histórico e Paisagístico de PIRANHAS e ENTREMONTES	Em homologação		
Bahia	Andaraí	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de IGATU	LH LBA LAEP	2000 2000 2000	200
	Cachoeira	Conjunto arquitetônico e paisagístico de CACHOEIRA	LAEP	1971	670
	Itaparica	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de ITAPARICA	LBA LAEP LH	1980 1980 1980	100
	Lençóis	Conjunto arquitetônico e paisagístico de LENÇÓIS	LAEP	1973	570

⁴ Optou-se pela utilização do termo sítio urbano, procurando abranger a maioria dos tombamentos de áreas urbanas do IPHAN, incluindo não só as cidades e centros históricos, mas também os conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, valorizados a partir de sua inserção no contexto urbano maior.

⁵ Conforme adotado no livro *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

⁶ LBA - *Livro de Belas Artes*; LAEP - *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*; LH – *Livro Histórico*.

⁷ Trata-se de uma estimativa, considerando as edificações correspondentes ao período morfológico que norteou o tombamento.

⁸ Além das duas áreas tombadas pelo IPHAN, o centro histórico de Belém abrange aproximadamente mais 1.000 imóveis, em área tombada pelo Município, contornando o entorno dos bens protegidos pelo IPHAN.

REGIÃO NORDESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DE TOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Bahia	Monte Santo	Conjunto arquitetônico e paisagístico de MONTE SANTO	LAEP	1983	25
	Mucugê	Conjunto arquitetônico e paisagístico de MUCUGÊ	LAEP	1980	330
	Porto Seguro	Conjunto arquitetônico e paisagístico de PORTO SEGURO ⁹	LAEP LH	1974 1974 2000	800
	Rio de Contas	Conjunto arquitetônico de RIO DE CONTAS	LAEP	1980	290
Bahia	Salvador	Conjunto arquitetônico e paisagístico ... (9 trechos da cidade)	LAEP	1959	450 ¹⁰
		Centro histórico de SALVADOR ¹¹ (Patrimônio Mundial pela UNESCO -1985)	LAEP	1984	2.000
	Santa Cruz Cabralia	Conjunto paisagístico de SANTA CRUZ CABRÁLIA	LAEP	1981	100
Ceará	Aracati	Conjunto arquitetônico e urbanístico de ARACATI	LH LAEP	2000	250
	Icó	Conjunto arquitetônico e urbanístico de ICÓ	LH LAEP	1998 1998	320
	Sobral	Conjunto arquitetônico e urbanístico de SOBRAL	LH LAEP	2000 2000	1.200
	Viçosa	Conjunto arquitetônico e urbanístico de VIÇOSA DO CEARÁ	Homologado	2004	
Maranhão	Alcântara	Conjunto arquitetônico e urbanístico de ALCÂNTARA	LH LBA LAEP	1948 1974 1974	400
			Praça Gonçalves Dias – conjunto arquitetônico e paisagístico	LBA	1955
	São Luís	Conjunto arquitetônico e paisagístico de SÃO LUÍS ¹² (Patrimônio Mundial pela UNESCO 1997)	LAEP LBA	1974 1974	1000

9 Inclui os seguintes conjuntos: Cidades Alta e Baixa de Porto Seguro, Trancoso, Arraial d'Ajuda, Caraíva e Vale Verde, assim como o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro, inscrito no LH e no LAEP em 1968.

10 Foram contabilizadas somente as edificações não coincidentes com o centro histórico de Salvador.

11 Inclui o conjunto arquitetônico da Rua Carneiro de Campos Sodré e Travessa Aquino Gaspar, inscrito no LAEP em 1964, assim como um dos 9 trechos do Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico ...

12 Inclui os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do Largo do Desterro, da Praça João Lisboa e da Praça Benedito Leite, inscritos no LBA em 1955.

REGIÃO NORDESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DE TOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Paraíba	Areia	Conjunto histórico e urbanístico de AREIA	Homologado	2006	420
Pernambuco	Igarauçu	Conjunto arquitetônico e paisagístico de IGARAÇU	LAEP	1972	250
	Olinda	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de OLINDA (Patrimônio Mundial pela UNESCO - 1982)	LBA LAEP LH	1968 1968 e 79 1968	600
	Recife	Conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro	LAB LH	1938 e 68 1968	45
		Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Bairro do Recife	LBA LAEP	1998 1998	300
Sergipe	Laranjeiras	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de LARANJEIRAS	LBA LAEP LH	1996 1996 1996	500
	São Cristóvão	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de SÃO CRISTÓVÃO	LAEP	1967	350

REGIÃO SUDESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DE TOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Minas Gerais	Belo Horizonte	Conjunto arquitetônico e paisagístico da PAMPULHA	LBA LAEP LH	1997 1997 1997	6
	Cataguases	Centro histórico de CATAGUASES	Em homologação		16
	Congonhas	Conjunto arquitetônico e urbanístico de CONGONHAS	LAEP	1941	50
	Diamantina	Conjunto arquitetônico e urbanístico de DIAMANTINA	LBA	1938	1.200
	Itaverava	Sobrado do Padre Taborda e casario fronteiro	LBA	1993	20
	Mariana	Conjunto arquitetônico e urbanístico de MARIANA	LBA	1938	500

REGIÃO SUDESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DE TOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES	
	Nova Era	Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Matriz	LBA LAEP	1973 1973	20	
	Ouro Preto	Conjunto arquitetônico e urbanístico de OURO PRETO (Patrimônio Mundial pela UNESCO -1980)	LBA LAEP LH	1938 1986 1986	1.100	
	Sabará	Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua D. Pedro II	LAEP LH	1965 1965	80	
	São João d'el-Rei	Conjunto arquitetônico e urbanístico SÃO JOÃO d'EL-REI	LBA	1938	700	
	Serro	Conjunto arquitetônico e urbanístico do SERRO	LBA	1938	300	
	Tiradentes	Conjunto arquitetônico e urbanístico de TIRADENTES	LBA	1938	150	
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Conjunto arquitetônico e paisagístico de MAMBUCABA	LAEP	1969	50	
	Cabo Frio	Conjunto paisagístico de CABO FRIO	LAEP	1967	100	
	Nova Friburgo	Praça Getúlio Vargas – conjunto arquitetônico e paisagístico	LAEP	1972	30	
	Parati	Conjunto arquitetônico e paisagístico de PARATI	LBA LAEP	1958 1958	400	
	Petrópolis	Conjunto urbano-paisagístico de PETRÓPOLIS	LAEP	1964 1980 e 82	500	
	Rio de Janeiro		Jardim e Morro do Valongo – conjunto arquitetônico e paisagístico.	LBA LH	1938 1938	15
			Rua do Catete – conjunto arquitetônico	LBA LH	1938 1938 e 62	50
			Área central da Praça 15 de Novembro e imediações ¹³	LH LBA LAEP	1990 1990 1990	150
Vassouras	Conjunto urbano-paisagístico de VASSOURAS	LAEP	1958	100		
São Paulo	Carapicuíba	Conjunto arquitetônico e urbanístico de CARAPICUÍBA	LAEP	1940	20	

13 Inclui o Arco do Teles, inscrito no LBA e no LH em 1938.

REGIÃO SUL

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DETOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Paraná	Lapa	Conjunto arquitetônico e paisagístico de LAPA	LH LBA LAEP	1998 1998 1998	140
Rio Grande do Sul	Antônio Prado	Conjunto arquitetônico e urbanístico de ANTÔNIO PRADO	LH	1990	50
	Porto Alegre	Conjunto urbano das Praças da Matriz e da Alfândega	LH	2003	255
Santa Catarina	Laguna	Centro histórico de LAGUNA	LAEP LH	1985 1985	600
	São Francisco do Sul	Centro histórico e paisagístico de SÃO FRANCISCO DO SUL	LAEP LH	1987 1987	400

REGIÃO CENTRO-OESTE

ESTADO	MUNICÍPIO	NOME	LIVRO DETOMBO	ANO	Nº APROXIMADO DE EDIFICAÇÕES
Distrito Federal	Brasília ¹⁴	Conjunto urbanístico de BRASÍLIA. (Patrimônio Mundial pela UNESCO -1987)	LH	1990	
Goiás	Corumbá de Goiás	Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de CORUMBÁ DE GOIÁS	Homologado	2004	50
	Goiânia	Acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de GOIÂNIA	Homologado	2003	
	Goiás	Conjunto arquitetônico e urbanístico de GOIÁS ¹⁵	LBA LAEP LH	1978 1978 1978	450
	Pilar de Goiás	Conjunto arquitetônico e paisagístico de PILAR DE GOIÁS	LBA LH	1954 1954	130
	Pirenópolis	Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de PIRENÓPOLIS.	LH	1990	400
Mato Grosso	Cuiabá	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de CUIABÁ.	LBA LAEP LH	1993 1993 1993	600
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico do PORTO DO CORUMBÁ	LAEP LH LBA	1993 1993 1993	80
TOTAL	59 MUNICÍPIOS	65 SÍTIOS			21.042 EDIFICAÇÕES

14 Não foi feita a contagem do número aproximado de edificações por não se enquadrar no método proposto.

15 Inclui os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do Largo do Chafariz e da Rua da Fundação, inscritos no LBA em 1951 e ratificados no LAEP em 1978.

SÍTIOS URBANOS TOMBADOS

REGIÃO NORTE

PARÁ
TOCANTINS

.....
Belém (Pará)

Praça Frei Caetano Brandão
conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico
Ver-o-peso – conjunto
arquitetônico e paisagístico

As primeiras ações do IPHAN para preservar o patrimônio existente em Belém começaram na década de 1940, através de uma série de tombamentos individuais, primeiramente de igrejas e depois de residências mais antigas da cidade, todos realizados com base na importância histórica e nas características arquitetônicas dessas construções. O interesse era preservar construções que remetessem ao período colonial.

No início da década de 1960 a instituição iniciou alguns processos de tombamento de construções que sofriam o risco de desabar ou serem demolidas, como é caso do processo de tombamento individual do Forte do Castelo.

Em 1964, ocorreu a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do primeiro sítio urbano Belém, intitulado “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão” e sua área de entorno, englobando alguns tombamentos individuais anteriormente efetivados como o da igreja Nossa Senhora da Graça (Catedral); o da igreja de Santo Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas (Palácio Arquiepiscopal); e o Forte do Castelo. O tombamento foi justificado pela importância histórica do local, identificado como a primeira área de ocupação da cidade, fundada pelos portugueses em 1612, às margens da baía Guarajá onde se constituiu o núcleo militar para assegurar a posse e a defesa da região em nome da coroa ibérica.

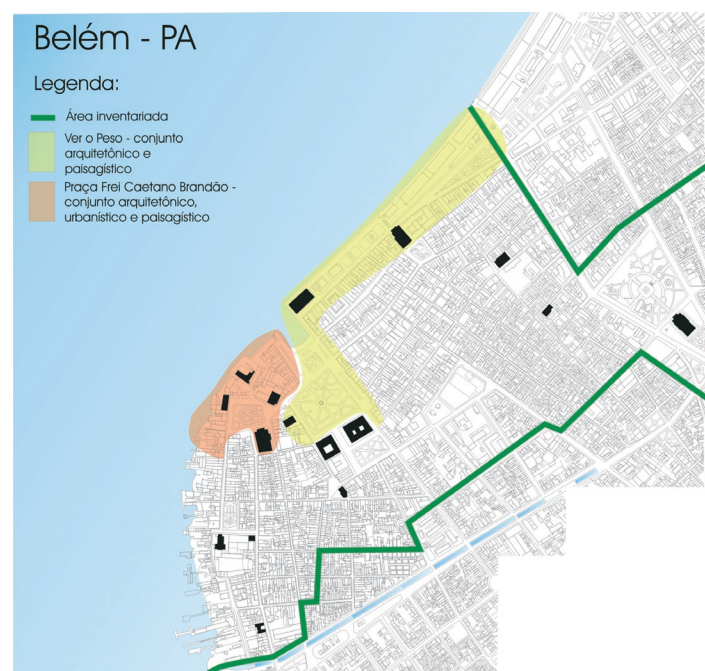
Em 1969 o “Conjunto arquitetônico e paisagístico “Ver-o-Peso e áreas adjacentes”, incluindo a praça Pedro II, o Boulevard Castilhos França, o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe, formam inscritos nos Livros do Tombo Histórico, no de Belas-Artes e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com a justificativa de constituírem a área de prolongamento da cidade, também a beira da baía Guajará, onde se desenvolviam atividades ligadas ao comércio portuário, com mercado e feiras. Essa área representava a nova função que a cidade desenvolveu a partir do início do século

XVIII diante da grande proporção que o comércio assumiu na economia da região. O tombamento expressou a preocupação em preservar conjuntos que apontassem o processo histórico de formação urbana. A área do igarapé que dividia a cidade em dois bairros específicos - a Cidade Velha e Campina - e que fora aterrada na reforma realizada no início do século XIX está incluída neste tombamento. Dessa maneira, para o IPHAN, esses dois sítios contíguos, embora tombados separadamente, se completam, formando o sítio urbano de Belém.

Em 1989 a Câmara Municipal iniciou o processo de tombamento do centro histórico como um todo, abrangendo os bairros de Campina e Cidade Velha. O tombamento se efetivou em 1990 e o Centro Histórico de Belém passou a ter também tombamento municipal, considerando um perímetro urbano que abrange tanto a ocupação inicial do século XVII, bem como expansão urbana ocorridas no século XVIII e início do XIX. Os tombamentos municipal e federal se sobrepõem: os conjuntos da Praça Frei Caetano e do Ver-o-Peso integram o Centro Histórico de Belém, e as duas instâncias atuam em conjunto nas medidas de salvaguardar e preservar este sítio. Estima-se que as duas áreas tombadas pelo IPHAN contêm cerca de 80 imóveis e a área tombada pelo município contenha 1366 imóveis.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão
Processo de tombamento: 739-T-64
Data da inscrição: 28 de julho de 1964 (LAEP)

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico “Ver-o-Peso” e áreas adjacentes.
Processo de tombamento: 812-T-69
Data da inscrição: 9 de novembro de 1977 (LAEP, LH e LBA)



Mapa de Belém. INBI-SU, 2006.



Vista aérea de Belém. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



RAZEIRA, Philipe Sidartha. Principal acesso para a Praça Frei Caetano Brandão,



A Doca do Ver-o-Peso, Belém (PA), 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Natividade (Tocantins)***Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade**

O Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes em 1987, a partir da solicitação da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás ao IPHAN, para que se desenvolvessem os estudos necessários ao tombamento da cidade. O pedido recebeu o total apoio da Instituição, uma vez que esta já vinha desenvolvendo estudos de identificação de elementos de valor arquitetônico, histórico e paisagístico do norte goiano. O perímetro de tombamento levou em consideração a relação do núcleo urbano de formação da cidade originado em meados do século XVIII, em função da busca de ouro e conseqüente ocupação da região Centro-Oeste do país, com a paisagem natural circundante, destacando-se a expressividade da paisagem cultural sobre a relação do homem com a natureza. A área sob proteção do IPHAN conta com cerca de 250 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e

Urbanístico da Cidade de Natividade

Processo de tombamento: 1117-T-84

Data das inscrições: 16 de outubro de 1987 (LAEP, LH e LBA)



*Planta de Natividade com demarcação da área tombada.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro*



Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade. Rua Direita, 1983. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

REGIÃO NORDESTE

ALAGOAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARAÍBA

PERNAMBUCO

SERGIPE

.....

Penedo (Alagoas)

Conjunto histórico e paisagístico do Penedo

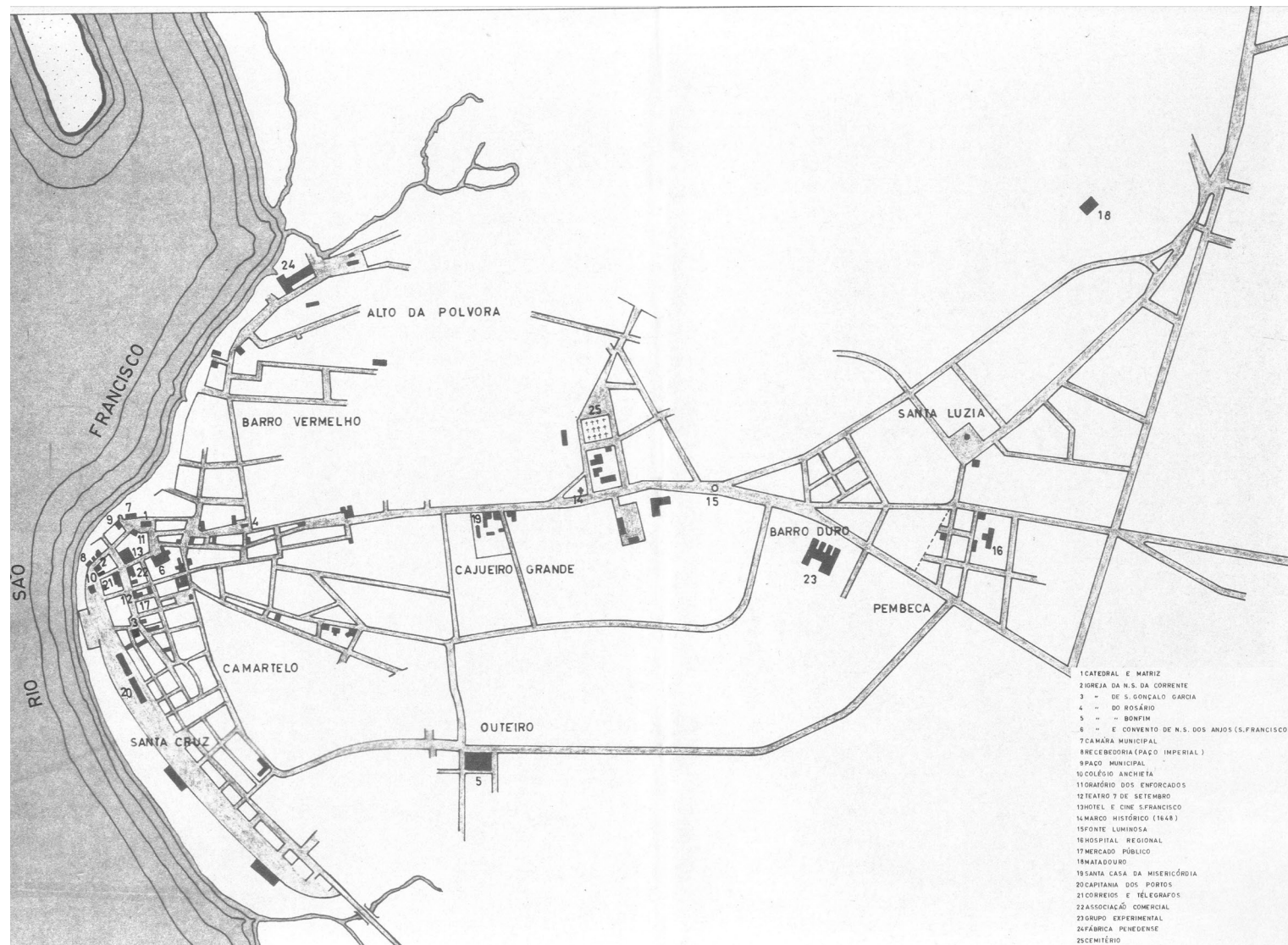
A atuação do IPHAN no Penedo se inicia com o tombamento do Convento e igreja Santa Maria dos Anjos em 1941, inscrita nos Livros do Tombo Histórico e no de Belas-Artes, e da igreja de Nossa Senhora da Corrente em 1964, inscrita no Livro do Tombo Histórico, ambas representantes da arquitetura religiosa e colonial.

O Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade do Penedo foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 1996, a partir das solicitações de tombamento feitas pelo Estado e por representantes da sociedade civil. As solicitações foram apoiadas pelo IPHAN, que desenvolveu os estudos necessários para a inscrição do conjunto. Segundo esses estudos, Penedo apresenta valores próprios de um centro urbano que desempenhou um papel vigoroso como pólo irradiador do povoamento do Nordeste brasileiro. O tombamento do conjunto visou proteger a realidade físico-territorial da cidade, compreendendo o seu meio ambiente urbano, natural e construído, representativo de vários períodos históricos, desde a fundação do arraial no século XVI até a atualidade. Além da justificativa histórica e paisagística, os estudos definiram as áreas de tombamento e de entorno, apresentando análises morfológica e histórica. O perímetro de tombamento contém cerca de 800 imóveis.

Título do bem: Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade de Penedo

Processo de tombamento: 1201-T-86

Data da inscrição: 30 de outubro de 1996 (LH e LAEP)



Mapa da cidade do Penedo. Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro.



Vista do Penedo com o rio São Francisco ao fundo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



SORGINE, Juliana. Vista do Penedo (Alagoas). COPEDOC – RJ, 2006.

*Piranhas e Entremontes (Alagoas)***Sítio histórico e paisagístico de Piranhas e Entremontes**

O Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas foi tombado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2003, aguardando sua inscrição no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico. A medida foi tomada a partir da solicitação e dos estudos encaminhados pelo Departamento de Meio Ambiente da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco – CHESF, em parceria com a Prefeitura e com a Superintendência Regional do IPHAN em Alagoas. Estão incluídos na área de tombamento o núcleo histórico da cidade de Piranhas, a cidade de Entremontes e o trecho de 13km do rio São Francisco que liga as duas cidades. O tombamento do conjunto foi justificado pelos seus valores históricos, arquitetônicos e culturais, por ser a região representante da ocupação e conquista do estado desde o início do século XVIII e da integração social e comercial do Nordeste brasileiro. Um elemento que teve destaque no tombamento foi a preservação da paisagem do rio São Francisco, importante meio de comunicação e integração entre os núcleos urbanos nordestinos. O perímetro de tombamento conta com cerca de 1.000 imóveis.

Título do bem: Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas

Processo de tombamento: 1508-T-03

Data da inscrição: 10 de setembro de 2004 (Homologação)



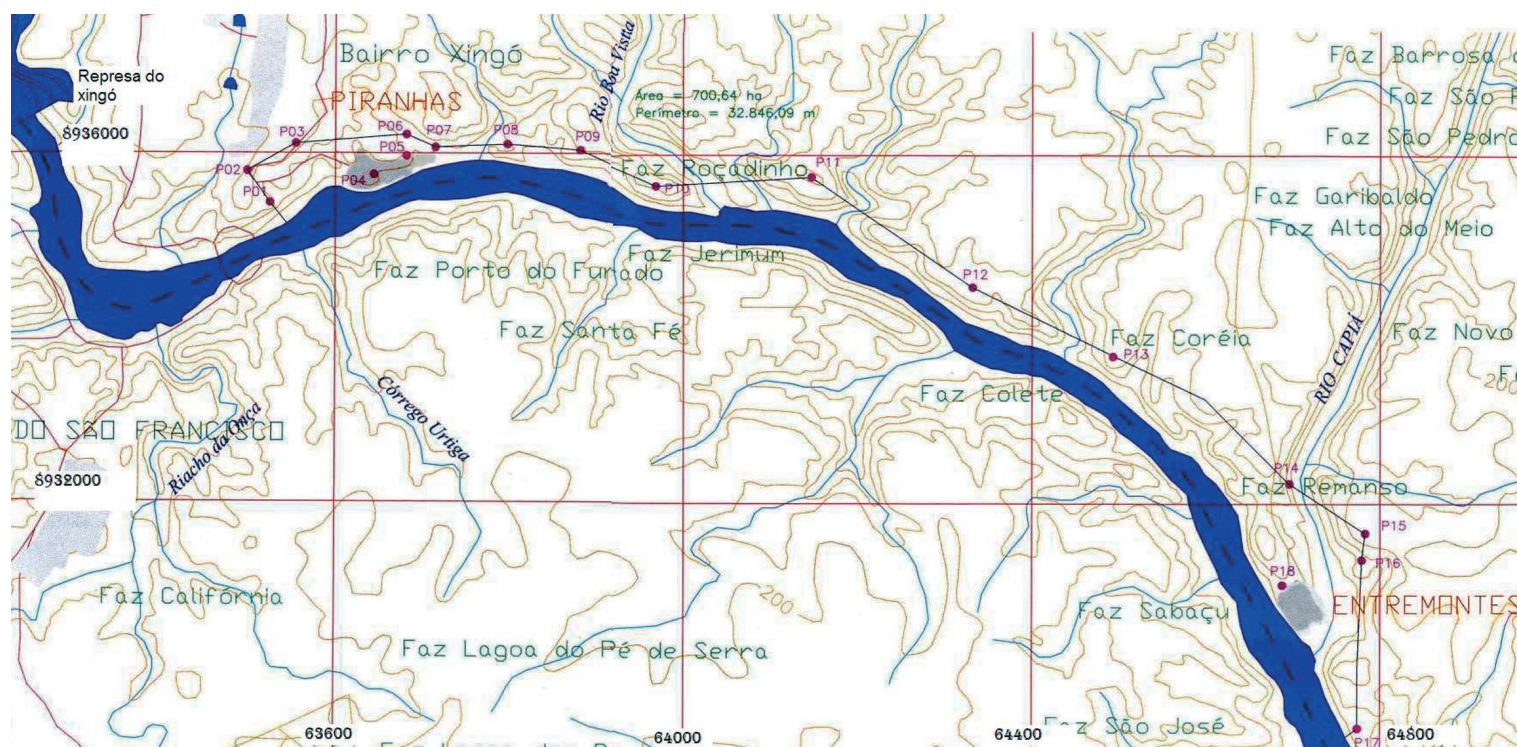
AGUILLERA, José. Casario da cidade de Piranhas. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



AGUILLERA, José. Casario da cidade de Entremontes. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



AGUILLERA, José. Vista da cidade de Piranhas com o rio São Francisco ao fundo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), IPHAN. Mapa de Piranhas e Entremontes. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Andaraí (Bahia)***Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Igatu**

O conjunto arquitetônico do distrito de Igatu no município de Andaraí foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no de Belas-Artes e no Histórico em 2000, a partir da solicitação dos moradores, que através de abaixo-assinado enviado ao IPHAN, mostraram-se preocupados com a preservação de seu patrimônio e interessados em desenvolver o turismo na região, a fim de dinamizar sua economia.

O tombamento de Igatu recebeu total apoio do IPHAN tendo em vista o ótimo estado de preservação do núcleo original de fundação, datado de meados do século XIX, e formado em função da extração de diamante na região. Além da arquitetura oitocentista do seu traçado e de bens com valor individual, o tombamento destacou ainda as ruínas históricas existentes ao redor do núcleo urbano - construídas pelos garimpeiros que trabalhavam na localidade - bem como a cultura e os costumes ali existentes, fazendo de Igatu “um museu vivo da história da mineração de diamante no Brasil”. O perímetro tombado conta com cerca de 200 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico urbanístico e paisagístico na cidade de Igatu, inclusive as ruínas de pedras, distrito de Igatu, município de Andaraí.

Processo de tombamento: 1411-T-98

Data das inscrições: 20 de junho de 2000 (LAEP, LH e LBA)



Ruínas na Rua do Cumbuco, Igatu. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Ruínas na Rua Luís dos Santos, Igatu. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Cachoeira (Bahia)

Conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira

Desde 1938, o IPHAN, através de uma série de tombamentos individuais, em especial de igrejas e residências coloniais, esteve presente na cidade de Cachoeira.

Em janeiro de 1971, através do Decreto número 68.045, o governo federal, com o respaldo do IPHAN, erigiu a cidade em Monumento Nacional, durante as comemorações do tricentenário de sua fundação e diante da necessidade urgente de se assegurar proteção ao acervo arquitetônico e natural existente em Cachoeira. O texto do decreto ainda solicitou, além da delimitação da área de tombamento, um plano a ser elaborado pelo IPHAN, juntamente com a Prefeitura, para incrementar o turismo em benefício da cidade a fim de arrecadar recursos financeiros em favor da preservação de seu patrimônio. Em setembro de 1971 o Conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e os estudos necessários para a elaboração do plano foram iniciados. A área tombada possui cerca de 670 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico de Cachoeira

Processo de tombamento: 843-T-71

Data da inscrição:



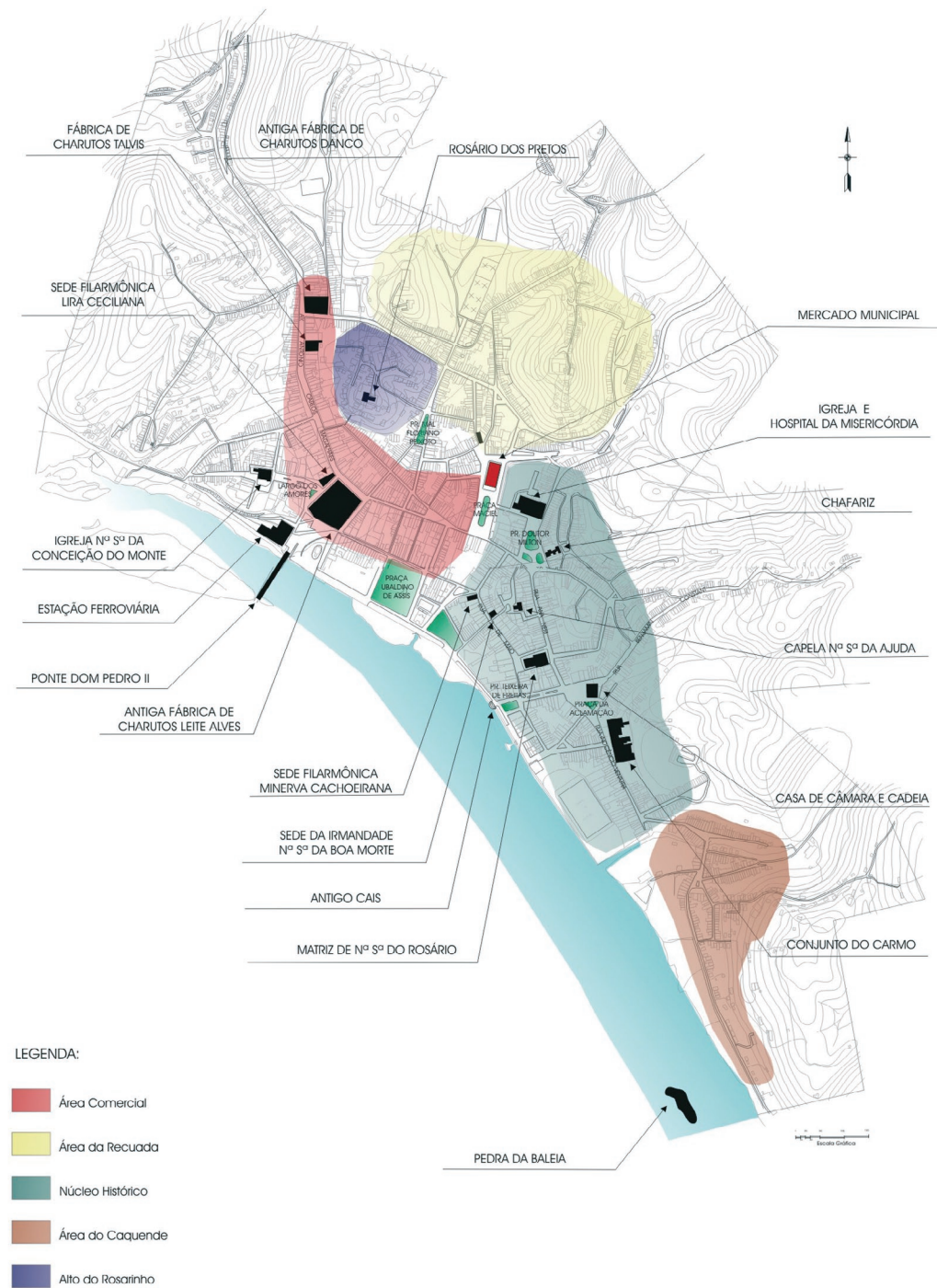
Vista da cidade de Cachoeira a partir de São Felix com destaque para a Recuada. Projeto Rotas da Alforria, 2005.



Ladeira da Ajuda, fev. 2005. Projeto Rotas da Alforria, 2005.

16 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.

DIVISÃO INTERNA DO CENTRO URBANO DA CACHOEIRA



Divisão interna do centro urbano de Cachoeira. Projeto Rotas da Alforria, 2005.

*Itaparica (Bahia)***Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica**

O Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico, de Belas-Artes e no Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico, em 1980, a partir da iniciativa do IPHAN em preservar o conjunto arquitetônico colonial ainda existente na cidade. O IPHAN já havia tombado, em 1952, a igreja de São Lourenço, situada na parte mais antiga da cidade. O processo de tombamento que resultou na inscrição do conjunto nos Livros do Tombo foi iniciado em 1942, com o objetivo de inscrever apenas a igreja matriz do Santíssimo Sacramento, que por suas características e dimensões arquitetônicas, se destaca dentre os demais imóveis. No entanto o Conselho Consultivo, em 1978, baseado nos vários estudos técnicos desenvolvidos sobre a cidade, considerou apropriado estender o tombamento ao entorno das duas igrejas citadas, além de inscrever a igreja matriz como bem individual, destacando não somente o conjunto arquitetônico como também a paisagem natural da cidade. A área de atuação do IPHAN possui cerca de 100 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Itaparica, inclusive a igreja matriz do Santíssimo Sacramento e o entorno das igrejas de S. Lourenço e da matriz do Santíssimo.

Processo de tombamento: 973-T-78

Data das inscrições: 28 de abril de 1980 (LH, LBA e LAEP)



LIMA, Nadir Franco. Casa à Rua Luiz da Grans, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



LIMA, Nadir Franco. Casa à Rua Padre Torres, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Lençóis (Bahia)

Conjunto arquitetônico e paisagístico de Lençóis

O Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Lençóis foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1973. O processo de tombamento teve início a partir da solicitação da Prefeitura da cidade, que destacava a sua importância histórica, econômica, política e cultural como centro garimpeiro de diamante erguido no século XVIII. A solicitação da administração municipal encontrou total apoio entre os técnicos do IPHAN, que realizaram os estudos necessários para a delimitação da área a ser preservada.

Nos pareceres técnicos, foi destacado o conjunto arquitetônico setecentista remanescente, que harmoniosamente convive com a renovação ocorrida no século XIX, formando um único conjunto, representado pelas praças, pequenas ruas, sobrados e casas térreas com exemplares de grande leveza e elegância. Além dos aspectos arquitetônicos, foi digna de destaque a topografia urbana, com suas grutas e os garimpos, como resultado da integração do homem com a natureza. O perímetro de tombamento conta com cerca de 570 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Lençóis

Processo de tombamento: 847-T-71

Data da inscrição: 17 de dezembro de 1973 (LAEP)



Vista da cidade de Lençóis. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.

*Porto Seguro (Bahia)***Conjunto arquitetônico e paisagístico de
Porto Seguro**

O Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico em 1968, considerando como áreas o marco de Descobrimento, o Paço Municipal, as ruínas do Fortim, as ruínas da igreja da Glória e as igrejas pertencentes à diocese de Ilhéus: Nossa Senhora da Pena, da Misericórdia, dos Jesuítas e da Ajuda. O tombamento foi justificado pela presença de remanescentes arquitetônicos de valor histórico e para preservar o patrimônio do lugar considerado como local de origem da nação brasileira, que vinha sendo alterado devido ao crescimento urbano na região.

Em 18 de abril de 1973, todo o município de Porto Seguro foi erigido a Monumento Nacional pelo Decreto nº 72.107, sob o título de “Município de Porto Seguro, e, em especial, o Monte Pascoal”. Essa medida do governo federal estava inserida na idéia de transformar Porto Seguro num complexo turístico, cujo valor voltava-se para suas características históricas e ecológicas. A abertura da rodovia federal BR-101, que ligava o Estado do Espírito Santo à cidade de Salvador, dinamizando o acesso à cidade de Porto Seguro, preocupou o IPHAN quanto à manutenção do patrimônio tombando em 1968. A justificativa principal para a transformação de Porto Seguro em monumento nacional, à semelhança do processo de tombamento aberto em 1968, também baseava-se na necessidade de preservar o patrimônio onde “iniciou-se” a nacionalidade brasileira.

Para adequar a área tombada aos termos do decreto, o IPHAN optou por rerratificar os limites de sua atuação.

Para tal desenvolveu estudos a fim de definir a nova poligonal de tombamento, sendo a averbação concluída nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico em novembro de 2000. A atual área do tombamento abrange cerca de 800 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro

Processo de tombamento: 800-T-68

Datas das inscrições:

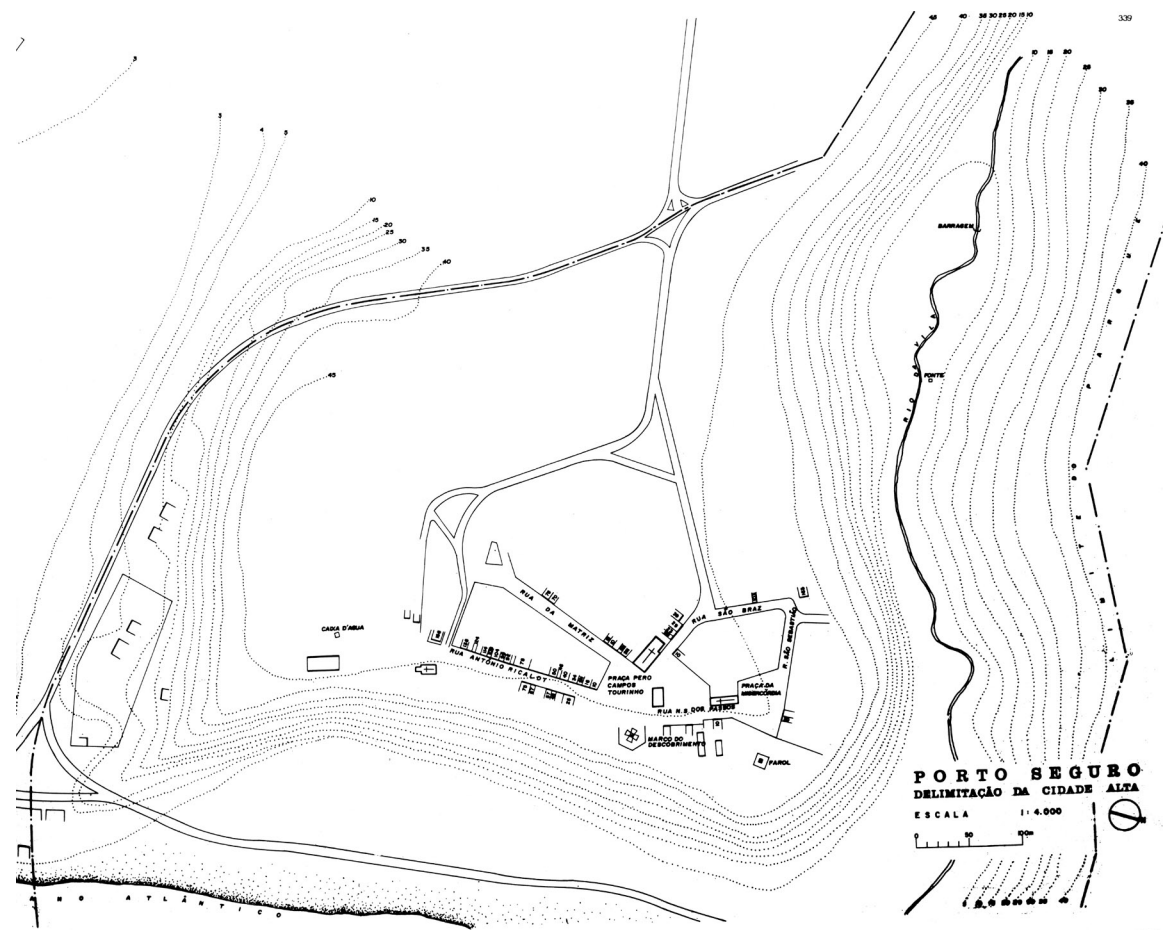
15 de julho de 1968 (LAEP e LH)

9 de novembro de 2000 (LAEP e LH)



Porto Seguro – cidade baixa. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.

17 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.



Delimitação da cidade alta – Porto Seguro. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1988.



Porto Seguro – cidade alta vista do poente. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1988.

Rio de Contas (Bahia)

Conjunto arquitetônico de Rio de Contas

O Conjunto arquitetônico da cidade de Rio de Contas foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico em 1980 por iniciativa do IPHAN, que iniciou seu tombamento em conjunto com o município de Mucugê, argumentando a importância histórica e arquitetônica das cidades erguidas em torno da mineração do ouro e principalmente do diamante, no Estado da Bahia, citando a já então tombada cidade de Lençóis. Além dos destaques histórico, econômico, social e arquitetônico, seu tombamento foi justificado pela boa conservação da parte mais antiga da cidade, um harmonioso conjunto arquitetônico do século XVIII, de onde se propagou a ocupação do sertão baiano, mais conhecido como Chapada Diamantina.

A cidade possui alguns monumentos que se destacam dentre os demais: a antiga Casa de Câmara e Cadeia, a igreja matriz do Santíssimo Sacramento e a igreja de Santana, todos inscritos, como bens individuais, no Livro do Tombo Histórico desde 1958. A área de proteção do conjunto urbano possui cerca de 290 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico da cidade de Rio de Contas

Processo de tombamento: 891-T-80

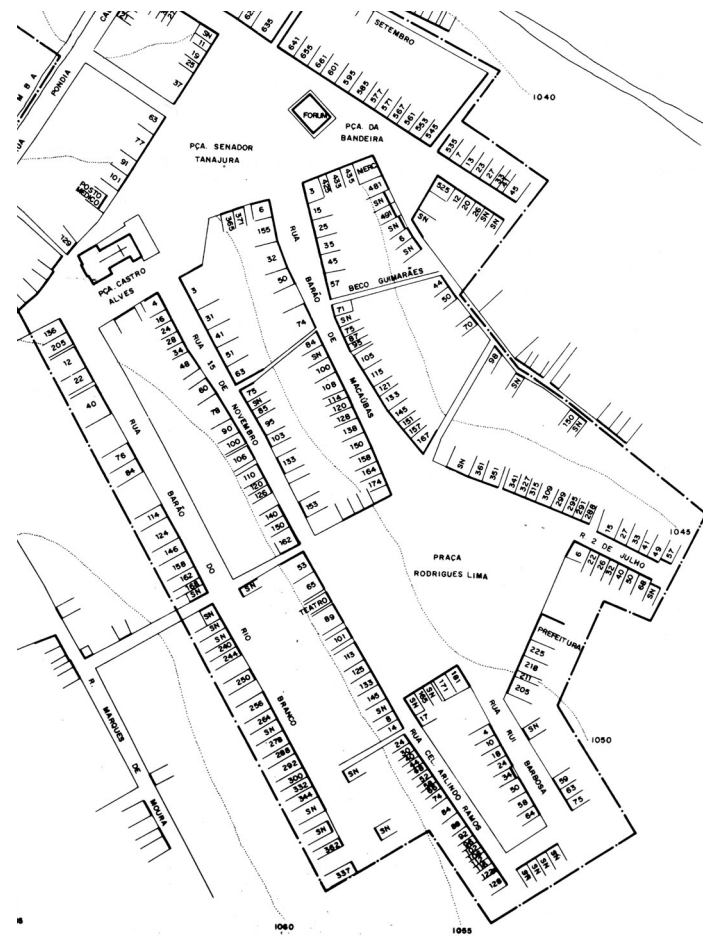
Data da inscrição: 8 de abril de 1980 (LAEP)



Vista aérea de Rio de Contas – Delimitação do centro histórico. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.



Rua 15 de Novembro, Rio de Contas. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.



Rio de Contas – Delimitação do centro histórico. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.

*Salvador (Bahia)***Conjunto arquitetônico e paisagístico ... (9 trechos)****Centro histórico de Salvador**

As primeiras atuações do IPHAN na cidade de Salvador ocorreram ainda em 1938 e consistiram na inscrição de vários bens individuais como igrejas, fortes, sobrados e casas, justificada pelo valor histórico e artístico presente em cada edificação. Esta atuação foi bastante intensa já que Salvador, hoje com cerca de 95 bens inscritos, recebeu atenção especial da Instituição por ter sido a primeira capital do Brasil e concentrar um grande número de imóveis de arquitetura colonial.

A inscrição do conjunto urbano de Salvador foi um tanto problemática, pois se por um lado o seu valor histórico e arquitetônico eram incontestáveis, por outro o péssimo estado de conservação do conjunto dificultou o consenso para a atuação do IPHAN. Na década de 1940 algumas tentativas foram feitas, com a abertura de dois processos: o do “Conjunto arquitetônico da Soledade”, localizado na Cidade Alta, e o do “Conjunto arquitetônico e urbanístico do bairro de Monte Serrat”, localizado na Cidade Baixa. No entanto, ambos os processos acabaram por ser arquivados após anos de estudos.

Em 1959, o Conjunto arquitetônico e urbanístico de Salvador foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esta inscrição foi fruto da ação do IPHAN e da administração municipal, quando esta solicitou a elaboração de um anteprojeto de lei a ser enviado à Câmara de Vereadores a fim de determinar a preservação do acervo histórico e arquitetônico da cidade. A definição da área a ser considerada no tombamento foi a grande questão para a sua inscrição. Técnicos do IPHAN não conseguiam chegar a um consenso quanto aos termos da notificação de tombamento já que foram considerados como objeto de tombamento nove conjuntos separadamente, todos destacados pelo seu grande valor histórico e arquitetônico. Foram eles: parte dos bairros da Sé; do Passo; da Conceição da Praia; dos Mares; da Penha; o outeiro de Santo Antônio da Barra em Vitória; do Santana; de Nazaré; trechos da Avenida Otávio Mangabeira; as praias do Chega-nego e Piatã e ainda o Dique. As inscrições foram feitas separadamente, resultando assim na compreensão de nove conjuntos diferentes.

Em junho de 1964, outro conjunto urbano na cidade de Salvador foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob o nome de “Trechos das Ruas Carneiro de Campos, Sodré e Travessa Aquino (proximidades do Convento de Santa Teresa)”. A partir da solicitação do reitor da Universidade da Bahia ao IPHAN, feita em 1962, o Conselho Consultivo aprovou a inscrição sob a alegação de que a preservação do trecho determinado garantiria a preservação da ambiência dos nove conjuntos, completando a ação do tombamento de 1959.

Em 1983, técnicos do IPHAN em Salvador iniciaram estudos propondo a revisão e ampliação dos tombamentos diferenciados e ainda a inclusão de uma área para proteção ambiental, fruto de reflexões que ampliaram o conceito de conjunto urbano. Esses estudos visavam agrupar os tombamentos



Vista da Ladeira do Pelourinho. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

dos nove conjuntos denominados Conjunto arquitetônico e urbanístico de Salvador com o conjunto “Trechos das Ruas Carneiro de Campos, Sodré e Travessa Aquino (proximidades do Convento de Santa Teresa)”. Essa medida pedia urgência frente às intenções municipais de inscrever a cidade como candidata à Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade organizada pela UNESCO, que para tal exigia a inscrição do conjunto urbano em nível federal. Como os tombamentos tinham sido feitos separadamente, havia margens para dúvidas e questionamentos quanto ao valor de conjunto da cidade. Assim a rratificação do tombamento, que realizaria a confirmação e a ampliação da medida administrativa, foi fruto de um novo processo, no qual se redefiniu a área de atuação da instituição na cidade. Em 1984 o Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do Centro Histórico de Salvador foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e em dezembro de 1985 foi incluído na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O perímetro de tombamento do conjunto conta com cerca de 570 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico de Salvador (rerratificação de áreas tombadas)

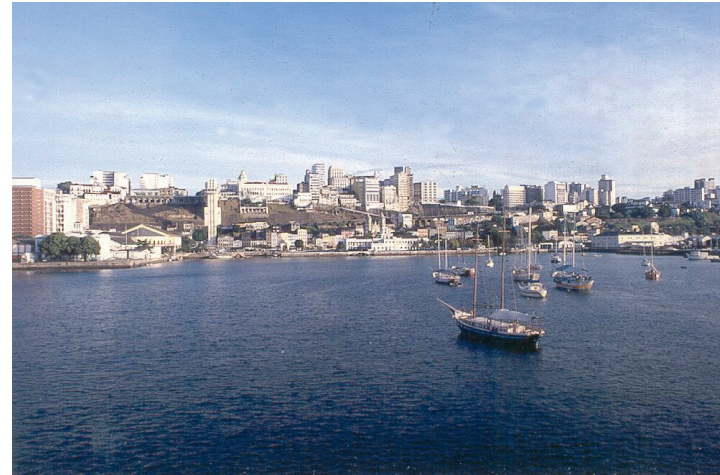
Processo de tombamento: 1093-T-83 (revisão, junção e ampliação dos processos 464-T-52 e 684-T-62)

Datas das inscrições: 14 de julho de 1959 (LAEP, processo 464-T-52)

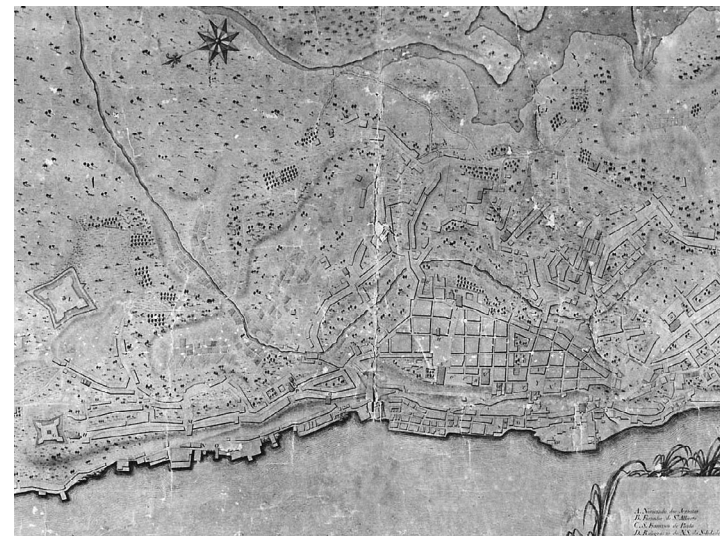
8 de junho de 1964 (LAEP, processo 684-T-62)

19 de julho 1984 (LAEP, processo 1093-T-83)

Dezembro de 1985 (UNESCO)



Vista de Salvador, à beira-mar. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Detalhe da planta topográfica da cidade de S. Salvador na Bahia de Todos os Santos, 1809. Biblioteca Nacional/ Cartografia – RJ.

*Santa Cruz de Cabrália (Bahia)***Conjunto paisagístico de Santa Cruz de Cabrália**

O acervo paisagístico do município de Santa Cruz de Cabrália foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1981 por iniciativa do IPHAN pelo seu valor histórico, que remonta a época do descobrimento do Brasil, e pelo seu rico e ‘deslumbrante’ paisagismo, salvaguardando a área das alterações urbanas que o município vinha sofrendo desde a década de 1970 após a abertura da rodovia BR-101, que facilitou o acesso à região. A delimitação da área de tombamento, determinada pela regional do IPHAN na Bahia, não abrangeu toda a área do município e sim os trechos mais significativos, sendo eles: a Cidade Alta – conjunto formado pela igreja de Nossa Senhora da Conceição, pela antiga Casa de Câmara e Cadeia, além das ruínas do Colégio dos Jesuítas –, a Cidade Baixa e a Orla marítima de Santa Cruz Cabrália, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha.

Em 1984, o IPHAN redefiniu o tombamento alterando o nome atribuído ao conjunto devido às constantes dúvidas da administração municipal quanto à área do município que estariam incluídas no tombamento. A redefinição foi anotada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, recebendo então o título de “Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente, Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Casa da Câmara e Cadeia”. O perímetro do tombamento conta com cerca de 100 edificações.

Título do bem: Conjunto paisagístico do município de Santa Cruz de Cabrália, especialmente Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o conjunto arquitetônico da Cidade Alta, que inclui a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Casa de Câmara e Cadeia.

Processo de tombamento: 1021-T-80

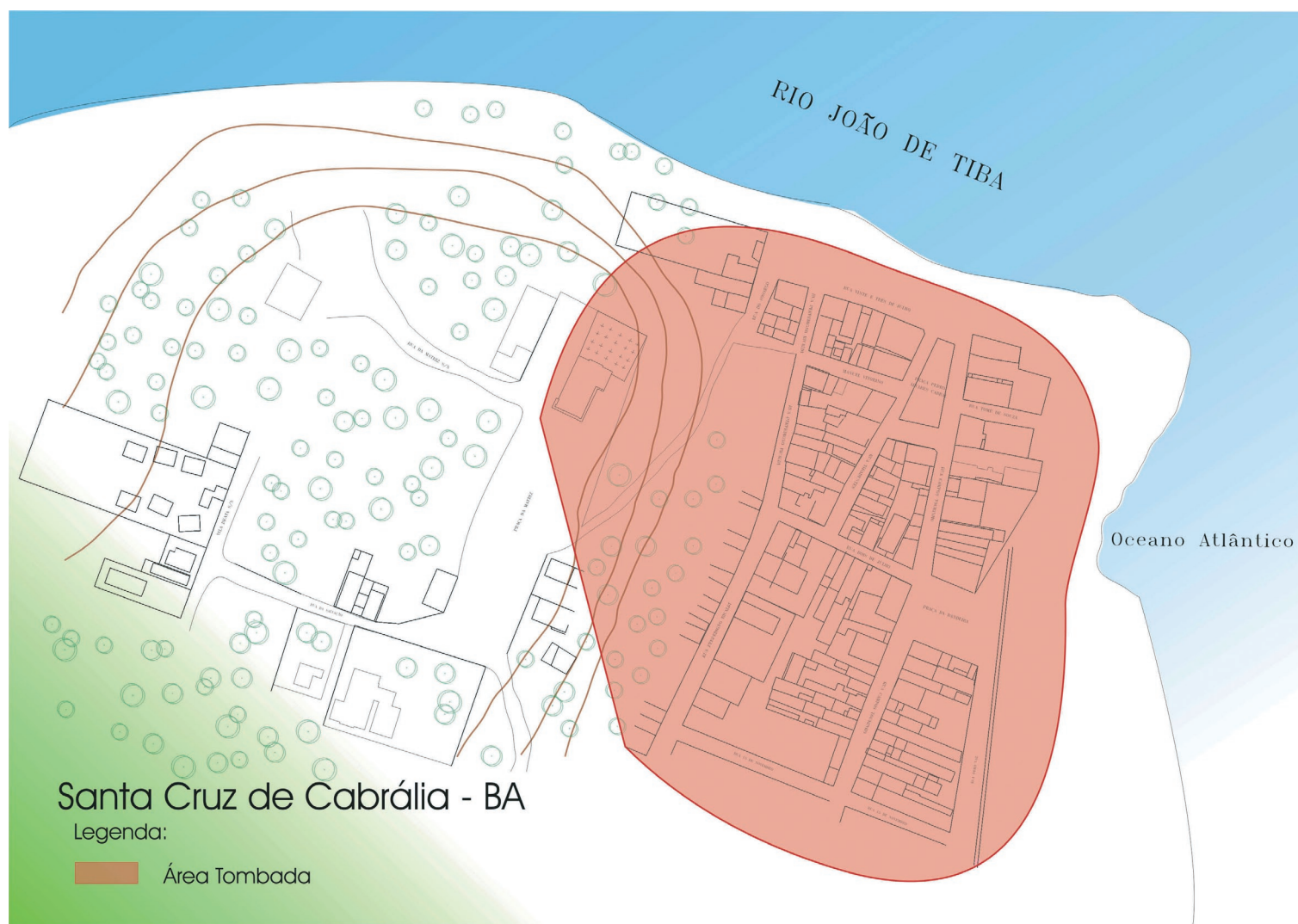
Datas das inscrições: 29 de janeiro de 1981 (LAEP)
17 de outubro de 1984 (LAEP: redefinição do tombamento)



Santa Cruz de Cabrália – cidade baixa. Praça Pedro Álvares Cabral. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.



Santa Cruz de Cabrália – cidade baixa. Rua Tomé de Sousa. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.



Planta da cidade de Santa Cruz de Cabralia com delimitação da área tombada. COPEDOC - RJ, 2006.

*Aracati (Ceará)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Aracati**

O Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Aracati foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 2001, a partir da iniciativa do próprio IPHAN, que desde 1974 vinha desenvolvendo estudos, por meio do Programa de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), para o seu tombamento. Aracati e Icó foram consideradas de grande importância para a história da ocupação do território brasileiro e do Estado do Ceará, conservando ainda com bastante integridade, um precioso acervo arquitetônico construído em meados do século XVIII. A sugestão do tombamento das duas cidades foi justificada pelo seu valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico cabendo à regional do Iphan a realização dos estudos que determinariam com precisão a área a ser tombada.

Somente em 1999 tais estudos foram concluídos e o núcleo histórico de Aracati foi considerado testemunho de incontestável valor histórico e arquitetônico, tendo o seu processo de tombamento. *sido concluído dois anos depois*. A área tombada conta com cerca de 250 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Aracati

Processo de tombamento: 969-T-78

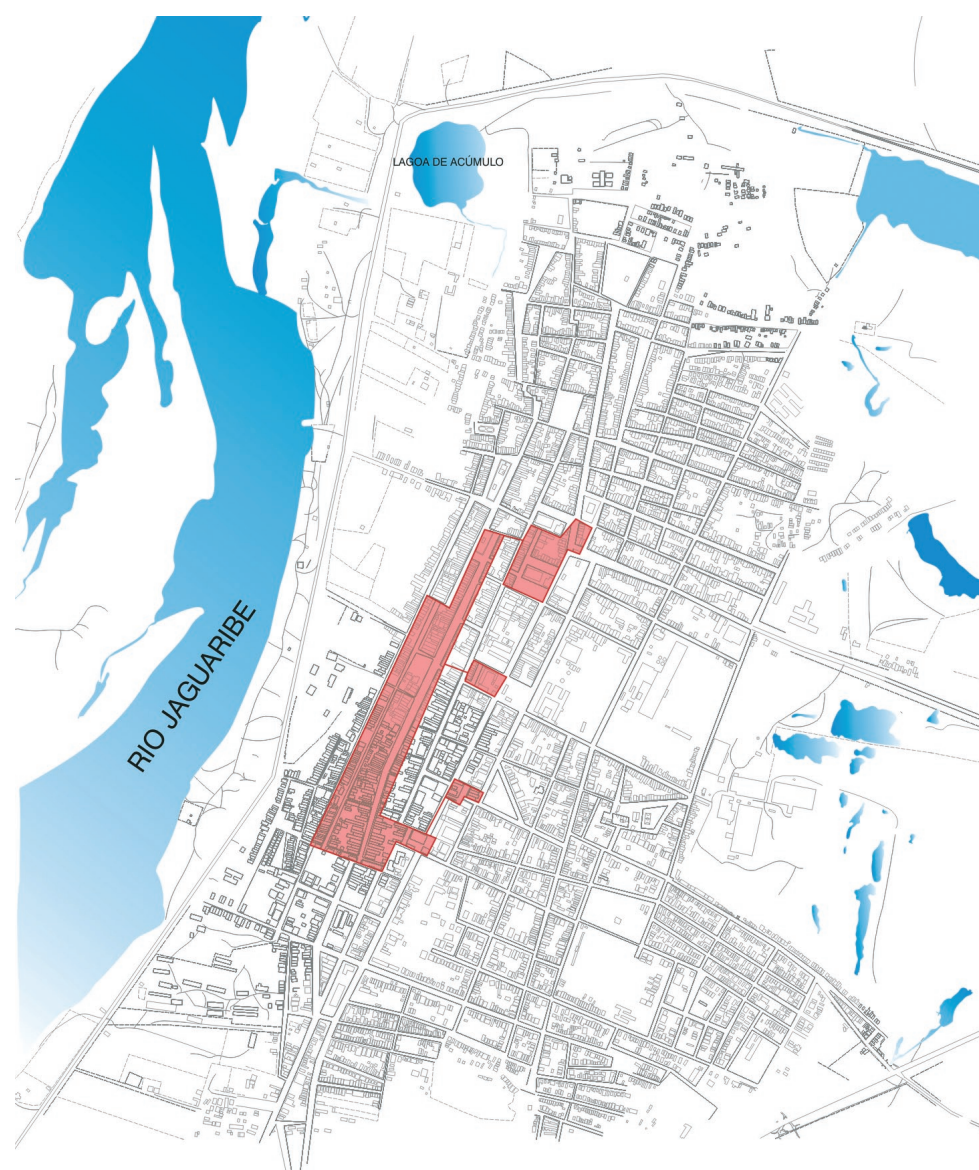
Data das inscrições: 31 de outubro de 2001 (LAEP e LH)



Conjunto arquitetônico e urbanístico de Aracati (CE). Arquivo da 4ª SR/ IPHAN.



Conjunto arquitetônico e urbanístico de Aracati (CE). Arquivo da 4ª SR/ IPHAN.



ARACATI - CE

Legenda

Polígono de tombamento

Planta da cidade de Aracati com demarcação do polígono de tombamento. COPEDOC - RJ, 2006.

*Icó (Ceará)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó**

O Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1998, a partir da iniciativa do próprio IPHAN, que desde 1974 vinha desenvolvendo estudos por meio do Programa de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste (PCH). Icó e Aracati foram consideradas de grande importância para a história da ocupação do território brasileiro e do Estado do Ceará, conservando ainda com bastante integridade um precioso acervo arquitetônico construído em meados do século XVIII. A sugestão do tombamento das duas cidades foi justificada pelo seu valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico cabendo à regional do IPHAN a realização dos estudos que determinariam com precisão a área a ser tombada.

Somente em 1997, tais estudos foram concluídos e o núcleo histórico de Icó foi considerado testemunho de incontestável valor histórico e arquitetônico, tendo o seu processo de tombamento sido concluído no ano seguinte. A área delimitada para proteção conta com aproximadamente 320 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó

Processo de tombamento: 968-T-78

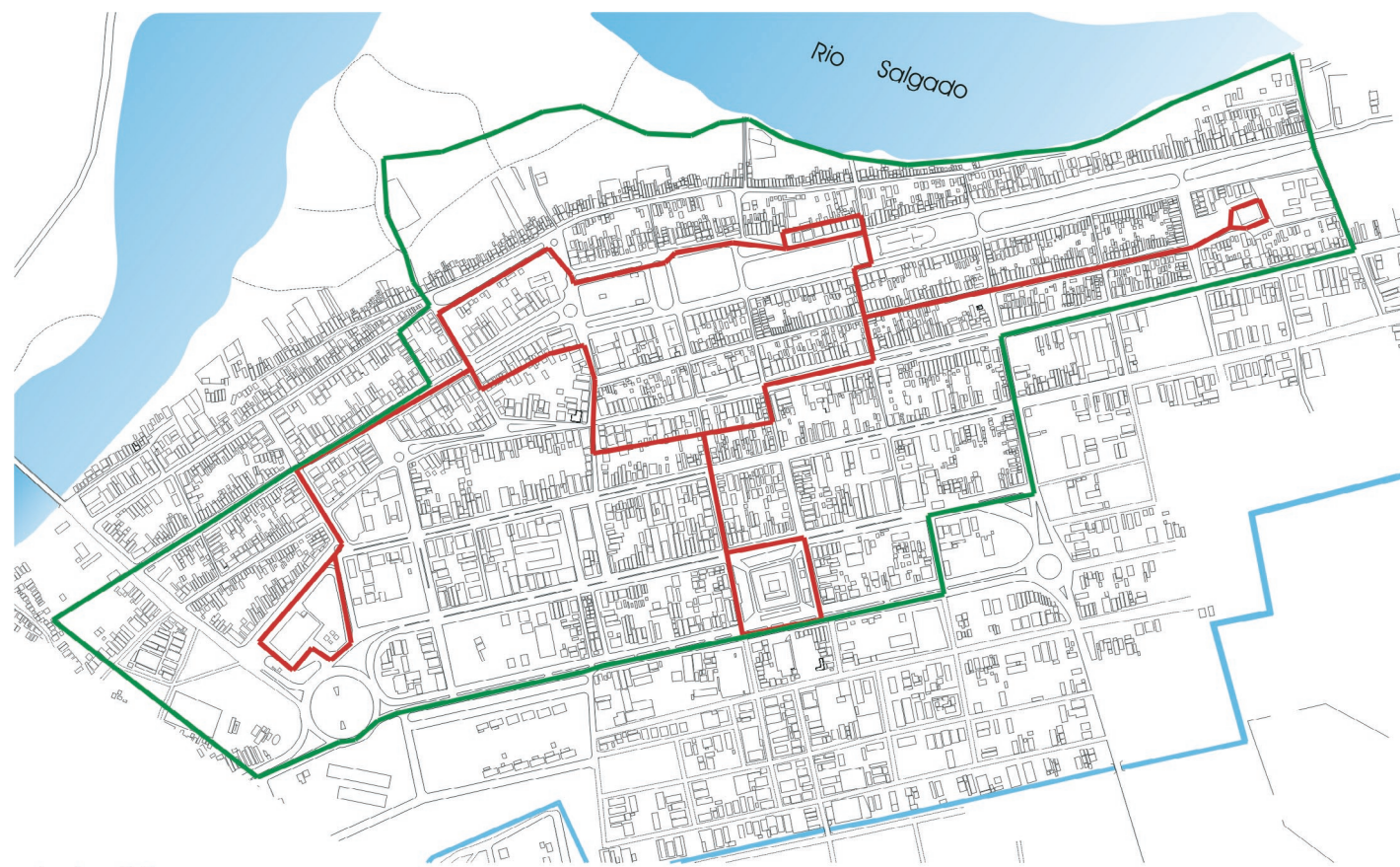
Data da inscrição: 3 de dezembro de 1998 (LAEP e LH)



Vista da cidade de Icó. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista do conjunto arquitetônico de Icó. Arquivo Central do IPHAN –
Seção Rio de Janeiro.



- Icó - CE
— Área tombada pelo IPHAN
— Entorno - Proteção à área tombada

Planta da cidade de Icó com demarcação das áreas de tombamento e de entorno. COPEDOC - RJ, 2006.

*Sobral (Ceará)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral**

O Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Sobral foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 2000, a partir da solicitação dos seus moradores, que enviaram ao IPHAN um abaixo-assinado argumentando sobre a importância histórica da cidade na formação e ocupação do território brasileiro e do Estado do Ceará, assim como sobre o acervo de bens arquitetônicos preservados e a recente e constante dilapidação desse patrimônio. O pedido de tombamento foi amplamente apoiado pelo IPHAN, que solicitou a abertura do processo

de tombamento do núcleo histórico da cidade, baseado no seu valor histórico e na arquitetura e morfologia urbana típicas do século XVIII. Segundo a representação regional do IPHAN no Ceará, Sobral, juntamente com Aracati e Icó – esta última com seu centro histórico tombado desde 1998 – constituem lugares de memória dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais das sociedades cearense, nordestina e brasileira.

A delimitação da área foi sugerida pelos técnicos da regional e aprovada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, contando com cerca de 1.200 imóveis.

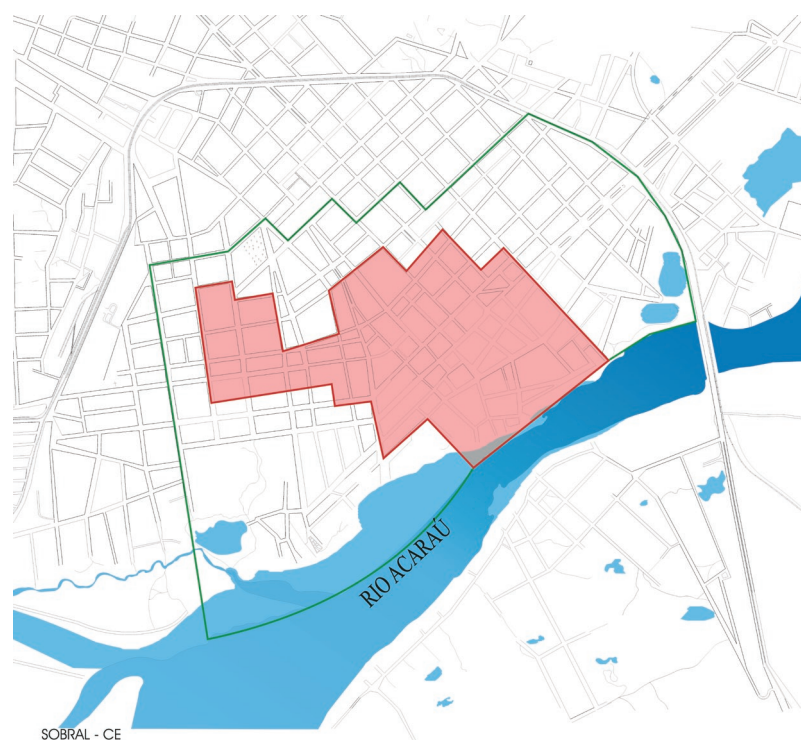
Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Sobral

Processo de tombamento: 1379-T-97

Data das inscrições: 23 de junho de 2000 (LAEP e LH)



Vista aérea de Sobral. Arquivo da 4a SR / IPHAN.



SOBRAL - CE
Legenda
Polígono de Tombamento
Área de entorno

Planta da cidade de Sobral com demarcação do polígono de tombamento e da área de entorno. COPEDOC – RJ, 2006.



Vista do conjunto de Sobral. Arquivo da 4a SR / IPHAN.

*Viçosa do Ceará (Ceará)***Conjunto histórico e arquitetônico de Viçosa do Ceará**

O Conjunto Histórico e Arquitetônico da Cidade de Viçosa do Ceará foi tombado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2004, e ainda aguarda sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a partir da iniciativa do IPHAN que desenvolveu estudos sobre a constituição física do conjunto e sua trajetória histórica. Esses estudos apontaram para uma cidade constituída sobre o traçado urbano desenvolvido no século XVIII e consolidada entre

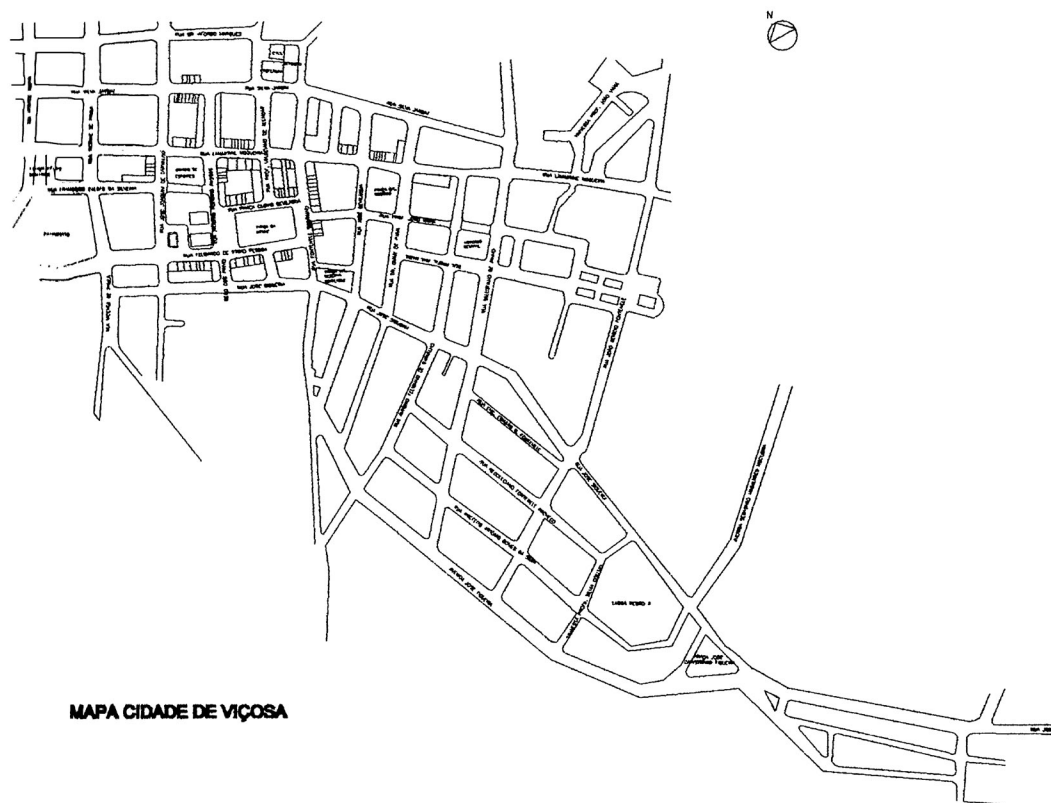
fins do século XIX e início do XX. A poligonal da área de tombamento corresponde ao contorno da Praça Clóvis Beviláqua, onde se localiza a igreja matriz de Nossa Senhora da Assunção, acrescido de trechos das ruas adjacentes. A inscrição do conjunto revela o intuito da Instituição em preservar o quadro paisagístico que envolve a igreja matriz da cidade, inscrita no Livro do Tombo em maio de 2002.

Título do bem: Conjunto Histórico e Arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará

Processo de tombamento: 1496-T-02

Data da inscrição:

26 de maio de 2004 (HOMOLOGAÇÃO)



Mapa da cidade de Viçosa. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista aérea de Viçosa. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Rua Lamartine Nogueira, Viçosa. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Alcântara (Maranhão)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara**

O sítio urbano de Alcântara foi erigido em monumento nacional através do decreto federal 26077-A de 22 de dezembro de 1948. De acordo com o texto do decreto, o IPHAN delimitaria a área de tombamento e faria a inscrição do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade no Livro do Tombo Histórico. A inscrição foi realizada ainda em 1948, mas a delimitação ficou pendente. Este ato fazia parte das comemorações dos 300 anos de fundação da cidade e justificou-se pela existência de um importante conjunto da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII, quando a cidade concentrou a aristocracia rural agro exportadora de algodão e viveu um período de grande ascensão por conta da prosperidade econômica de todo o Estado do Maranhão. Este conjunto arquitetônico se manteve preservado devido ao isolamento da cidade a partir da segunda metade do século XIX, em razão da decadência do comércio dos produtos agrícolas.

Em 1974, o IPHAN, por iniciativa própria, reinscreveu o conjunto arquitetônico nos Livros do Tombo de Belas-Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com alegação de que se restringiu equivocadamente a primeira inscrição de 1948, que se referia apenas ao Livro do Tombo Histórico. Dessa maneira a cidade de Alcântara passou a ter três inscrições nos Livros do Tombo, faltando ainda a delimitação da área de tombamento.

Na década de 1980, devido às grandes transformações urbanas planejadas para a implantação do Centro de Lançamentos de Foguetes do Ministério da Aeronáutica, os gover-

nos municipais e estaduais solicitaram o apoio do Ministério da Cultura para a conservação da estrutura urbana existente em Alcântara. Como resposta, o IPHAN criou o Grupo de Trabalho – Alcântara, coordenado pelo arquiteto Pedro Alcântara, para desenvolver os estudos necessários para a delimitação da área a ser protegida, e propor um plano estratégico para o município. Os estudos foram concluídos em fevereiro de 1990 e a proposta para a área de tombamento do sítio considerou não apenas os bens de natureza urbana, arquitetônica e arqueológica, mas incluiu também os bens naturais e aqueles de caráter imaterial e material que constituem o patrimônio da comunidade local.

Embora a proposta de delimitação da área a ser preservada tenha sido levada ao Conselho Consultivo do IPHAN e aprovada por unanimidade na reunião de 9 de março de 1990, o processo administrativo de tombamento sofreu uma paralisação de 10 anos devido a entraves jurídicos e problemas administrativos da Instituição. Na reunião do Conselho Consultivo realizada em 21 de novembro de 2002, o conselheiro e relator Luís Filipe de Carvalho Castro apresentou parecer favorável e obteve a aprovação do Conselho. Em 2004, o IPHAN finalmente efetivou a averbação da inscrição existente nos Livros do Tombo Histórico, no de Belas-Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, passando a considerar o patrimônio de Alcântara como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. A área tombada conta com cerca de 400 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara

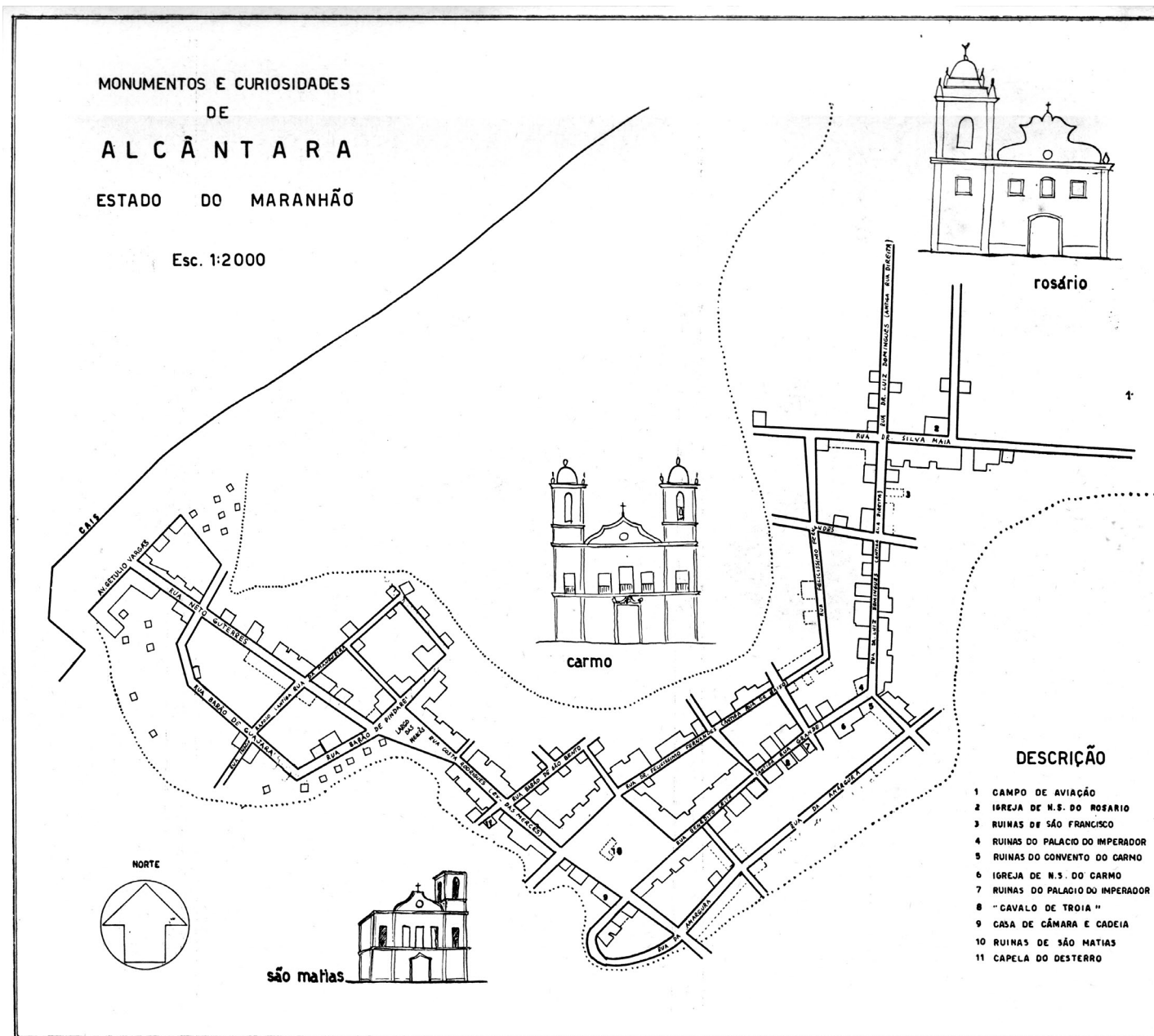
Processo de tombamento: 390-T-48

Datas das inscrições: 29 de dezembro de 1948 (LH)

10 de outubro de 1974 (LBA e LAEP)

2 de janeiro de 2004 (rerratificação)

18 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.



"Monumentos e curiosidades de Alcântara." In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19).



Vista da cidade de Alcântara. In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19.)



Vista da cidade de Alcântara. In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19.)

São Luís (Maranhão)

**Praça Gonçalves Dias –
conjunto arquitetônico e paisagístico**
Conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís

As primeiras medidas do IPHAN na cidade de São Luís datam do ano de 1940 com os tombamentos individuais da igreja de São José das Laranjeiras e do portão da Quinta das Laranjeiras, a fim de salvaguardar o patrimônio mais antigo frente às inúmeras obras que visavam modernizar a cidade. Na década de 1950, uma série de tombamentos individuais foram realizados, quase todos solicitados pelo prefeito da cidade, que também era representante do IPHAN no Estado do Maranhão. Foi dentro do contexto de tombamentos individuais que o processo de tombamento do sítio urbano de São Luís foi iniciado. Em 1951, técnicos do IPHAN elaboraram estudos e pareceres favoráveis ao tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico dos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, inclusive das Praças Benedito Leite, João Francisco Lisboa e do largo fronteiro a igreja de São José do Desterro, valorizando a predominância de sobrados azulejados construídos nos séculos XVII e XIX e instituindo a abertura do processo necessário para a inscrição do bem nos Livros do Tombo. Em 1955 a praça Gonçalves Dias obteve sua inscrição no Livro do Tombo de Belas-Artes, sob o título “Conjunto arquitetônico e paisagístico Praça Gonçalves Dias”, sendo este o primeiro tombamento de um conjunto urbano em São Luís.

No final da década de 1950 e início da de 1960, algumas alterações ilegais foram feitas na cidade, em especial na Praça João Lisboa, localizada na parte do conjunto que ainda não tivera sua inscrição efetivada nos Livros do Tombo. Em 1959 a arquiteta Dora Alcântara, técnica do IPHAN no Maranhão, emitiu um extenso parecer defendendo a definição precisa de limites para que se realizasse o tombamento da cidade, valorizando o traçado urbano – mantido inalterado desde o ano de sua fundação em 1615 – bem como os conjuntos de casas e sobrados, fazendo referência aos azulejos, que “ainda conseguem dar uma idéia bem exata de como seria o ambiente da cidade no início do século XIX”. Dora defendia que as medidas de tombamento individual, tomadas até aquele momento pela Instituição, eram meramente paliativas, sendo conveniente definir os limites do centro histórico, seu tombamento e a elaboração de um plano diretor, criando novas zonas

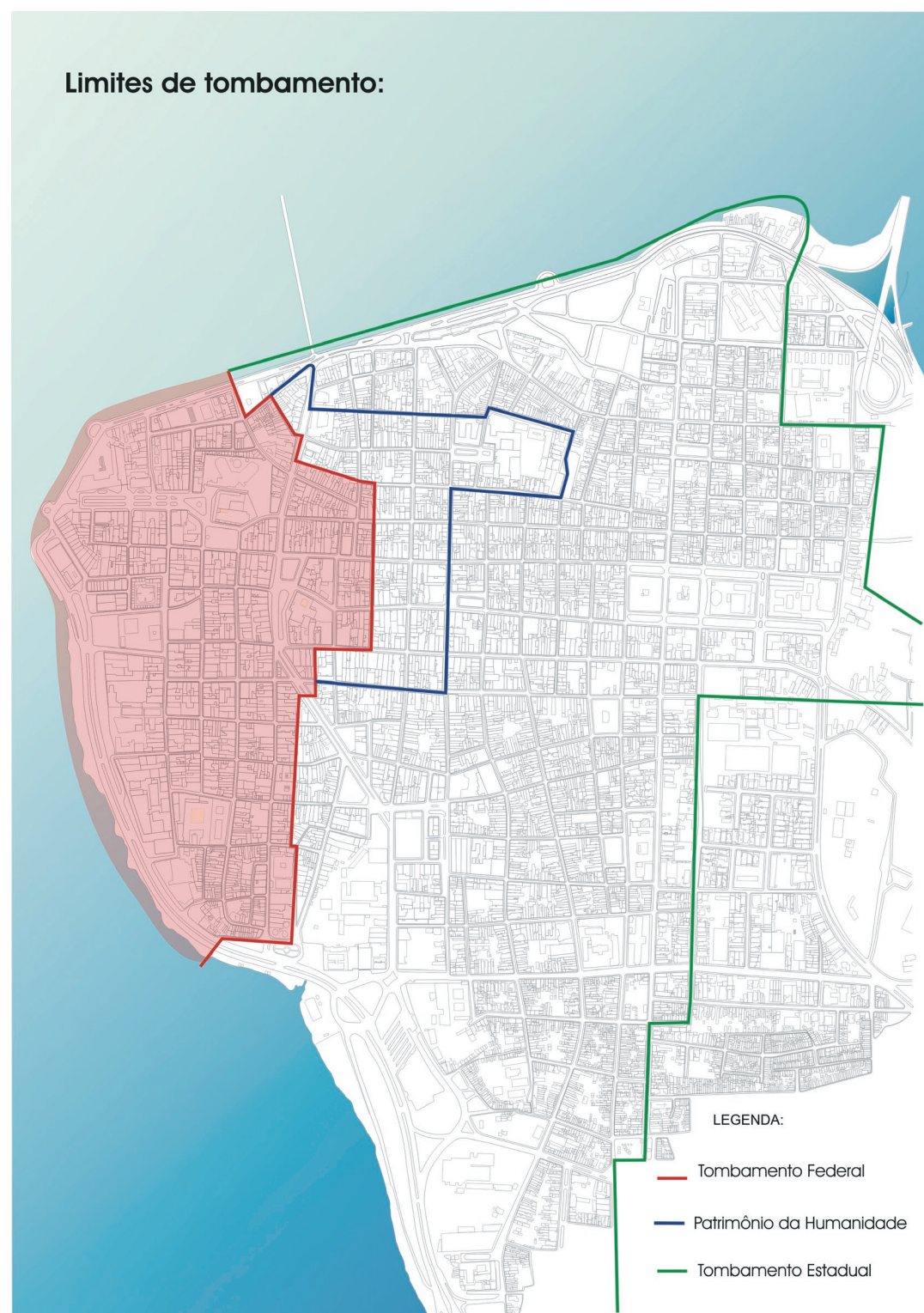
de expansão e preservando as antigas. No entanto, Lúcio Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, emitiu parecer contrário, alegando a descaracterização do conjunto com inúmeras alterações ocorridas no século XIX. Seu parecer refletia as idéias do IPHAN, que neste momento priorizava obras do período colonial – em especial a arquitetura barroca – e não valorizava a arquitetura eclética, típica do final do século XIX e início do XX.

Apenas em 1973, quando o arquiteto português Viana de Lima emite relatório à UNESCO delimitando a área do centro histórico e argumentando a necessidade de tombamento a inscrição se torna mais concreta. Em dezembro de 1973, Lúcia Martins Costa, então diretora da Divisão de Estudos e Tombamentos, emite parecer favorável ao tombamento e defende a parceria com a UNESCO para proteger o patrimônio existente em São Luís. Em 30 de janeiro de 1974, a prefeitura recebe do IPHAN a notificação de tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís, tendo sido incluído neste processo o conjunto da Praça Gonçalves Dias, que por se encontrar fora da área assinalada para o tombamento do centro histórico manteve o tombamento individual, justificado tanto por estar articulada ao mesmo processo de ocupação do centro histórico como por localizar-se na área de entorno da proposta de tombamento do mesmo. Em março de 1974, a inscrição do “Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís” é feita nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas-Artes, incluindo os seguintes conjuntos arquitetônicos e paisagísticos: o do largo fronteiro à igreja de São José do Desterro, o da Praça Benedito Leite, o da Praça Gonçalves Dias e o da Praça João Francisco Lisboa. O reconhecimento como Patrimônio Mundial da Humanidade aconteceu em 1997 com a inclusão de São Luís na lista de Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO. O perímetro de tombamento do centro histórico de São Luís conta com cerca de 1.030 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís

Processo de tombamento: 454-T-51

Data da inscrição: 23 de dezembro de 1955 (LBA)
13 de março de 1974 (LBA e LAEP)



Mapa dos limites de tombamento – São Luís. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.



*Casas à Praça Gonçalves Dias. Arquivo Central do IPHAN –
Seção Rio de Janeiro.*



*GAUTHEROT, Marcel. Casas à Praça João Lisboa. Arquivo Central
do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



Casas à Rua José Bonifácio. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Areia (Paraíba)***Conjunto histórico e urbanístico de Areia**

O Conjunto histórico e urbanístico da cidade de Areia foi tombado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2006, e ainda aguarda a sua inscrição nos Livros do Tombo, a partir do pedido feito pela Associação dos Amigos de Areia (AMAR). A justificativa para o tombamento baseou-se no valor histórico, urbanístico e paisagístico atribuído ao conjunto, pela ativa participação da cidade nas revoluções ocorridas no século XIX. Também foi destacado o valor da cidade como remanescente arquitetônico dos séculos XVIII e XIX e da paisagem natural que a circunda. A área de tombamento conta com cerca de 420 imóveis.

Título do bem: Conjunto Histórico e Urbanístico da cidade de Areia

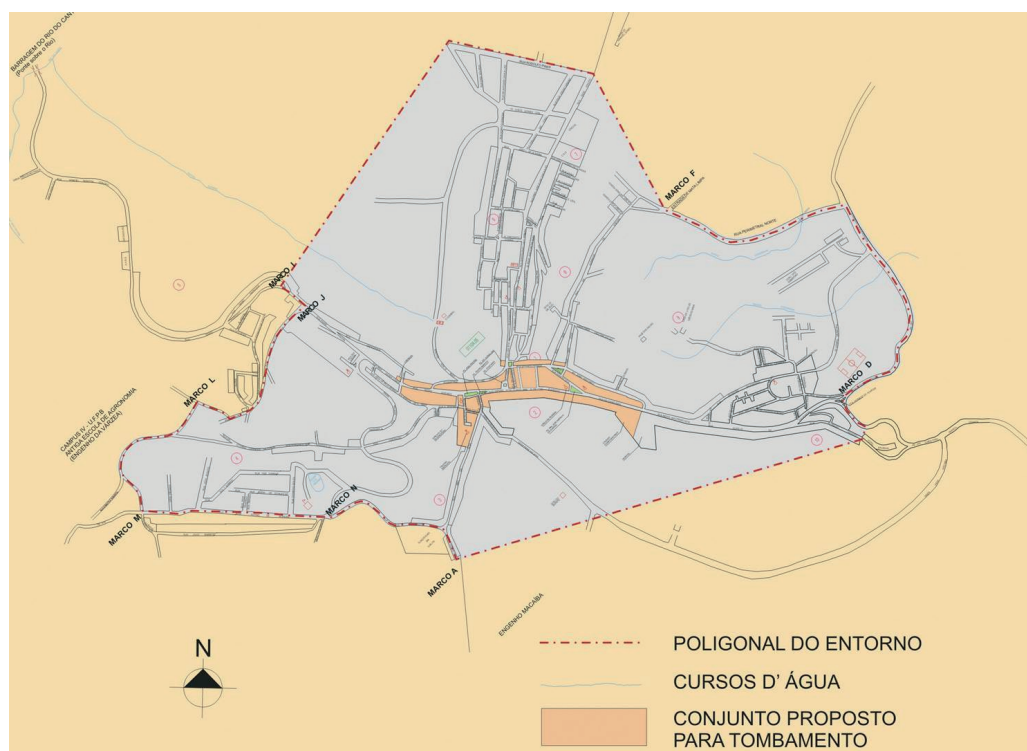
Processo de tombamento: 1489-T-02

Data da inscrição:

29 de agosto de 2006 (Homologação)



Vista do conjunto histórico e urbanístico de Areia. Arquivo da 20ª SR/ IPHAN.



Mapa de Areia (PB) com delimitação da poligonal de entorno. Arquivo da 20ª SR/ IPHAN.



Vista aérea do conjunto histórico e urbanístico de Areia. Arquivo da 20a SR/IPHAN

*Igarauçu (Pernambuco)***Conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarauçu**

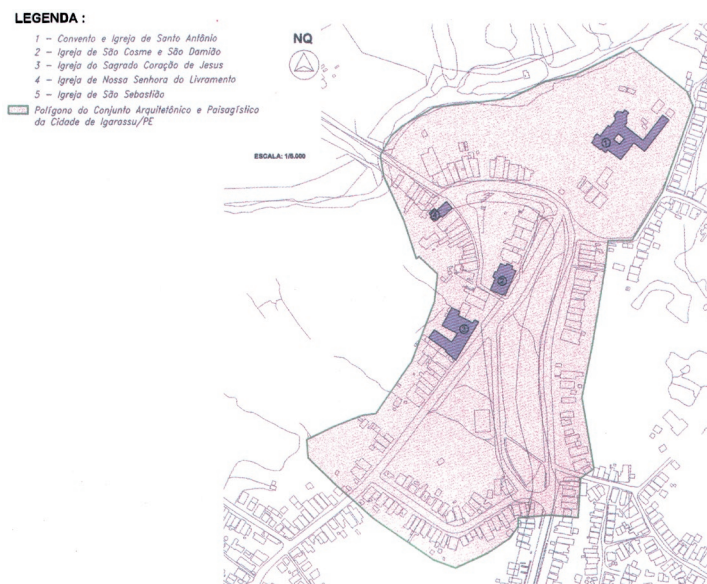
A primeira medida do IPHAN em Igarauçu ocorreu ainda em 1938 com a inscrição individual do Convento de Santo Antonio no Livro do Tombo de Belas-Artes. Em 1951, foram realizadas as inscrições individuais de quatro igrejas – a de São Cosme e São Damião, a de São Sebastião, e a de Nossa Senhora do Livramento e a capela do Sagrado Coração de Jesus, todas inscritas nos Livros do Tombo de Belas-Artes e no Histórico, justificadas pelo seu valor arquitetônico e histórico, por terem sido elas construídas ainda no século XVI decorrente das primeiras ocupações portuguesas no litoral do Estado. Desde então a inscrição do conjunto foi sendo estudada e aprovada pelos técnicos da Instituição, esbarrando no entanto nas dificuldades orçamentárias destinadas ao Patrimônio.

Em 1970, o processo de 1951 foi retomado e recebeu total respaldo através de pareceres favoráveis à inscrição, justificada pela autenticidade, preservação e características próprias do seu núcleo urbano originário dos séculos XVII e XVIII, de implantação urbanística espontânea e irregular, resultando num traçado singelo, harmonioso e de topografia ondulada, cuja paisagem no entorno foi destacada; foi destacado também o conjunto arquitetônico eclesiástico existente e enfatizada a possibilidade de recuperação gradativa de algumas fachadas descaracterizadas. Em 1972, após ter sido aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo, a inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade do Igarauçu foi concluída no Livro do Tombo Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico, ficando a delimitação da área de tombamento a ser definida. O perímetro de atuação do IPHAN conta com cerca de 250 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade do Igarauçu

Processo de tombamento: 359-T-45

Data da inscrição: 10 de outubro de 1972 (LAEP)



Mapa de Igarauçu com demarcação do polígono de tombamento e principais edificações. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



SILVA TELES, Augusto C. Casa na Rua Dantas Barreto, 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Olinda (Pernambuco)

Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda

O Conjunto arquitetônico e urbanístico de Olinda foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no de Belas-Artes e no Histórico em 1968 por iniciativa do IPHAN, interessado em preservar os antigos arruamentos e edificações coloniais existentes nas Ruas 13 de Maio, do Amparo e Bernardo Vieira de Melo, bem como a área da Cidade Alta, desde São Bento até o Monte. O trecho da cidade nova na praça fronteira à cidade histórica, bem como sua faixa litorânea, também foram incluídos no tombamento como forma de garantir uma área maior de proteção ao núcleo antigo.

Na segunda metade da década de 1970, foram realizados estudos para a extensão da área de tombamento, tendo como principal objetivo a preservação do aspecto paisagístico da cidade. Em 1979, foi feita uma nova inscrição do acervo urbanístico, paisagístico e arquitetônico da cidade de Olinda no Livro do Tombo Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico, como extensão da inscrição de 1968, ampliando em cerca de cinco vezes a área de atuação do IPHAN. Concomitantemente à extensão da área de tombamento do conjunto urbano de Olinda, o Congresso Nacional aprovou a lei nº 6863, de 26 de novembro de 1980, que erigiu a cidade de Olinda em Monumento Nacional, tendo como demarcação a nova área de tombamento do conjunto.

Em setembro de 1985, com parceria do Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, o IPHAN volta a discutir a rerratificação do polígono de tombamento do município. Com o objetivo de obter uma delimitação para o Centro Histórico considerando a tipologia e a cronologia de suas edificações, bem como a visibilidade dos monumentos, o meio ambiente e a sua paisagem. Propunha ainda a definição de uma

área de entorno – figura jurídica ainda inexistente à época das inscrições de 1968 e de 1979 – da taxa de ocupação e da taxa de solo virgem, a serem estabelecidas na lei de uso do solo. A nova área de tombamento, baseada nas inscrições anteriores, consistiu em um perímetro um pouco maior do que a área da inscrição de 1968, tendo como proposta para área de entorno o perímetro do tombamento de 1979. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Consultivo, homologada e inscrita no Livro do Tombo Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico em junho de 1986. O perímetro de tombamento conta com cerca de 600 edificações.

Título do bem: Conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico de Olinda.

Processo de tombamento: 674-T-62

Datas das inscrições: 19 de abril de 1968 (LAEP, LBA e LH)

4 de junho de 1979 (LAEP)

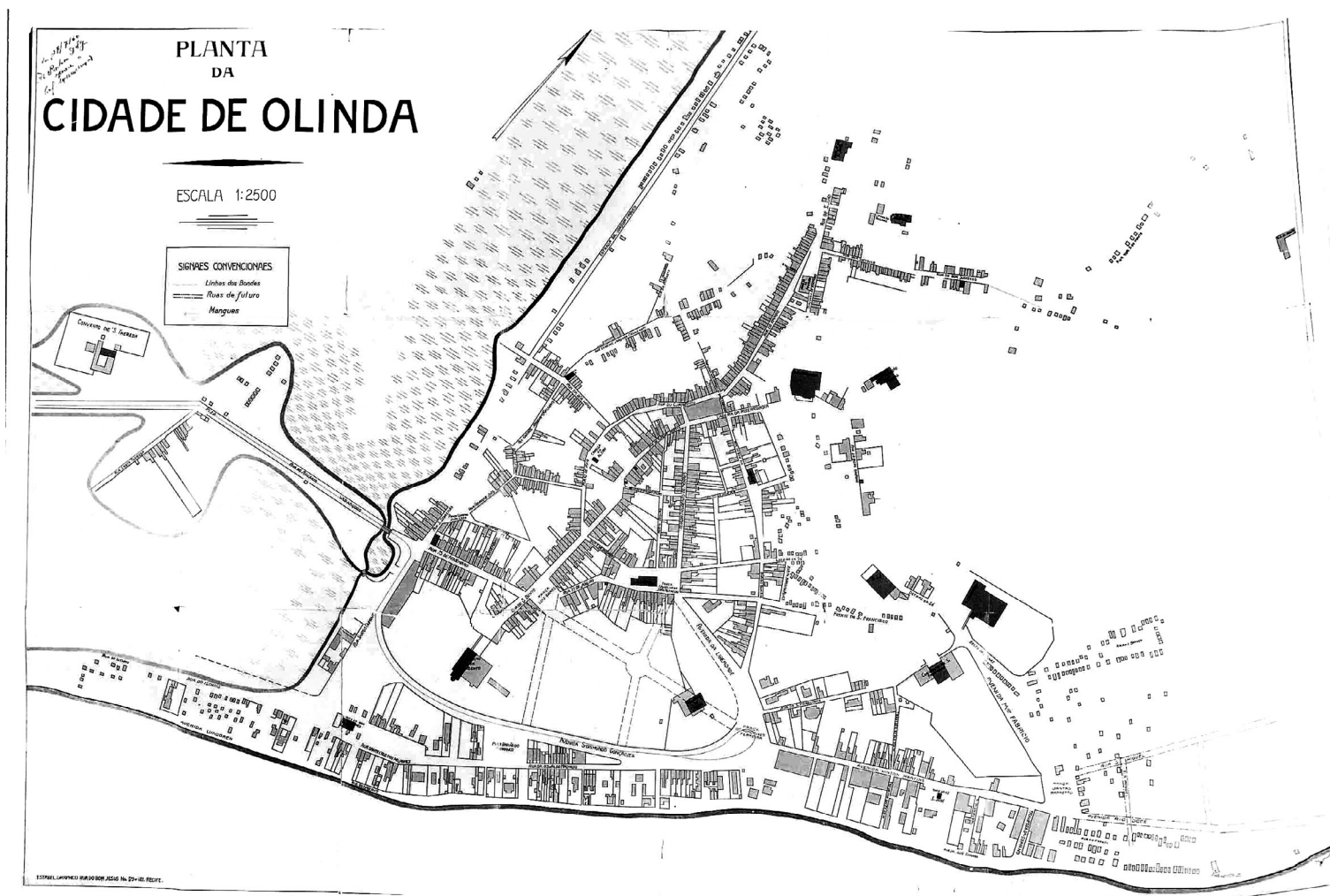
17 de dezembro de 1982 (UNESCO)

10 de setembro de 1986 (rerratificação LAEP, LBA e LH)



LOBO, Pedro. Vista de Olinda, 1981. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

19 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.



Planta da cidade de Olinda. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Recife (Pernambuco)

Conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro

Título do bem: Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro

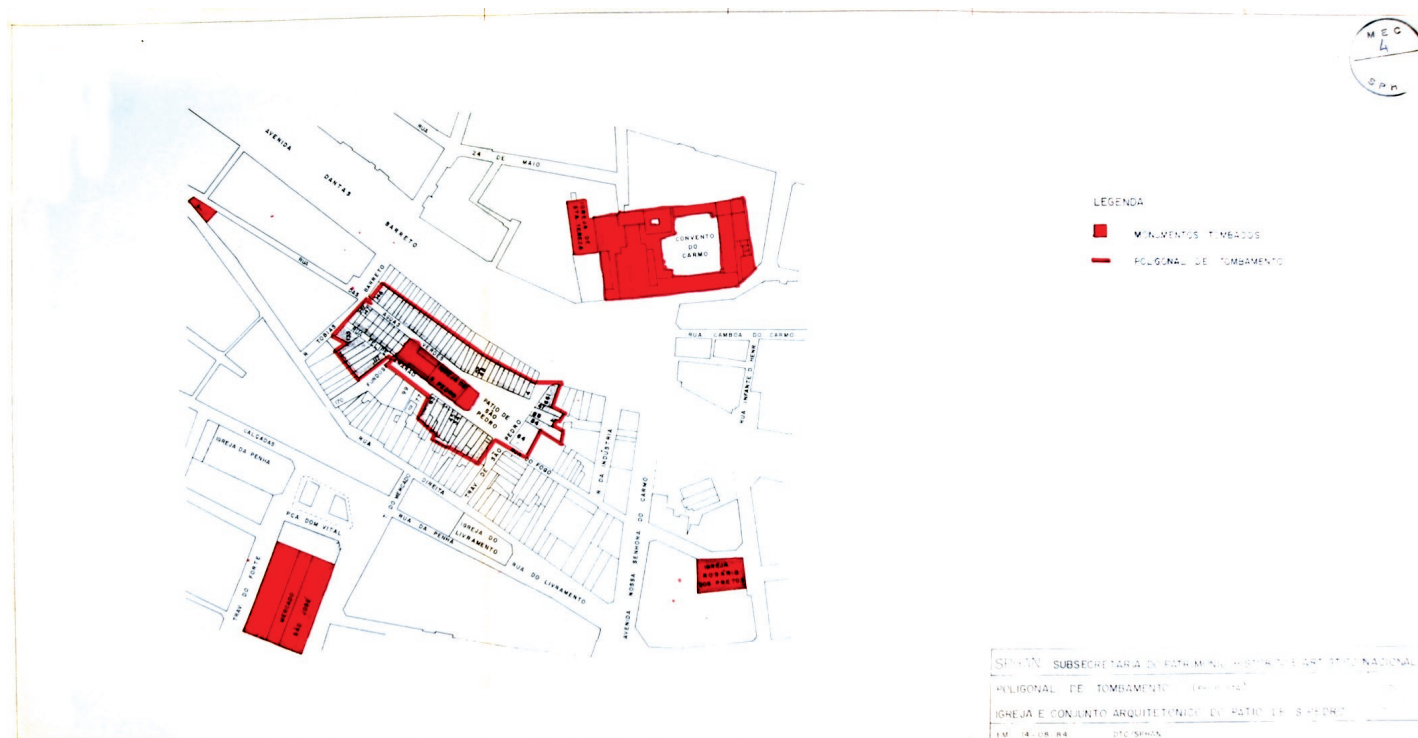
Processo de tombamento: 123-T-38

Data da inscrição: 7 de junho de 1968 (LBA)

A atuação do IPHAN na cidade do Recife iniciou-se ainda em 1938 com a inscrição de edificações de arquitetura civil, religiosa e militar, todas edificadas no período Colonial da História do Brasil e destacadas por sua importância histórica e arquitetônica. Apenas em 1968 foi tombado o primeiro conjunto urbano na cidade intitulado Conjunto Arquitetônico do Pátio de São Pedro. O conjunto foi inscrito no Livro do Tombo de Belas-Artes, por iniciativa do IPHAN, como extensão ao tombamento realizado em 1938 da igreja São Pedro dos Clérigos. A extensão do tombamento foi justificada pela importância em preservar a feição monumental da igreja, que vinha sendo ameaçada pelo crescimento urbano ocorrido na cidade, desde a década de 1950. A área do tombamento do IPHAN conta com cerca de 45 edificações.



NÁPOLI, Umberto. Vista do pátio de São Pedro com igreja de São Pedro dos Clérigos ao lado. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



DTC, SPHAN. Delimitação da poligonal de tombamento (proposta) – Igreja e conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, Recife (PE), 1984. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



NÁPOLI, Umberto. Vista da igreja de São Pedro dos Clérigos e Pátio. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Recife (Pernambuco)

Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Bairro do Recife

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do antigo Bairro do Recife foi inscrito, por iniciativa do IPHAN, nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas-Artes, em 1998. O tombamento tinha como objetivo preservar parte do bairro onde se situa o trecho mais antigo da malha urbana da cidade, foco inicial de sua ocupação e, também, os vestígios da reforma de parte do bairro, empreendida pela prefeitura em 1910, sob forte influência do urbanismo francês e da arquitetura eclética do século XIX. Neste último caso, fundamentou o tombamento o fato de ser um dos únicos remanescentes das intervenções urbanas ocorridas nas principais capitais brasileiras no início do século XX, justificando o tombamento pela sua importância histórica, pela singularidade do acervo arquitetônico e urbano, ainda íntegro e remanescente do pensamento urbano da Belle Époque; pela diversidade dos estilos arquitetônicos e padrões urbanos resultantes da reforma.

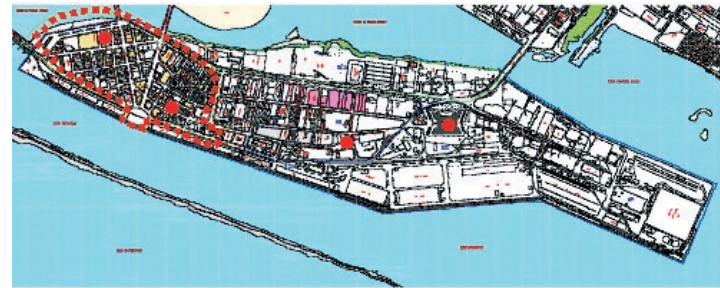
Na época do tombamento o Bairro do Recife estava passando por um processo de revitalização promovido pela prefeitura, incluindo novas reformas urbanas e a valorização de suas características históricas. O tombamento possibilitaria a participação do Governo Federal no processo de revitalização, assim como no controle das demandas de obras nas edificações e logradouros provocadas pelo sucesso do empreendimento.

O perímetro de tombamento do IPHAN abrange uma área de 186.131 m² com cerca de 300 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do antigo Bairro do Recife.

Processo de tombamento: 1168-T-85

Data das inscrições: 15 de dezembro de 1998 (LAEP e LBA)



Mapa do Bairro do Recife com demarcação da poligonal de tombamento. Acervo da 5ª SR/ IPHAN. Mapa elaborado pela 5ª SR/ IPHAN, a partir de mapa-base da URB/UNIBASE 2002, formatado por Aline de Figueirôa Silva e Ana Carolina Puttini.



SILVA, Aline de Figueirôa. Praça do Marco Zero e os edifícios do Centro Cultural Bandepe, da Associação Comercial e da Bolsa de Valores, vistos do molhe, janeiro de 2006. Acervo da 5ª SR/ IPHAN.



Vista aérea de Recife, 1950. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Laranjeiras (Sergipe)

Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras

Ação do IPHAN na cidade de Laranjeiras inicia-se em 1943, com a inscrição de duas igrejas, a igreja matriz Sagrado Coração de Jesus e a igreja de N. Senhora da Conceição de Comandaroba, e dois imóveis de arquitetura civil. Em 1974, a Instituição desenvolveu o “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste”, que deu origem ao “Programa Cidades Históricas” - PCH, e contemplou logo de início as cidades de Laranjeiras e São Cristóvão em Sergipe. Como resultado, a Instituição, em parceria com a Prefeitura e com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, publicou em 1975 o Plano Urbanístico de Laranjeiras, que delimitou e caracterizou diversas áreas da cidade, inclusive o Centro Histórico.

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Laranjeiras foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas Artes em 1996, a partir da iniciativa da Assembléia Legislativa de Sergipe que elaborou um projeto de lei n. 3476 em 1984, para elevar a cidade de Laranjeiras à categoria de Monumento Nacional. A medida foi amplamente apoiada pelo IPHAN, e justificada pelo valor arquitetônico e histórico atribuído ao conjunto, sendo iniciados os estudos necessários para permitir sua inscrição.

O processo de tombamento, iniciado em 1984, só foi retomado em 1994 quando novos esforços foram empreendidos para preservar o acervo ainda integro do Centro Histórico na perspectiva de revitalizar a cidade, através do turismo cultu-

ral. Em 1995, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou por unanimidade a inscrição do conjunto. Em 1996, a medida foi homologada pelo ministro da Cultura e fez-se a inscrição nos Livros do Tombo. O perímetro de tombamento conta com cerca de 500 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Laranjeiras

Processo de tombamento: 1288-T-89

Data das inscrições: 18 de junho de 1996 (LAEP, LH e LBA)



Vista do conjunto urbano de Laranjeiras. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

20 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.

São Cristóvão (Sergipe)

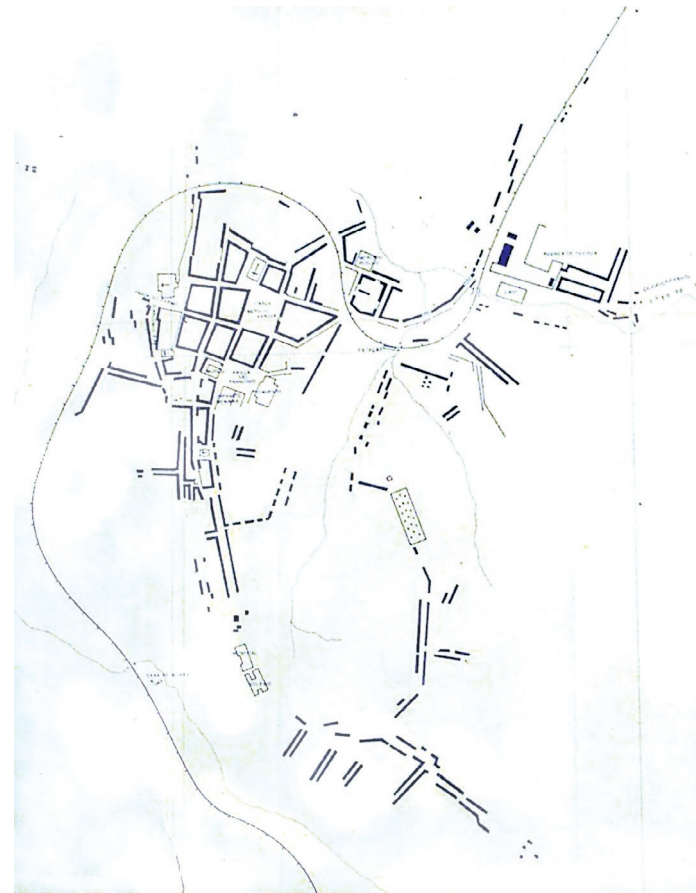
Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de São Cristóvão

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Cristóvão foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1967, por iniciativa do IPHAN, devido ao seu valor histórico e arquitetônico. A cidade foi o principal centro administrativo de Sergipe desde a sua fundação no final do século XVI até a segunda metade do século XIX, guardando um importante conjunto de edificações do período colonial. Posteriormente à inscrição do conjunto, o IPHAN desenvolveu o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, que deu origem ao Programa Cidades Históricas - PCH, e contemplou as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras em Sergipe com os primeiros estudos. A área de tombamento conta com cerca de 350 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de São Cristóvão

Processo de tombamento: 785-T-67

Data da inscrição: 23 de janeiro de 1967 (LAEP)



CONDESE. Núcleo residencial popular – Município de São Cristóvão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista do conjunto urbano de São Cristóvão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista do conjunto urbano de São Cristóvão. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

REGIÃO SUDESTE

MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO

.....
Belo Horizonte (Minas Gerais)

**Conjunto arquitetônico e paisagístico
da Pampulha**

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Pampulha na cidade de Belo Horizonte foi inscrito nos Livros do Tombo de Belas-Artes, Histórico e no Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico em 15 de dezembro de 1997, a partir de uma solicitação da prefeitura ao IPHAN para estender o tombamento, realizado em 1947 pela instituição, da igreja de São Francisco de Assis para todo o conjunto da orla da lagoa da Pampulha.

O tombamento foi justificado pelas características modernas do projeto de Oscar Niemeyer, que inaugurou na Pampulha uma nova linguagem da arquitetura moderna ao desenvolver formas curvilíneas com a utilização do concreto armado. A igreja de São Francisco de Assis, construída em 1943, foi considerada como exemplo maior da arquitetura moderna brasileira e quatro anos após a sua inauguração, em 1 de dezembro de 1947, foi inscrita no Livro do Tombo das Belas-Artes, resultando na primeira medida de proteção federal de um monumento moderno.

Além da lagoa da Pampulha, da igreja de São Francisco de Assis e da área circundante, o tombamento do conjunto abrange 6 imóveis, sendo eles: o Cassino da Pampulha, atual sede do Museu de Arte de Belo Horizonte, incluindo os bens móveis contidos no seu acervo; o Iate Tênis Clube; a Casa do Baile, com seu mobiliário original; a Casa onde morou Juscelino Kubsticheck; a antiga sede do Golf Club; a sede da Fundação Zoobotânica; e a Praça Alberto Dalva Simão, cujo projeto paisagístico foi elaborado por Roberto Burle Marx.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha

Processo de tombamento: 1341-T-94

Data das inscrições: 15 de dezembro de 1997
(LAEP, LH e LBA)

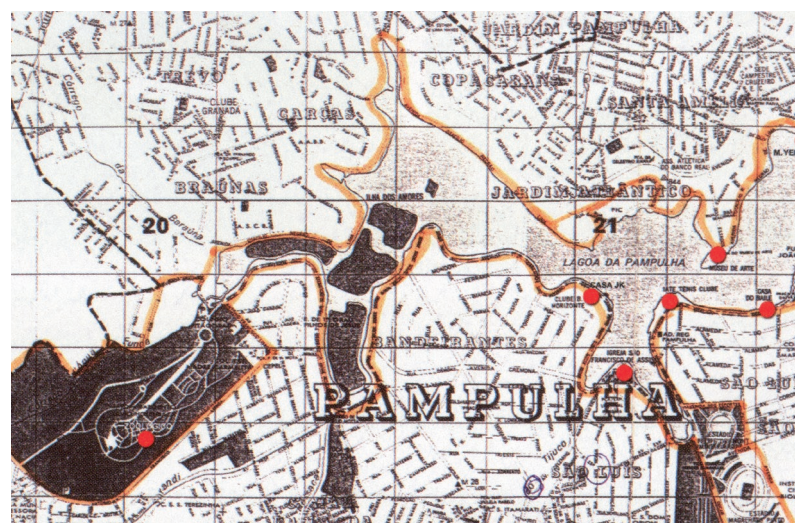


ARQUIM, Florence. Vista do Yacht Club e Cassino sobre lago artificial, 1950. Arquivo Central do IPHAN



Igreja da Pampulha * 27
Belo Horizonte - Minas

Vista da Igreja da Pampulha, 1963. Cartão postal. Acervo particular.



Mapa da Lagoa da Pampulha com área tombada e principais edificações.

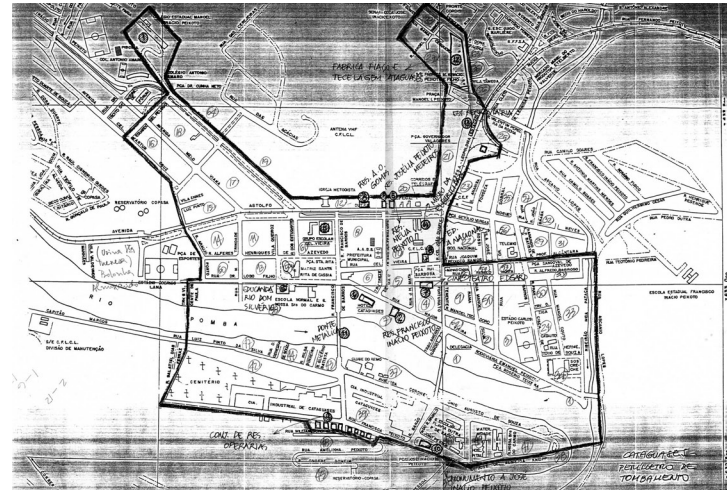
*Cataguases (Minas Gerais)***Centro histórico de Cataguases**

Primera medida institucional do IPHAN na cidade de Cataguases, o tombamento do Centro Histórico de Cataguases teve seu processo iniciado em maio de 1994 por iniciativa da própria instituição. Durante os estudos necessários para a efetivação da inscrição nos Livros do Tombo, discutiu-se a pertinência do tombamento – defendido de modo peculiar por ter sido a cidade fonte de um relevante movimento da arquitetura moderna, reunindo edificações de características muito diversas, não sendo aplicável o tradicional conceito da unidade estilística para a definição da área a ser considerada de interesse de preservação. Findos os estudos em 2003, norteados pela consideração da profusão da arquitetura moderna na cidade, o conjunto foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes, e em especial 16 imóveis, alguns com menção aos seus bens móveis e integrados.

Título do bem: Centro Histórico de Cataguases

Processo de tombamento: 1342-T-94

Data das inscrições: 17 de fevereiro de 2003 (LAEP, LH e LBA)



Planta de Cataguases com demarcação do perímetro de tombamento. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista do centro histórico de Cataguases (MG).

*Congonhas (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas**

Em 1939 o “Santuário de Bom Jesus do Matozinho e seu conjunto” foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes, por ser considerado uma obra de arte completa representante do mais puro barroco brasileiro. Essa primeira medida do IPHAN na cidade de Congonhas destacou a importância deste conjunto arquitetônico na formação e evolução da cidade, bem como na função exercida por ela, como um importante centro religioso e de peregrinação do país. Dois anos depois, em 1941, o “Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Congonhas” foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

No final da década de 1980 técnicos do IPHAN apontaram uma grande descaracterização da cidade, comprometendo a integridade arquitetônica do conjunto tombado em 1941. A cidade havia passado por um processo intenso de crescimento urbano por conta de novos investimentos econômicos na região, em especial aqueles ligados à indústria do aço. Assim como as demais cidades mineiras tombadas no final da década de 1930, no tombamento de 1941 não houve a preocupação de definir a área a ser protegida. Dessa maneira alguns estudos foram desenvolvidos pela instituição para delimitar a área protegida. Embora ainda sem definição precisa, é possível considerar a área tombada em 1941 por meio de um levantamento cartográfico feito provavelmente à época do tombamento, sendo esta a área focada nos estudos do INBI-SU. Estima-se que a subida da ladeira para o Santuário é composta de cerca de 25 imóveis ainda com características coloniais.

Em âmbito internacional, o Santuário do Bom Jesus do Matozinho e o conjunto edificado no seu entorno foi incluído na lista da UNESCO de Patrimônio Cultural da Humanidade em 6 de dezembro de 1980. O título internacional baseia-se principalmente na obra monumental de Antonio Francisco Lisboa – mais conhecido como Aleijadinho – com o conjunto escultórico dos profetas, as esculturas em tamanho natural que compõem os doze passos da Paixão e o frontispício da igreja. A área tombada pelo IPHAN conta com aproximadamente 50 imóveis.

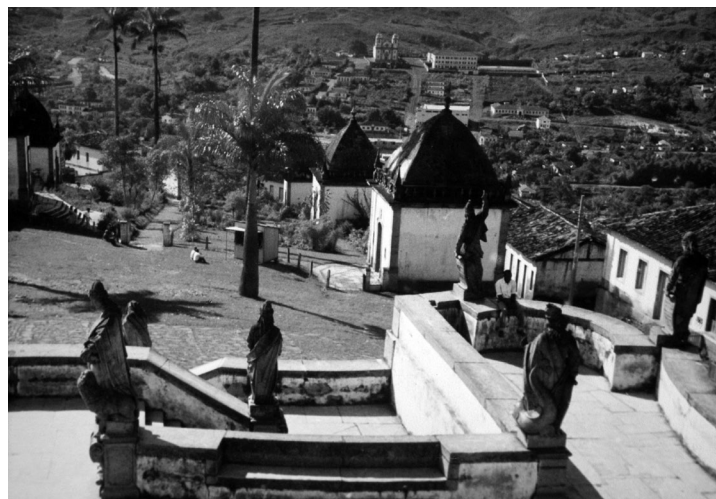
Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Congonhas

Processo de tombamento: 75-T-38

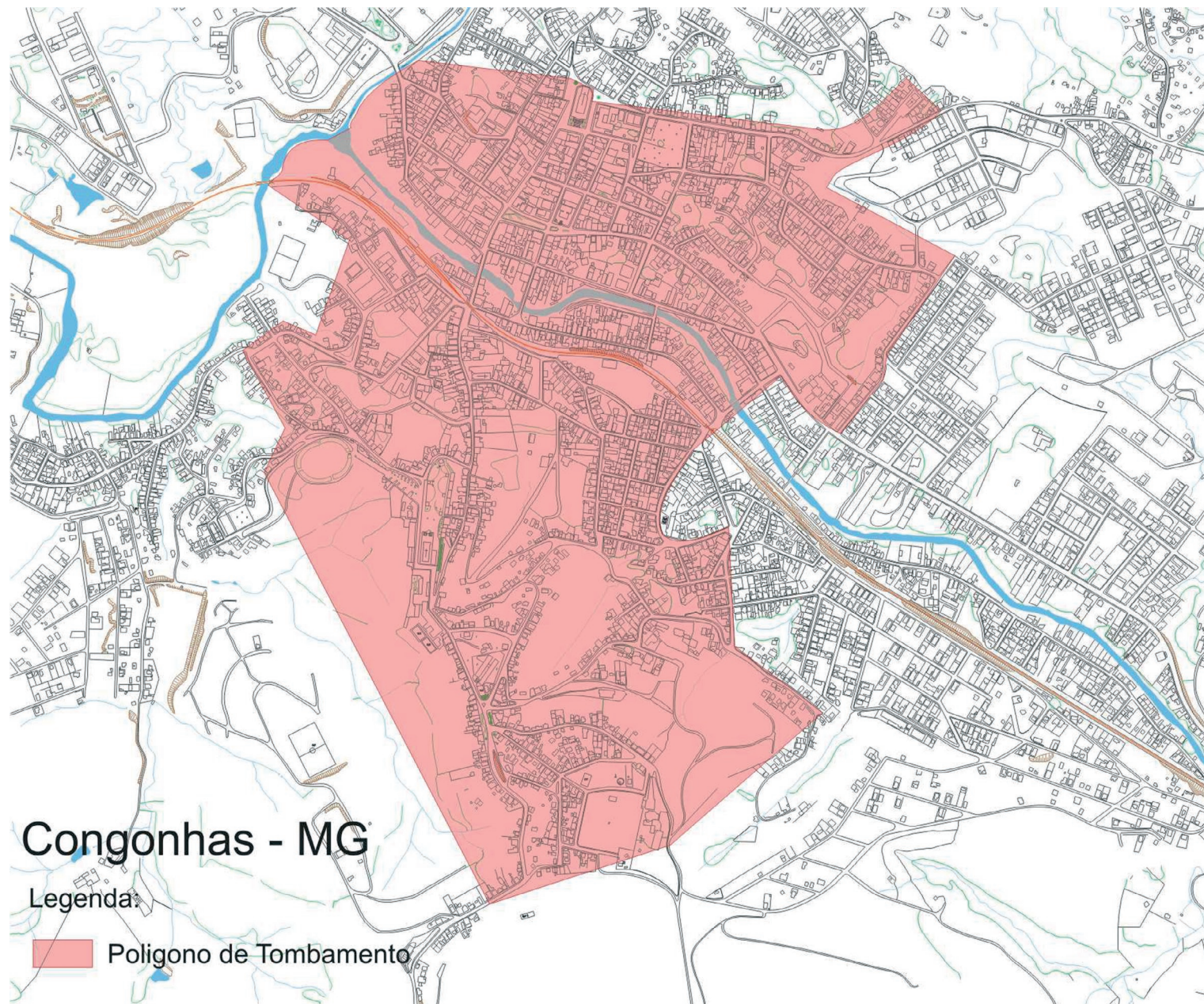
Datas das inscrições: 17 de março de 1941 (LAEP)
6 de dezembro de 1980 (UNESCO)



STILLE. Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



CASTELO, Leopoldo. Vista da cidade de Congonhas tirada a partir da igreja de Bom Jesus de Matozinho 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Planta de Congonhas (MG) com delimitação da área tombada. COPEDOC - RJ, 2006.

*Diamantina (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina**

O Conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina foi inscrito pelo IPHAN no Livro do Tombo de Belas-Artes em 1938. O tombamento realizado a partir de iniciativa da própria instituição, recém-criada, foi justificado para preservar o conjunto urbano de “excepcional valor histórico e artístico”, que a constitui em “monumento”. Neste primeiro momento de atuação, o IPHAN não definiu a área a ser preservada, considerando como objeto de tombamento a cidade como um todo. Esta medida fez parte da ação pioneira de preservação coletiva que valorizou o conjunto de cidades mineiras ligadas à economia do ouro e que mantiveram íntegra a arquitetura do final do século XVIII. Segundo o IPHAN, Diamantina, Ouro Preto, Mariana, São João d’el-Rei, Tiradentes e Serro representavam a verdadeira identidade nacional por preservar o aspecto das cidades coloniais, representantes de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro.

Em função das dificuldades e constantes dúvidas da administração municipal acerca da regulamentação de obras no

conjunto tombado, a Câmara Municipal de Diamantina, através da lei municipal nº 69 de 31 de outubro de 1949, e em parceria como o IPHAN, estabeleceu a área de proteção assegurada pelo patrimônio histórico.

Em 1999, a cidade recebeu o título de patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO. A área reconhecida internacionalmente representou um recorte do sítio protegido pela legislação federal brasileira, resultando em uma área um pouco menor. Este reconhecimento foi justificado por uma série de fatores que fazem de Diamantina um exemplo arquitetônico único no universo luso-brasileiro. A cidade possui a grande singularidade, também única nas Américas, de ter sido o território de exploração dos diamantes. A exploração diamantífera possibilitou a produção de um valioso conjunto edificado a partir do século XVIII – início da extração na região e de sua conseqüente ocupação – mantendo características próprias, reforçadas pelo isolamento vivido pela cidade, tanto por ela ter sido decretada pela Coroa portuguesa como distrito ‘fechado’ do diamante, como pelo seu isolamento natural propiciado pela Serra dos Cristais. O conjunto tombado pelo IPHAN contém cerca de 1.200 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina

Processo de tombamento: 64-T-38

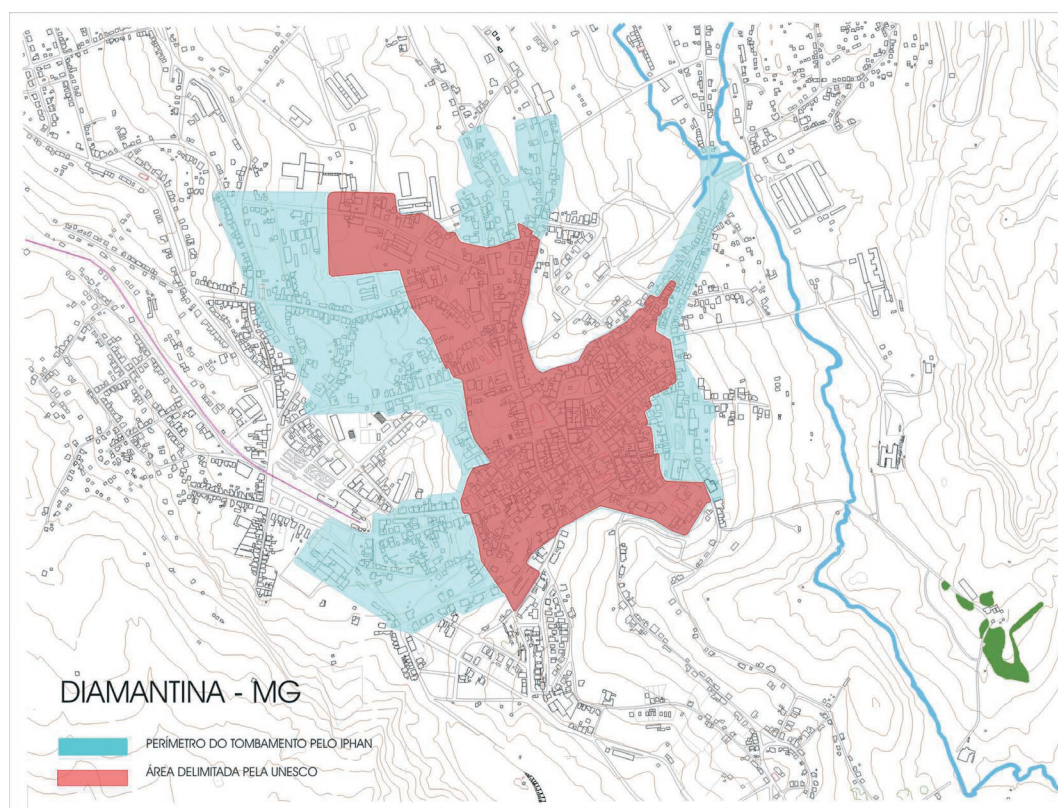
Datas das inscrições: 16 de maio de 1938 (LBA)
1999 (UNESCO)



HESS, Erich. Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina (MG). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



MARINHO, Noel Saldanha. Vista da cidade de Diamantina (MG).
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Planta da cidade de Diamantina com demarcação da área tombada. COPEDOC – RJ, 2006.

Mariana (Minas Gerais)

Conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana

O Conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana foi inscrito no Livro do Tombo de Belas-Artes, em 1938, por iniciativa do Iphan. Neste primeiro momento de atuação, o IPHAN não definiu a área a ser preservada, considerando como objeto de tombamento a cidade como um todo. Esta medida fez parte da ação pioneira de preservação coletiva que valorizou o conjunto de cidades mineiras ligadas à economia do ouro e que mantiveram íntegra a arquitetura do final do século XVIII. Segundo o IPHAN, Mariana, Ouro Preto, São João d'el-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro representavam a verdadeira identidade nacional por preservar o aspecto das cidades coloniais, representantes de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro.

A cidade de Mariana, assim como as demais, foi considerada uma expressão artística perfeita e autêntica da cultura brasileira. Não se cogitou a necessidade de delimitação da área a ser protegida, e toda a cidade ficou incluída no tombamento, registrado em planta produzida pela Prefeitura Municipal, em 1938. Estima-se que o sítio urbano neste período contava com cerca de 500 imóveis, além de seus monumentos e construções religiosas, sendo esse o conjunto considerado para inventário pelo INBI-SU.

Em 1945, através do Decreto-Lei nº 7713 de 6 de julho, Getúlio Vargas, presidente da República, e Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, erigiram-na em Monumento Nacional, como parte das comemorações do bi-centenário da criação de seu bispado, o primeiro das Minas Gerais. Conta com cerca de 500 imóveis na área tombada.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana.

Processo de tombamento: 69-T-38

Data da inscrição: 14 de maio de 1938 (LBA)



Planta da cidade de Mariana com demarcação da área tombada.
COPEDOC – RJ, 2006.



Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana (MG).
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

1 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.

*Nova Era (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Matriz**

Por iniciativa de vários membros da comunidade de Nova Era, que, em agosto de 1973, expressou o desejo de preservar e transformar a praça matriz da cidade em centro cultural, solicitando ao IPHAN o tombamento da igreja matriz de São José, da praça fronteira, e do prédio colonial que abriga o Museu da Cidade. O processo de tombamento foi iniciado e em dezembro do mesmo ano contou com amplo apoio dos técnicos da instituição, expresso no parecer de Lígia Martins Costa. Em seu parecer a chefe da Seção de Artes do IPHAN manifestou-se favorável ao tombamento paisagístico e arquitetônico da praça Matriz de São José em Nova Era, bem como da sua extensão, incluindo toda a área de entorno da igreja.

O processo foi encaminhado ao Conselho Consultivo do IPHAN, que decidiu por unanimidade pelo tombamento do conjunto, único representante da arquitetura do século XVIII existente no município, destacando a oportuna criação de um centro de integração cultural na região destinado a atividades culturais e cívicas da comunidade. Ainda em dezembro de 1973, o “Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Matriz e o Prédio do Museu Municipal de Arte e História” de Nova Era em Minas Gerais foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Belas-Artes. O perímetro de seu tombamento abrange cerca de 20 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Matriz e o Prédio do Museu Municipal de Arte e História de Nova Era.

Processo de tombamento: 880-T-73

Data da inscrição: 17 de dezembro de 1973 (LAEP E LBA)



Planta da Praça Matriz de Nova Era. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista da cidade de Nova Era com torre da Igreja da Matriz, dezembro 1973. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Ouro Preto (Minas Gerais)

Conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto

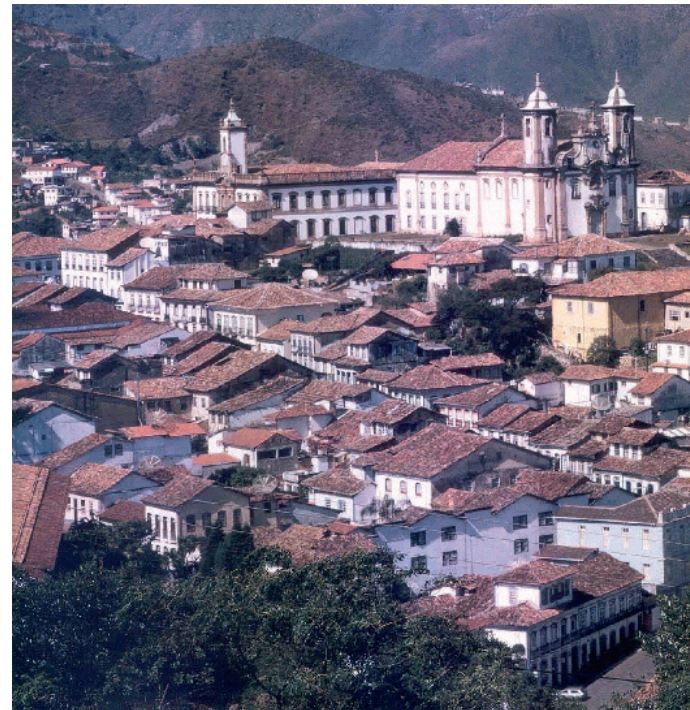
Em 1933 o governo federal, através do Decreto número 229.928, concedeu o título de Monumento Nacional² à cidade de Ouro Preto por ter sido palco de importantes acontecimentos históricos que marcaram a formação da nacionalidade brasileira – o texto do decreto destaca o movimento de separação do Brasil de Portugal ocorrido em Vila Rica em 1789, conhecido como Inconfidência Mineira – e por possuir monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, “verdadeiras obras de arte”, dignas, portanto, de proteção e preservação. O decreto de 1933 foi a primeira iniciativa do governo federal em relação à proteção do patrimônio e atribuiu à Ouro Preto um destaque dentro do quadro de preservação dos bens patrimoniais no país.

Com a criação do IPHAN, em 1938, o “Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto” foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes por iniciativa da própria instituição, reafirmando o decreto de 1933. A inscrição de 1938 fez parte da ação pioneira de preservação coletiva que valorizou o conjunto de cidades mineiras ligadas à economia do ouro e que mantiveram íntegra a arquitetura do final do século XVIII. Segundo o IPHAN, Ouro Preto, Mariana, São João d’el-Rei, Tiradentes, Diamantina e Serro representavam a identidade nacional por preservar o aspecto das cidades coloniais brasileiras, representantes de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro. Esta medida institucional considerou como objeto de tombamento a cidade como um todo, sem delimitação da área a ser destacada. Prevalecia a idéia de que tais cidades não cresceriam mais, tendo em vista a estagnação da economia aurífera, o que garantiria a proteção e conservação do valor artístico atribuído ao seu conjunto arquitetônico.

Em 1980, a cidade, mais uma vez, foi a primeira no Brasil a ser reconhecida como Monumento Mundial e inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, inserindo o Brasil nas discussões internacionais de preservação do patrimônio cul-

tural da humanidade. Desde a década de 1960 novos problemas e reflexões acerca da política de preservação de sítios urbanos no Brasil começaram a ocorrer, em especial a cidade de Ouro Preto foi objeto de discussão, tendo em vista a retomada do crescimento urbano que contrariava a idéia inicial do Iphan: que as cidades mineiras tombadas em 1938 não iriam mais crescer. O desmedido crescimento urbano ocorrido em cerca de 4 décadas e as dificuldades de lidar com um tombamento sem definição clara do limite da área protegida, bem como a ausência de critérios e normas de preservação a serem seguidas, havia transformado o objeto de tombamento: as encostas da cidade tinham sido amplamente ocupadas e o centro histórico sofrido alterações.

A isolada ação inicial, dedicada à salvaguarda dos monumentos e casarios antigos, deu lugar a uma série de iniciativas do governo federal em parceria com a UNESCO, com a administração municipal, com o governo do Estado de Minas Gerais, com a sociedade civil e com a Universidade Federal de Ouro Preto, resultando em novas estratégias de preservação, incluindo a formulação de dois planos urbanísticos e na revisão do tombamento, buscando ampliar a atribuição do valor ao sítio.



Vista da cidade de Ouro Preto. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

2 O título Monumento Nacional é objeto do Decreto no 20.985, de 7 de março de 1932, promulgado pelo antigo Ministério da Instrução Pública, e considerado por muitos autores como a medida pioneira da legislação brasileira de proteção ao patrimônio nacional, criada em 1937, com a instituição do tombamento. Sua aplicação pretendia, originalmente, a proteção dos bens, antes da instituição da forma legal do tombamento em 1937. Desde então ela pode anteceder ao tombamento, como medida preventiva, como lhe ser posterior, como um título honorífico.

Em 1986 a cidade foi inscrita, através de uma rerrificação – reafirmando e ampliando a inscrição de 1938 – nos Livros do Tombo Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, revendo o sentido dado ao conceito de “conjunto arquitetônico e urbanístico”. Segundo a nova argumentação para esse tombamento, conjuntos urbanos constituem mais do que um bem de valor artístico expresso na inscrição no Livro de Belas Artes, mas referem-se a “paisagem urbana”, termo que considera a paisagem natural aliada à paisagem construída pelo homem, destacando a importância da conservação da “ambiência” dos centros urbanos históricos. Em 1989 o perímetro tombado de Ouro Preto foi delimitado incluindo os contornos da serra onde a cidade esta inserida, abrangendo o núcleo urbano e sua paisagem circundante.

O conjunto inicialmente considerado como monumento nacional e protegido pelo tombamento de 1938 contava com cerca de 1.100 imóveis, conforme registrado no inventário realizado pelo Iphan na cidade, em 1949. Na década de 1980, quando os trabalhos do INBI-SU foram iniciados estimou-se que o conjunto já contaria com cerca de 3.000 imóveis, devido ao processo de crescimento, que resultou no adensamento da malha mais antiga da cidade – ruas, parcas, becos e antigos caminhos – e na abertura de novas ruas ocupando as encostas. O conjunto considerado para inventario pelo INBI-SU é o de 1.100 imóveis registrados em 1949.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto

Processo de tombamento: 70-T-38

Datas das inscrições: 20 de abril de 1938 (LBA)

5 de setembro de 1980 (UNESCO)

15 de setembro de 1986 (LH e LAEP)



Rua Conde de Bobadela, Ouro Preto. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



HESS, Erich. Casas à Rua Conde de Bobadela, Ouro Preto. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Mapa da cidade de Ouro Preto (MG). COPEDOC – RJ, 2006.

*Sabará (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua D. Pedro II**

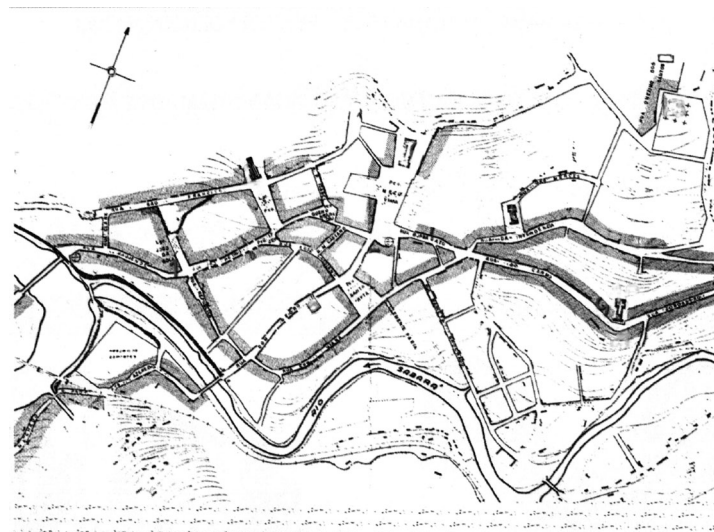
Após as inscrições nos Livros do Tombo de alguns bens imóveis isolados, na sua maioria representantes da arquitetura religiosa, em 1953 o Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua D. Pedro II, antiga Rua Direita de Sabará, passou a ser objeto de discussão para seu tombamento por iniciativa do IPHAN, a fim de evitar que se concretizassem as notícias de demolições programadas na cidade. No entanto, alguns pareceres técnicos se posicionaram pouco favoráveis ao tombamento do conjunto. Argumentavam que apenas o trecho constituído pela Rua D. Pedro II apresentava características para o tombamento. A falta de consenso quanto à área a ser considerada para a medida de proteção acarretou longos pareceres e estudos demorados.

Somente em 1965, após ratificação de alguns pareceres sobre a área do bem a ser inscrito, a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade – então diretor da Instituição – o conjunto arquitetônico de apenas parte da cidade, mais especificamente do trecho da Rua D. Pedro II e adjacências, foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico. A área do tombamento conta com cerca de 80 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da rua D. Pedro II

Processo de tombamento: 485-T-53

Data das inscrições: 27 de janeiro de 1965 (LAEP e LH)



*Mapa da cidade de Sabará. Detalhe da Rua Dom Pedro II.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*Vista do conjunto da Rua Dom Pedro II. Arquivo Central do
IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*

*São João d'el-Rei (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de São João d'el-Rei**

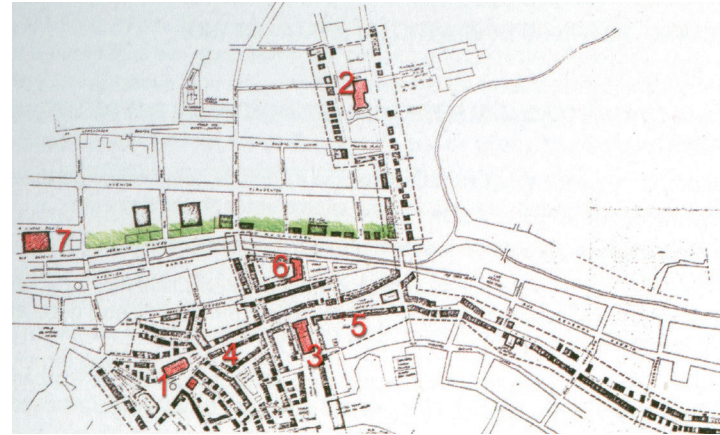
O “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de São João d'el-Rei foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 1938 por iniciativa do IPHAN. Neste primeiro momento de atuação, a Instituição não definiu a área a ser preservada, considerando como objeto de tombamento a cidade como um todo. Esta medida fez parte da ação pioneira de preservação coletiva que valorizou o conjunto de cidades mineiras ligadas à economia do ouro e que mantiveram íntegra a arquitetura do final do século XVIII. Segundo o IPHAN, São João d'el-Rei, Mariana, Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina e Serro representavam a verdadeira identidade nacional por preservar o aspecto das cidades coloniais, representantes de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro.

Diferentemente do que ocorreu no tombamento das demais cidades mineiras inscritas no Livro do Tombo em 1938, a cidade de São João d'el-Rei, que passou por um processo de intenso crescimento urbano desde o final do século XVIII, concentrando importantes estabelecimentos civis e eclesiásticos, recebeu outro tratamento por parte do IPHAN. Em 1947, a Instituição, em parceria com a administração municipal, definiu os logradouros e imóveis de valor individual incluídos no tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico. Nesta delimitação, foi considerada a área correspondente ao núcleo urbano de características arquitetônicas coloniais, ou seja, o conjunto urbano correspondente àquele edificado no final do século XVIII, contando com cerca de 700 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico de São João d'el-Rei

Processo de tombamento: 68-T-38

Data da inscrição: 4 de março de 1938 (LBA)



Planta da cidade de São João d'el-Rei. Área preservada pelo tombamento. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



AFONSO. Casas à Rua Coronel Tamarino, em São João d'el-Rei. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



HESS, Eric. Vista da cidade de Serro. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Tiradentes (Minas Gerais)***Conjunto arquitetônico e urbanístico
de Tiradentes**

O “Conjunto arquitetônico e urbanístico” de Tiradentes foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 1938 por iniciativa do IPHAN. Neste primeiro momento de atuação, a Instituição não definiu a área a ser preservada, considerando como objeto de tombamento a cidade como um todo. Esta medida fez parte da ação pioneira de preservação coletiva que valorizou o conjunto de cidades mineiras ligadas à economia do ouro e que mantiveram íntegra a arquitetura do final do século XVIII. Segundo o IPHAN, Tiradentes, São João d’el-Rei, Mariana, Ouro Preto, Diamantina e Serro representavam a verdadeira identidade nacional por preservar o aspecto das cidades coloniais, representantes de um estilo arquitetônico genuinamente brasileiro.

Nesse momento, a cidade, como um todo, foi considerada como objeto de tombamento. A fim de complementar, ‘por conveniência’, o ato de proteção do conjunto em 27 de janeiro de 1964, o IPHAN determinou a inscrição individual no Livro do Tombo de Belas-Artes de todas as capelas filiais da Matriz de Santo Antônio de Tiradentes, sendo elas: a de Nossa Senhora do Rosário, a do Bom Jesus, a de Nossa Senhora das Mercês, a de Sua Santíssima Trindade, a de São Francisco de Paula e a de São João Evangelista. Dessa maneira os monumentos tombados individualmente vêm reforçar o ato de proteção de determinados bens imóveis inseridos no conjunto urbano.

Ao longo do século XX, a cidade sofreu poucas pressões de crescimento, sendo o principal trabalho de preservação a conservação dos imóveis particulares e principais monumentos para que não se deteriorassem. No entanto, a partir da década de 1980, como em outras cidades históricas, iniciou-se um novo processo de crescimento, adensamento da área de ocupação mais antiga e transformações de uso do casario. Esse, antes predominantemente residencial passou a ter funções comerciais e de serviços ligados ao turismo. Conta com aproximadamente 150 imóveis dentro do perímetro para proteção.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico de Tiradentes

Processo de tombamento: 66-T-38

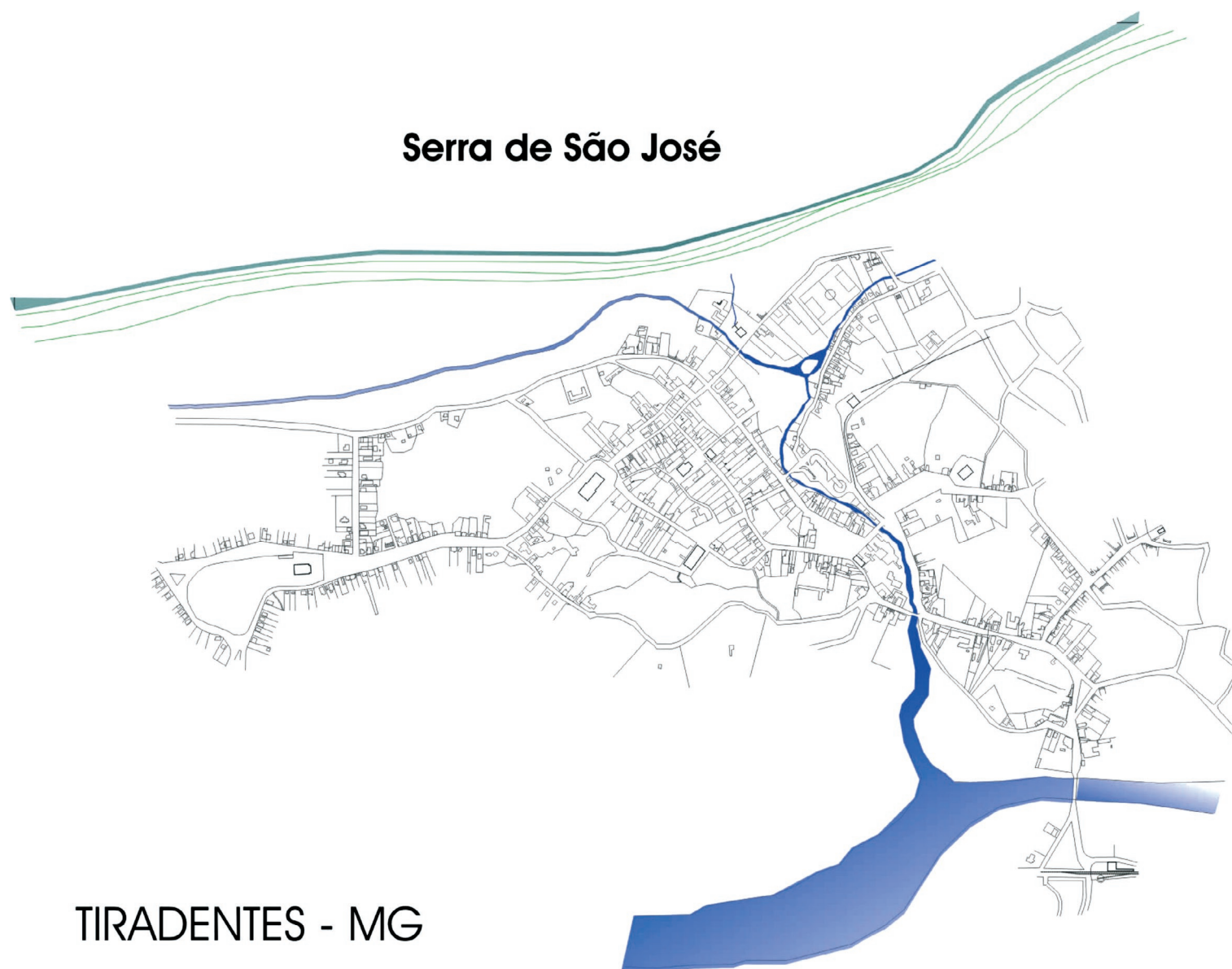
Data da inscrição: 20 de abril de 1938 (LBA)



*Rua Direita, em Tiradentes. Arquivo Central do IPHAN –
Seção Rio de Janeiro.*



*Rua Direita, em Tiradentes. Arquivo Central do IPHAN –
Seção Rio de Janeiro.*



Planta da cidade de Tiradentes (MG). COPEDOC – RJ, 2006.

*Angra dos Reis (Rio de Janeiro)***Conjunto arquitetônico e paisagístico de Mambucaba**

A atuação do IPHAN no município de Angra dos Reis iniciou-se ainda em 1941 com a abertura do processo de tombamento do Centro Histórico de Angra dos Reis e, logo em seguida, com a inscrição de alguns bens individuais, remanescentes da arquitetura civil e religiosa do período colonial ainda existentes na cidade. Durante os estudos para o tombamento do Centro Histórico, as muitas intervenções urbanas ali realizadas impossibilitaram a inscrição do conjunto, que em 1962 já se encontrava totalmente descaracterizado.

Em 1969, preocupado com os reflexos que causaria a construção do trecho Rio-Santos da BR 101 na estrutura urbana do município, o IPHAN inscreveu o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mambucaba no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por considerá-lo, originado no século XVII, de excepcional valor para a cultura nacional. Nessa mesma ocasião, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, também do século XVII, foi inscrita separadamente no Livro do Tombo de Belas-Artes e a delimitação do conjunto de Mambucaba ficou definida por um círculo de raio de dois quilômetros, tomado do adro da igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde se encontra a referida imagem. Em 1971, com a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina pelo governo federal, cuja área de preservação margeia a BR 101, fez-se um emolduramento natural ao conjunto, valorizando assim o primitivo núcleo urbano situado na faixa litorânea do município. O perímetro de tombamento conta com cerca de 50 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mambucaba

Processo de tombamento: 816-T-69

Data da inscrição: 11 de dezembro de 1969 (LAEP)



Vista aérea do conjunto arquitetônico e paisagístico de Mambucaba, no município de Angra dos Reis. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Cabo Frio (Rio de Janeiro)***Conjunto paisagístico de Cabo Frio**

As primeiras atuações do IPHAN no município de Cabo Frio datam da década de 1950, com a inscrição de três bens destacados pela sua importância histórica na formação da cidade: as ruínas do Forte de São Mateus, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1956; o convento e a igreja de Santa Maria dos Anjos e a capela de Nossa Senhora da Guia inscritos no Livro de Belas-Artes em 1957. O perímetro de tombamento do Convento e igreja de Santa Maria dos Anjos foi estendido e uma nova inscrição no Livro do Tombo das Belas-Artes sob a denominação de Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo o convento e a igreja de Santa Maria dos Anjos.

Em 1966, um novo processo de tombamento é instaurado, por iniciativa dos técnicos do IPHAN, a fim de reafirmar e ampliar a área de proteção no município, garantindo a salvaguarda dos imóveis do período colonial e o caráter paisagístico da área circunvizinha aos bens já inscritos. Após os estudos técnicos e a deliberação do Conselho Consultivo, o Conjunto

Paisagístico de Cabo Frio foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1967, compreendendo a Capela de Nossa Senhora da Guia, inclusive o morro em que ela está situada; a Igreja de Santa Maria dos Anjos e as ruínas do Convento anexo; a capela e o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco; o Largo de Santo Antônio até a orla do canal de Itajuru; o Forte de São Mateus, inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia, constituindo uma área de proteção de 500 metros; a faixa do litoral situada entre a Avenida Parque Litorâneo e o mar, com largura mínima de 150 metros, desde o início da mesma avenida até encontrar a estrada para Arraial do Cabo; o morro do Telégrafo e os baixios que forem aterrados como acréscimos de marinha no canal de acesso à lagoa. Esta área conta com cerca de 100 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo o convento e a igreja de Santa Maria dos Anjos

Processo de tombamento: 447-T-51

Data da inscrição: 15 de janeiro de 1957 (LBA)

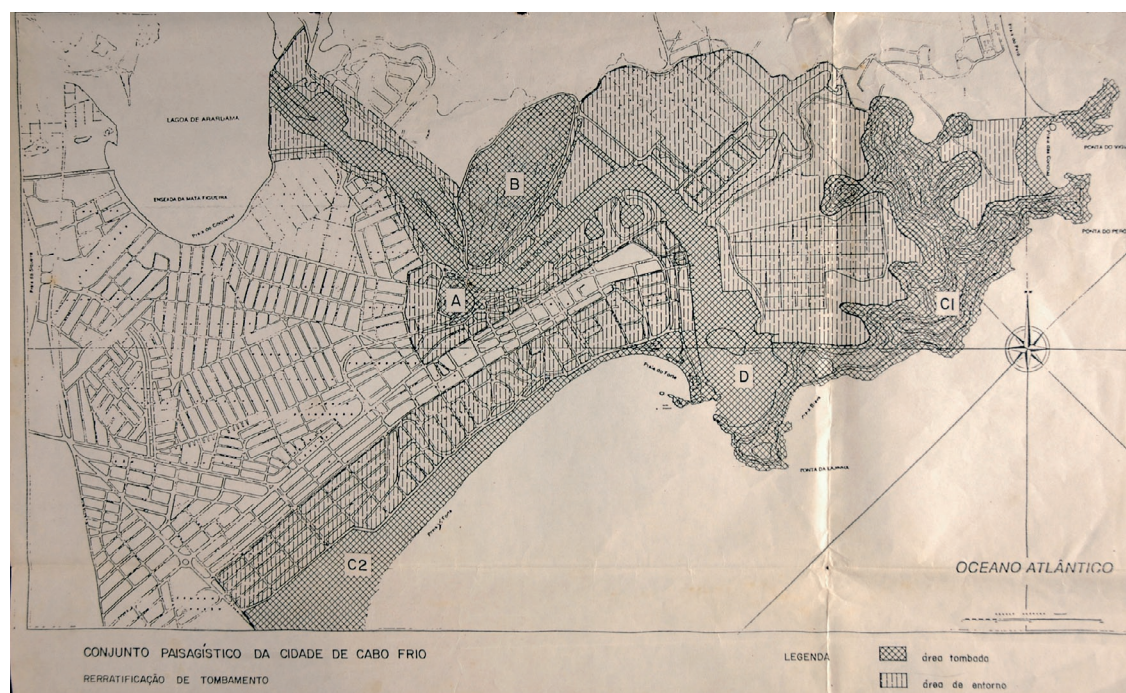
Título do bem: Conjunto paisagístico de Cabo Frio

Processo de tombamento: 757-T-67

Data da inscrição: 27 de abril de 1967 (LAEP)



Vista panorâmica de Cabo Frio, tirada do Morro da Guia. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Conjunto paisagístico de Cabo Frio. Rerratificação do tombamento. Arquivo Central do IPHAN – Seção do Rio de Janeiro.



JACINTO, Edgard. Forte São Mateus – Cabo Frio, 1958. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Nova Friburgo (Rio de Janeiro)

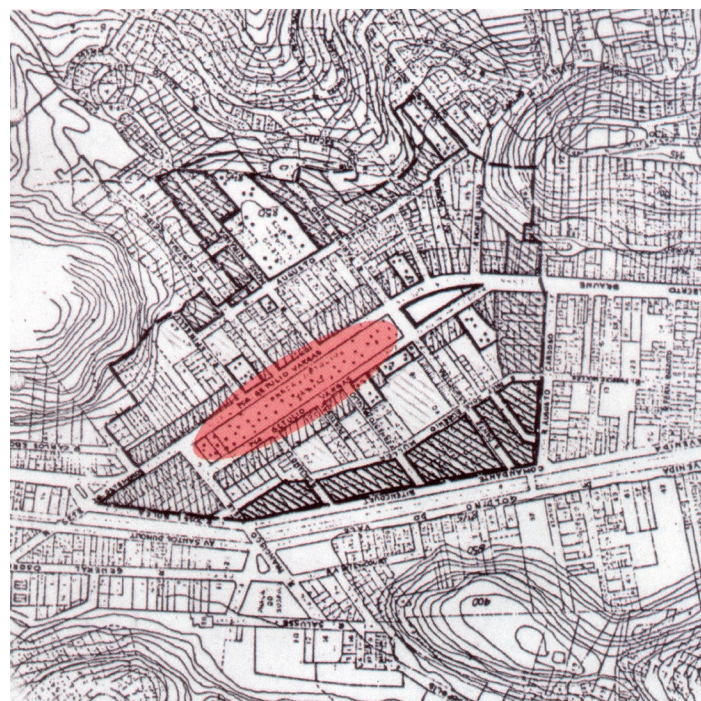
Praça Getúlio Vargas – conjunto arquitetônico e paisagístico

O Conjunto arquitetônico e paisagístico da praça Getúlio Vargas em Nova Friburgo foi inscrito no Livro do Tombamento Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1972 a partir da solicitação de alguns moradores preocupados com as alterações no conjunto promovidas pela administração municipal. O pedido de tombamento recebeu total respaldo do IPHAN, que tomou as medidas necessárias para a inscrição do bem, justificada pelo valor arquitetônico e paisagístico peculiar e característico da cidade de Nova Friburgo, formada a partir da chegada da colônia suíça ao Brasil no início do século XIX. O perímetro de tombamento do conjunto conta com cerca de 30 imóveis.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da praça Getúlio Vargas, em Nova Friburgo

Processo de tombamento: 833-T-71

Data da inscrição: 4 de julho de 1972 (LAEP)



Planta da cidade de Nova Friburgo, com demarcação da Praça Getúlio Vargas. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Praça Getúlio Vargas, em Nova Friburgo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Parati (Rio de Janeiro)***Conjunto arquitetônico e paisagístico de Parati**

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Parati foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas-Artes em 1958 a partir da iniciativa do IPHAN, numa ação que contemplou a iniciativa do governo do Estado do Rio de Janeiro, ao erigir a cidade de Parati em monumento histórico, através do Decreto-lei n. 1450, de 18 de setembro de 1945. Esta inscrição, primeira medida, tomada pelo IPHAN, de preservação do patrimônio existente em Parati, visava assegurar a proteção aos valores históricos, urbanísticos e artísticos da cidade, preservando o aspecto tradicional do centro histórico de Parati, originado no século XVIII, e delimitado pela prefeitura em 1947, através do Código de Obras.

Devido ao intenso crescimento urbano verificado em Parati, o IPHAN, para impedir que o acervo sofresse irreparáveis alterações, solicitou ao presidente da República que convertesse a cidade em monumento nacional, medida efetivada através do Decreto n. 58.077 assinado em 24 de março de 1966.

Em 1974, a Instituição realizou outras inscrições nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas Artes, agora sob o título de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do município de Parati, ampliando a área de proteção. Este segundo tombamento inclui o primeiro, de 1958. A área de ocupação mais antiga, identificada como o Centro Histórico de Parati conta com cerca de 400 imóveis.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Parati

Processo de tombamento: 563-T-57

Data da inscrição: 13 de fevereiro de 1958 (LAEP e LBA)

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do município de Parati

Processo de tombamento: 563-T-57

Data da inscrição: 1 de março de 1974 (LAEP e LBA)

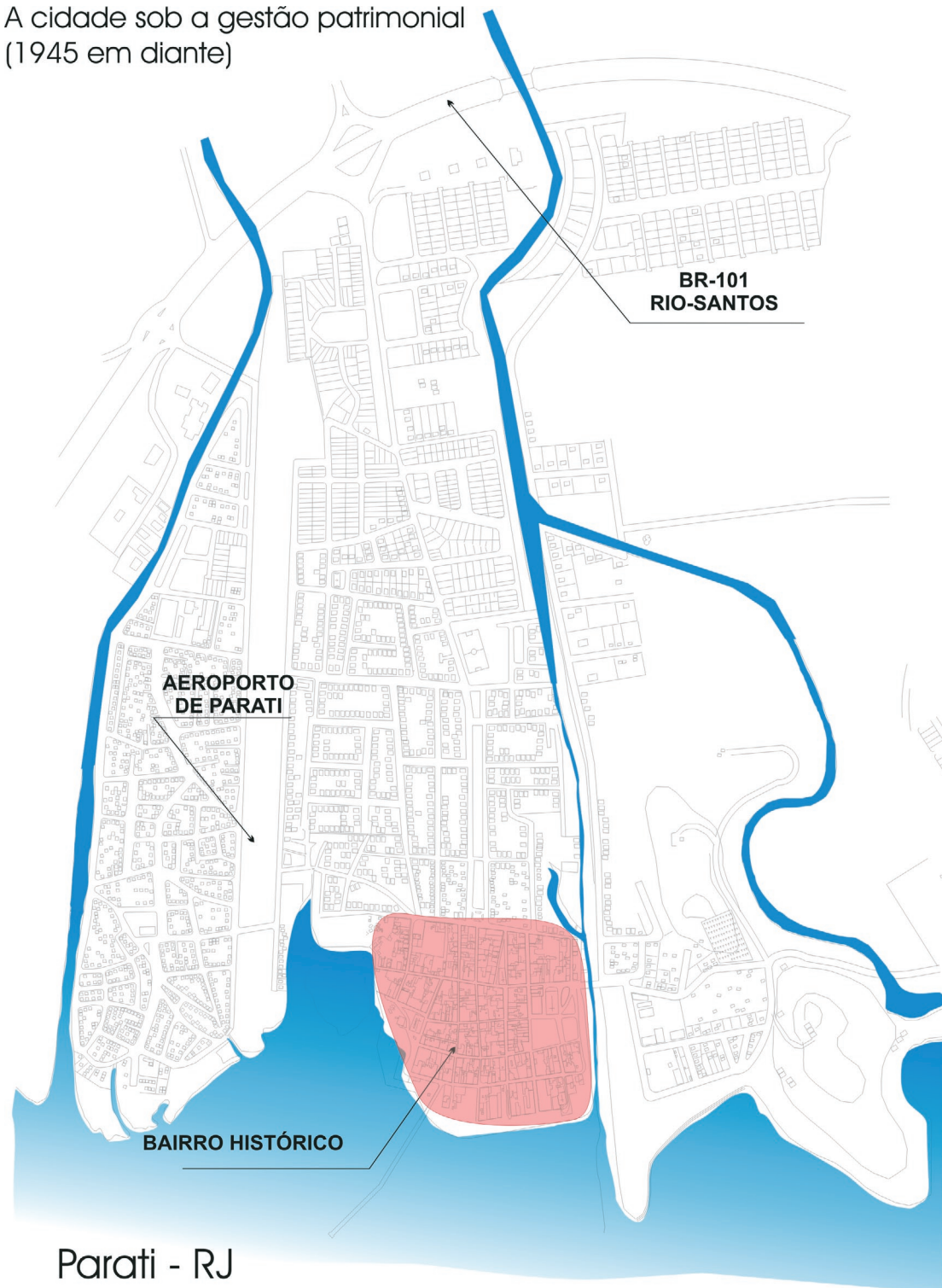


Vista do conjunto com igreja do Rosário ao fundo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista aérea da cidade de Parati, 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

A cidade sob a gestão patrimonial
(1945 em diante)



Parati - RJ

Planta da cidade de Parati sob a gestão patrimonial (1945 em diante). COPEDOC – RJ, 2006.

Petrópolis (Rio de Janeiro)

Conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis

A atuação do IPHAN em Petrópolis data desde de 1938 com a inscrição de alguns bens individuais de valor histórico e arquitetônico provenientes do século XIX. A cidade possui dois conjuntos urbanos distintos inscritos nos Livros do Tombo.

O primeiro deles, o Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeler foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1966 a pedido do Instituto Histórico de Petrópolis, cuja iniciativa foi apoiada pelo IPHAN, com o objetivo de preservar o acervo urbano-paisagístico constituído pela área da Avenida Koeler.

Em 1967 o segundo conjunto, intitulado Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Confluência ou de Koblenz, foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas-Artes, justificado pelo seu valor arquitetônico e histórico, e por ser a área onde está localizado o Palácio de Cristal, uma das poucas edificações íntegras do plano urbanístico realizado pelo major engenheiro alemão Julio Frederico Koeler na primeira metade do século XIX.

Em 1980, o perímetro de tombamento do Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeler foi estendido, a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a fim de preservar a visibilidade do conjunto e de incluir bens, como a Praça Princesa Isabel e a catedral de Petrópolis, de incontestável valor histórico e arquitetônico. O novo perímetro de tombamento passou a ser constituído pelos seguintes logradouros: Praça Princesa Isabel, Igreja Catedral, Avenida Ipiranga, Avenida Tiradentes, Avenida Sete de Setembro, Rua São Pedro de Alcântara, Rua Raul de Leone, Praça Visconde de Mauá, Praça Rui Barbosa, Rua Barão do Amazonas, Rua do Encanto, Rua Monsenhor Bacelar, e Avenida Piabanha, atual Presidente Kennedy.

Em 1981, o governo federal, através do Decreto número 85849, atribuiu a cidade de Petrópolis o título de Cidade Imperial, destacando o valor das edificações erguidas no século XIX e início do XX. Em consonância com a medida federal, a Prefeitura, através de uma carta endereçada ao IPHAN, solicitou o tombamento de vários bens arquitetônicos da cidade. Diante da série de pedidos de tombamento e da crescente conscientização quanto ao valor da cidade, manifestados em várias esferas do poder público e da socie-

dade civil, o Iphan iniciou estudos para mais uma vez ampliar a área de tombamento, considerando a cidade de excepcional valor histórico e paisagístico. Em 1982, o novo perímetro de tombamento do Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeler foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob um novo número de inscrição. O novo perímetro de tombamento – cujo principal objetivo foi garantir as premissas básicas do plano Koeler e, em especial, a conjugação adequada das paisagens naturais e construídas – passou a ser constituído por cinco conjuntos urbanos, sendo o primeiro formado pelas Ruas Visconde de Sousa Franco, do nº 93 ao nº 609 e do nº 428 ao nº 590, pela Rua Barão do Bom Retiro, nº 38, pela Rua Buarque de Macedo, do nº 39 ao 131 e do nº 8 ao 128, e pela Rua Dr. Sá Earp, do nº 17 ao 99; o segundo formado pela Avenida Benjamim Constant do nº 126 ao 280 (exclusive o Hotel Gran Solar) e pelo Conjunto da Universidade Católica, especialmente os prédios do antigo Colégio Notre Dame de Sion e da casa que pertenceu ao Barão de Ubá. O terceiro conjunto é formado pela Rua Santos Dumont do nº 517 ao 701 e do nº 460; o quarto pela Rua Montecaseros, do nº 191 ao nº 507, do nº 288 ao nº 620 e dos números 131, 137 e 141; e o quinto pela Rua Paulino Afonso, do nº 86 ao 134 e nº 13. Além dos cinco conjuntos, fazem parte do perímetro de tombamento quatro complexos fabris, sendo eles: a Companhia Petropolitana de Tecidos Fábrica Vila Operária e Praça Dr. J. Soares M. Filho com respectivo coreto e igreja matriz da Cascatinha; o Conjunto Arquitetônico Remanescente da antiga Fábrica Cometa, situada no Meio da Serra; a Fábrica de São Pedro de Alcântara, na Rua Washington Luiz; e a Vila Operária da



Vista aérea da Avenida Koeller tirada da catedral de São Pedro de Alcântara, 2002. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.

extinta Fábrica Cometa, situada na Rua Padre Feijó, do nº 107 ao 163 – constituída por onze edificações individuais – sendo eles: o Edifício do Fórum, na Rua do Imperador, do nº 909 ao 953; o Palácio Itaboraí, na Rua Visconde de Itaboraí; o Asilo do Amparo, rua Roberto Silveira, 150; a Casa da Rua Roberto Silveira, 75; a Casa na rua Cardoso Fontes, 211; a Casa na Rua Washington Luís do nº 1066 ao 1076; a Casa de Ana Mayworm, na Rua José Mayworm, s/nº; a Casa de Stephan Zweig, situada na Rua Gonçalves Dias, 34; a Casa de Djanira, loteamento da fazenda Samambaia; a Casa da Rua Casimiro de Abreu, 178; e o Mural de Djanira, existente no Liceu Municipal Cordolino Ambrosio – e pelos seguintes aspectos morfológicos: calha do rio Piabanha e seus afluentes; rio do Carmo; rio Ave-Lallement, rio Vandelli, rio Alpoim, rio Paulo Barbosa, rio Quitandinha e afluentes, rio São Rafael e rio Itamarati. Ainda foram considerados elementos integrantes desse tombamento: árvores plantadas, pontes, muretas e guardas-corpos às margens dos rios. A área de tombamento conta com cerca de 500 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico da Avenida Koeler

Processo de tombamento: 662-T-62

Datas das inscrições: 8 de junho de 1966 (LAEP)

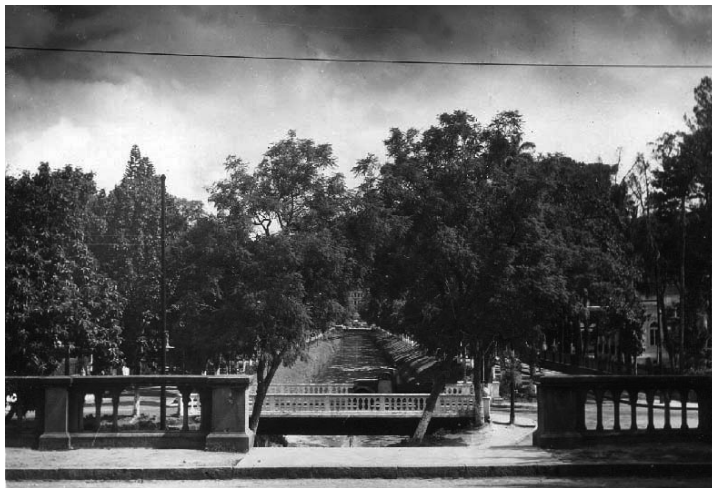
11 julho de 1980 (LAEP: extensão da primeira inscrição)

14 de janeiro de 1982 (LAEP: nova inscrição)

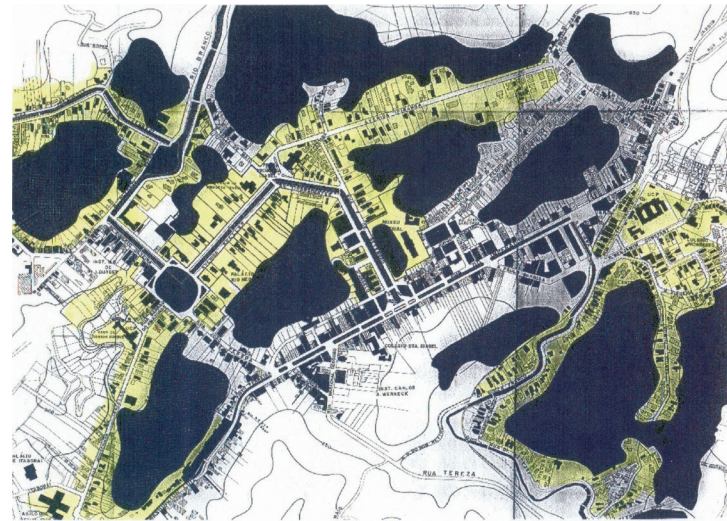
Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Confluência ou de Koblenz

Processo de tombamento: 612-T-60

Data das inscrições: 21 de junho de 1967 (LAEP e LBA)



*Aspecto do conjunto da Avenida Koeller, Petrópolis, 1962.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*Planta cadastral dos bens tombados da cidade de Petrópolis.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*ALCÂNTARA, Dora. Vista do conjunto de Petrópolis com um dos rios ao centro.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*

*Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)***Jardim e Morro do Valongo –
conjunto arquitetônico e paisagístico**

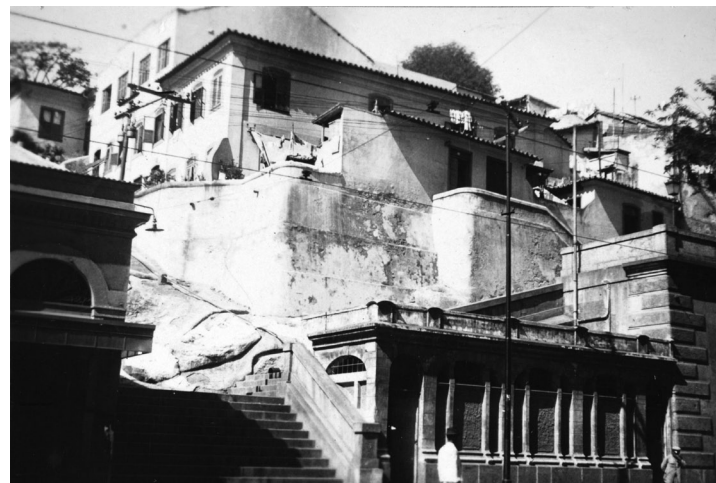
O Conjunto Urbanístico e Arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e no de Belas-Artes em 1938, por iniciativa do IPHAN juntamente com outros bens considerados de grande valor arquitetônico e histórico na formação da cidade do Rio de Janeiro. A região que servia de embarque, desembarque e comércio de escravos, no final do século XVIII, foi remodelada na administração do prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), cuja atuação se deu através do alargamento das ruas e da construção dos Jardins Suspensos, ao estilo romântico característico do período.

Estão incluídos nesta inscrição os prédios de números 25, 29, 31 e 45 da Ladeira do Morro do Valongo, cujos processos foram abertos no mesmo período do processo que resultou na inscrição do conjunto e anexados no decorrer dos estudos para o tombamento, enfatizando-se o valor paisagístico das edificações. Na mesma área ainda encontramos o prédio de número 21 da Ladeira do Morro do Valongo, inscrito – um mês após o tombamento do conjunto – nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no de Belas Artes, complementando a ação da Instituição no perímetro estudado. A área do tombamento conta com cerca de 15 imóveis.

Título do bem: Conjunto Urbanístico e Arquitetônico do Jardim e Morro do Valongo

Processo de tombamento: 99-T-38

Data da inscrição: 30 de junho de 1938 (LH e LBA)



*BARRETO, Paulo. Casas da Ladeira do Valongo, Rio de Janeiro.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*BARRETO, Paulo. Casas da Ladeira do Valongo, Rio de Janeiro.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



Planta do Morro do Valongo, Rio de Janeiro, com demarcação da área tombada. COPEDOC – RJ, 2006.

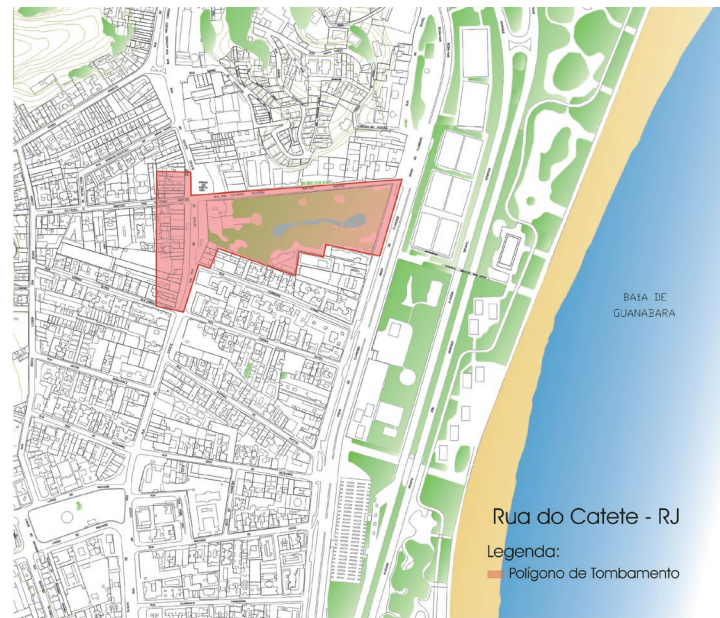
*Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)***Rua do Catete – conjunto arquitetônico**

O Conjunto Arquitetônico da Rua do Catete, sob o título Palácio do Catete, Parque e Rua do Catete: conjunto arquitetônico, foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e no de Belas-Artes em 1962 como extensão do tombamento realizado em 1938, que abrangia apenas o Palácio do Catete e a área da sua antiga garagem, sede do governo de 1897 a 1960 e palco de importantes acontecimentos que marcaram a trajetória política do país. Esta medida foi justificada pela importância histórica e arquitetônica do prédio em questão. O perímetro do tombamento de extensão abrange além da área do Palácio, atual Museu da República, os sobrados que eram de uso residencial no século XIX e que são contíguos ao museu, correspondendo aos números 126 a 196 e 179 a 187 da Rua do Catete. A área conta com cerca de 50 imóveis.

Título do bem: Palácio do Catete, Parque e Rua do Catete: conjunto arquitetônico

Processo de tombamento: 153-T-38

Data das inscrições: 6 de abril de 1938 (LH e LBA)
15 de maio de 1962 (extensão)



Planta da Rua do Catete, Rio de Janeiro, com demarcação do polígono de tombamento. COPEDOC – RJ, 2006.



CALVENTE, Eurico. Conjunto arquitetônico da Rua do Catete, 1976. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)***Área central da Praça 15 de Novembro e imediações**

A atuação do IPHAN na região data desde 1938, com a inscrição da casa número 101 no Arco do Teles, e desde então vem atuando na preservação dos imóveis com maior destaque histórico e arquitetônico, em especial àqueles do período colonial, como por exemplo o Chafariz do Mestre Valentim, a antiga igreja catedral Metropolitana, a igreja da Ordem Terceira do Carmo, o oratório de Nossa Senhora da Boa Esperança, a igreja de Santa Cruz dos Militares, a igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, o Paço Imperial, a igreja Nossa Senhora da Candelária e a igreja de São José.

O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico propriamente dito da Praça 15 de Novembro só ocorreu em 1990, por iniciativa do IPHAN, que segundo uma nova abordagem, menos preocupada com a integridade ou homogeneidade do conjunto, e mais voltada para o valor do bem como “documento”, considerou essa área da cidade – primeiro porto do Rio de Janeiro e que ao longo do tempo guardou testemunhas de diversos períodos da história nacional – de fundamental importância na trajetória econômica, política e cultural do Brasil. O conjunto foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas Artes em 1990, por iniciativa do IPHAN, justificado pela sua importância histórica, arquitetônica, paisagística e cultural, por ter sido este o primeiro porto do Rio de Janeiro, principal espaço econômico, político e cultural do Brasil desde meados do século XVI.

O perímetro de tombamento do conjunto estende-se da Praça 15 de Novembro até a Praça Pio X, limitando-se ainda com a Avenida Perimetral e a Rua Primeiro de Março. Além da área de tombamento, também se definiu um perímetro de entorno, que tem como pontos de referência a avenida Erasmo Braga, a Avenida Antônio Carlos, a Rua São José, a Rua da Quitanda, a fachada posterior da Candelária, a Praça Marechal Âncora, a Rua Jacó do Bandolim e a rua Dom Manuel. Toda essa área conta com cerca de 150 edificações.

Título do bem: Área Central da Praça 15 de Novembro e imediações

Processo de tombamento: 1213-T-86

Data da inscrição: 14 de março de 1990 (LAEP, LH e LBA)



Arco do Teles, na Praça 15 de Novembro. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.



Praça XV - RJ

Legenda:

Poligonal de Tomabamento

Planta da Praça 15 de Novembro, Rio de Janeiro. COPEDOC-RJ, 2006

Vassouras (Rio de Janeiro)

Conjunto urbano-paisagístico de Vassouras

Depois da inscrição da Casa da Hera no Livro do Tombo Histórico em 1952, o IPHAN desenvolveu estudos para o tombamento do conjunto arquitetônico existente na cidade de Vassouras. A proposta de tombamento recebeu a aprovação de todos os departamentos da Instituição e do Conselho Consultivo, que a aprovou por unanimidade, sob a denominação de “Conjunto arquitetônico e paisagístico de Vassouras”, constituído pelos seguintes logradouros: a praça Barão de Campo Belo, incluindo a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição e o seu chafariz; a praça Sebastião de Lacerda; a rua Barão de Tingua até o cemitério, também incluindo suas ruas marginais. Pelas características do bem a ser preservado, a inscrição foi feita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, justificada pelo apreciável valor arquitetônico e urbanístico das construções ali existentes, edificadas no início do século XIX. O perímetro de tombamento do conjunto conta com cerca de 100 edificações.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Vassouras

Processo de tombamento: 566-T-57

Data da inscrição: 26 de junho de 1958 (LAEP)



CALVENTE, Eurico. Casas à Praça Barão de Campo Belo, Vassouras, 1975.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



TELES, Augusto C. da. Planta da cidade de Vassouras copiada da planta levantada em 1932 por José Bento Martins Barbosa.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



CALVENTE, Eurico. Casa à Rua Barão de Vassouras, nº 33.
Fachada do prédio do Fórum – Praça Barão de Campo Belo, Vassouras, 1977.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

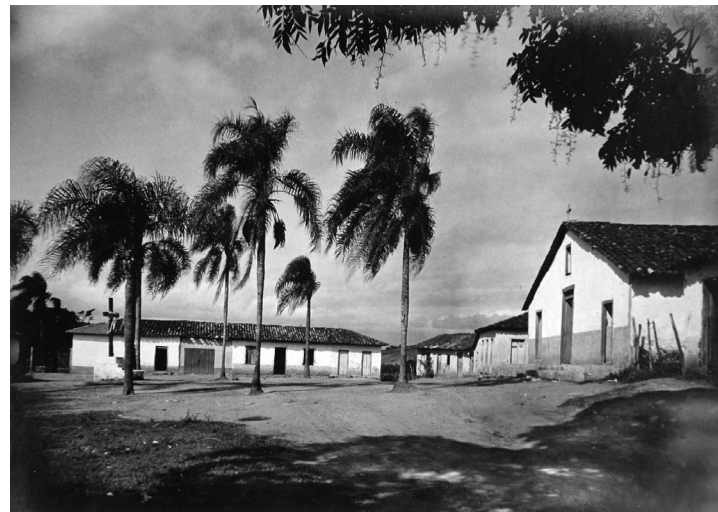
*Carapicuíba (São Paulo)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Carapicuíba**

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1940, a partir da iniciativa do Iphan, devido a sua importância histórica e a permanência de sua primitiva feição urbanístico-arquitetônica, construída como o aldeamento jesuíta instalado no século XVI. A inscrição do conjunto foi a primeira e única ação da Instituição na cidade, onde cerca de 20 edificações estão sob a sua proteção.

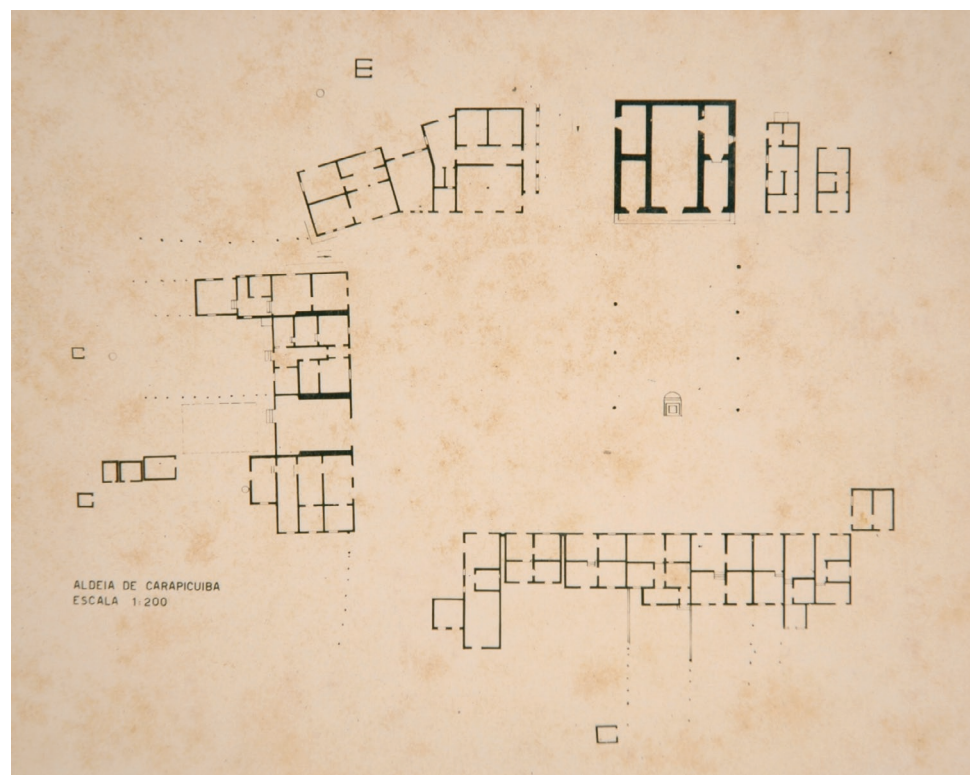
Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba

Processo de tombamento: 218-T-39

Data da inscrição: 13 de maio de 1940 (LAEP)



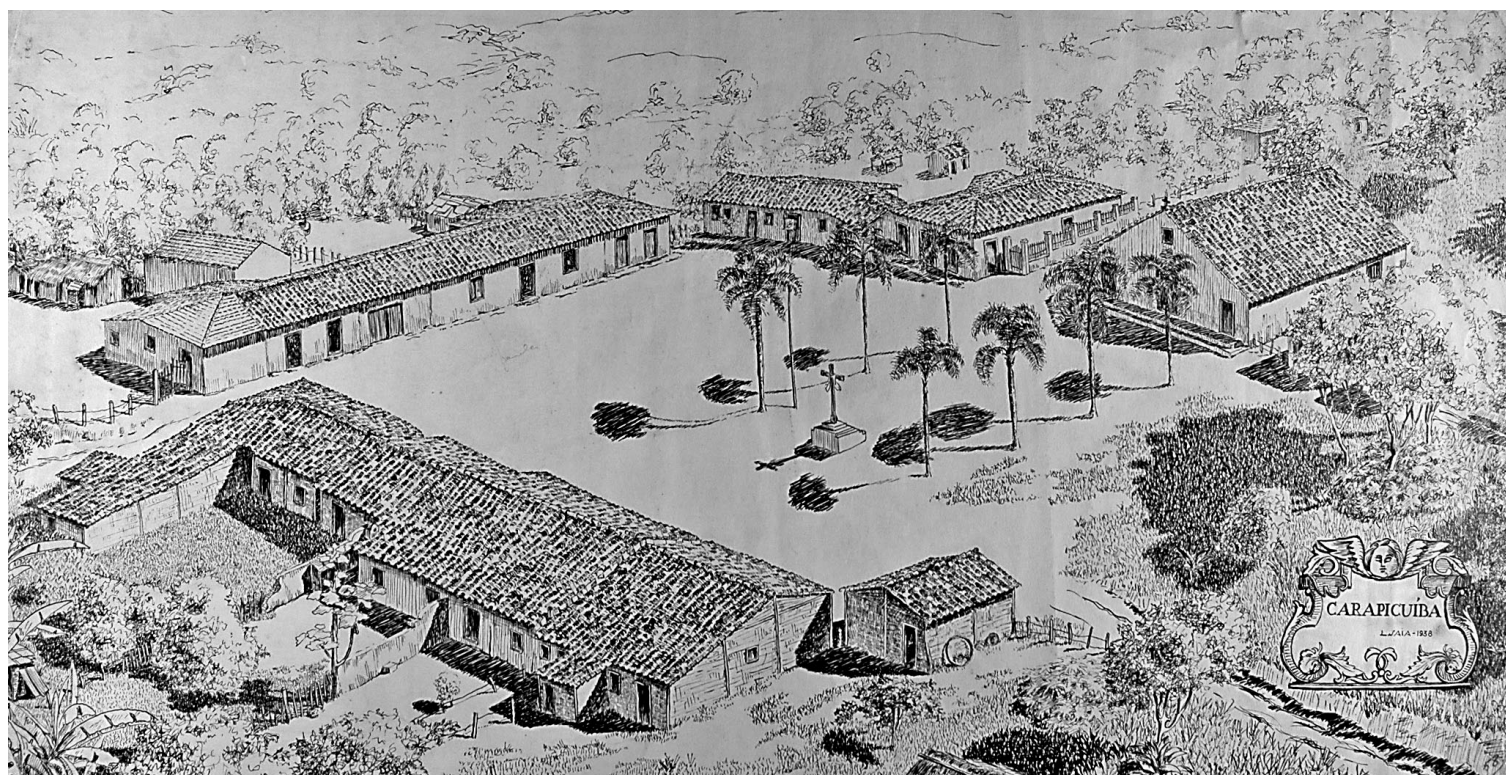
Vista da Aldeia de Carapicuíba. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Planta da Aldeia de Carapicuíba. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Vista da Aldeia de Carapicuíba. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



SAIA, Luís. Desenho da Aldeia de Carapicuíba, 1938. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

REGIÃO SUL

PARANÁ

RIO GRANDE DO SUL

SANTA CATARINA

.....
Lapa (Paraná)

Conjunto arquitetônico e paisagístico da Lapa

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade da Lapa foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes em 1998, a partir da solicitação da Prefeitura, que argumentou sobre a importância da cidade no momento decisivo para a consolidação da República no Brasil, quando, em 1894, foi palco do episódio político-militar que passou para a História do Brasil como o “Cercos da Lapa”. Além desse fato, argumentou que a cidade possui um dos mais íntegros e representativos conjuntos urbanos por onde passavam as tropas de gado oriundas do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo, apresentando em seu contexto urbano alguns edifícios representativos dos períodos Colonial e Imperial, já tombados pelo IPHAN durante o final da década de 1930 e início da de 1940.

A solicitação recebeu total respaldo da Instituição, que delimitou o perímetro de tombamento, com base no valor histórico, artístico e paisagístico da cidade, e sua significação no conjunto de fenômenos que explicam o desenho do território sul do país, por sua participação no memorável Cerco de 1894, além do rico acervo urbano-arquitetônico oriundo do século XVII. A área de atuação do IPHAN na cidade conta cerca de 140 imóveis.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade da Lapa

Processo de tombamento: 390-T-48

Data das inscrições: 14 de agosto de 1998 (LAEP, LH e LBA)



*Planta da cidade de Lapa com demarcação do polígono de tombamento.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*Vista do conjunto arquitetônico e paisagístico de Lapa.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



Igreja da Matriz da Lapa (PR). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

*Antônio Prado (Rio Grande do Sul)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado**

O “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Antonio Prado” foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 1990, por iniciativa do IPHAN, a partir da extensão do tombamento da “Casa da Neni”, imóvel inscrito no Livro do Tombo de Belas-Artes em 1985 que inaugurou a atuação do Iphan em benefício do patrimônio existente no município. O tombamento do conjunto visou estender a proteção federal a outros edifícios remanescentes do final do século XIX, erguidos pela colonização de imigração italiana, e que ainda conservam os traços originais impressos pela primeira geração de colonos e seus descendentes, consistindo no maior repositório da arquitetura urbana em madeira da região, justificando assim não só o valor cultural desses imóveis mas também o valor das paisagens urbana e natural que os circundam. A área de tombamento conta com 47 imóveis, localizados nas Ruas Francisco Marcantônio, Luísa Bochese, Cesira Banuccio, Oswaldo Hampe e Adylles Apressan; nas Avenidas Valdomiro Bochese e a dos Imigrantes; e na Travessa Irmão Irineu.

Título do bem: Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Antônio Prado

Processo de tombamento: 1248-T-87

Data da inscrição: 10 de janeiro de 1990 (LAEP e LH)

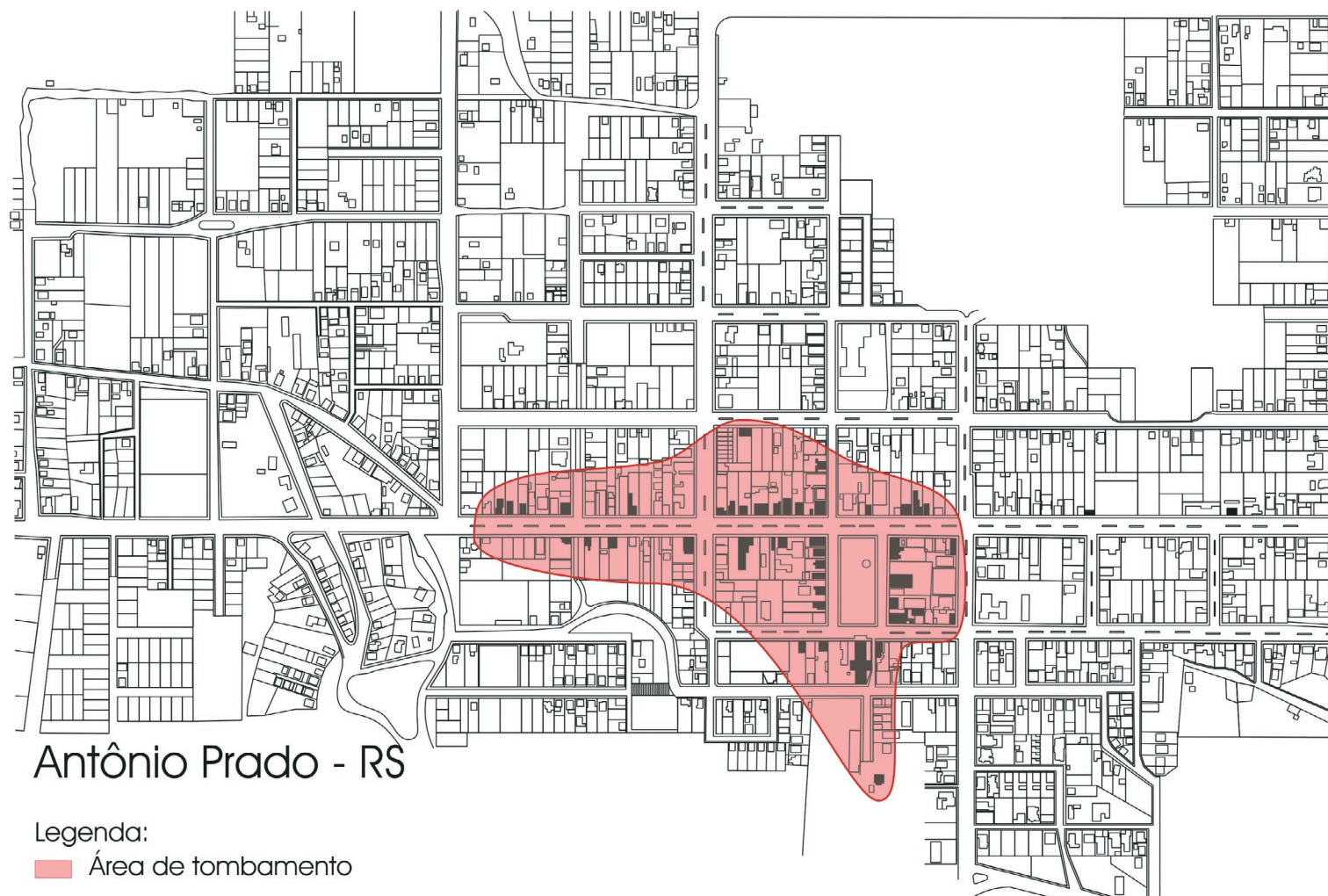
Área do município: 348 Km²



Vista da cidade de Antônio Prado (RS). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Conjunto constituído na Avenida Valdomiro Borchese, Antônio Prado (RS). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Antônio Prado - RS

Legenda:

■ Área de tombamento

Planta da cidade de Antônio Prado (RS) com delimitação da área de tombamento. COPEDOC - RJ, 2006.

Porto Alegre (Rio Grande do Sul)

Conjunto urbano das Praças da Matriz e da Alfândega

A atuação do IPHAN na cidade de Porto Alegre começou ainda em 1938, resultando, ao longo dos anos, em inscrições de bens individuais destacados por sua importância histórica e arquitetônica. Somente a partir da década de 1990 o patrimônio urbano foi objeto de estudos para a sua preservação, contando a cidade com um sítio urbano protegido pelo IPHAN.

Trata-se do Conjunto Urbano das Praças da Matriz e da Alfândega, inscrito no Livro do Tombo Histórico em 2003, a partir da solicitação do próprio IPHAN em parceria com os governos estadual e municipal. Seu tombamento foi justificado por ser esse conjunto constituído de lugares excepcionais do ponto de vista histórico e da paisagem urbana que caracteriza a mais meridional das capitais brasileiras. Seu perímetro de tombamento possui cerca de 255 imóveis.

Título do bem: Conjunto urbano das Praças da Matriz e da Alfândega

Processo de tombamento: 1468-T-98

Data da inscrição: 24 de abril de 2003 (LH)



Conjunto urbano da Praça da Matriz, Porto Alegre. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Praça da Matriz: Monumento a Júlio de Castilhos, Teatro São Pedro e Biblioteca Pública ao fundo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



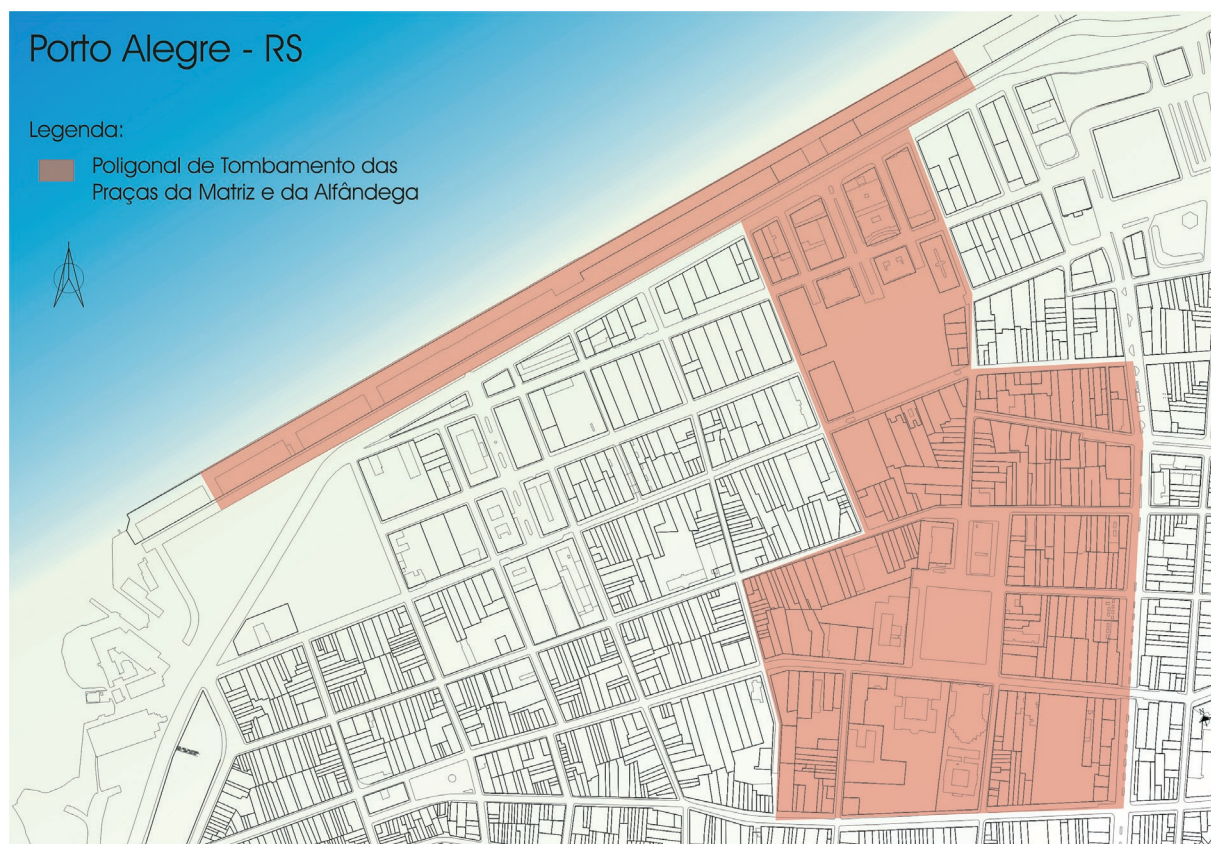
Praça da Matriz: Monumento a Júlio de Castilhos. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



*Conjunto urbano da Praça da Alfândega e Avenida Sepúlveda.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*Vista da Praça da Alfândega, Avenida Sepúlveda e Portão Central do Cais.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



*Planta demarcando a polígono de tombamento das Praças da Matriz e da Alfândega, Porto Alegre.
COPEDOC – RJ, 2006.*

*Laguna (Santa Catarina)***Centro histórico de Laguna**

O Centro Histórico de Laguna foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1985, a partir da iniciativa do IPHAN em parceria com a Prefeitura. O tombamento foi justificado pelo valor histórico e paisagístico, do conjunto urbano como um documento precioso da história urbana do país, representante do processo de ocupação e expansão das fronteiras meridionais luso-brasileiras. Foram destacados os aspectos de natureza tanto histórica, quanto etnográfica e paisagística. O acervo do conjunto constitui-se pelo sistema natural que envolve a área urbana; pelos logradouros, o traçado urbano; pelo cais junto à lagoa Santo Antônio e pelas edificações consideradas em sua volumetria; na forma de ocupação do solo e características arquitetônicas que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original. O perímetro de tombamento conta com cerca de 600 edificações.

Título do bem: Centro Histórico de Laguna

Processo de tombamento: 1122-T-84

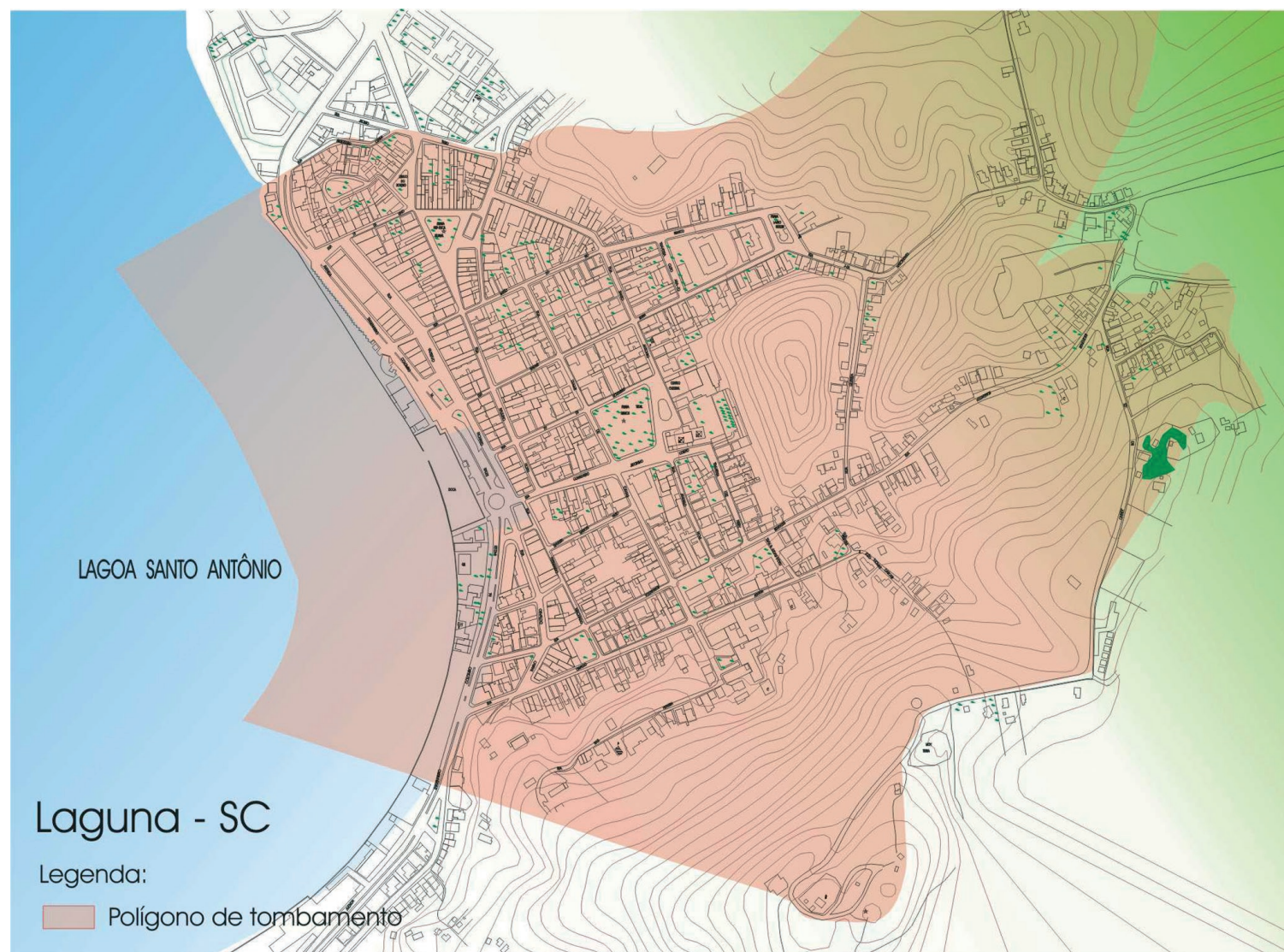
Data da inscrição: 25 de abril de 1985 (LAEP)



Vista aérea do centro histórico de Laguna. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Conjunto de casas do centro histórico de Laguna. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Planta da cidade de Laguna (SC) com demarcação do polígono de tombamento. COPEDOC – RJ, 2006.

São Francisco do Sul (Santa Catarina)

**Centro histórico e paisagístico de
São Francisco do Sul**

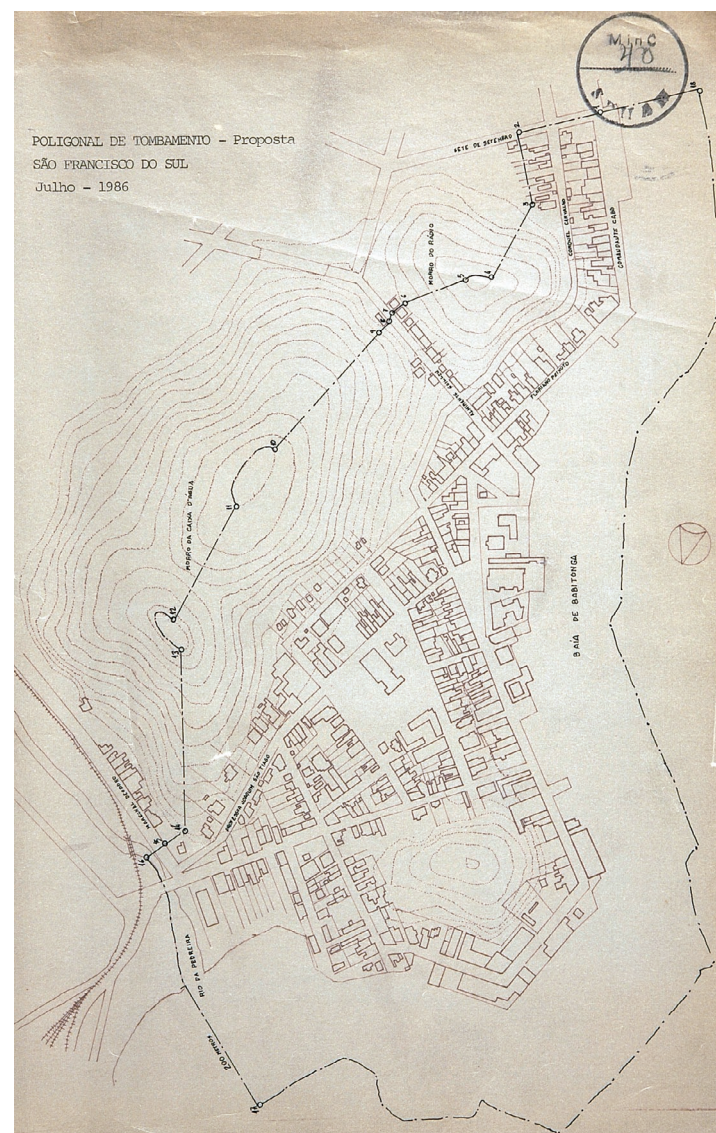
O Centro Histórico e Paisagístico da cidade de São Francisco do Sul foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 1987, a partir da solicitação de tombamento encaminhada pela Prefeitura, depois da realização do Inventário dos Bens Culturais no município, desenvolvido pelo IPHAN em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, com a Fundação Educacional da Região de Joinvile e com a Prefeitura, em que se evidenciou o valor do conjunto e a necessidade de sua preservação.

O tombamento do conjunto foi justificado pelo seu excepcional valor urbanístico, paisagístico e histórico, por ainda conservar a trama e a escala urbana inicial, e um grande número de edificações construídas no final do século XVIII, no século XIX e no início do século XX. A delimitação do perímetro de tombamento foi feita levando em conta os morros do Rádio, da Caixa d'Água e do Hospício e a orla da baía de Babitonga, dada a importância dos elementos geográficos na justificativa do tombamento, cujo objetivo foi destacar, entre outros, a apreensão cultural do território pelo colonizador português durante o processo de ocupação da região meridional do país. Cerca de 400 edificações fazem parte da área protegida pelo IPHAN.

Título do bem: Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul

Processo de tombamento: 1163-T-85

Data da inscrição: 16 de outubro de 1987 (LAEP e LH)



*Proposta da poligonal de tombamento de São Francisco do Sul, julho 1986.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



Vista aérea da cidade de São Francisco do Sul. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

REGIÃO CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL

GOIÁS

MATO GROSSO

MATO GROSSO DO SUL

.....

Brasília (Distrito Federal)

Conjunto urbanístico de Brasília

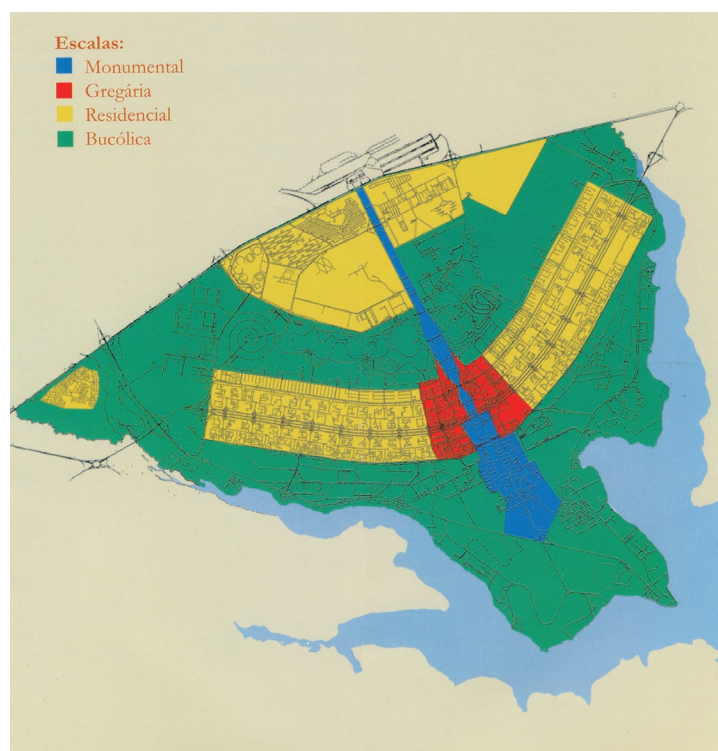
O Conjunto Urbanístico de Brasília foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1990 por seu valor histórico e importância na ocupação do interior do país. A solicitação de tombamento, amplamente apoiado pelo IPHAN, foi feita por Lúcio Costa, arquiteto autor do projeto e vencedor do concurso internacional promovido durante a década de 1950 para construção da nova capital do Brasil. Em sua solicitação, Lúcio Costa chamou a atenção para a importância da preservação das escalas de Brasília, assegurando às futuras gerações a oportunidade e o direito de conhecer a cidade tal como foi concebida. O objeto de tombamento do conjunto foi a concepção da estrutura urbana de Brasília, traduzida pelas características essenciais de quatro escalas definidas pelo próprio Lucio Costa, sendo elas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. Assim, a área abrangida pelo tombamento foi delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá; a oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento; ao sul pelo córrego Vicente Pires; e ao norte pelo córrego Bananal.

O IPHAN considerou imprescindível o tombamento para expressar o valor nacional do Conjunto Urbanístico de Brasília já anteriormente incluído na Lista do Patrimônio Mundial em 11 de dezembro de 1987. Para a UNESCO, o conjunto urbano de Brasília concretizou o pensamento urbanístico internacional dos anos 1950, traduzindo concretamente os princípios da Carta de Atenas de 1933, assinada por importantes arquitetos modernistas. Tendo em vista as características urbanísticas e o sentido do tombamento do conjunto, a pesquisa de campo em Brasília terá seus procedimentos adaptados a uma amostragem, não cabendo contabilizar suas edificações conforme preocupação com relação aos demais conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN.

Título do bem: Conjunto Urbanístico: Plano Piloto de Brasília

Processo de tombamento: 1305-T-90

Datas das inscrições: 14 de março de 1990 (LH), 11 de dezembro de 1987 (UNESCO)



*Mapa da cidade de Brasília com a demarcação das escalas.
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.*



GONÇALVES, Flávia Fonseca. Vista de Brasília tirada da Torre de Televisão, 2003 . COPEDOC – RJ.

Corumbá de Goiás (Goiás)

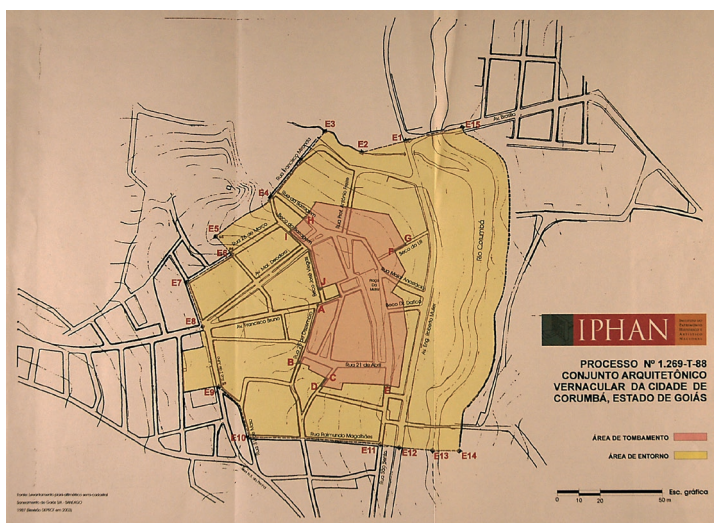
Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de Corumbá de Goiás

O Conjunto Arquitetônico constituído pela igreja de Nossa Senhora da Penha de França e dos bens edificadas que a envolvem foi tombado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2004, ainda aguardando sua inscrição no Livro do Tombo, a partir da solicitação da Associação dos Moradores de Corumbá de Goiás. A solicitação inicial referia-se apenas à igreja, mas no entendimento dos técnicos do IPHAN que analisaram a situação do bem, o casario no entorno da Igreja foi incluído no tombamento pelo valor histórico dessas edificações que construíram o núcleo inicial da cidade. O perímetro de tombamento conta com cerca de 50 imóveis

Título do bem: Conjunto Arquitetônico constituído pela Igreja de Nossa Senhora da Penha de França e dos bens edificadas que a envolvem

Processo de tombamento: 1269-T-88

Data da inscrição: 21 de dezembro de 2004 (Homologação)



Planta da cidade de Corumbá de Goiás (GO), baseada em levantamento planialtimétrico semicadastral feito pelo Saneamento de Goiás – SANEAGO, 1987. Revisado pelo DEPROT em 2003. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Conjunto de Corumbá de Goiás. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN.



Conjunto de Corumbá de Goiás com igreja ao fundo. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN.

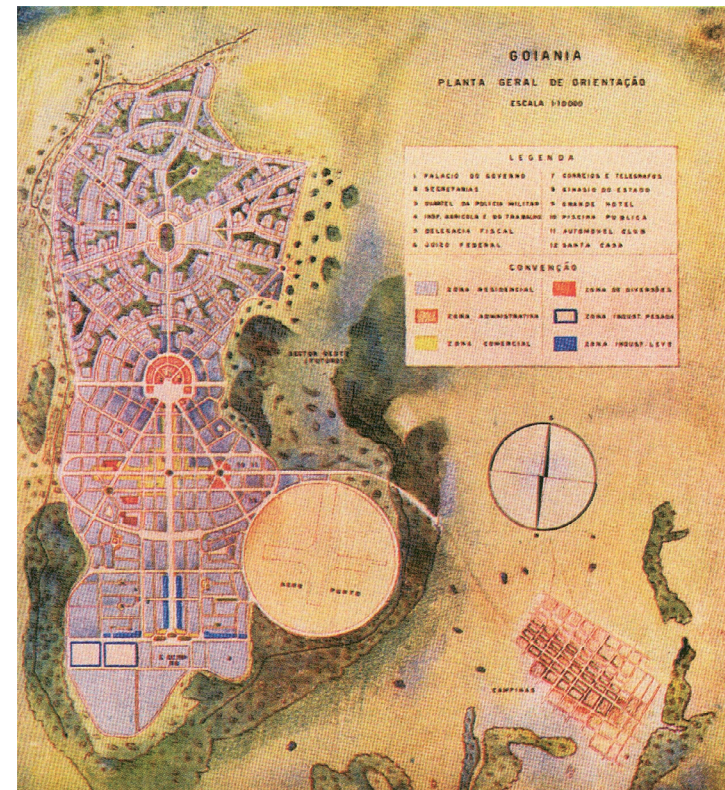
*Goiânia (Goiás)***Acervo arquitetônico e urbanístico
Art Déco de Goiânia**

O Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia foi tombado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 2002, e aguarda a sua inscrição nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes, a partir da iniciativa do IPHAN, por considerar o conjunto de excepcional valor histórico e cultural no campo da arquitetura e do urbanismo. Motivado pelo significado especial que tem a cidade na ocupação do oeste brasileiro e a fim de preservar o acervo arquitetônico Art Déco, característico do período de sua fundação na década de 1930, o IPHAN, em parceria com especialistas de diversas áreas e instituições federais, estaduais e municipais, elaborou os estudos necessários para a inscrição do conjunto. Esses estudos definiram um acervo composto de duas dimensões: uma constituída pelo acervo arquitetônico Art Déco, destacados pelo seu valor histórico e artístico; e outra constituída pela estrutura viária renascente do plano urbano de Goiânia, destacado o seu valor histórico e urbanístico. O acervo tombado reúne 20 bens isolados, sendo eles: o Coreto da Praça Cívica, as Fontes Luminosas da Praça Cívica; o Fórum e Tribunal de Justiça na Praça Cívica; a residência de Pedro Ludovico Teixeira; o edifício do antigo Departamento Estadual de Informação; os Obeliscos com luminárias da Praça Cívica; o Palácio das Esmeraldas; o Edifício da antiga Delegacia Fiscal; o Edifício da antiga Chefatura de Polícia; o edifício da antiga Secretaria Geral; a Torre do relógio na Avenida Goiás; o edifício do Tribunal Regional Eleitoral; o Edifício do Colégio Estadual Liceu de Goiânia e entorno; o Edifício do antigo Grande Hotel e entorno; o edifício do Teatro Goiânia e entorno; o Edifício da antiga Escola Técnica de Goiânia e entorno; o edifício da antiga Estação Ferroviária de Goiânia e entorno; a mureta e trampolim do Lago das Rosas e entorno; o Edifício do antigo Palace Hotel e entorno; o edifício da antiga Subprefeitura e Fórum de Campinas e entorno, além do traçado viário dos núcleos urbanos pioneiros.

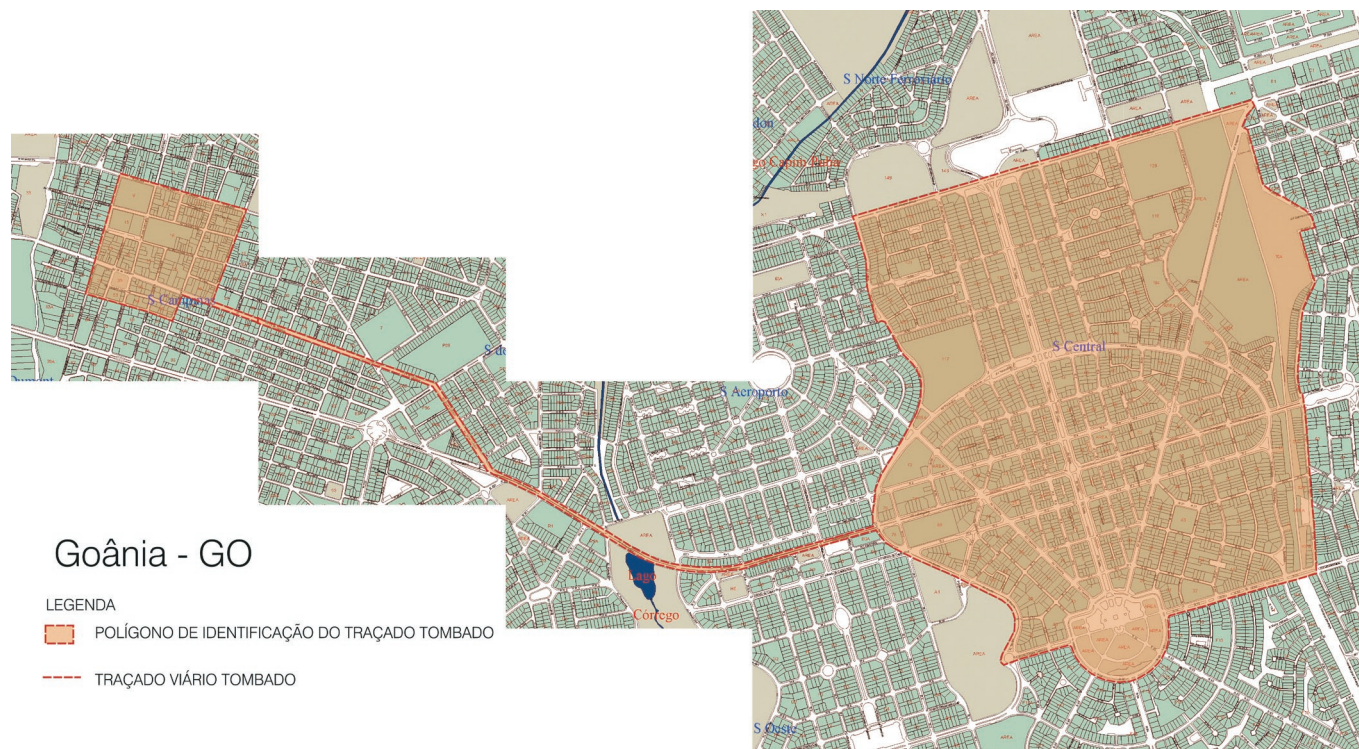
Título do bem: Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia

Processo de tombamento: 1500-T-02

Data da inscrição: 18 de novembro de 2003
(Homologação)



Plano de urbanização de Goiânia. Escritório Coimbra Bueno. Planta modificada (1938). Consultor técnico Armando Augusto de Godoy. In: GOIÂNIA art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2004, v.1.



Planta de Goiânia. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN.



Vista do Acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia (GO). In: GOIÂNIA Art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2004, v. 1.



Vista aérea da Praça Cívica. Goiânia (GO). Cartão postal. Acervo Particular.

*Goiás (Goiás)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Goiás**

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás foi inscrito em 1978 nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas Artes por iniciativa do IPHAN para estender a inscrição realizada em 1951. Essa primeira medida da Instituição na cidade de Goiás foi resultado de uma solicitação de tombamento feita em 1942 pelo Estado para elevar a cidade à categoria de Monumento Nacional, dada a sua importância histórica como a primeira capital do Estado. Após os estudos necessários para a inscrição, o IPHAN concluiu que a cidade se encontrava bastante desfigurada no seu aspecto tradicional em consequência de seguidas reformas do casario, especialmente nas construções mais antigas. Mas ainda assim, em 1951, foram inscritos no Livro do Tombo de Belas-Artes os seguintes bens: o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz; o conjunto arquitetônico e urbanístico da rua João Pessoa; a Casa de Câmara e Cadeia; o Palácio dos Governadores, inclusive as armas de Portugal e dois bustos de pedra; e as igrejas da Boa Morte, do Carmo, da Abadia, de São Francisco e de Santa Bárbara.

Em 1978, o IPHAN, a fim de garantir a ambiência das principais edificações e do pequeno conjunto urbano da antiga capital do Estado já protegidos; e apoiado pela Lei municipal de n. 16 de 03 de julho de 1975 – que reconheceu a importância histórica e artística da cidade na sua quase totalidade, e decretou a preservação de todas as ruas e praças contidas num “Roteiro Histórico”, área que fora levantada e definida pelos arquitetos da Instituição – determinou a extensão do perímetro do tombamento de 1951, definiu a área de entorno, e realizou novas inscrições nos Livros acima citados.

Em 2000, o IPHAN desenvolveu os estudos necessários junto ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO com o intuito de obter o reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade. Em 2001, a cidade foi aceita e inscrita na Lista do Patrimônio Mundial devido ao seu valor histórico e arquitetônico expresso na estrutura urbana do conjunto, datado do século XVIII, e na harmonia entre diferentes exemplares arquitetônicos – de estilos colonial e eclético – bem como com o meio ambiente que lhe serve de suporte e a cerca.

Durante os estudos de atualização do inventário arquitetônico do núcleo histórico da cidade apresentados à UNES-

CO e intitulados Dossiê de Goiás, o IPHAN concluiu a ampliação do perímetro de tombamento do conjunto. A área que no tombamento de 1978 era considerada como entorno foi incluída no novo perímetro de tombamento, por apresentar características arquitetônicas similares às encontradas no trecho do antigo tombamento. Essa nova área destacou-se por características marcantes da arquitetura eclética, associada ao tecido urbano do século XVIII e em grande parte consolidada ao longo do século XIX e início do XX, sem grandes rupturas. Outro destaque incluído na rerratificação do tombamento foram as chácaras urbanas existentes ao redor da cidade, enfocando a importância da preservação da paisagem cultural. O perímetro do atual tombamento, delimitado pelas Chácaras do Bispo, de Dona Sinhá Cupertino, de Bauman, de Dona Lhuhu, de Toto Caiado, de Sinhá Camargo e pelo Matedouro, conta com cerca de 450 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás

Processo de tombamento: 345-T-42

Datas das inscrições: 3 de maio de 1951 – (Inscrição no LBA do Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz e do Conjunto arquitetônico e urbanístico da rua João Pessoa)

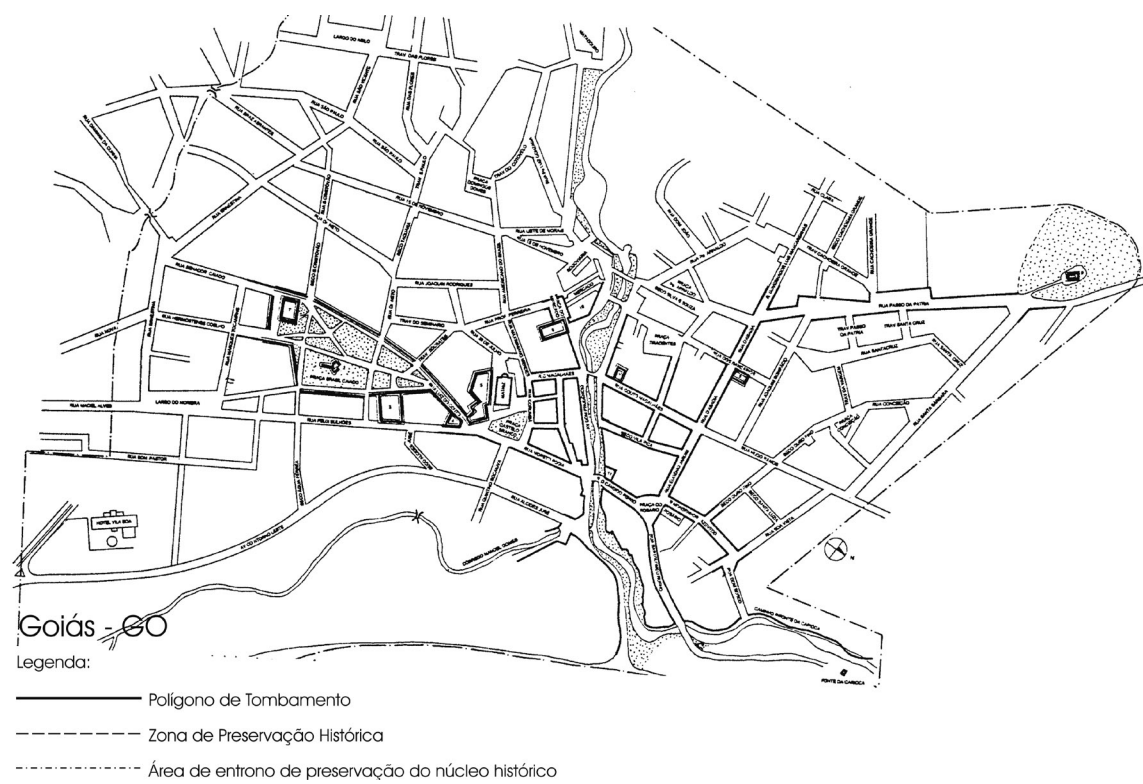
18 de setembro de 1978 (Inscrição no LAEP, LH e LBA do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás)

16 de dezembro de 2001 (UNESCO)

22 de abril de 2004 (Homologação da rerratificação do tombamento)



JACINTHO, Edgard. Casas à Rua Bartolomeu Bueno, Goiás (GO), década de 1940. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Planta da cidade de Goiás com demarcação da poligonal de tombamento. In: COELHO, Gustavo Neiva. Goiás – uma reflexão sobre a formação do espaço urbano. GOLÂNIA: UCG, 1996. (Oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira, 3)



Casa no Largo do Rosário, Goiás (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

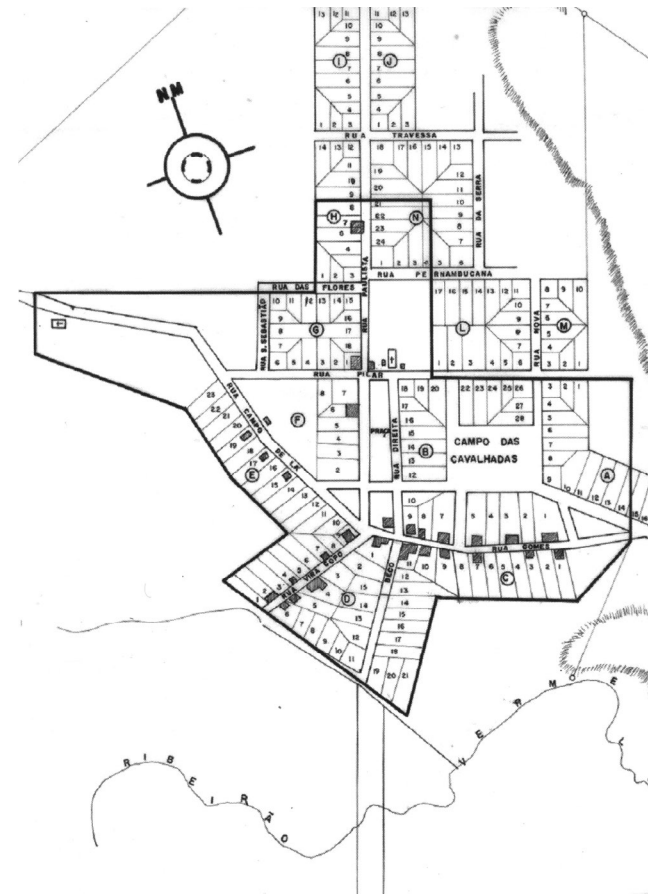
*Pilar de Goiás (Goiás)***Conjunto arquitetônico e urbanístico de Pilar de Goiás**

O Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Pilar de Goiás foi inscrito nos Livros do Tombo Histórico e no de Belas-Artes em 1954, por iniciativa do IPHAN, preocupado com o significativo número de demolições verificadas no núcleo inicial da cidade que remonta ao século XVIII e se originou em função da exploração do ouro na região Centro-Oeste do país. Após os estudos necessários ao tombamento, a demarcação da área protegida levou em consideração as edificações dos períodos Colonial e Imperial, abrangendo a Rua da Cadeia, passando pela rua da Matriz, e incluindo um círculo de raio de 50 metros, em cujo centro se localizam as ruínas da antiga igreja de Nossa Senhora da Boa Morte ou de S. Gonçalo d'Amarante. O perímetro de atuação do IPHAN possui cerca de 130 imóveis.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Pilar de Goiás

Processo de tombamento: 458-T-52

Data da inscrições: 20 de março de 1954 (LH e LBA)



Planta da cidade de Pilar de Goiás com demarcação do polígono de tombamento. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Rua da Cadeia, Pilar de Goiás (GO), 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Rua Vira-Copos, Pilar de Goiás (GO), 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Pirenópolis (Goiás)

Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico de Pirenópolis

O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Pirenópolis foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Histórico em 1990, por iniciativa do IPHAN em consonância com o desejo da comunidade em preservar o patrimônio existente na cidade. A justificativa do tombamento destacou o valor histórico, arquitetônico e paisagístico do núcleo urbano original, ainda intacto e fiel a sua feição proveniente do século XVIII. A delimitação da área de tombamento e seu entorno destacou a importância da paisagem natural que circunda a cidade, dada a sua presença marcante nas práticas de exploração do ouro que deram origem ao assentamento inicial. O perímetro de tombamento conta com cerca de 400 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Pirenópolis

Processo de tombamento: 1181-T-85

Data da inscrição: 10 de janeiro de 1990 (LAEP e LH)



Vista aérea da cidade de Pirenópolis (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Rua Aurora (subida para a igreja N. S. do Bonfim), Pirenópolis (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Rua do Rosário (lado ímpar), Pirenópolis (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

*Cuiabá (Mato Grosso)***Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá**

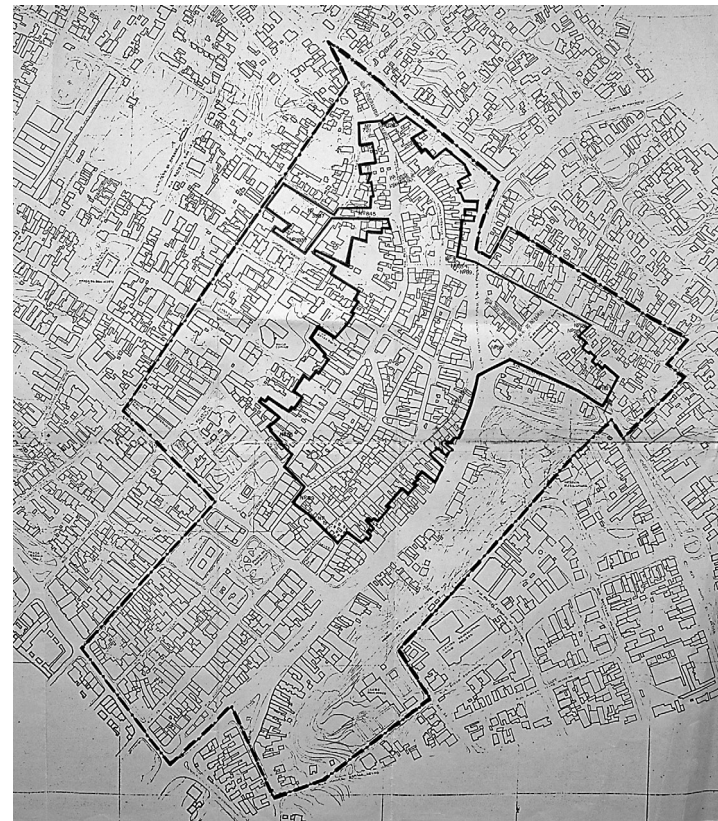
O Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cuiabá foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes em 1993, por iniciativa do IPHAN, justificada pelo valor histórico, arquitetônico e paisagístico do centro histórico da cidade, núcleo inicial de sua formação no século XVIII, durante o período da busca de ouro e do processo de ocupação da região Centro-Oeste do país. O perímetro de tombamento foi delimitado com a preocupação de preservar a área de formação do núcleo urbano primitivo sob a perspectiva do processo de produção, uso e transformação do homem sobre a natureza, em especial no que diz respeito aos métodos de mineração.

No caso específico de Cuiabá, a estrutura urbana foi um dos pontos relevantes para a compreensão da forma e expansão desse núcleo original, sendo ele formada pelas Ruas de Baixo, Meio e de Cima: atuais Galdino Pimentel, Ricardo Franco e Pedro Celestino; e ainda pelo trecho da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A área de atuação do IPHAN conta com cerca de 600 edificações.

Título do bem: Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cuiabá

Processo de tombamento: 1182-T-85

Data das inscrições: 24 de março de 1993 (LAEP, LH e LBA)



MINC, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória. Centro histórico de Cuiabá (MT). Proposta para poligonal de tombamento e entorno, 1985.



Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá (MT). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

Corumbá (Mato Grosso do Sul)

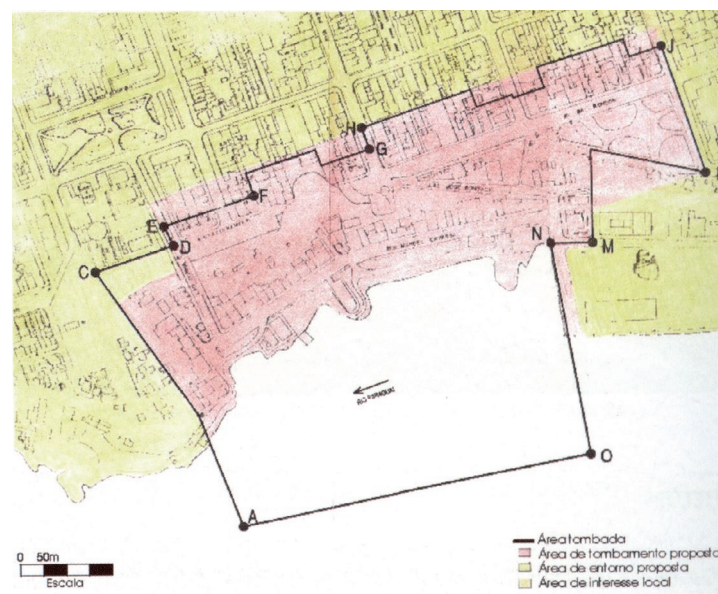
Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico do Porto de Corumbá

O Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Corumbá foi inscrito nos Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Histórico e no de Belas-Artes em 1993, a partir da solicitação de tombamento feita pela Prefeitura e pelo governo do Estado, que em parceria com o IPHAN, desenvolveram estudos apresentando a evolução urbana do casario ao redor do Porto e definido as áreas de tombamento e entorno. A inscrição do conjunto foi justificada por ser este um exemplar de grande significação cultural na formação do Estado do Mato Grosso do Sul, mantendo suas características do período *art-nouveau*, originado no final do século XIX, cuja preservação e revitalização contribui para a valorização da memória nacional. O perímetro de tombamento abrange a área localizada no porto da cidade, suas ruas, becos e acessos – que incluem o leito do rio Paraguai e demais remanescentes fluviais – suas edificações arquitetônicas e suas áreas verdes. Nessa área estão as ruas Manoel Cavassa; o Beco da Candelária; as ladeiras Cunha e Cruz e José Bonifácio e a Travessa Mercúrio, que contam com cerca de 80 edificações.

Título do bem: Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Corumbá

Processo de tombamento: 1182-T-85

Data da inscrição: 28 de setembro de 1993 (LAEP, LH E LBA)



Planta da cidade de Corumbá com delimitação das áreas de tombamento e de entorno. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.



Conjunto do Casario do Porto de Corumbá (MS), 1987. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

.....

Patrimônio Urbano

A construção de um conceito

Nos últimos 40 anos, muitas foram as transformações nas cidades brasileiras, especialmente em função da industrialização do país, que redundaram não somente em novos problemas para a preservação do patrimônio urbano, mas também em novas perspectivas e reflexões a seu respeito.

Nesse período o patrimônio cultural passou a ser visto como um valor econômico para o turismo, o que se articulou às políticas de descentralização das tarefas de preservação cultural para estados e municípios. Por outro lado, o estímulo à construção civil resultou numa intensa especulação imobiliária nos centros urbanos, ameaçando a qualidade de vida de setores médios, que se organizaram em torno de movimentos preservacionistas. Para o enfrentamento das pressões imobiliárias sofridas pela cidade, começaram a recorrer ao tombamento de áreas urbanas.

Nesse contexto surgiram as primeiras mudanças nas formas de atribuição de valor dos elementos constitutivos do objeto urbano, que exigiram, por sua vez, a formulação de métodos de preservação compatíveis com as novas abordagens desse patrimônio.

O conceito de *cidade-monumento*, que apreende a cidade como obra de arte pronta, esteticamente uniforme, considerando-a expressão autêntica da nacionalidade²³ e que norteou os primeiros anos de atuação do IPHAN, deu lugar a novas concepções sobre a cidade, que passam a ser reconhecidas como organismos dinâmicos, conseqüentes da vida que abrigam e para as quais são necessárias ações de preservação que viabilizem, a um só tempo, o desenvolvimento socio econômico e a manutenção dos valores que justificaram a sua proteção.²⁴

23 A criação do Serviço de Patrimônio está inserida no contexto da década de 30 de construção da nacionalidade associada ao desejo de modernização do país, que começava a se industrializar. A participação de intelectuais modernistas no aparelho cultural do estado foi responsável pela valorização da produção do período colonial como o passado legítimo na formação da identidade nacional, que dali em diante teria na produção moderna a sua afirmação.

24 Esse entendimento já aparece no texto "The Conservation of Urbain Sites" in *Museums and Monuments XI* (Paris: UNESCO Press, 1968) de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do IPHAN ao tratar de Ouro Preto

Esse processo contribuiu para o entendimento da cidade como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação das coisas do passado, documentando a trajetória de uma sociedade. Foram então estabelecidas as bases para a adoção do conceito cidade-documento, na década de 80.

Implícita na noção de documento está a valorização de uma linguagem própria do sítio urbano – a linguagem da forma, na qual encontramos expressão e significados. Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificados, detalhes de ornamentação, etc. A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo.²⁵

Como conseqüência desse entendimento foram gradativamente ampliadas as possibilidades de valorização das cidades como patrimônio, respeitando-se sua historicidade e ampliando-se o atendimento às demandas dos novos agentes institucionais – estados e municípios – e comunitários. Esse quadro novo da preservação no país representou também, do ponto de vista político, uma conquista democrática, à qual veio se somar a Constituição Federal de 1988, que ampliou as possibilidades de preservação e a noção de patrimônio. Ao definir a gestão das cidades como competência municipal e a salvaguarda do patrimônio cultural como competência concorrente dos estados, municípios e federação, a constituição fortaleceu o Decreto-Lei 25/37, ao considerar o tombamento necessário ao exercício dessa competência.

Em função disso, cabe ao IPHAN estabelecer novos instrumentos de trabalho que explicitem os objetivos das ações de preservação, tornando claro o papel do Estado junto à sociedade e do governo federal no que diz respeito à gestão urbana, visando o estabelecimento de parcerias com os municípios e outros órgãos responsáveis para garantir o debate democrático em

torno do patrimônio urbano.²⁶

A preservação das cidades envolve, cada vez mais, questões complexas que demandam respostas rápidas, tais como: a solicitação para execução de obras de restauração, adaptação a novos usos e ampliação nas edificações antigas, projetos de edificações novas nos lotes vagos, de parcelamento do solo; ocupação de encostas, abandono e degradação do casario. Essas são solicitações e problemas inerentes ao processo de apropriação social desse tipo de bem cultural e devem ser enfrentados, tendo em vista as competências específicas do IPHAN quanto à sua preservação, cujas ações devem partir do entendimento sobre a lógica de ocupação dos sítios urbanos, considerando não só os elementos que os compõem, mas as relações que se estabelecem entre eles e que constituem sua linguagem própria.

As apreciações sensíveis e superficiais, sem base em documentação adequada, justificadas no período inicial do IPHAN, quando as possibilidades de trabalho e questões enfrentadas eram distintas, não podem ser reproduzidas hoje na definição das intervenções em sítios tombados, pois correm o risco de serem confundidas com uma ação não democrática, arbitrária, subjetiva e, o que é pior, com abuso de poder.

Assim sendo, o trabalho de inventário com seus levantamentos e análises vem contribuindo para atualizar os referenciais de atribuição de valor do patrimônio urbano, permitindo a definição de critérios de intervenção tecnicamente embasados e explicitando os limites de competência institucional na gestão das cidades. Por outro lado, o registro sistemático permite disponibilizar os dados e informações produzidos para as comunidades e os poderes públicos, estabelecendo condições justas para parcerias e para um trabalho de caráter democrático.²⁷

A documentação acumulada no IPHAN

Com base no conceito de *cidade-monumento* adotado no início dos trabalhos do IPHAN, os sítios urbanos eram selecionados à primeira vista, a partir de suas características estéticas de época, sendo preciso apenas o registro fotográfico e, em alguns casos, uma descrição sumária para comprovar aquelas características ou a realização de pesquisas voltadas para a identificação de

25 Idéias contidas na apresentação do arquiteto Luís Fernando P. N. Franco, no Seminário Inventário de Centros Históricos: avaliação e perspectiva de utilização dos dados, 1989.

26 Existe hoje uma demanda social pela explicitação por parte do governo dos objetivos, critérios e limites de sua atuação. Nos últimos anos muitos têm sido os questionamentos sobre as competências e deveres do IPHAN, alguns deles judiciais.

27 No artigo “Preservação na Gestão das Cidades”, na *Revista do PHAN* n. 24, a Arquiteta Maria Beatriz S. de Rezende Silva aborda esse tema de forma detalhada.

datas e fatos relevantes ocorridos nos sítios. Também a pressa em tombar a maior parte dos sítios urbanos do período colonial, de uma só vez, para garantir a sua salvaguarda e afirmar a sua importância como expressão da produção genuinamente brasileira, fez com que apenas essa documentação básica fosse produzida.

A convicção de que as cidades estavam prontas, de que não iriam mais crescer, justificada pelo fato de a maioria dos conjuntos tombados estar passando por longo período de reduzido desenvolvimento econômico e o precário estado de conservação em que se encontravam levaram à priorização, por parte do IPHAN, de obras de conservação e restauração, geralmente emergenciais. Não havia, na ocasião, condições para se priorizar um trabalho sistemático e completo de documentação dos sítios, considerado hoje imprescindível para o planejamento do desenvolvimento urbano e para a definição de critérios de preservação ou, ainda, para o registro de características que poderão desaparecer na adaptação desses sítios ao seu desenvolvimento.

O único inventário²⁸ de que se tem notícia do período inicial do IPHAN foi realizado em Ouro Preto, em 1948, pelo arquiteto Sílvio de Vasconcelos. Esse trabalho reúne fotos de todas as fachadas, a classificação do estado de conservação, a época de construção e outros dados, visando priorizar a aplicação de recursos em obras de emergência no casario. Existem também, distribuídas nas séries que compõem o Arquivo Central (hoje Noronha Santos), fichas distintas de algumas iniciativas de inventários que reúnem plantas, croquis, fotos e dados descritivos sobre edificações dos sítios tombados.

Essa situação de registro assistemático, muito mais baseado na rotina institucional de documentar as intervenções e de fiscalizar as alterações em edifícios isolados, ou em conjuntos de edifícios, poucas vezes considerando os sítios na sua dimensão urbana, perdurou até a década de 70. A partir dela, as cidades sofreram grandes transformações, não sendo mais possível que o ponto de vista arquitetônico comandasse as ações de preservação desses sítios.

A década de 70 foi marcada por uma política que buscou responder ao crescimento de grande parte das cidades e centros históricos tombados, com a elaboração de planos diretores para muitos deles.²⁹ Esses trabalhos representaram um avanço na documentação a respeito dos mesmos, tendo sido produzidos mapas cadastrais, em alguns casos, e semicadastrais em outros, além de históricos e diagnósticos de tendências de

crescimento. Esses novos instrumentos seguiam, no entanto, as técnicas do planejamento em escala municipal, sem um detalhamento na escala do desenho urbano, necessário para responder às demandas da preservação.

Somente a partir da década de 80, quando os estudos de tombamento passaram a ser desenvolvidos com ênfase na abordagem histórica, analisando os sítios em sua relação com o território, seus fatores de ocupação e etapas de desenvolvimento, produziu-se uma documentação bastante farta. No entanto, esses trabalhos foram em função das necessidades e urgências determinadas pelos processos de tombamento, e de acordo com a capacidade de produção de cada coordenação regional, sem que fosse estabelecido um padrão de informação.

Encontra-se, portanto, uma documentação preciosa nos arquivos do IPHAN, constituindo-se em fontes documentais fundamentais para o inventário aqui proposto e demais trabalhos sobre o patrimônio urbano. Vários são os registros fotográficos e relatórios de viagens realizados nos primeiros 30 anos de trabalho do IPHAN, planos diretores, assim como análises das características urbanas e levantamentos arquitetônicos dos sítios que foram protegidos mais recentemente. No entanto, esse material é insuficiente na medida em que foi produzido em épocas variadas com finalidades diversas. Desta forma, não bastaria apenas organizá-lo para que se tornasse um instrumento uniforme e eficaz para o conhecimento e proteção dos sítios tombados. A grande maioria dos sítios sequer conta com uma planta cadastral, quando muito são encontrados levantamentos semicadastrais e em ambos os casos estão desatualizados em no mínimo 15 anos.

Diante desse panorama, na década de 90 consolidou-se no IPHAN a idéia de que para lidar com o patrimônio tombado, era necessário, cada vez mais, qualificar o registro das informações a seu respeito, não só para garantir a sua permanência do ponto de vista da documentação e torná-lo mais acessível ao público em geral, mas como meio para a produção do conhecimento necessário à eficácia e coerência das políticas e ações para sua preservação. De lá para cá, são numerosos os trabalhos na área de documentação e é nesse contexto que o INBI-SU tem-se desenvolvido. A crescente valorização da informação e do papel da documentação, associada aos recursos de informática com o desenvolvimento de bancos de dados, afirmam o lugar inquestionável do tratamento da informação para a produção de conhecimento, sem o qual a preservação não é possível.

28 São entendidos como inventários aqueles trabalhos preocupados em padronizar as formas de levantamento e baseados na coleta sistemática de múltiplas informações em campo.

29 Esses trabalhos foram em grande parte promovidos pelo IPHAN, e executados por órgãos estaduais de planejamento, contando muitas vezes com financiamento do Programa de Cidades Históricas.

.....

*Referências Historiográficas sobre o
Estudo das Cidades Brasileiras*

A reflexão acerca das cidades históricas começou a se desenvolver no Brasil a partir dos anos 20, quando então suas áreas mais antigas ainda eram identificadas com o atraso e com a insalubridade. Esta visão, em acordo com movimentos internacionais de remodelação e planejamento urbano visando a modernização dos espaços, levaria ao arrasamento de morros, à demolição ou reforma de igrejas e casas do período colonial e à abertura de *boulevards* mais arejados.³⁰ Em nome da renovação e modernidade, o Rio de Janeiro, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, transformou-se no laboratório das reformas que nas décadas seguintes seriam realizadas no restante do país. Na década de 20 foi marcante a derrubada do Morro do Castelo, núcleo inicial de ocupação portuguesa no Rio de Janeiro, para abrir espaço para o novo centro administrativo da cidade.

Somente a partir dos anos 30, as reflexões sobre as cidades históricas seriam ampliadas ao integrarem a busca de referências para a construção de uma identidade nacional. Nesse contexto o IPHAN desenvolveu papel importante, desde sua criação em 1937, construindo e veiculando um pensamento sobre as cidades coloniais.

A década de 30 tem sido reconhecida também como um momento de profunda renovação na historiografia brasileira. Três autores foram fundamentais para romper com o cientificismo que reinava no meio intelectual do país: Caio Prado Júnior, primeiro a fazer uma análise marxista da economia colonial brasileira, inaugurando uma importante tradição; Sérgio Buarque de Holanda, influenciado pela sociologia de Max Weber; e Gilberto Freyre, cuja obra explicita a substituição das análises biologizantes pela antropologia cultural. Com esta renovação teórica e temática os autores passaram a focar não mais a história dos grandes homens e de seus feitos, e sim os fenômenos econômicos, a cultura e aquilo que posteriormente seria chamado de mentalidade, criando assim as condições para a escrita de uma história das cidades brasileiras. Gilberto Freyre e Sérgio Buar-

30 No contexto internacional são notórias as reformas urbanas do século XIX, iniciadas com a reforma de Haussman em Paris, estabelecendo um modelo para o tratamento das cidades.

que de Holanda produziram idéias seminais acerca do assunto, inaugurando questões que seriam desenvolvidas pelos arquitetos preocupados com a preservação das cidades coloniais.

Apesar de não se dedicar exclusivamente ao tema, Gilberto Freyre, no livro *Sobrados e Mocambos*, publicado em 1936, analisa a transformação desencadeada na família patriarcal brasileira pelo recrudescimento da urbanização no século XIX, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. A sociedade colonial, analisada em *Casa-Grande e Senzala*, caracterizar-se-ia sobretudo por ser agrária, escravocrata e híbrida (ou mestiça).³¹

Segundo o intelectual pernambucano, não obstante o domínio holandês ter antecipado as condições de vida urbana em Pernambuco no século XVII, não foi suficiente para quebrar a homogeneidade rural da colônia. O Recife, antes um simples povoado de pescadores, desenvolvera-se:

“... na melhor cidade da colônia e talvez do continente. Sobrados de quatro andares. Palácios de Rei. Pontes. Canais. Jardim Botânico. Jardim Zoológico. Observatório. Igrejas da Religião de Calvino. Sinagoga. Muito judeu. Estrangeiros das procedências mais diversas. Prostitutas. Lojas, armazéns, oficinas. Indústrias urbanas. Todas as condições para uma urbanização intensamente vertical.”³²

Entretanto, após o período de domínio holandês, “o Norte voltaria à rotina agrícola e à uniformidade católica”.³³ O tempo dos flamengos deixou “o gosto da vida da cidade – não daquelas cidades antigas do século XVI e princípios do XVII, dependências dos engenhos, burgos de família onde os senhores vinham passar as festas...”.³⁴

Na sua perspectiva, a paisagem social do Brasil patriarcal somente seria modificada a partir do século XVIII, quando a majestade do patriarcado rural começou a ser comprometida com a descoberta das minas e surgiu uma nova classe composta por burgueses e negociantes ricos, que passariam a disputar o domínio sobre as câmaras com as famílias tradicionais dos donos de terras. Nos Setecentos, os intermediários de escravos e mercadorias e usurários adquirem maior importância na vida da colônia. Freyre cita os judeus que financiaram

a lavoura da cana-de-açúcar e a mudança de estatuto operada no XVIII e no XIX, quando esta classe passa a constituir uma aristocracia da cidade.

Para o autor, os dois primeiros séculos de colonização portuguesa foram marcados pelo prestígio dos senhores de engenho, favorecidos pela Coroa com poderes políticos e econômicos.

“Mas com o desenvolvimento da indústria das minas, com o crescimento das cidades e dos burgos sente-se declinar o amor d’el-Rei pelos senhores rurais; enfraquecer-se a aristocracia deles, agora reduzida nos seus privilégios pelo prestígio novo de que vêm investidos os capiães-generais, os ouvidores, os intendentos, os bispos, o vice-rei.”³⁵

Gilberto Freyre abriria a série Publicações do SPHAN idealizada por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, com o livro *Mocambos do Nordeste*.³⁶ O ensaio trata da arquitetura popular nordestina, de influência africana ou indígena, ao contrário dos tipos de construções mais nobres, como a casa-grande de engenho, o sobrado de azulejo e a casa de pedra-e-cal, nas quais a influência portuguesa foi decisiva.

O mocambo – palavra de origem quibunda que significa esconderijo – é a comprovação material de sua teoria, já enunciada em *Casa-grande e Senzala*, de uma sociedade híbrida: “... nas suas diferenças de construção se exprime a preponderância, ora da cultura indígena, ora da africana, sendo certo que persiste também a influência da choupana portuguesa”.³⁷

Gilberto Freyre ressalta ainda que os mocambos, nas zonas rurais, são construídos isolados uns dos outros e sempre a uma distância respeitosa das casas-grandes. Nas cidades ou aldeias, são construídos amontoados nas áreas menos desejadas, “um quase por cima do outro, por evidente economia de espaço ou de chão – às vezes lama ou mangue”.³⁸ O autor ainda enumera alguns elementos estéticos do mocambo, tais como “a sua simplicidade de linhas, a sua economia de ornamentos, o seu apoio quase exclusivo sobre a qualidade do material”.³⁹

No mesmo ano da publicação de *Sobrados e Mocambos*, Sérgio Buarque de Holanda lançaria o seu *Raízes do Brasil*. Neste livro, o historiador analisa, entre outros assuntos, a fundação das ci-

31 Ao fim do prefácio à primeira edição de *Casa-Grande e Senzala*, o autor não por acaso agradece a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, futuro diretor do SPHAN: “Foi quem me animou a escrevê-lo e a publicá-lo.”

32 Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1951. 3v., p. 116.

33 Idem, p. 117.

34 Idem, p. 118.

35 Idem, p. 134.

36 Freyre, Gilberto. *Mocambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa mais primitivo do nordeste do Brasil*. Publicações do IPHAN n. 1, 1938.

37 Idem, pp. 30, 31.

38 Idem, p. 31.

39 Idem, p. 36.

dades como instrumento de dominação, comparando a colonização de espanhóis e portugueses na América. Os primeiros, denominados como “ladrilhadores”, planejaram racionalmente a fundação e até mesmo o crescimento de suas cidades. A natureza não constituía um obstáculo aos espanhóis, que, através dos dispositivos das “Leis das Índias”, homogeneizaram as *ciudades hispanoamericanas*: a praça maior, sempre quadrilátera, servia de base para o traçado regular das ruas. A malha xadrez era o seu paradigma.

Por outro lado, os “semeadores” portugueses não tiveram projeto para suas cidades. Sua fundação era obra do acaso, sementes jogadas ao vento, e o seu crescimento desordenado. O historiador defende que, no Brasil, mais do que a colonização predominou a feitorização. “A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora.”⁴⁰ E exemplifica:

“Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-reis, parecia estar só por acaso no seu lugar.”⁴¹

Desse modo, Sérgio Buarque lança uma das idéias fundadoras para a análise das cidades brasileiras, que passa a ser aprisionada pela dualidade planejadas ou espontâneas, regulares ou irregulares. Do mesmo modo, a tese de Gilberto Freyre acerca da urbanização a partir do XVIII resultaria num relativo esquecimento das cidades dos séculos anteriores.⁴²

Apesar dessas primeiras tentativas de pensar a cidade colonial, a *Revista do PHAN* não daria um tratamento privilegiado ao tema, contribuindo para tal esquecimento. O primeiro número, lançado em 1938, deixava evidente a importância que passaria a ser conferida aos bens arquitetônicos, não obstante Rodrigo M. F. de Andrade, no “Programa”, ressaltar que o Patrimônio não era constituído só por estes. Entretanto, cabia diferenciar quais construções possuíam realmente o estatuto de obras de arte, e a arquitetura colonial brasileira foi exaltada pela sua simplicidade e funcionalidade, qualidades tão caras aos modernistas, a começar por Le Corbusier e Gropius.

Não obstante a defesa de um estudo mais profundo de nossa arquitetura civil, Lucio Costa, no quinto número da revista publicaria o artigo “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”, no qual o arquiteto analisa os edifícios religiosos de acordo com as suas afinidades de estilo. Nesse sentido, discorre sobre o programa jesuítico; as técnicas de construção, destacando que já havia edificações em alvenaria de pedra na segunda metade do século XVI; as plantas, as fachadas os partidos arquitetônicos e, finalmente, os interiores das igrejas, com suas talhas e pinturas. Entretanto, no final do texto, ao tratar da obra dos padres nos Setes Povos das Missões, aborda a questão do traçado urbano, confirmando a tese de Sérgio Buarque. Destaca que as plantas obedeciam a um padrão uniforme preestabelecido, caracterizado pelos quarteirões alinhados ao redor da praça, na qual ficava a igreja. Lúcio Costa conclui: “Os jesuítas revelaram-se, nestas Missões, urbanistas notáveis, e a obra deles (...) faz lembrar a dos romanos nos confins do Império”.⁴³

Ao longo dos anos a *Revista do PHAN* seguiria a mesma tendência de conferir maior espaço aos bens arquitetônicos. As suas páginas não apenas divulgavam as atividades do SPHAN, como também legitimavam a instituição e o saber produzido pela rede de intelectuais ligados ao Patrimônio.

Embora seja considerado o “pioneiro” em relação aos estudos dos traçados urbanos do Brasil colonial, Robert Smith não fez mais do que confirmar as idéias de Sérgio Buarque de Holanda num pequeno artigo de doze páginas intitulado “Colonial Towns of Spanish and Portuguese America”, publicado no fim de 1955, no *Journal of the Society of Architectural Historians*.⁴⁴ Para ele, os centros urbanos portugueses eram recriações de suas cidades medievais.⁴⁵

Alguns meses depois, em 1956, é publicado *Vila Rica. Formação e Desenvolvimento – Residências*, de Sylvio de Vasconcellos, arquiteto do IPHAN. O objetivo do autor nesse estudo é pesquisar a arquitetura civil da cidade não no seu aspecto isolado, mas sua integração no meio. A maioria dos trabalhos até então abordava os monumentos isolados, sobretudo os religiosos, como igrejas e conventos, ou públicos, como as Casas de Câmara e Cadeia.⁴⁶

40 Idem, *Ibidem*.

41 Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969, p. 109. 13

42 Relativo, pois podemos citar algumas obras que tratam do tema de modo pontual como *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro de Vivaldo Coaracy*, publicado em 1955; *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife e Olinda – Segundo Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*, ambos do próprio Freyre, escritos em 1934 e 1939 respectivamente.

43 Costa, Lúcio. “Documentação Necessária”. *Revista do PHAN*. Rio de Janeiro: MEC, nº1, p.93.

44 Smith, Robert. Colonial towns of Spanish and Portuguese America. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Philadelphia, n.14, dez. 1955.

45 Robert Smith já havia colaborado com alguns artigos para a *Revista do PHAN*. Num deles investigou os desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português, concluindo que o número de documentos encontrados – cerca de 35 desenhos – era pequeno em relação à documentação espanhola.

46 Exemplo paradigmático desses trabalhos é o artigo do arquiteto do SPHAN Paulo Thedim Barreto, Casas de Câmara e Cadeia (*Revista do PHAN*, nº11), no qual o autor realiza um estudo tipológico desses monumentos, analisando-os particularmente e o grupo formado por eles.

Sylvio de Vasconcelos inaugura um tipo de análise que por muitos anos perduraria no IPHAN. Ao analisar Vila Rica, o autor compartimenta sua história, fazendo, primeiramente, um histórico político-administrativo da cidade, discorrendo sobre sua fundação, sobre a elevação ao estatuto de vila, de cidade, etc. Posteriormente, constrói um contexto histórico da Vila Rica setecentista, abordando aspectos tais como a sociedade, o povoamento, a família e a economia, subdividida por sua vez em três atividades: ouro, comércio e agricultura.

Em relação à configuração urbana da cidade, o autor defende a hipótese na qual Vila Rica originou-se de dois povoaamentos extremos, fixados no local das matrizes de N. S. do Pilar e de N. S. da Conceição de Antônio Dias, que posteriormente cresceram em direção ao centro através da estrada Tronco, caminho mais importante e transitado.

*“Neste movimento contrípeto, com a construção da antiga Casa de Câmara e Cadeia e depois do Palácio dos Governadores (por volta de 1740) unem-se as duas freguesias e, com a delimitação do centro administrativo, estabelece-se o núcleo principal da povoação.”*⁴⁷

O núcleo, deste modo, é uma conseqüência do povoamento e não a origem dele. Com o seu estabelecimento, inicia-se então um novo ciclo de povoamento centrífugo, organizando os novos arruamentos na proximidade do centro administrativo.

Assim sendo, embora tendo como objetivo principal o estudo da arquitetura civil de Ouro Preto, acerca da legislação, do loteamento, dos partidos arquitetônicos, plantas e fachadas, contemplando o principal objeto de estudo do IPHAN de então, o autor aborda os aspectos urbanos colaborando para o seu entendimento como assentamentos espontâneos.

No ano de 1964, Nestor Goulart Reis Filho apresenta sua tese para o concurso de livre docência da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na qual defende a existência de uma política urbanizadora da metrópole para o Brasil. Significativamente a banca do concurso contava com a participação, dentre outros, de Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Santos, este último professor catedrático da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil e conselheiro do SPHAN a partir de 1955. A tese seria publicada em 1968 com o título *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500 – 1720)*.

Nestor Goulart contrapõe-se aos autores que analisavam a formação e evolução urbanas como obras do acaso, desta-

cando a regularidade com que alguns elementos se repetem em nossas vilas e cidades. A política de urbanização constitui parte importante da política de colonização portuguesa, cada vez mais centralizadora a partir da criação do Governo Geral. “Essa política iniciada com a fundação da cidade de Salvador em 1549, tem continuidade com a construção do Rio de Janeiro e, no século XVII, de São Luís e Belém.”⁴⁸

Todos esses centros estavam subordinados diretamente à Coroa, e esta, já nos primeiros anos após suas respectivas fundações, enviou arquitetos e engenheiros militares para as principais empreitadas na colônia. Destarte, Luís Dias foi o mestre-de-obras e arquiteto de Tomé de Sousa, dirigindo a construção da cidade de Salvador. No início do XVII, Francisco Frias de Mesquita chega como Engenheiro-Mor do Brasil, e projetaria, entre outras coisas, o Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro, o Forte dos Reis Magos em Natal, e o traçado de São Luís do Maranhão.

O autor portanto, situa dois momentos para essa política de Portugal. O primeiro deles, período de dispersão, que se estende até meados do século XVII consiste no estímulo à formação de vilas por parte dos donatários, que decidiriam sobre a sua organização espacial, orientados apenas pelas Ordenações. Nessas vilas as respectivas Câmaras deveriam controlar o crescimento urbano. À Coroa cabia a fundação e organização das cidades reais – centros administrativos, religiosos e militares – fornecendo para isso pessoal e recursos.

Num segundo momento, a partir de 1650, após a restauração portuguesa, a política de centralização administrativa, exemplificada na incorporação de algumas capitâncias, enseja o fortalecimento da ação urbanizadora da Metrópole e do Governo Geral, que passam a atuar em áreas antes deixadas aos donatários. No final do século, a Coroa determinaria a abertura de aulas militares nos principais centros, há muito já existentes em Portugal. Com isto, pode-se afirmar que, por volta de 1720, já havia condições para a implantação de uma política urbanizadora altamente centralizada, mais rebuscada e de caráter barroco, que caracterizaria o restante dos Setecentos.

Nestor Goulart identifica elementos comuns entre as cidades. Em primeiro lugar, a situação geográfica. Os núcleos urbanos, durante o período estudado, situavam-se, por razões econômicas, administrativas e militares, de modo predominante no litoral,

47 Vasconcelos, Sylvio. *Vila Rica. Formação e Desenvolvimento – Residências*. Rio de Janeiro : INL, 1956, p. 77.

48 Reis, Nestor Goulart. *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil: 1500 – 1720*. São Paulo : Pioneira; USP, 1968, p.68.

com exceção das vilas de São Paulo. Os centros maiores foram fundados em locais facilmente defensáveis e que propiciassem um grande abrigo marítimo: as baías de Guanabara e de Todos os Santos, os Portos de São Luís e Belém, e mesmo Recife para os holandeses.

Outra tendência observada no Brasil foi a ocupação de sítios elevados. “Facilitava-se desse modo a aplicação de um esquema defensivo elementar, o controle eficiente das vias de comunicação, fossem caminhos, ou vias marítimas e fluviais.”⁴⁹ Paulatinamente as cidades desceram dos morros, e assim foi criada a Rua Direita no Rio de Janeiro e a Cidade Baixa em Salvador, onde desenvolveu-se o comércio.

Em relação ao traçado das ruas, ponto analisado por Sérgio Buarque de Holanda, o autor afirma que a regularidade até o início do XVIII esteve quase ausente no Brasil, pois havia pouca preocupação de manter as diretrizes originais. Entretanto, constata a presença de um rigoroso plano xadrez em Parati e de um traçado regular nos maiores núcleos coloniais como em Salvador, São Luís, no Recife holandês e na faixa plana entre os morros do Castelo e de São Bento no Rio de Janeiro.

Nessas cidades, as praças tinham papel importante. Elas “constituíam os pontos de atenção e de focalização urbanística e a própria arquitetura de maior apuro concentrava-se nelas, em seus edifícios principais, oficiais ou religiosos, ficando a arquitetura particular quase sempre num plano inferior”.⁵⁰ Nas praças as autoridades instalavam o Pelourinho, símbolo da autonomia municipal.

As diversas ordens religiosas também fizeram-se presentes nos principais núcleos urbanos do Brasil. “Os conventos contribuíram para a manutenção de um quadro urbano permanente, reunindo sempre um número elevado de sacerdotes, irmãos leigos e escravos.”⁵¹ Com diversas funções na vida urbana, o conjunto das edificações religiosas chegava a ocupar 20% do volume construído. Nestor Goulart destaca as funções administrativas atribuídas à Igreja, unida ao Estado pelo padroado. As paróquias faziam os registros de nascimento, casamento e óbitos, e os pátios em frente às igrejas serviam como ponto de reunião pública e de comércio.

Em síntese, Nestor Goulart defende que a rede urbana colonial era formada por núcleos de menor importância – geralmente vilas fundadas pelos donatários – e pelos centros regionais, cidades construídas em situações privilegiadas em territórios da

Coroa, e por ela controladas diretamente. Nestas cidades residiam comerciantes, artesãos, religiosos, escravos e administradores civis e militares, enviados em maior número ao Brasil a partir de meados do século XVII, quando inicia-se a política de centralização. Além destes, as cidades ainda contavam com a presença dos grandes proprietários rurais durante as estações de costume.

Em 1968, o arquiteto Paulo Santos, durante o V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, publicou o trabalho *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, no qual refuta a tese de Sérgio Buarque de Holanda e defende a dupla origem das cidades portuguesas do Brasil: a cidade informal medieval e a formal da Renascença. Segundo o autor, a desordem urbana era apenas aparente, pois, apesar da inexistência de um traçado prévio ou de uma idéia diretriz, havia uma coerência orgânica e uma unidade de espírito que conferiam uma genuinidade às cidades. “A cidade não obedecia rigidamente a um plano prévio, mas nem por isso se pode dizer que tudo seguisse a esmo.”⁵²

Segundo Santos, a influência medieval das cidades brasileiras remonta às tradições muçulmana e cristã. A presença muçulmana deixou marcas muito fortes em Portugal e, conseqüentemente, muitos elementos dessa cultura chegaram ao Brasil, onde muxarabis, passadiços e ruas de traçado irregular persistiriam até o século XIX.

A cidade cristã medieval não era tão irregular quanto a muçulmana. Enquanto nesta o casario funde-se num todo homogêneo, naquela havia a presença de quarteirões, ainda que não fossem freqüentemente retangulares. Nas cidades cristãs predominava o caráter militar, explicitado na sua localização, quase sempre no alto, e nas muralhas que as cercavam.

Apesar de Portugal ter entrado em contato com as idéias renascentistas acerca do traçado urbano – inclusive com as idéias de Alberti, que dedicou um livro quase todo ao tema – elas não foram aplicadas nas cidades brasileiras, como fizeram os espanhóis na América. Estes planejaram a fundação e o crescimento de suas cidades em rigoroso xadrez, cujo paradigma é a planta de Buenos Aires datada de 1583.

As cidades ultramarinas portuguesas pretendem ser uma réplica das metropolitanas, predominando o traçado irregular. Entretanto, a influência renascentista faz-se presente em Mazagão, no Marrocos, e, de modo mais intenso, na Índia quinhentista e, posteriormente, no Brasil.

49 Idem, p.124.

50 Idem, p.132.

51 Idem, p.178.

52 Santos, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Coimbra : V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968, p. 10.

Para o autor, embora os portugueses não possuíssem uma legislação geral, a preocupação com o ordenamento urbano aparece constantemente na documentação. As cidades eram consideradas particularmente, exigindo determinações específicas, geralmente expressas nas Cartas-Régias, que, muitas vezes, continham indicações relativas ao traçado das ruas, alinhamento das casas, localização das praças. Tal foi o caso em Vila Bela da Santíssima Trindade, que teve sua fundação determinada em Carta-Régia de 1746 a fim de ser a capital de Mato Grosso. Vila Bela foi traçada quase em xadrez perfeito tendo ao centro uma praça inteiramente quadrada.

O Regimento de Tomé de Sousa continha uma série de diretrizes para a fundação da cidade de Salvador, sede do Governo Geral. Luís Dias, arquiteto português subordinado a Miguel de Arruda, “mestre das obras de fortificação do reino, lugares d’além e Índias”, foi enviado ao Brasil na armada com o governador, a fim de traçar um plano para a cidade, no qual a preocupação com a defesa era dominante. “Tudo isso mostra que desde essa primeira cidade as obras não se realizavam a esmo; que os projetos faziam-se aqui mesmo, ou eram enviados do reino; e quando eram feitos aqui, mandavam-se cópias deles para lá.”⁵³

Paulo Santos afirma haver um compromisso entre a Idade Média e o Renascimento no traçado da cidade de Salvador: informal no interior dos muros e regulares nos quarteirões que ladeavam o Terreiro de Jesus. Este compromisso manifestava-se também na arquitetura, onde os passadiços que atravessavam as ruelas estreitas e a presença dos muxarabis nas casas contrastavam com as casas do governo de tratamento renascentista, como por exemplo a Casa da Câmara e Cadeia de 1660 e o Palácio dos Governadores de 1663.

Assim como em Salvador, no Rio de Janeiro a cidade ultrapassou os limites do morro do Castelo e desceu para a várzea ainda no século XVI, onde o casario começou a se agrupar em torno das ermidas de São José, Santa Luzia, N. S. da Ajuda e da Santa Casa de Misericórdia. A descida para a várzea foi acompanhada de uma busca pelos melhores terrenos e aqui o traçado era relativamente regular ao contrário da cidadela do castelo, que paulatinamente perdia sua importância.

O plano de São Luís do Maranhão, realizado pelo engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita, previa a exten-

são e o desenvolvimento da cidade. Nestas três idades, Salvador, Rio de Janeiro e São Luís, houve uma regularidade relativa, “mas sem a monótona repetição de quadrículas que se vê nas cidades de colonização hispânica”.⁵⁴

Para Paulo Santos, até então, havia três principais correntes explicativas da idade colonial: a primeira considerava que tais cidades expressavam o desleixo do povoador – claramente uma referência às idéias de Sérgio Buarque e Robert Smith; a segunda as considerava uma expressão da ingenuidade portuguesa; e, finalmente, a terceira corrente analisava as cidades construídas com traçados regulares como um progresso, representada até então pela teoria de Nestor Goulart Reis Filho.

O autor propõe uma quarta corrente interpretativa e evidencia, com isso, o lugar social de produção do seu discurso, positivando as cidades coloniais brasileiras:

*“Nós aspiramos pertencer a um quarto grupo, partindo do princípio de que a sedução que as cidades de plano informal despertam no homem moderno e vai ao ponto de as guindarem às altitudes de monumentos nacionais, resulta da genuinidade dessas cidades como expressão sincera de vida, e da sua autenticidade como interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da Idade Média peninsular...”*⁵⁵

Ao iniciar a década de 1970, a historiadora americana Roberta Marx Delson⁵⁶ contrapor-se-ia tanto às idéias de Holanda e Smith como ao recém-publicado ensaio de Paulo Santos. Sua principal discordância em relação a este referia-se ao fato do arquiteto defender que os portugueses copiaram as plantas das cidades espanholas a partir do momento em que os dois países reuniram-se para assinar o Tratado de Madri em 1750. Para Delson, o estudo era incoerente, pois vários códigos de construção apresentados no trabalho datam do início do século XVIII, e portanto eram anteriores ao Tratado.

Conforme a autora, muito embora o estudo de Nestor Goulart fosse o mais perceptivo e bem pesquisado, não respondia a algumas questões fundamentais. Roberta Delson pretende “analisar o surgimento de códigos de urbanização no Brasil setecentista como reflexo do absolutismo português na colônia”,⁵⁷ não se limitando aos estilos arquitetônicos, preocupando-se com algo além da forma e do traçado urbano. Para tal, enfoca questões de política e metas administrativas, defendendo que desde

53 Idem, p. 80.

54 Idem, p.41.

55 Idem, pp. 68, 69.

56 Roberta Marx Delson destaca-se do conjunto de autores aqui referenciados por ser historiadora de formação. Seu estudo, publicado no Brasil somente em 1997, dialogando especialmente com esses clássicos, não provocou a incorporação dessa problemática no campo das ciências sociais.

57 Delson, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia*. Brasília : ALVA; CIORD, 1997, p. XI.

os primeiros anos do governo geral há indícios de uma preocupação portuguesa com o desenvolvimento de centros urbanos. Essa preocupação foi sistematizada no século XVIII numa filosofia completa de planejamento urbano relacionada com projetos de povoamento dos sertões e do Norte:

*“Seguindo os garimpeiros e caçadores de tesouros, a coroa portuguesa ia estabelecendo a sua autoridade por meio de um sistema de comunidades criteriosamente planejadas construídas em regiões remotas.”*⁵⁸

Segundo a autora, a partir de 1716, com a fundação de Mocha no Piauí, todas novas comunidades no sertão subordinaram-se ao padrão de planejamento com traçado barroco, que enfatizava ruas retilíneas, praças bem delineadas e construções arquitetônicas uniformes. O programa de construção de vilas visava estender a autoridade da coroa, controlando as atividades da população e garantindo a cobrança de impostos – nas áreas auríferas, o quinto – e garantir a ampliação dos domínios territoriais portugueses ocupando as possessões espanholas.

Para Roberta Delson, o Marquês de Pombal (1750-1777), primeiro ministro de D. José I, apenas acentuaria o processo de planificação das cidades iniciado no governo de D. João V. Entretanto, Pombal é muitas vezes analisado como pioneiro do planejamento urbano em Portugal em conta da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. O projeto de Eugênio dos Santos e Carlos Mardel submetia Lisboa aos novos padrões urbanos: traçado linear e transformação do Terreiro do Paço numa praça de formato regular. “Embora a maior parte dos observadores europeus o ignorassem, os conceitos de desenho utilizados na reforma urbana da metrópole eram exatamente os mesmos que vinham sendo postos em prática no Brasil havia já meio século.”⁵⁹

Em relação ao Brasil, as cidades de São José de Macapá e Nova Mazagão chegam ao limite desse processo. Numa referência direta a Paulo Santos, a autora afirma:

“A composição de Macapá tem sido tachada de monótona e estéril pelos observadores da atualidade. Aos olhos do homem moderno, ela pode parecer assim; contudo, o atributo de uniformidade de Macapá constitui uma prova admirável da capacidade crescente dos administradores coloniais de supervisionarem o desen-

*volvimento de um centro urbano no Brasil. Acresce que, para sua época, São José de Macapá representava o exemplo ideal do bom gosto em urbanismo; simetria e harmonia de perspectiva eram sinônimos de beleza para a mentalidade setecentista.”*⁶⁰

Ao relacionar o traçado das cidades oitocentistas brasileiras com uma determinada capacidade dos administradores portugueses, que evoluía cronologicamente em direção à malha xadrez, a autora permanece na dualidade instituída por Sérgio Buarque de Holanda entre cidades espontâneas e cidades planejadas. Assim como o historiador, Delson positivava estas últimas, mas afirmava a existência delas também na América portuguesa.

O trabalho de Roberta Delson, por outro lado, apresenta ainda um problema no que se refere ao programa de construção de vilas e cidades, pois ao definir o caráter desse programa mistura as categorias de Iluminismo e Barroco. Após afirmar que no Brasil a “filosofia do Iluminismo orientou o desenvolvimento do programa de construção de vilas”,⁶¹ e o desenho geométrico destas simbolizava a boa administração e o funcionamento suave da sociedade, a autora defende que “o sertão brasileiro constituía um campo de provas para os conceitos de planejamentos barrocos portugueses”.⁶²

A partir do final da década de 1970, diante do processo acelerado de crescimento e transformação das cidades brasileiras e do interesse despertado para o tema da preservação urbana, tendo em vista o seu valor para o turismo e a mobilização nas grandes cidades contra a onda de especulação imobiliária, o IPHAN passou a receber uma demanda maior para o tombamento de sítios urbanos e a eles dedicar especial atenção. Foram diversos os estudos de tombamento de sítios urbanos feitos pelo IPHAN na ocasião que adotaram o conceito de cidade-documento, indicando novas possibilidades de análise e compreensão das cidades. Esses novos estudos criticavam os critérios de intervenção nos sítios urbanos já tombados, por um lado por tratarem os novos projetos e obras de restauração caso a caso, sem planejamento ou documentação adequados e, por outro, por basearem-se numa valoração artística, sem considerar a complexidade urbana.⁶³

Dentre os estudos de tombamento que empregaram a idéia de cidade-documento destaca-se o parecer do arquiteto

58 Idem, p. 4.

59 Idem, p. 64.

60 Idem, p. 59 (grifo nosso).

61 Idem, p. 96.

62 Idem, p. 99.

63 Exemplifica essa crítica Motta, Lia. “A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios”. *Revista do PHAN*, nº 22, 1987.

Luiz Fernando Franco para o Centro Histórico de Laguna.⁶⁴ O autor baseava-se não nos critérios normalmente adotados de excepcionalidade das edificações, mas sim na crença de que o centro histórico tratava-se “de documento precioso para a história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis ... do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pôde desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão de fronteiras meridionais; e, sobretudo, pela forma urbana assumida como precipitação dos dois processos precedentes”.⁶⁵

Luiz Fernando Franco não entende a história na sua versão factual, e, portanto, a cidade documento não é apenas o cenário neutro que lembra os acontecimentos notáveis. Ela é um documento no seu próprio acervo paisagístico; pelo conjunto de logradouros, tanto no seu traçado, como na sua dimensão; e, inclusive, pelo conjunto de suas edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas, que expressam a continuidade histórica do núcleo urbano original.

O tombamento de Laguna contrapõe-se ainda à noção de sincronia absoluta e momentânea, característica da “visão determinista em que o presente é reduzido a resultado absolutamente necessário, fim da sucessão mecânica de fatos isolados que se comunicam através do deserto de períodos em que, aparentemente, os homens não fizeram história”.⁶⁶ As análises tradicionais favoreciam a identificação de vestígios excepcionais (ou monumentos) nos mesmos locais onde ocorreram os grandes ciclos econômicos. Nesse sentido, a história da arquitetura brasileira desloca-se do Nordeste para a região das minas.

Luiz Fernando Franco propõe analisar a história numa dimensão diacrônica, eliminando os desertos de fatos estabelecidos para historiografia tradicional para determinadas regiões, em determinados períodos. O método da historiografia contemporânea deve conjugar os ritmos múltiplos dos processos de consolidação das comunidades que se isolaram ou interagiram segundo tempos diversos.

A preservação de Laguna legitima-se, pois, pela especificidade do processo de ocupação da Região Sul, de modo independente do papel economicamente secundário desempenhado pelos territórios meridionais até o século XVIII na vida da colônia. Neste sentido, os vestígios dessa ocupação são de fundamental importância para o Patrimônio.⁶⁷

Nesse período, seguindo essa linha de análise e para suprir o IPHAN de instrumentos para o tratamento dos sítios tombados, foi elaborada a metodologia do Inventário Nacional de Bens Imóveis ora apresentada. Os seus resultados poderão contribuir para os debates acerca das cidades brasileiras, sobretudo daquelas fundadas antes dos Setecentos, que ainda esperam por estudos mais sistemáticos, para uma maior compreensão pelo IPHAN, que as colocou durante muitos anos em segundo plano.

O material coletado e sistematizado pelo inventário pretende constituir uma base de trabalho para estudos de casos, que interpretem as especificidades de diferentes formas urbanas, aprofundando o entendimento de seus significados históricos, e gerem conhecimento capaz de levar as discussões para rumos diferentes daqueles restritos à dualidade planejada x espontânea, que ainda hoje circunscreve essa temática.

64 Franco, Luiz Fernando. “Centro Histórico de Laguna”. In: Pessoa, José (org.). Estudos de Tombamento. Rio de Janeiro : IPHAN, 1995.

65 Idem, p.9.

66 Idem, p. 10.

67 Com base no mesmo conceito foram tombados os sítios urbanos de São Francisco do Sul, Santa Catarina, Cuiabá, Mato Grosso e Natividade em Goiás.

.....

Metodologia

Formas de abordagem

O método INBI-SU estabelece três formas complementares de abordagem do sítio urbano, necessárias à compreensão do seu valor como patrimônio cultural: a pesquisa histórica, que coleta informações gerais sobre a formação e o desenvolvimento do sítio; os levantamentos físico-arquitetônicos, que registram as características e condições físicas de cada lote e edificação; e as entrevistas com os moradores e usuários, que abordam dados socioeconômicos e registrando as opiniões sobre a cidade onde vivem.

Os dados podem ser recuperados individualmente, por edificação, mas o objetivo desse inventário é possibilitar uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, socioeconômicos e afetivos do sítio como um todo.

A pesquisa histórica (formulários I, A e B e Formulário Geral do Sítio Urbano) pretende a compreensão desses sítios urbanos tombados a partir de sua relação com o território e o contexto histórico de sua formação e desenvolvimento. Os resultados da pesquisa histórica são a elaboração de guias bibliográficos, com o resumo de todas as fontes consultadas e a organização do seu conteúdo no Formulário Geral do Sítio Urbano, que deverá instrumentalizar a leitura desses espaços hoje, contribuindo para análises, com base em fontes textuais, iconográficas e cartográficas do seu processo de produção, uso e transformação.

Dirigida no sentido de responder às indagações que surgem da análise do tecido urbano, dos tipos de ocupação, dos tipos de arquitetura, a pesquisa histórica orienta as hipóteses de interpretação das características formais dos sítios.

Os levantamentos físico-arquitetônicos reúnem os dados individualizados dos imóveis, como plantas, fotos, características dos lotes (Formulário 1), características arquitetônicas (Formulário 2), avaliação do estado de conservação (Formulário 3), fundamentais para apoiar a ação local do IPHAN na fiscalização e aprovação de projetos. No entanto, é o cruzamento dessas informações e, sobretudo, o mapeamento dos dados históricos e arquitetônicos na planta cadastral que possibilitam a

leitura de tipologias e características formais do sítio urbano e a compreensão do conjunto.

As entrevistas (Formulários 4 e 5), que constituem a terceira forma de abordagem, são realizadas concomitantemente aos levantamentos arquitetônicos, ajudando a estabelecer o contato com os moradores. Reúnem dados sobre movimentos de migração, grau de satisfação quanto a morar ou usar o sítio urbano tombado, desde a relação afetiva dos cidadãos com o patrimônio edificado e natural até os problemas com a moradia. A confrontação desses aspectos com os demais dados levantados pelas duas outras formas de abordagem conferem às análises do sítio urbano a dimensão socio econômica, fundamental para orientar qualquer proposta de preservação.

Observou-se na experiência de campo nos diversos sítios onde o inventário já foi iniciado, que o contato com a população durante a visita a cada edificação tem revelado uma dinâmica própria, independente da conclusão dos levantamentos. O trabalho instaura um processo de reflexão sobre o sentido da preservação ao promover a relação direta do IPHAN com as comunidades, através da participação dos moradores que disponibilizam suas casas ao trabalho técnico da instituição e são solicitados a darem suas opiniões.

Atualização e trabalhos complementares

A atualização desse trabalho não está prevista através do retorno ao campo. Pretende-se manter o registro das principais modificações no casario através do trabalho de rotina do IPHAN, que analisa e aprova os projetos e fiscaliza as obras. Os demais aspectos somente seriam atualizados em campo se apon-

tadas necessidades específicas que justificassem uma nova etapa de levantamentos.

O Inventário previu, desde sua fase de projeto, a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas complementares, em função de questões levantadas através de seus procedimentos. Exemplo disso foram as escavações arqueológicas para identificação de fundações das antigas edificações nos lotes vagos, realizadas em Tiradentes. Esse trabalho, que já havia sido experimentado em um caso isolado na cidade, pôde ter prosseguimento de forma sistemática, com prospecções em diversos lotes, a partir das informações organizadas pelo Inventário. Foram viabilizadas contratações e estabelecida a parceria com os proprietários dos lotes para sua realização.⁶⁹ Os dados levantados contribuíram para a definição de critérios de ocupação dos lotes vagos e, em casos específicos, sensibilizaram os proprietários a reorientarem seus projetos, visando o aproveitamento dos vestígios encontrados.

Além desse tipo de pesquisa complementar, as entrevistas podem sugerir o aprofundamento da pesquisa socio econômica, seja em função das questões levantadas, seja em função de um maior aproveitamento sobre a contribuição dos interlocutores da cidade. Os levantamentos físico-arquitetônicos também podem indicar um maior detalhamento em edificações de maior interesse.

A confecção de maquetes eletrônicas foi implementada no decorrer do inventário de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália (2000) e incorporada ao método, mostrando-se um excelente recurso para se estudar a volumetria da cidade, especialmente na avaliação das propostas de novos volumes a serem edificados. Além disso, com os recursos de informática, é possível eleger percursos para animação, fornecendo ao observador a sensação de percorrer o sítio.

69 Na década de 1990, a *Revista do PHAN* de nº 23/1994 dedica-se ao tema Cidade. Entretanto, por reunir artigos com propósitos diferentes, não contém um estudo sistemático e interdisciplinar sobre as cidades brasileiras.

.....

Pesquisa Histórica

Objetivos

A pesquisa histórica do INBI-SU tem por objetivo a análise e compreensão do processo de constituição dos sítios urbanos tombados pelo IPHAN, considerados como documentos impressos no território. Para tanto, devem ser investigadas as motivações para sua implantação no sítio e a forma urbana que adquire ao longo do tempo. Essa pesquisa visa instrumentalizar a leitura de espaço urbano hoje, fornecendo análises do seu processo de produção, uso e transformação, com base em fontes documentais textuais, iconográficas, cartográficas etc.), de modo a orientar – associadamente aos dados físico-arquitetônicos e socio econômicos levantados pelo INBI-SU – a gestão do patrimônio tombado.

A cidade, como objeto privilegiado de patrimônio, é aqui observada como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais, documentando a trajetória de uma sociedade. A forma urbana, como um objeto cultural, resulta pois das práticas sociais. Pretende-se a sua percepção no contexto cultural e socio econômico do presente, que, sistematizada em textos analíticos, visa a definição de critérios de intervenção que preservem as características formais do sítio que lhe conferem o caráter de documento urbano, sem limitá-lo a um papel nostálgico e estático de retrato do passado.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, o IPHAN direciona metodologicamente as análises para *estudos de caso* a respeito da forma urbana dos sítios tombados. Tais estudos, além de diretamente relacionados aos objetivos do INBI-SU– de gestão do patrimônio urbano a partir do entendimento de forma da cidade hoje e dos significados a ela atribuídos –, poderão contribuir, em função da abordagem que propõe, com o avanço dos estudos mais gerais de história urbana no Brasil, ainda hoje envolvidos com a discussão sobre *espontaneidade ou projeto* no processo de formação das cidades luso-brasileiras.

Dentre os principais produtos gerados a partir do desenvolvimento dessa pesquisa e relacionados aos diferentes níveis de aprofundamento do INBI-SU, pretende-se:

- A produção de um guia de fontes, tendo como recorte temático a história da forma urbana, o que exige um levantamento extensivo das fontes existentes sobre o sítio, e um tratamento acurado das referências das fontes e de sua indexação, de modo a atender particularmente aos pesquisadores da área e ao público em geral;
- Subsidiar a elaboração de critérios e normas de intervenção nos sítios históricos, mediante a análise dos dados históricos associados aos dados de levantamento de campo dos imóveis. Essa frente de trabalho exige um tratamento dos dados levantados de modo a garantir o mapeamento das informações históricas na planta cadastral atualizada da cidade, como método de análise fundamental para a compreensão da forma urbana hoje.

Delimitação do objeto

O *objeto* da pesquisa histórica do INBI-SU delimita-se em função do objetivo de se compreender o modo de construção desses sítios urbanos ao longo do tempo, através da identificação dos modos de ocupação do espaço que deram lugar a diferentes usos e dos vestígios das formas que cederam lugar a outras, abrangendo áreas que referenciem todo um modo de vida constituído historicamente num determinado território. Sobre tais áreas deverão ser realizados os estudos históricos, morfológicos e de demografia urbana, assim como as observações referentes aos usos ali encontrados. Nesse sentido, nosso objeto de estudo não corresponde necessariamente à área protegida legalmente através do tombamento, pois os critérios de atribuição de valor e seleção adotados pelo IPHAN variaram ao longo do tempo com relação aos vestígios materiais que o sítio urbano agrega. De todo modo, as motivações que embasaram sua proteção devem também ser conhecidas, através de pesquisa no IPHAN.

Recorte temporal

Para a delimitação do recorte temporal da pesquisa histórica, deverá ser considerada a época em que se dá a ocupação do território, relacionada ao contexto socio econômico motivador dessa ocupação. A consolidação da estrutura urbana

deve ser abordada numa perspectiva de longo prazo, desde a fundação da cidade, até a época do tombamento do sítio em estudo quando a cidade passa a ser vivida e tratada como patrimônio cultural, sujeito a regras específicas para o seu desenvolvimento, constituindo-se num objeto de investigação distinto.⁷⁰

Operacionalização

A pesquisa histórica do INBI-SU se realiza com o preenchimento dos formulários I, A, B e do Formulário Geral do Sítio Urbano. Uma bibliografia de apoio deverá ser utilizada pelo pesquisador, relativa à historiografia do período em que se concentra a pesquisa, assim como sobre a historiografia que aborda a formação de cidades no Brasil. Para sua execução, 3 etapas devem ser cumpridas:

1ª etapa

Pesquisa nas instituições de âmbito nacional existentes no Rio de Janeiro (listadas no final deste capítulo) para:

- Cadastramento das instituições de pesquisa em que houver levantamento de fontes - Formulário I;
- Levantamento de fontes bibliográficas e arquivísticas – formulários B e A.

O trabalho deverá ser iniciado pelas fontes bibliográficas, possibilitando a formulação de hipóteses de investigação para seleção das fontes arquivísticas. As fontes arquivísticas tratadas nessa pesquisa são leis urbanas, códigos de posturas municipais, cartas régias e outros documentos de ordenamento urbano; e, também, cartografia e iconografia histórica da cidade (formulários B e A).

Ao final dessa etapa, além dos formulários I, A e B preenchidos, deverá ser entregue um relatório sobre a execução do trabalho, informando:

- a quantidade de fontes bibliográficas e arquivísticas levantadas e fichadas;
- a forma de busca adotada, de acordo com cada instituição, se necessário;
- os problemas enfrentados no levantamento, com relação ao acesso à documentação e aos serviços prestados pelas instituições de pesquisa visitadas;
- listagem das instituições de pesquisa em que o trabalho foi considerado concluído;

70 Para tratar desse assunto, será necessária a execução de um projeto de pesquisa específico no Arquivo Noronha Santos e nos arquivos das Superintendências Regionais do IPHAN.

- Listagem das instituições em que o trabalho não foi concluído e por quê.
- Listagem das fontes selecionadas que não puderam ser fichadas, por instituição, e por quê.

2ª etapa

Pesquisa complementar nas instituições locais:

- Elaboração de projeto específico com recortes temático e cronológico mais precisos sobre a cidade depois da varredura inicial no Rio de Janeiro, para complementação do levantamento de fontes documentais com preenchimento dos formulários I, A e B, nas instituições locais de pesquisa, em cada cidade e nas capitais dos estados a que pertencem.

Nessa etapa, o levantamento das fontes bibliográficas visa a complementação com publicações regionais que não tiveram distribuição ampla (obras raras ou periódicos e publicações de autores locais de circulação regional somente, e teses e estudos universitários, etc.). Já o levantamento das fontes arquivísticas tem maior importância pelo fato das instituições locais como arquivos das câmaras ou das prefeituras manterem, geralmente, a guarda de documentos diretamente relacionados à vida urbana.

Além dos formulários I, A e B preenchidos nessa 2ª etapa, deverá também ser entregue um relatório sobre a execução do trabalho nos mesmos moldes daquele apresentado na 1ª etapa.

3ª etapa

Preenchimento do Formulário Geral do Sítio Urbano, para consolidação do conteúdo da pesquisa histórica a partir de uma análise do processo de ocupação do território e de formação do sítio urbano, apresentando material fotográfico e iconográfico ilustrativo desse processo.

Equipes de trabalho

A pesquisa histórica do INBI-SU, até 1998, havia sido realizada de forma assistemática, somente para Tiradentes e, em 1998, iniciada em Diamantina. No ano de 1999, o trabalho foi melhor sistematizado na realização do inventário em Porto Seguro, com 1 historiador para o levantamento de fontes no Rio de Janeiro, durante 4 meses, e outro historiador, em

Porto Seguro, também por 4 meses, para complementação do levantamento de fontes no local. Para a conclusão dessa pesquisa é necessário, ainda, o levantamento de fontes nas instituições de pesquisa estaduais, localizadas na capital do Estado, o que em condições ideais, dependendo das distâncias que separam a cidade em estudo da capital, deve ser feito concomitantemente à 2ª etapa do levantamento em instituições locais.

Para a 3ª etapa de preenchimento do Formulário Geral do Sítio Urbano, em que são reunidos todos os levantamentos de fontes e produzidos textos analíticos sobre o conteúdo da pesquisa, são necessários pelo menos 2 meses de trabalho de 1 pesquisador.

Pressupostos conceituais

Visando orientar metodologicamente não só a seleção de fontes, mas a elaboração dos textos que integram o Formulário Geral do Sítio Urbano, seguem-se alguns aspectos conceituais a serem considerados pelos pesquisadores responsáveis pelo trabalho:

1. Deve-se compreender a cidade pelas suas funções essenciais: a troca, a informação e a vida cultural. Ou seja, se tais funções desaparecem na cidade, ela perde sua razão de ser. Assim, embora algumas atividades sejam tipicamente urbanas, elas podem deixar de existir sem que a cidade sucumba. De modo comparativo, pode-se pensar, por um lado, a desruralização e industrialização ocorrida nas cidades européias de um modo geral, no final do século XIX e, no final do século XX, o processo de desindustrialização que elas mesmas passam, sem com isso deixarem de existir, e, por outro, pode-se pensar num movimento dessa mesma natureza com relação às cidades mineiras – que se originam a partir da atividade econômica da mineração, mas não deixam de existir porque passam por um processo de ruralização no século XIX.
2. Deve-se observar que a cidade possui um caráter de concentração – de profissionais, de especialistas, de serviços etc., – que, em relação ao contexto regional, socio econômico e cultural em que está inserida oferece ocasiões de trocas e oportunidades de modernização. Desse modo, a relação entre centro e periferia que a cidade gera é operacional para a compreensão da forma urbana, podendo então ser consideradas hipóteses gerais em torno desse aspecto, tais como:

- as cidades como reunião lenta e num único centro de poder político-administrativo do núcleo primitivo mais 1 ou 2 lugarejos importantes da periferia (Ouro Preto é um bom exemplo desse caso).
- o poder da cidade sobre um setor ou sobre áreas que dependem dela (os distritos que compõem os municípios hoje podem ser exemplos dessa relação), com a cobrança de impostos e com a concentração de serviços.
- a importância das ordens religiosas na organização do espaço urbano no Brasil. Pode-se pensar, a partir da localização delas, se tiveram um papel de permeabilizar áreas até então sem comunicação, ao situarem-se nas margens da cidade, ilustrando a atração da periferia pelo centro, ou de reforçar a consolidação do espaço de poder, situando-se próximas ao poder público.

Focos de observação

As marcas impressas no território são consideradas vestígios que constituem a forma urbana hoje, que permaneceram como elementos culturais em função das diferentes apropriações e usos atribuídos, sempre recodificados, que atravessaram materialmente o tempo. Considerando, então, as funções essenciais da cidade e seu papel de concentração – de geração de um centro – propõe-se, aqui, os seguintes focos de observação que orientam a leitura da forma urbana como materialização, no espaço, dessas funções que abrangem múltiplos aspectos e que, interrelacionados, instrumentalizam a compreensão da cidade como um documento de história urbana.

1. Especialização das áreas que configuram espaços principais estruturadores da cidade. São áreas maiores, para se pensar em macroescala, nos níveis econômico, político e cultural, que, respectivamente, se relacionam ao espaço da produção e ao espaço do poder (este, dependendo do momento histórico, será também religioso e cultural). Em núcleos pequenos como Tiradentes, Cuiabá, a identificação desses espaços historicamente foi instrumental para leitura da forma urbana hoje, mas, sem dúvida, trata-se de uma abordagem insuficiente senão permeada por outras formas de concentração, que se alternam, se sobrepõem.
2. Atividades características da cidade. Também devido às funções essenciais da cidade e ao seu caráter de concentração, algumas atividades tornaram-se características do espaço urbano, sendo que várias delas acabam constituindo-se em lugares de sociabilidade. São exemplos dessas atividades:
 - Câmbio, empréstimos (economia monetária é característica da cidade – há muito mais necessidade de dinheiro na cidade que no campo).
 - Gastos monetários tipicamente urbanos: para ostentação; com moradia (aluguéis); com alimentação; com vestuário.
 - Construção civil (atividade que surge na cidade).
 - Economia subterrânea (tráfico; mendicância; contrabando) – ocorre geralmente nas redondezas, nas “margens” da cidade (montanhas; litorais, próximo à zona portuária; estradas, etc.)
 - Atividades de abastecimento (matadouros públicos, açougues, mercados, lojas, abastecimento d’água).
 - Atividades fabris, industriais, artesanais, etc.
 - Serviços de acolhimento de doentes ou abrigo de miseráveis: antes de tornar-se uma função pública, esses serviços eram prestados para o público por instituições privadas ou religiosas, como a Santa Casa da Misericórdia e as casas de caridade. Pensar sobre a localização original dessas atividades e analisar o espaço urbano, identificando os vestígios e as formas de reapropriação desses lugares, possibilita o entendimento da lógica urbana em estudo.
3. Os elementos físicos podem exercer papel determinante como balizadores do espaço construído e da forma dessa construção, associadas às características da topografia e da hidrografia.
4. As vias de comunicação (acessos; caminhos; estradas; ruas; vias fluviais, etc.) relacionadas à função essencial da cidade de trocas e ao seu papel de concentração. O mapeamento das antigas vias na cartografia atual é fundamental para a identificação dos vestígios, considerando os seus antigos usos, a hierarquia resultante deles, identificando as ruas de maior importância, as de serviço, e em que medida as novas apropriações alteraram essas relações (exemplo bom é o caminho da Santíssima Trindade em Tiradentes).
5. As formas de higiene – seu conhecimento a partir dos costumes, hábitos, noções de salubridade de

acordo com as práticas culturais da época e do lugar, também podem informar sobre a ocupação e o uso do espaço, tanto no que se refere ao espaço da casa – privado, quanto ao espaço urbano – público.

Vale lembrar que a escolha do sítio para um primeiro assentamento urbano, considerava, dentre outros aspectos, as condições de salubridade (por exemplo, local alto e arejado; proximidade de água potável, etc.). O mesmo se dava em relação à implantação das casas, que, em determinado momento histórico, deviam estar distantes da beira-rio, originalmente de uso coletivo, tal como lavagem de roupas, ou lançamento de dejetos, etc.

6. A noção de lugares – onde se concentram pessoas devido a funções específicas existentes na cidade – pode ser operacional para pensar o ordenamento do espaço urbano:
 - Lugares de sociabilidade (o bordel; a praça pública; as tavernas; o lavadouro como “parlamento das mulheres”).
 - Pontos de referência espacial para os cidadãos – sinos e torres das igrejas.
 - Lugares de religiosidade – igrejas; passos, etc.
 - Lugares militares – fortes, fortificações; onde ocorrem exercícios militares.
 - Lugar dos mortos – cemitérios (segundo Le Goff, o cristianismo urbaniza os mortos. A cidade torna-se também cidade dos mortos).
 - Os jardins – os jardins hoje existentes podem ser vestígios de uma antiga função agrícola das cidades. Cabe pensar sobre as diversas apropriações e usos dos jardins de acordo com o momento histórico: locais das hortas e dos pomares originariamente, privado geralmente; locais de lazer, tanto privado (quintais) quanto público (parques e praças).

Muitas vezes, esses lugares se constituem em elementos balizadores do adensamento do núcleo. Os monumentos observados sempre de modo associado a lugares ou atividades, constituem-se em pontos de referência espacial, que geram uma centralidade e também balizam a ocupação. Os lugares podem gerar a especialização das áreas pelas funções principais que exercem e/ou uma hierarquia das ruas ao seu redor. O Chafariz de Tiradentes é, a um só tempo, um monumento e ponto de referência espacial, um lugar de sociabilidade e ainda concentra uma atividade de abastecimento d’água, responsável pela especialização da área.

7. Questão demográfica – como se constitui a população da cidade, em termos qualitativos – pois há a justaposição de várias populações (escravos, artesãos, comerciantes; os “homens bons”, etc.) – e quantitativos, e também em termos de distribuição no espaço, sempre que possível, para se estabelecer parâmetros de comparação no tempo e relacionar esses dados à ocupação do espaço.

A questão populacional é importante porque a cidade dispõe de um poder criador, um poder de dominação, de difusão de riqueza que não é proporcional ao número populacional (ou seja, pode haver mais moradores na zona rural, do que todos aqueles concentrados na cidade).

8. Os grupos sociais – recortados de formas variadas, tais como categorias profissionais, poder aquisitivo, nível de instrução, etc., acabam constituindo linguagens diferenciadas, que podem gerar e/ou se expressar em lugares. Ou seja, os grupos sociais, com suas linguagens, criam identidades e distinções (que incluem ou excluem), que podem estar expressas no ordenamento do espaço. (A antiga Praça Onze no Rio, ou a Lapa, podem ser bons exemplos.)

FORMULÁRIO I
E ROTEIRO

Mês/Ano - Preenchido Por: -
Mês/Ano - Revisto Por: -

I Cadastro de Instituições de Pesquisa

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

01. ÓRGÃO			
<input type="text"/>			
02. SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA			
<input type="text"/>			
03. ENDEREÇO			
<input type="text"/>			
04. UF	05. MUNICÍPIO	06. BAIRRO	07. CEP
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
08. DDD	09. TELEFONE / Ramal	10. TELEFONE / Ramal	11. FAX
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
12. CORREIO ELETRÔNICO		13. ENDEREÇO DO ACERVO NA INTERNET	
<input type="text"/>		<input type="text"/>	
14. RESPONSÁVEL PELO SETOR OU GUARDIÃO			
<input type="text"/>			

ATENDIMENTO

15. ATENDIMENTO AO PÚBLICO	16. HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
<input type="radio"/> sim Restrições: <input type="text"/>	2ª a 6ª-feira <input type="text"/> sábado <input type="text"/>
<input type="radio"/> não	Observações: <input type="text"/>
17. EMPRÉSTIMOS	18. FORMAS DE REPRODUÇÃO DISPONÍVEIS NA INSTITUIÇÃO
<input type="radio"/> sim Restrições: <input type="text"/>	<input type="checkbox"/> fotocópia <input type="checkbox"/> fotografia <input type="checkbox"/> microfilme
<input type="radio"/> não	<input type="checkbox"/> meio digital <input type="checkbox"/> fita cassete <input type="checkbox"/> fita de vídeo
19. O PÚBLICO TEM ACESSO DIRETO ÀS ESTANTES?	<input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>
<input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	Observações: <input type="text"/>

CARACTERÍSTICAS DO ACERVO

20. DATAS-LIMITES	21. MENSURAÇÃO / QUANTIFICAÇÃO
mais antiga: ano <input type="text"/> século <input type="text"/>	arquivo: <input type="text"/> caixas <input type="text"/> metros
mais recente: ano <input type="text"/> século <input type="text"/>	biblioteca: <input type="text"/> unidades
22. TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO	23. TIPO DE ORGANIZAÇÃO
<input type="radio"/> identificado <input type="radio"/> organizado <input type="radio"/> parcialmente organizado	<input type="checkbox"/> cronológica <input type="checkbox"/> onomástica
24. GESTÃO INFORMATIZADA?	<input type="checkbox"/> topográfica <input type="checkbox"/> temática
<input type="radio"/> não <input type="radio"/> sim	<input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>
25. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
possibilita a consulta <input type="text"/> %	prejudica a consulta <input type="text"/> %
	impede a consulta <input type="text"/> %
26. CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO (ambiente/acondicionamento/local de acondicionamento)	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	

DOCUMENTAÇÃO ENCONTRADA

27. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

TIPO

CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

28. FONTES ARQUIVÍSTICAS

TIPO

CONCENTRAÇÃO TEMÁTICA

OBSERVAÇÕES

.....

I Cadastramento de Instituições de Pesquisa

Os campos desse formulário visam informar dados gerais sobre as instituições de pesquisa que mantêm a guarda de documentação passível de levantamento. Para cada instituição de pesquisa deverá ser aberto um novo formulário. Se numa mesma instituição houver arquivo e biblioteca autônomos, deve ser feito um formulário para cada um, como, por exemplo, no caso do Museu da República, onde existe arquivo e biblioteca separados, devendo então serem abertos 2 formulários.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

01. Órgão – registrar o nome da instituição de pesquisa que mantém a guarda do acervo documental (ex.: Arquivo do Museu da República).

02. Subordinação administrativa – registrar a instância administrativa a que se subordina, pública ou privada, quando for o caso (ex.: Museu da República - IPHAN).

03. Endereço – indicar o endereço da instituição de pesquisa.

04. Unidade da federação **05.** Município **06.** Bairro **07.**Cep

08 . D D D **09.** Telefone **10.** Telefone **11.** Fax **12.** Correio Eletrônico

13. Endereço do Acervo na Internet – informar, quando houver, o endereço de acesso ao acervo documental via Internet.

14. Responsável pelo setor ou guardião – indicar nome do responsável pelo acervo, ou guardião, quando for o caso.

ATENDIMENTO

15. Atendimento ao público – informar se há acesso público ao acervo documental, assinalando SIM ou NÃO. Nos casos em que houver restrições parciais de acesso, especificar.

16. Horário de atendimento – informar o horário de atendimento ao público, de 2ª a 6ª - feira e aos sábados. Em OB-

SERVAÇÕES informar as particularidades existentes, quando for o caso.

17. Empréstimos – informar sobre a possibilidade de empréstimos, assinalando SIM ou NÃO. Nos casos de impedimento ou restrições, especificar.

18. Formas de reprodução disponíveis na Instituição – assinalar as opções existentes (fotocópia, fotografia, microfilme, meio digital, fita cassete, fita de vídeo). Quando houver outra forma de reprodução, marcar OUTROS e especificar. Em OBSERVAÇÕES informar formas de reprodução permitidas se providenciadas pelo interessado.

19. O público tem acesso direto às estantes ? – assinalar SIM ou NÃO.

20. Datas-limites – indicar os anos limites do acervo, isto é, o ano do documento mais antigo e o ano do mais recente, sob a guarda da instituição.

21. Mensuração/quantificação – indicar, no caso de arquivos, o total de metros lineares e/ou número de caixas da documentação existente. Para as bibliotecas, indicar a quantidade total de seu acervo (em unidade). Caso essas informações não sejam fornecidas pela instituição, o pesquisador deverá fazer levantamento aproximado para preenchimento do campo.

22. Tratamento técnico do acervo – informar se o acervo encontra-se apenas identificado, quando não submetido a processo de organização, embora sua proveniência, conteúdo geral e dimensões estejam, de alguma forma, sob controle; ou se o acervo acha-se organizado ou parcialmente organizado, quando submetido a processos de arranjo ou classificação.

23. Tipo de organização – quando o acervo for considerado organizado ou parcialmente organizado, assinalar os tipos de organização existentes – cronológica, onomástica, topográfica, temática. Quando houver outro tipo de organização, assinalar OUTROS e especificar.

24. Gestão Informatizada – informar se o acervo encontra-se informatizado, assinalando SIM ou NÃO.

25. Estado de conservação – a partir de uma observação geral do acervo, assinalar se o estado geral dele possibilita a consulta, se prejudica a consulta, ou se impede a consulta, fornecendo percentuais sobre o estado de conservação do conjunto, a partir de observações a respeito da existência de manchas de ferrugem, colônias de fungos, emendas com fita gomada, umidade, papel quebradiço, infestado por insetos, etc.

26. Condições de armazenamento do acervo – trata-se de campo descritivo, onde deverá ser informado se a sala de guarda do acervo é arejada ou úmida, como a documentação encontra-se acondicionada (ex.: caixas, pastas, latas, etc.) e onde é guardada (ex.: estantes, armários, empilhada no chão, etc.).

DOCUMENTAÇÃO ENCONTRADA

27. Fontes bibliográficas - informar os diversos tipos de fontes encontradas (livros, folhetos, periódicos, teses, etc.) e a concentração temática (arte, história, arquitetura, etc.) do acervo.

28. Fontes arquivísticas – informar os tipos de documentos encontrados, utilizando a seguinte classificação:

documentação textual – cartorial – certidões de batismo, óbito, propriedades, etc.; pública – processos civis, criminais, contabilidade, recibos, relatórios provinciais, livros de atas da Câmara, posturas municipais, décimas urbanas, etc.; privada – cartas, relatos, diários, etc.;

documentação especial – cartografia, fotografia, iconografia (gravuras, desenhos, etc.), filmoteca, etc. Informar, ainda sobre a concentração temática do acervo.

OBSERVAÇÕES

Para ser utilizado pelo pesquisador, quando julgar necessário, sobre qualquer assunto relativo ao levantamento.

FORMULÁRIO A
E ROTEIRO

.....

A – Levantamento de Fontes Arquivísticas

Este levantamento visa reunir de forma sistemática e padronizada as informações contidas nas fontes arquivísticas pertinentes à pesquisa histórica sobre os sítios urbanos em estudo. O levantamento deverá ser realizado em todas as instituições de pesquisa (arquivos e bibliotecas públicos ou privados), cujo acervo tenha sido identificado como de interesse, segundo informam os dados levantados no FORMULÁRIO I.

No levantamento de fontes arquivísticas, deverão ser privilegiadas fontes de época, que tratem diretamente daquela forma de vida urbana, aspectos urbanísticos e de ocupação territorial. Deverão ser selecionados, sistemática e prioritariamente, os seguintes tipos de fonte:

- fontes cartográficas e iconográficas;
- regulamentação de aforamentos, aforamentos;
- posturas municipais; planos e regulamentações da vida urbana (aspectos sociais);
- décimas urbanas; imposto predial;
- livros de atas da Câmara, no que se refere a agenciamentos urbanos (abertura de ruas, criação de praças, especialização de usos em áreas determinadas, etc.).

O pesquisador poderá trabalhar outros tipos de documentos que julgue pertinente, à pesquisa e com possibilidade de sistematização, conforme o andamento de sua investigação, o que deverá constar nos seus relatórios.

Para cada unidade documental selecionada deverá ser aberto um novo formulário. Por unidade documental deve-se entender o menor conjunto de documentos (uma ou várias folhas) que apresente integridade com relação a sua natureza, quando do momento de sua produção, isto é, cuja ordenação não tenha sido feita *a posteriori*, pela instituição ou pessoa que mantém sua guarda ou a manteve em algum momento.

Nesse sentido, quando forem encontrados documentos com folhas perdidas e/ou ausentes, folhas avulsas ou soltas, deverá ser observado no formulário que trata-se de documento incompleto (campo 06 do formulário). Na medida em que for possível estabelecer uma lógica de entendimento, deverão ser tratados como unidade.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

01. Identificação do bem tombado – identificar o nome do bem tombado que é objeto da pesquisa realizada.

02. Instituição/Seção - informar o nome da instituição e seção (quando houver) que detém a guarda da unidade documental selecionada.

03. Título - registrar o nome da unidade documental. Quando não houver, atribuir nome utilizando as primeiras palavras do texto inicial do documento. Neste caso, deve ser assinalada a opção atribuído. Ex: Representação dos mineiros que se ocupam da mineração de diamantes...

04. Procedência/Autoria - informar a procedência da unidade documental, isto é, instituição e/ou pessoa responsável pela sua produção. Quando se tratar de nome pessoal, entrar de acordo com as regras de bibliografia.

Ex: PROENÇA, Marinho de Mendonça de Pina e
Quando se tratar de autoria ou procedência imprecisa, esta deve ser atribuída considerando as informações do documento.

Ex: MINEIROS do Serro Frio

05. Destinatário - informar para quem foi produzido o documento, utilizando o mesmo procedimento do item 04.

06. Nº de folhas - informar o total de folhas da unidade documental e verificar se há folhas perdidas e/ou ausentes, assinalando COMPLETO ou INCOMPLETO.

07. Datas-limites - informar a data registrada na unidade documental; quando houver mais de uma data, informar a mais antiga e a mais recente. Não havendo uma data expressa no documento, esta deve ser atribuída pelo pesquisador, com base em indicações sugeridas no próprio texto. Caso seja possível atribuir somente o século, informá-lo em algarismo romano. Tratando-se de mais de um século, assinalar séculos o mais antigo e o mais recente. Em todos os casos de atribuição de data pelo pesquisador, marcar a opção presumida.

08. Suportes - assinalar o material sobre o qual a informação está registrada (papel; diapositivo; fita de vídeo; tela; cd-rom; microfilme). Quando não houver alternativa listada, assinalar outros e discriminar.

09. Espécies documentais - assinalar se o documento é manuscrito ou impresso, e se trata-se de texto; cartografia; fotografia; cartão postal; desenho; gravura. Quando não houver alternativa listada, assinalar outros e discriminar.

Escala – informar, quando se tratar de fonte cartográfica, a escala do mapa na forma em que está expressa no documento. Ex.: 8 léguas = 14cm.

10. Localização - informar o símbolo constituído por letras e números ou pela combinação dos dois, que serve como elemento de identificação e localização dos fundos, séries e unidades de arquivamento do acervo, fornecido pela instituição de pesquisa onde está guardado.

Caso não tenha este registro, o pesquisador deve fornecer dados que orientem fisicamente o retorno à fonte dentro da instituição de pesquisa. Ex.: 1ª estante à esquerda, 3ª prateleira, 2ª caixa, etc.

11. Indexação - selecionar termos identificadores do conteúdo da unidade documental. Deve ser preenchido pelo pesquisador buscando utilizar-se da Lista Básica de Descritores da Pesquisa Histórica, que consta desse Manual, e de palavras-chave selecionadas do documento. Após conclusão dos levantamentos, será feita revisão e padronização pelo INBI-SU.

12. Resumo informativo - este campo não deve ultrapassar as 20 (vinte) linhas a ele reservadas no formulário. Deve-se expor abreviadamente o assunto geral de que trata a unidade documental e as informações relativas ao objeto da pesquisa em particular. Não devem ser utilizadas citações do texto.

13. Fichamento - tem como objetivo selecionar e reunir as informações contidas na unidade documental relativas ao processo histórico de formação, uso e transformação do espaço urbano em estudo, de forma detalhada, sistemática e objetiva, a fim de que não seja necessário o retorno à fonte, a não ser para reprodução de algum material de interesse nela contido, cuja referência deve ter sido feita nesse formulário.

Deve ser utilizada a forma textual, evitando esquemas ou sumários, e ser respeitado o conteúdo exposto no documento. Observações particulares poderão ser feitas, desde que claramente identificadas como tais.

As citações poderão ser utilizadas como recurso para exemplificar, com as palavras do autor, o que já foi explicitado no texto do fichamento. É imprescindível que as citações sejam *aspeadas e com indicação das páginas em que se encontram*.

Se o espaço reservado para o fichamento não for suficiente, o mesmo modelo de formulário será utilizado como folha de continuação, repetindo os itens 01, 03 e 04. Neste caso não corresponderá a um novo formulário.

14. Observações - para ser utilizado pelo pesquisador, quando julgar necessário, sobre qualquer assunto relativo ao levantamento.

FORMULÁRIO B
E ROTEIRO

.....

B – Levantamento de Fontes Bibliográficas

Este levantamento visa reunir de forma sistemática e padronizada as informações contidas nas fontes bibliográficas (livros, artigos de periódicos, monografias, dissertações, teses, relatórios, folhetos, etc.), pertinentes à pesquisa histórica sobre os sítios urbanos em estudo. O levantamento deverá ser realizado em todas as unidades de pesquisa (arquivos e bibliotecas públicos e privados), cujo acervo tenha sido identificado como de interesse.

As informações coletadas nesse formulário devem objetivar o conhecimento do processo histórico de formação, uso e transformação do espaço urbano em estudo, e a sua contextualização histórica em termos gerais.

Para cada referência bibliográfica selecionada será aberto um novo formulário, isto é, o número de formulários deverá corresponder ao número de referências bibliográficas pesquisadas.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

01. Identificação do bem tombado - identificar o nome do bem tombado que é objeto da pesquisa realizada.

02. Instituição/Seção - informar o nome da instituição e seção (quando houver) onde a obra referida pode ser encontrada. Ex: Biblioteca Nacional/Periódicos-RJ

03. Referência Bibliográfica - identificar todos os dados pertinentes à fonte consultada, seguindo as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para livros, periódicos, folhetos, etc. Sempre que surgirem siglas, estas devem ser descritas por extenso.

Autor - identificar o(s) autor(es) sempre com a entrada pelo último sobrenome seguido do(s) prenome(s). Quando se tratar de obra com vários autores, informar o nome do organizador; não havendo organizador discriminado, entrar pelo nome do primeiro autor, seguido da expressão “et al”. Em caso de dúvida consultar o catálogo da biblioteca.
Ex: MOURA, Gerson, et al.

Título – Indicar o título tal como figura na obra referenciada. Em caso de periódicos, indicar o título do artigo referenciado.

Nome do periódico - identificar o título do periódico tal como figura na obra.

Edição - indicar o número, a partir da 2ª edição. Ex: 3.ed.

Série - indicar o nome da série ou coleção, seguido do número. Ex: Brasileira, 23.

Local - indicar o nome da cidade onde foi editada, conforme indicação na obra. Quando houver mais de um local indicar o que estiver mais destacado na publicação. Não sendo possível determinar o local, deixar o campo em branco.

Editor - informar o nome do editor de forma abreviada, sem prejudicar a sua identificação. Ex: José Olympio, indicar : J. Olympio. Quando se tratar de dois editores, indicar os dois separados por [;].

Ex: Saraiva; J. Olympio. Na falta do editor indicar [s.n.].

Data - informar a data da publicação em algarismos arábicos. Se a data da publicação não puder ser determinada, registre assim: [1981 ?] para data provável; [ca. 1981] para data aproximada.

Quando se tratar de periódico, indicar o (s) mês (es) e ano da publicação.

Ex: jan./abr. 1980.

Volume - informar o nº do tomo ou volume do periódico.

Número - informar o número do fascículo do periódico.

Número de páginas - quando a publicação só tiver um volume, indicar o número de páginas da seguinte forma: 50 p. Para obras de dois ou mais volumes, indicar da seguinte forma: 4v.

No caso de publicação avulsa ou artigo de periódico, indicar as páginas referenciadas assim: p. 9-24.

Tem ilustrações? - assinalar SIM ou NÃO com relação à existência de ilustrações de qualquer natureza.

Notas Especiais - indicar, sempre que houver informações suplementares sobre a edição, tais como: existência de bibliografia, índices e glossários; nome do prefaciador, ilustrador, tradutor; informar sobre a 1ª edição ou outras edições de interesse; indicar se o texto é bilíngüe; indicar se é separata de artigo, etc.

04. Localização - informar o número de classificação que localiza a obra na estante, fornecido pela instituição de pesquisa em que foi encontrada.

05. Indexação - selecionar termos identificadores do conteúdo da obra referenciada. Deve ser preenchido pelo pesquisador buscando utilizar-se da Lista Básica de Descritores da Pesquisa Histórica, que consta deste Manual, e de palavras-chave selecionadas do texto. Após conclusão dos levantamentos, será feita revisão e padronização pelo INBI-SU.

06. Resumo Informativo - em no máximo 20 (vinte) linhas, deve-se expor abreviadamente o assunto geral da obra, e as informações relativas ao objeto da pesquisa em particular. Em publicações com mais de um volume, especificar aquele(s) que tratar(em) diretamente do sítio histórico em estudo. Este campo é fundamental para a produção de uma base de referências bibliográficas sobre o sítio histórico em estudo, que visa orientar os pesquisadores que a consultarem, sobre a conveniência e interesse de recorrer à obra para sua pesquisa. Portanto, não fazer cópia de sumário ou utilizar citações do texto.

07. Tipos de ilustrações - indicar todas as ilustrações existentes relativas ao objeto de estudo, discriminando o tipo (foto, desenho, gravura, mapa, planta, etc.) e especificando o motivo (vistas da cidade ou de determinado monumento, carta ou mapa da região, planta cadastral, planta de edificação, etc.).

08. Fichamento - Tem como objetivo selecionar e reunir as informações contidas na fonte, relativas ao processo histórico de formação, uso e transformação do espaço urbano em estudo, de forma detalhada, sistemática e objetiva. Pretende-se dessa forma evitar o retorno à fonte, a não ser para reprodução de algum material de interesse nela contido, cuja referência deve ter sido feita no campo 08 desse formulário. Informações mais detalhadas sobre material gráfico contido na fonte podem ser descritas nesse campo.

Deve ser utilizada a forma textual, evitando esquemas ou sumários, e ser respeitado o conteúdo exposto pelo autor. Observações particulares poderão ser feitas, desde que claramente identificadas como tais, ou seja, anotando OBS.

As citações poderão ser utilizadas como recurso para exemplificar, com as palavras do autor, o que já foi explicitado no texto do fichamento. É imprescindível que as citações sejam aspeadas e com indicação das páginas em que se encontram.

Se o espaço reservado para o fichamento não for suficiente, o mesmo modelo de formulário será utilizado como folha de continuação, repetindo os itens 01 e 03 (autor e título). Neste caso não corresponderá a um novo formulário.

09. Observações - Para ser utilizado pelo pesquisador, quando julgar necessário, sobre qualquer assunto relativo ao levantamento.

.....

Lista básica de descritores da pesquisa histórica

A lista básica de descritores apresentada a seguir visa apoiar o pesquisador no preenchimento do Formulário A - campo 10, do Formulário B - campo 06 e do Formulário Geral do Sítio Urbano - campo 08, na escolha dos termos que representem o conteúdo dos documentos. O pesquisador poderá, também, retirar termos significativos do próprio texto, criando um descritor que melhor sintetize o conteúdo em análise, ainda que não conste da lista básica.

Os nomes próprios (igrejas, conventos, pessoas, instituições, etc.) importantes para a região devem ser incluídos na indexação. Exemplo: Fundação João Pinheiro, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Esta lista foi produzida para a indexação do levantamento de fontes realizado nos inventários dos sítios urbanos de Tiradentes, Diamantina, Porto Seguro e Olinda. Para tanto foram consultados diferentes vocabulários, tais como: Thesaurus Internacional do Desenvolvimento Cultural, Thesaurus Experimental de Arquitetura, Vocabulário de História do Brasil da Fundação Casa de Rui Barbosa (versão preliminar) e o Vocabulário Controlado Para as Bibliotecas do IPHAN, em fase de elaboração.

ABASTECIMENTO

Abastecimento de água,

use: ÁGUA; ABASTECIMENTO

ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

v. também, BRASIL COLÔNIA, 1500-1808

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Administração pombalina,

Use: REFORMAS POMBALINAS

AFORAMENTO

AGRICULTURA

NE: Quando se tratar de produto agrícola importante para a região, entrar pelo produto. Ex.: Cacau; Café; Sal, etc.

AGROPECUÁRIA

ÁGUA

ALDEAMENTO

Ambiência,

use: ENTORNO

ANTROPOLOGIA

AQUARELA

AQUEDUTO

ARBORIZAÇÃO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

ARQUEOLOGIA

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA

ARQUEOLOGIA URBANA

ARQUITETURA

ARQUITETURA CIVIL

ARQUITETURA COLONIAL

NE: Usado para o período. Não é estilo.

ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

ARQUITETURA DE INTERIORES

Arquitetura eclética,

use: ECLETISMO [ARQUITETURA]

ARQUITETURA JESUÍTICA

ARQUITETURA MANUELINA

ARQUITETURA MILITAR

v. também FORTIFICAÇÕES e QUARTÉIS

Arquitetura moderna,

use: MODERNISMO [ARQUITETURA]

ARQUITETURA MOURISCA

ARQUITETURA RELIGIOSA,

v. também, CAPELAS

CONVENTOS

IGREJAS

MOSTEIROS

ARQUIVO PAROQUIAL

Arrabaldes,

use: ARREDORES

ARREDORES

ARRUAMENTO

ARTE

ARTE COLONIAL

ARTE FUNERÁRIA

Arte religiosa,

use: ARTE SACRA

ARTE SACRA

ARTES E OFÍCIOS

Artes plásticas,

use ARTE

ARTESANATO

ARTESÃOS

ARTÍFICES

ARTISTAS

ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES

ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS

ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

ATLAS

BAIRROS

BANDEIRANTES

BANDEIRANTISMO

BANDITISMO

BANDITISMO RURAL

BARES E RESTAURANTES

BARRAGENS E AÇUDES

BARROCO [ARTE]

BARROCO [ARQUITETURA]

BARROCO [ESCULTURA]

BARROCO [MÚSICA]

BENS CULTURAIS,

v. também PATRIMÔNIO CULTURAL

BENS MÓVEIS

BENS TOMBADOS

BIOGRAFIAS

BISPADO

BRASIL 1º REINADO, 1822-1831
BRASIL 2º REINADO, 1840-1889
BRASIL COLÔNIA, 1500-1808
v. também: ADMINISTRAÇÃO COLONIAL
BRASIL REINO, 1808-1822
BRASIL REPÚBLICA, 1889-

CACAU
CAFÉ,
v. também, ENGENHOS DE CAFÉ
CAMINHO DE TROPAS
v. também VIAS DE COMUNICAÇÃO
CAMINHO DO OURO (PARATI),
v. também VIAS DE COMUNICAÇÃO
CAMINHO NOVO (RIO DE JANEIRO),
v. também VIAS DE COMUNICAÇÃO
CAMINHOS
CANA-DE-AÇÚCAR,
v. também ENGENHOS DE CANA-DE-AÇÚCAR
CAPELAS
CAPITANIAS HEREDITÁRIAS
CARIMBOS POSTAIS
CARTAS RÉGIA,
CARTA TERRITORIAL,
ver também MAPA
CARTÕES POSTAIS
CARTOGRAFIA
CASA DE CÂMARA E CADEIA
CATEQUESE
CEMITÉRIOS
CENSO COMERCIAL
CENSO DEMOGRÁFICO
CENSO ECONÔMICO
CENSO GERAL
CENTRO HISTÓRICO,
v. também SÍTIO URBANO
Chafarizes,
use: FONTES E CHAFARIZES
CIDADES COLONIAIS
v. também SÍTIO URBANO
CIDADES HISTÓRICAS
v. também SÍTIO URBANO
CLASSES SOCIAIS

CÓDIGO DE OBRAS
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA
COMEMORAÇÃO
COMÉRCIO
CONFERÊNCIAS
CONGRESSO
Conjuntos arquitetônicos,
use: SÍTIO URBANO
Conjuntos Históricos,
use: SÍTIO URBANO
Conjuração Mineira,
use: INCONFIDÊNCIA MINEIRA
CONTRABANDISTAS
CONTRABANDO
CONTRATO DO SAL
CONVÊNIOS
CONVENTOS
Corografia,
use: GEOGRAFIA
CORPORAÇÕES DE OFÍCIO
CORRESPONDÊNCIA
Costumes Sociais,
use: USOS E COSTUMES
Crescimento urbano,
use: DESENVOLVIMENTO URBANO
CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO
CRONOLOGIA
CULTURA

DEFESA MILITAR
Defesa pública,
use: SEGURANÇA PÚBLICA
DESCARACTERIZAÇÃO URBANA
DESCOBRIMENTO DO BRASIL
DESCRIÇÃO
DESCRIÇÕES E VIAGENS
DESENHO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ver também, ECONOMIA
DESENVOLVIMENTO RURAL
DESENVOLVIMENTO URBANO
DIAMANTE
DICIONÁRIOS

DIOCESE
DIREITO CANÔNICO
DISCURSOS
DISTRITOS
DIVISÃO TERRITORIAL
NE: Usado para limites de estados e municípios.
Documentação fotográfica,
use: FOTOGRAFIA DOCUMENTÁRIA
DOCUMENTOS HISTÓRICOS
DOCUMENTOS OFICIAIS,
ver também: MANUSCRITOS
DOMINICANOS
DOMÍNIO ESPANHOL, 1580-1640
Domínio Holandês,
use: HOLANDESES NO BRASIL

ECLETISMO [ARQUITETURA]
ECOLOGIA
ECONOMIA,
ver também DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDIFICAÇÕES
EDIFÍCIOS PÚBLICOS
EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EFEMÉRIDES
ELEIÇÕES
EMBARCAÇÕES
ENERGIA ELÉTRICA
ENGENHOS
ENGENHOS DE CAFÉ
ENGENHOS DE CANA-DE-AÇÚCAR
ENTALHADORES
ENTORNO
ENTRADAS E BANDEIRAS
ENTREVISTA
ESCOLAS
ESCRAVIDÃO
ESCRAVOS
ESCRITORES
ESPAÇO URBANO
Estado e Igreja,
use: IGREJA E ESTADO
ESTALEIROS

ESTATÍSTICA
ESTRADAS
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL
ESTRUTURA SOCIAL
EVOLUÇÃO URBANA
EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS
EXPEDIÇÕES COLONIZADORAS
EXPEDIÇÕES PORTUGUESAS
EXPOSIÇÕES

FAUNA
FAZENDAS
FERRO
FERRO [ARQUITETURA]
FERROVIAS
FESTAS CÍVICAS
FESTAS NACIONAIS
FESTAS POPULARES
FESTAS RELIGIOSAS
ver também: RITOS E CERIMÔNIAS
FLORA
FLORESTA
FOLCLORE
FOME
Fonte histórica,
use: DOCUMENTOS HISTÓRICOS
FONTES E CHAFARIZES
FORAL
NE: Documento “dado à capitania, no qual se fixavam, consoante o próprio formulário desses diplomas, os direitos, foros e tributos e coisas, que na respectiva terra se haviam de pagar ao Rei e ao capitão donatário” (*História da civilização portuguesa no Brasil*)
FORTIFICAÇÕES
FOTOGRAFIA DOCUMENTÁRIA
FRANCESES NO BRASIL
FRANCISCANOS
FREGUESIAS

GÁRGULA
GARIMPO
GARIMPEIROS
GEOGRAFIA
GEOGRAFIA HUMANA

GEOGRAFIA URBANA

GLOSSÁRIO

GÓTICO

GUERRA DOS EMBOABAS, 1707-1709

GUERRA DOS MASCATES, 1710-1714

GUIAS

GUIAS DE ARQUIVOS

GUIAS TURÍSTICOS

HIDROGRAFIA

HISTÓRIA

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA

HISTÓRIA SOCIAL

HOLANDESES NO BRASIL,

ver também, INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA, 1645

ICONOGRAFIA

IGREJA E ESTADO

IGREJAS

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Imediações,

use: ARREDORES

IMIGRAÇÃO

NE: Usado para designar a entrada de grupos de outras nacionalidades para povoamento, desbravamento ou exploração. Pode ser adjetivado.

Ex.: Imigração italiana.

IMPOSTOS,

ver também QUINTO

IMPrensa

INCONFIDÊNCIA MINEIRA

INCONFIDENTES

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

ÍNDIOS

NE: Quando se tratar de uma tribo ou nação específica, entrar com o termo ÍNDIOS acrescidos da sua denominação. Ex.: Índios tupinambás

ÍNDIOS BRASILEIROS

INDÚSTRIA

INQUISIÇÃO

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA, 1645

Invasões francesas,

use: FRANCESES NO BRASIL

Invasões holandesas,

use: HOLANDESES NO BRASIL

INVENTÁRIO

IRMANDADES RELIGIOSAS

JARDIM BOTÂNICO

JESUÍTAS

JUSTIÇA

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO URBANA

LENDAS

LIMITES E FRONTEIRAS

NE: Usado para fronteiras nacionais.

Limites territoriais,

use: DIVISÃO TERRITORIAL

LINHO

LITOGRAFIA

LITORAL

Livro da Capa Verde,

use: REGIMENTO DIAMANTINO

LOGRADOUROS

Malha urbana,

use: TECIDO URBANO

MAÇONARIA,

ver também SOCIEDADES SECRETAS

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

MANUSCRITOS

ver também: DOCUMENTOS OFICIAIS

DOCUMENTOS HISTÓRICOS

MAPA

MEMÓRIAS

MERCEDÁRIOS

MINEIROS

MINERAÇÃO

MISSIONÁRIOS

MISSÕES JESUÍTICAS

MISSÕES RELIGIOSAS

MOBILIÁRIO

MODERNISMO [ARQUITETURA]

MONUMENTOS

MOSTEIROS

MUSEUS

MÚSICA

NAVEGAÇÃO

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

NEOCLÁSSICO

Núcleo urbano,

use: SÍTIO URBANO

CENTRO HISTÓRICO

OBRAS PÚBLICAS

ORDENS RELIGIOSAS

ORNAMENTOS [ARQUITETURA]

OURIVES

OURO

PAISAGEM

PAISAGISMO

PASSOS DA PAIXÃO

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

PATRIMÔNIO CULTURAL,

ver também BENS CULTURAIS

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE DE

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

PATRIMÔNIO IMATERIAL

PATRIMÔNIO NATURAL

PECUÁRIA

PEDRA-SABÃO

PINTORES HOLANDESES

PINTURA

Pintura religiosa,

use: PINTURA SACRA

PINTURA RUPESTRE

PINTURA SACRA

PIRATARIA

PLANEJAMENTO URBANO,

ver também PLANO DIRETOR

PLANO DIRETOR

NE: Plano de caráter local, que busca estabelecer diretrizes para orientar o desenvolvimento de uma cidade e/ou município, possibilitando a implementação mais adequada de um processo de planejamento urbano. (IPHAN-DID)

PLANTA ARQUITETÔNICA

PLANTA CADASTRAL

PLANTA URBANA

POBREZA

POLÍTICA

POLÍTICA COLONIAL

POLUIÇÃO

PONTES

POPULAÇÃO

PORTOS

POSSE DA TERRA

POVOAMENTO

PRAÇAS

PRATA

PRESERVAÇÃO

PROJETO

PROJETO ARQUITETÔNICO

PROJETO PAISAGÍSTICO

QUALIDADE DE VIDA

QUARTÉIS

QUINTO

ver também: IMPOSTOS

RECENSEAMENTO,

use: CENSO DEMOGRÁFICO

RECURSOS MINERAIS

RECURSOS NATURAIS

REFORMAS POMBALINAS

REGIMENTO DIAMANTINO

NE: Legislação colonial específica para a comarca de Serro Frio.

REGIMENTO INTERNO

RELATOS

RETÁBULOS

REVITALIZAÇÃO URBANA

REVOLTA DE BECKMAN, 1684-1695

Revolução pernambucana, 1645

use: INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA, 1645

REVOLUÇÃO PRAIEIRA, 1848-1849

RIOS

RITOS E CERIMÔNIAS

RODOVIAS

ROMANCE HISTÓRICO

RUAS

SANEAMENTO BÁSICO

SAÚDE PÚBLICA

SEGURANÇA PÚBLICA

SESMARIAS

SISTEMA CONSTRUTIVO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO
SÍTIO URBANO
SOBRADOS
SOCIEDADES DE AMIGOS
SOCIEDADES SECRETAS
SOCIOLOGIA

TALHA
TECIDO URBANO
TÉCNICAS
TERMINOLOGIA
TEORIA
TOMBAMENTO
Traçado urbano
use: TECIDO URBANO
TRÁFEGO URBANO
Trama urbana,
use: TECIDO URBANO
Trânsito urbano,
use: TRÁFEGO URBANO
TRANSMIGRAÇÃO DA CORTE
TRANSPORTE FLUVIAL
ver também NAVEGAÇÃO
TRANSPORTES
TRATADOS COMERCIAIS

Tributação,
use: IMPOSTOS
QUINTO
TROPEIROS
TURISMO
TURISMO CULTURAL

URBANIZAÇÃO
USOS E COSTUMES

VÃOS
VIAJANTES
VIAJANTES ESTRANGEIROS
VIAS DE COMUNICAÇÃO
ver também: CAMINHO DE TROPAS
CAMINHO DO OURO

Vice-Reinado,
use: BRASIL COLÔNIA, 1500-1808

VIDA INTELECTUAL
ver também, USOS E COSTUMES
CULTURA

VIDA MUNDANA
ver também, USOS E COSTUMES

VISTAS

.....

*Instituições de pesquisa de
âmbito nacional no Rio de Janeiro*

1. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (biblioteca e mapoteca)

- Recenseamentos populacionais e socio econômicos, e sinopses estatísticas dos municípios (a partir de 1872);
- Anuário Estatístico do Brasil (a partir de 1908);
- Anuários Estatísticos do Estado (verificar se contém cronologia), monografias municipais (sobre a divisão político-administrativa dos municípios);
- Cartas territoriais (1:25.000 ou 1:50.000 ou 1: 100.000).

2. Mapoteca do Itamarati

- Cartografia histórica, atlas, etc.

3. IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Bibliografia geral (historiografia tradicional, edições fac-símiles, obras de caráter iconográfico);
- Coleção da *Revista do Instituto*;
- Coleção da *Revista do Instituto Histórico estadual*;
- Cópias de documentos manuscritos ou impressos;
- Fotos.

4. Biblioteca Nacional - Obras Gerais

- Bibliografia geral, descrições, monografias, corografias históricas, memórias, edições fac-símiles, publicações da Imprensa Oficial (federal, estaduais e municipais), relatos de viajantes, catálogos (podem ser consultados em outros locais).

5. Biblioteca Nacional - Iconografia e Documentos Cartográficos

- Cartografia histórica;
- Edições fac-símiles / reproduções de documentos cartográficos;
- Publicações de caráter iconográfico;
- Publicações da Imprensa Oficial.

6. Biblioteca Nacional - Obras de Referência / Periódicos

- Coleções de revistas especializadas;
- Dicionários e enciclopédias geográficos, históricos, biográficos, socioeconômicos, etc;

- Anais legislativos estaduais / provinciais e municipais;
- Relatórios de Presidentes da Província e de Governadores;
- Publicações da Imprensa Oficial.

7. Biblioteca Nacional - Obras Raras

- Bibliografia geral.

8. Biblioteca Nacional - Manuscritos

- Provisões Régias, cartas e ofícios.

9. Serviço de Documentação da Marinha (somente para as cidades litorâneas)

- Cartografia, atlas da costa, etc.;
- Publicações de caráter iconográfico;
- Cartas, fotos, cópias e reproduções de documentos da Torre do Tombo.

10. Museu Histórico Nacional

- CD-ROM do Arquivo Ultramarino (disponibilizado para Maranhão);
- Coleção dos Anais do Museu Histórico Nacional (ver índice no prelo);

- Bibliografia geral;
- Publicações de relatos de viajantes, corografias, fac-símiles de documentos, etc.

11. Biblioteca Noronha Santos - IPHAN

- Revista do IPHAN e Boletins do IPHAN;
- Revista do IHGB e de alguns Institutos Estaduais;
- Periódicos especializados;
- Bibliografia geral, descrições, monografias, corografias históricas, memórias, edições fac-símiles, publicações da Imprensa Oficial (federal, estaduais e municipais), relatos de viajantes, catálogos;
- Publicações de caráter iconográfico;
- Planos Diretores ou de Desenvolvimento Urbano.

12. Biblioteca Paulo Santos - Paço Imperial

- perfil semelhante ao da Biblioteca Noronha Santos.

13. Arquivo Nacional

- cartas, fotos, e reproduções de documentos da Torre do Tombo.

14. Arquivo Histórico do Exército

- documentação cartográfica.

.....

Levantamentos de Campo

Os levantamentos de campo, divididos em físico-arquitetônicos e entrevistas com os moradores e usuários, foram organizados através de formulários com a maioria de campos em múltipla escolha, visando não só disciplinar a forma de observação dos imóveis e padronizar os dados das entrevistas, como também facilitar o preenchimento e transposição para o banco de dados, tendo em vista o universo de aproximadamente 20.000 imóveis a serem levantados nos 59 sítios tombados pelo IPHAN.

De acordo com os objetivos deste inventário, que pretende a compreensão dos sítios urbanos como resultado de um processo histórico de apropriação do território, é necessário o conhecimento dos diversos aspectos da forma urbana, considerando-se as diferentes épocas, características estilísticas e as diversas apropriações das edificações. Assim sendo, é fundamental que seja feito o LEVANTAMENTO COMPLETO⁷¹ no total das edificações das áreas tombadas. Imóveis adaptados dentro dessas áreas, que muitas vezes implicam de sua descaracterização, são objeto de interesse para o entendimento do processo de apropriação dos sítios urbanos ao longo do tempo, sendo, também, merecedores do levantamento completo. Entretanto, em alguns imóveis considera-se a possibilidade de se fazer um LEVANTAMENTO RESUMIDO,⁷² que deverá ser preferencialmente aplicado no conjunto dos imóveis que compõem áreas de ocupação recente dentro do perímetro tombado, como por exemplo o casario que surgiu ao longo de caminhos ou de ruas que eram rarefeitas na época do tombamento, ou áreas que sofreram grandes transformações, cujo interesse para a preservação só se justifica do ponto de vista urbanístico (volumetria e traçado). Nessas áreas apenas os imóveis antigos deverão ser objeto do levantamento completo. Prédios de apartamentos, de vários pavimentos, dispersos dentro do sítio tombado, em princípio deverão ser objeto do levantamento resumido. Outra hipótese de aplicação desse levantamento é a impossibilidade de entrar nos imóveis, em função do acesso negado pelo morador ou por estarem abandonados. Só excepcionalmente

71 **Levantamento completo** – levantamento de campo que reunirá os dados para a elaboração da planta de situação, cobertura, plantas baixas de todos os pavimentos e para o preenchimento dos formulários 1, 2, 3, 4 e/ou 5, além do levantamento fotográfico.

72 **Levantamento resumido** – imóveis em que o levantamento de campo reunirá os dados para a elaboração da planta de situação, cobertura e para o preenchimento dos formulários 1, 2 (apenas parte da frente), 4 e/ou 5, além do levantamento fotográfico.

o levantamento resumido poderá ser aplicado em função apenas do nível de descaracterização dos imóveis, devendo sempre ser justificado para evitar o juízo de valor que descarta *a priori* o significado que essas unidades descaracterizadas podem representar para a compreensão e análise do conjunto.

A organização do trabalho *in loco* requer um planejamento detalhado que considera tarefas prévias aos levantamentos de campo e tarefas posteriores de gabinete. Para um bom dimensionamento do trabalho há que se ter em mente as características específicas do sítio tais como: porte das edificações; sua proximidade ou não de grandes centros; infra-estrutura local para fornecer ou apoiar a mão-de-obra empregada nos levantamentos; a existência ou não de dificuldades de acesso aos imóveis, como acontece em áreas predominantemente de comércio ou em sítios cujos moradores só são encontrados em fins de semana e assim por diante. A avaliação dessas condições deverá orientar a escolha e o dimensionamento das equipes, como utilizar bem a infra-estrutura local, o melhor cronograma, a estratégia para garantir a adesão dos moradores e usuários. Assim, visando otimizar ao máximo a ida a campo, alguns procedimentos devem ser adotados.

Tarefas prévias

- Levantamento e reprodução das plantas existentes de imóveis que serão inventariados, nos arquivos do IPHAN e nos arquivos municipais – em campo basta conferir e proceder às alterações, diminuindo muito o tempo do levantamento.
- Providenciar mapa cadastral o mais atualizado possível em meio digital.
- Identificação dos endereços de todos os imóveis a serem inventariados em mapa cadastral para controle do andamento de campo.
- Divulgação do inventário através de carta a cada responsável pelos imóveis, através de rádio, cartazes, se possível, televisão.

- Reunião com os representantes das comunidades e a presença do IPHAN para apresentar e fornecer explicações sobre o inventário.
- Confecção de camisetas e/ou crachás de identificação para as equipes de campo.
- Providenciar material de campo como pranchetas, trenas (1 eletrônica se possível), metros, mangueiras de plástico transparente para levantamento de níveis, lapiseiras, borrachas, papel, etc.

O IPHAN fornecerá alguns exemplos de material utilizado para divulgação do INBI-SU, em Inventários já realizados.

Dimensionamento das equipes

As equipes podem ser formadas de diversas maneiras. Ao longo da experiência acumulada na aplicação do inventário observou-se que a equipe mais econômica é composta de um arquiteto e um entrevistador acompanhados de dois grupos de medição, cada um com 3 pessoas, podendo ser estagiários de arquitetura ou estudantes de cursos técnicos em edificação, ou mistas, podendo-se utilizar mão-de-obra sem qualificação, com 2º grau completo ou cursando o 2º grau. As experiências em Diamantina e Porto Seguro demonstraram as vantagens de se envolver mão de obra local mesmo sem qualificação. Com o treinamento esses auxiliares contratados nas duas localidades integraram as equipes com toda a desenvoltura necessária aos trabalhos e ainda funcionaram como agentes fundamentais no contato com os moradores.

Trabalhando 6 horas diárias essa equipe poderá realizar o LEVANTAMENTO COMPLETO de 3 edificações de porte médio por dia. O entrevistador com 3 a 4 entrevistas e o arquiteto, encarregando-se das equipes de medição e demais levantamentos arquitetônicos que levantam 1,5 imóveis cada, por dia. Os dois primeiros, como profissionais de nível superior e com maior responsabilidade, devem, preferencialmente, encarregar-se dos contatos iniciais, podendo realizar sua parte do trabalho antes da chegada das equipes de medição ou simultaneamente, conforme o cronograma estipulado.⁷³

73 Usando equipes semelhantes à descrita em Ouro Preto foi possível efetuar o levantamento completo de 2,5 edificações de grande porte por dia, em 8 horas diárias. Em condições menos favoráveis, as experiências no Serro e em São João d'el-Rei, em que estudantes foram deslocados pelo período de 4 dias para a execução do trabalho, foi possível levantar de forma completa 1,5 edificação por dia, também em 8 horas diárias. A partir da experiência de Diamantina, onde os trabalhos foram divididos em contratos diferentes, com equipes distintas para o preenchimento dos formulários e para a medição das plantas, foi avaliada a possibilidade de se trabalhar com equipes constituídas por 1 arquiteto, 1 entrevistador e 6 auxiliares para a medição, organizados em duas equipes de 3. Cada profissional acompanha 2 equipes, possibilitando levantar 3 a 4 edificações/dia, 8 horas, otimizando-se assim os custos do trabalho. No caso de Diamantina, as equipes de auxiliares, que realizaram os levantamentos planialtimétricos acompanhadas pelo arquiteto do IPHAN, não tinham qualquer tipo de qualificação técnica, tendo, no entanto, após o treinamento, obtido excelente rendimento, levantando 2,5 edificações no dia de 6 horas. No município de Porto Seguro, o inventário desenvolvido com estudantes e moradores durante o período de férias teve um rendimento de 7 imóveis por dia de 8 horas.

Sempre deverá haver a figura do coordenador do inventário, seja ele funcionário do IPHAN ou não, porque é quem vai garantir a qualidade do trabalho de campo e acompanhar a sua continuidade na etapa de gabinete, no que diz respeito à alimentação dos bancos de dados. Quando mais de uma equipe for envolvida nos levantamentos de campo será necessário o acompanhamento diário desse coordenador, preferencialmente arquiteto, para conferência de cada formulário preenchido e organização das correções necessárias, para que erros de preenchimento ou de levantamento não se acumulem. Sendo apenas uma equipe, esse controle diário poderá ficar por conta do arquiteto que realiza os levantamentos em campo.

Mecânica de campo

É fundamental que a organização do levantamento de campo seja feita através de planilhas de acompanhamento diário uma vez que os trabalhos dependem dos moradores e usuários que terão que abrir suas casas e estabelecimentos comerciais e de serviços, sendo comum a necessidade de remanejamento do planejamento inicial. São vários os contratemplos no cronograma de campo, devendo o coordenador do trabalho se adequar no sentido de aproveitar melhor o tempo, como por exemplo: providenciar rapidamente uma outra visita se a programada não puder ser feita, concentrar 2 equipes num imóvel excessivamente grande para não se ter de voltar à mesma casa duas vezes e assim por diante.

O mapeamento dos imóveis na planta cadastral também constitui um instrumento importante para o acompanhamento do trabalho.

Em campo a aplicação dos formulários das entrevistas, formulários 4 e 5, pode ser feita *a priori*, como forma de estabelecer o primeiro contato com os responsáveis pelos imóveis para agendar a visita dos grupos de medição. Entretanto, se isso não for possível, as entrevistas podem ser aplicadas ao mesmo tempo em que são feitos os levantamentos. Em geral, enquanto um membro da equipe faz as entrevistas, o arquiteto pode preencher os formulários 1, 2 e 3, um dos estudantes de arquitetura percorre o imóvel para elaborar o croqui. Depois os três estudantes se concentram na complementação da medição. Esse é apenas um dos procedimentos possíveis que poderão variar, dependendo da formação adotada para as equipes.

O levantamento fotográfico deve correr paralelamente aos demais levantamentos de campo, sendo executado pelo coordenador ou pelo arquiteto de campo ou por um membro das equipes deslocado para essa tarefa.

Os desenhos em CAD devem ser feitos em seguida aos levantamentos de campo para que eventuais correções ou complementações sejam facilitadas pelo contato ainda recente dos pesquisadores com o imóveis levantados e com seus moradores e usuários para eventual retorno ao local.

É fundamental que seja estipulado um método de controle das fotos e dos desenhos em CAD para garantir a sua correspondência com o endereço das edificações e a correta inclusão das imagens no banco de dados.

Etapa de gabinete

O trabalho de digitação dos dados e digitalização dos desenhos, quando pode ser feito simultaneamente ao campo, diminui os erros e possibilita a volta ao campo se houver dados incompletos.

É sempre aconselhável que os membros das equipes de campo sejam aproveitados na fase digitalização dos desenhos e alimentação do banco de dados dos imóveis levantados por eles. Isso facilita a compreensão dos desenhos e sua correta digitalização e diminui os erros na transposição dos dados dos formulários para o banco.

Recomenda-se o cadastramento prévio no banco de dados das ruas que compõem a área do inventário, para garantir a sua correta digitação (feita uma única vez) e agilizar o cadastramento dos imóveis.

O banco de dados oferece para determinados campos uma bandeira, que apresenta a lista de alternativas de preenchimento para serem selecionadas, facilitando a digitação e evitando erros com a utilização de termos diferentes para a mesma situação.

O banco de dados possui ainda campos denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO, cujo preenchimento é feito pelo coordenador do inventário, com base nos dados levantados em campo – são campos cujo preenchimento pressupõe uma análise mais aprofundada do conjunto de dados de cada imóvel, diante das características do sítio urbano tombado, exigindo um conhecimento técnico na área de patrimônio histórico. Alguns exemplos desses campos são: avaliação final sobre o estado de preservação, classificação dos casos de remembramentos e desmembramentos, categorias para classificar as informações obtidas nos depoimentos de moradores/usuários e assim por diante.

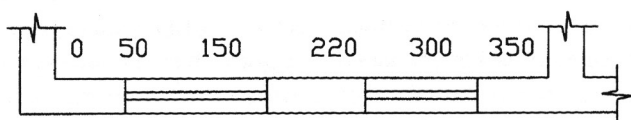
Procedimentos para a elaboração dos croquis

Todas as folhas utilizadas em campo para a elaboração dos croquis deverão conter obrigatoriamente um carimbo ou etiqueta com o endereço do imóvel e o nome de quem executou o croqui, de acordo com o modelo sugerido abaixo, para garantir que todas as plantas de um mesmo imóvel estejam referenciadas.

<i>Inventário Nacional de Bens Imóveis – IPHAN</i>	
SÍTIO URBANO: :	_____
LOGRADOURO: _____	nº _____
PREENCHIDO POR: _____	DATA [__I__I__]
REVISTO POR: _____	DATA [__I__I__]

Para o levantamento de campo deverão ser fornecidas as plantas das quadras, de preferência uma ampliação do lote, em que o pesquisador deverá anotar as medidas de amarração para a implantação da casa, as medidas do perímetro da casa, além de proceder ao levantamento das plantas internas e de cobertura.

O levantamento poderá ser feito com cotas corridas, tomando-se diversas medidas a partir de um mesmo ponto de referência (origem – ponto zero), ou com cotas parciais, tomando-se separadamente cada medida.



O pesquisador deve preservar a horizontalidade da trena no ato da medição, para garantir a correção dos levantamentos dos imóveis. Apenas nos casos de terrenos em declive, que não estejam delimitados na planta cadastral e que não permitam a medição com a trena sempre na horizontal (dificuldades de acesso, entulhos, vegetação, etc.), o pesquisador poderá proceder à medição de plano inclinado, desde que acompanhada do ângulo de inclinação, ou do desnível entre os pontos que definem a medida inclinada, para obtenção da distância horizontal⁷⁴ entre eles – projeção da área do lote.

É importante que o pesquisador de campo considere a possibilidade de o croqui ser digitalizado por outro participante da equipe, preocupando-se com a clareza das informações.

Portanto, o pesquisador de campo não deve economizar observações e comentários na(s) folha(s) do croqui, que possam auxiliar a compreensão do desenho para facilitar sua digitalização como: a projeção de um pavimento que não coincida com o andar inferior; esclarecimentos sobre o significado de linhas tracejadas; ou de outros recursos gráficos empregados nos croquis. Também poderão ser adotados esquemas complementares de cortes para maiores esclarecimentos.

Casos especiais

Considerando-se que a unidade de trabalho é o lote atual, há casos que suscitam dúvidas e para os quais é necessário adequar os procedimentos do INBI-SU para garantir a qualidade das informações e a coerência das análises e cruzamentos dos dados produzidos pelo inventário.

Lotes com mais de 1 edificação: para os lotes que incluam mais de uma edificação (construções independentes onde moram parentes, casas de caseiro, imóveis de uso comercial, etc.), sejam elas do mesmo período/época da construção principal, sejam fruto de ocupação recente, deverão ser feitos os levantamentos planialtimétricos e preenchidos os formulários 2, 3, 4 e/ou 5 de acordo com o tipo de aplicação do INBI-SU que está sendo feita no lote: se ele está sendo levantado com o modelo completo ou com o modelo resumido.

Anexos, tais como depósito, canil, galinheiro, garagem não caracterizam outra edificação. Deverão ser medidos apenas externamente (perímetro), localizados na planta de situação e na planta de cobertura.

Lotes com desmembramento recente: no caso de subdivisões recentes em que a identidade do lote antigo seja facilmente verificada, o pesquisador deve indicar, em tracejado, a subdivisão do lote numa única planta de situação, procedendo aos demais levantamentos de acordo com o tipo de aplicação do INBI-SU que está sendo feita no lote: se ele está sendo levantado com o modelo completo ou com o modelo resumido.

Atenção: não se deve confundir lotes que não possuam seus limites demarcados pela ausência de cerca ou muro com lotes que são resultado de desmembramentos recentes. No primeiro caso a ausência de elementos de demarcação, embora deixem dúvidas no levantamento aerofotogramétrico, não correspondem a uma situação de desmembramento:

⁷⁴ Na topografia, a distância D entre dois pontos será sempre a distância horizontal entre eles, mesmo que o terreno seja inclinado.

são duas ou mais propriedades diferentes, cujo parcelamento apenas não está visível, mas não há dúvida sobre a sua subdivisão (depoimentos dos moradores/usuários). No segundo caso trata-se de um lote antigo, facilmente identificado com a tipologia tradicional da cidade, que está sendo ocupado com a implantação de mais de uma residência ou de edificações que possuem usos e acessos diferentes, podendo ainda serem encontrados elementos de subdivisão, como cercas e muros ou em que está sugerido o desmembramento, através da existência de uma servidão para a casa dos fundos, por exemplo. Os casos de desmembramento serão analisados em separado das análises feitas sobre os lotes que correspondem à tipologia encontrada no sítio como um todo.

Lotes com remembramento evidenciado: nos casos de lotes lembrados que conservam vestígios da subdivisão antiga através da permanência de antigas fachadas, deverá ser preenchido um único conjunto de formulários para a edificação existente. Entretanto, sempre deverá ser feito um Formulário 2 (parte da frente) para cada fachada existente, mesmo que elas correspondam internamente, no lote, a uma única edificação. A planta de situação deverá reproduzir, em tracejado, a subdivisão antiga dos lotes. Os casos de remembramentos também serão analisados à parte para não comprometer o entendimento do tipo de parcelamento encontrado no sítio como um todo.

Planta de situação

Os procedimentos aqui adotados levam em conta o uso de base cadastral atual digitalizada em escala 1:2.000.

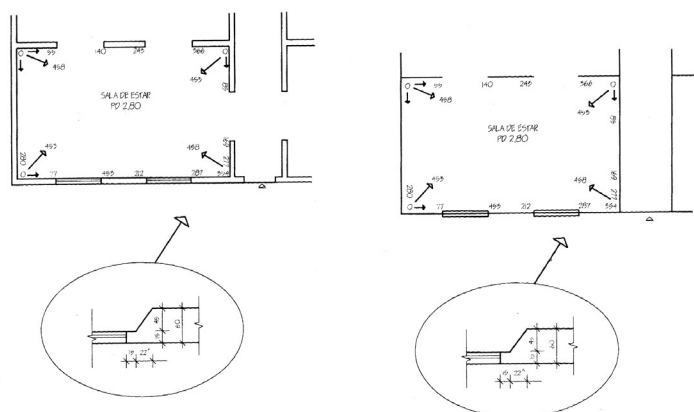
- de posse da planta do lote, o pesquisador deve anotar as medidas do perímetro da edificação principal e de outras edificações secundárias, caso existam, além das medidas de amarração para a implantação das edificações. Não será necessário conferir as medidas do lote, a não ser nos casos em que os terrenos não forem delimitados por cercas ou pelas próprias edificações ou nos casos em que o conjunto dos telhados da quadra e a própria vegetação tiverem impossibilitado a sua representação na planta cadastral. Nesses casos não se trata de conferência de medidas, mas de complementação do cadastro com informações que só podem ser coletadas em campo.
- no caso de subdivisões recentes em que o desmembramento não seja visível (não contarem com cerca

ou muro), o pesquisador deve indicar em tracejado a subdivisão na planta, com base em informação do morador ou usuário.

- os lotes vagos também devem ser levantados caso seja necessário complementar as informações do cadastro.
- a área de projeção da(s) edificação(ões) deve ser hachurada, assim como de eventuais anexos como galinheiros, garagens, canis, etc.
- nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação, elas deverão ser identificadas na planta de situação através de letras (A, B, C, etc.) e referenciadas por essas letras nos demais formulários de preenchimento. Anexos como galinheiros, garagens canis, etc., não serão identificados por letras pois não são objeto de preenchimento dos demais formulários.
- devem ser levantados os muros existentes, com a indicação do seu contorno e medição da sua altura.
- se existirem acessos para os lotes vizinhos, estes também devem ser registrados.
- apenas nos casos em que a planta cadastral estiver incompleta ou não apresentar curvas de nível deverão ser levantados os níveis dos fundos do terreno, os próximos à edificação e ao limite do lote, tomando sempre como nível 0.00 o nível da calçada em que devem ser levantados. O levantamento poderá ser feito com mangueira de nível ou levantamento aproximado com metro.

Plantas baixas de cada pavimento

- o pesquisador deve percorrer toda a edificação principal, e secundárias caso existam, para produzir o croqui das plantas baixas de todos os pavimentos. Deve levantar todas as medidas horizontais dos cômodos e dos vãos de portas e janelas. Levantar também as diagonais dos cômodos para ajudar no desenho definitivo das plantas baixas.
- levantar as espessuras das paredes. No croqui essas espessuras poderão ou não ser representadas. Detalhes como chanfros nos vãos de portas em paredes muito espessas, que deverão ser representados no desenho final em CAD, devido à sua importância, poderão ser destacados, conforme exemplo a seguir:



- levantar apenas as alturas internas das portas e janelas da fachada principal, inclusive os peitoris.
- nas escadas, levantar as dimensões do piso e contar o número de degraus.
- levantar os pés direitos de todos os cômodos; nos casos em que houver inclinação, levantar o ponto mais alto e o mais baixo.
- tomando sempre como 0.00 o nível da calçada em frente à entrada principal, levantar os desníveis significativos (quando as diferenças de níveis forem aproximadamente de dois degraus, isto é > 40 cm).
- levantar as projeções dos pavimentos superiores, beirais, arcos, tetos abobadados e clarabóias, sempre especificando a projeção.
- as áreas do imóvel em que se observem evidências de acréscimos, ou características especiais, também deverão ser localizados e observados.
- levantar o uso atual de cada cômodo e o uso anterior ou primitivo quando facilmente constatado (ex.: escritório/antiga cozinha). Se possível, levantar também o uso do cômodo que estiver em obras (ex.: em obras/banheiro). Para garantir a padronização dos termos, seguir a NOMENCLATURA DO USO ATUAL DOS CÔMODOS apresentada adiante.
- para as plantas baixas de cada pavimento, seguir a nomenclatura: ... 2º subsolo, 1º subsolo, térreo,

2º pavimento, 3º pavimento ... , porão alto, mezanino, sótão, mirantem etc. Nos casos de lotes que possuam mais de 1 edificação, o pesquisador deverá ter o cuidado de relacionar todas as plantas baixas de acordo com a identificação de cada edificação feita na planta de situação (A, B, C, etc.)

Planta de cobertura

- indicar o caimento das águas de telhado da(s) edificação(ões) e de eventuais anexos (galinheiros, garagens, canis, etc), marcando os rincões, espigões e cumeeiras. Após a confecção do croqui o pesquisador deverá verificar a coerência entre os diversos planos da cobertura, observando possíveis conflitos entre os caimentos do telhado. No caso de existir conflito, como por exemplo panos que deságuam em empenas, o pesquisador deverá observar o fato na folha do croqui para que não haja dúvida na hora da digitalização.
- localizar na planta os diferentes materiais empregados (telha canal, fibrocimento, laje, etc.), assim como a existência de clarabóias.

Procedimentos para digitalização dos croquis

Os desenhos deverão ser digitalizados em CAD e gravados em disquetes, ZIPDISK ou CD-ROM, com extensão DWG. Cada pavimento deverá ser feito em arquivo separado, denominado com o endereço principal do imóvel e o tipo da planta (SIT = situação; T = térreo; 2P, 3P = 2º pavimento, 3º pavimento...; C = cobertura; SS = subsolo) para facilitar sua busca (ex.: Direita 45_2P), além da referência a cada edificação (A, B, C, etc.), em casos de lotes que possuam mais de 1 edificação.

O primeiro passo para a digitalização dos croquis é utilizar a **planta cadastral como gabarito para confeccionar as plantas de situação**. Estamos nos referindo a plantas cadastrais da década de 90,⁷⁵ feitas com a precisão de vãos compatíveis com a escala 1:2.000. Nessas bases cadastrais as áreas das quadras e o parcelamento dos lotes são informações precisas. Como já foi dito

75 Se a planta cadastral for mais antiga (década de 80), digitalizada a partir de cópia heliográfica, cabe uma avaliação, em caso de dúvida, de quais serão os dados mais corretos, os obtidos em campo ou extraídos da planta cadastral, pois além da agregação de erros no processo de digitalização de uma planta impressa, o parcelamento das quadras pode ter sido alterado ao longo dos anos. De qualquer forma, para o macro parcelamento das quadras, os levantamentos aerofotogramétricos serão sempre mais precisos do que a soma das testadas de cada lote.

no tópico sobre elaboração dos croquis, as medidas dos lotes serão retiradas direto da planta cadastral digitalizada, a não ser nos casos em que tenha sido necessário complementar o cadastro com informações que só podem ter sido tomadas diretamente no campo.

Para o desenho dos imóveis as informações dos croquis prevalecerão sobre o levantamento aerofotogramétrico, que apresenta maior imprecisão quando a foto aérea registra um conjunto de telhados (em quadras muito adensadas, por exemplo), em que fica difícil determinar os limites das edificações, ou quando registra a projeção de um único telhado, apresentando deformação em relação ao perímetro real do imóvel por incluir os beirais etc.

Assim, os lotes de uma mesma quadra deverão ser verificados em conjunto, para que sejam incorporadas ao cadastro digitalizado, quando for o caso, as informações complementares coletadas em campo. Para a confecção das plantas de situação será preciso locar um a um os levantamentos de campo dos imóveis, a partir da testada do lote, tendo como princípio em caso de discrepâncias, que as medidas levantadas em campo acerca do perímetro das edificações deverão prevalecer sobre a representação dos imóveis na planta cadastral.

As plantas de situação, após conferidas e desenhadas em CAD, deverão ser a base para o desenho dos demais pavimentos de cada imóvel, que seguirão o padrão e nível de detalhamento estabelecidos a seguir.

Para garantir a padronização dos desenhos, o IPHAN fornecerá um disquete com uma **tabela de layers e blocos a serem inseridos nos desenhos em AutoCAD**, conforme os modelos representados a seguir.

Planta de situação

- o desenho deverá ser feito com o logradouro na parte inferior da folha, independente da posição do norte. Escrever o nome do logradouro no próprio.
- nos casos em que não for conveniente representar os dois lotes vizinhos, por comprometer a boa visualização do lote em questão, representar apenas um deles. Os lotes em frente também devem ter suas testadas indicadas. Todos os lotes desenhados devem conter o nº do endereço.
- nos casos em que não foi possível obter todas as medidas do lote (nem através da planta cadastral, nem através do levantamento de campo), este poderá ser representado interrompido, conforme modelo abaixo.

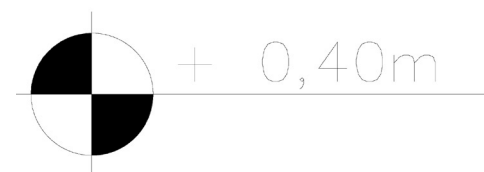
- a área de projeção da(s) edificação(ões) deve ser hachurada, conforme modelo abaixo – nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação, elas deverão ser identificadas na planta de situação através de letras (A, B, C, etc.) e referenciadas por essas letras nos demais formulários de preenchimento.



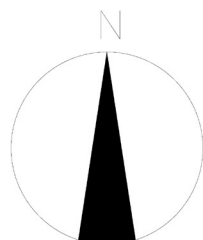
- os muros devem ser representados com 2 linhas, de acordo com sua espessura, e a legenda com suas alturas deve ser digitada em *layer* independente, chamado “Legenda”. É importante que, antes de salvar o desenho no CAD, esse *layer* seja desligado e a planta enquadrada (centralizada), para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.
- os acessos existentes para os lotes vizinhos devem ser indicados com uma seta cheia sublinhada, conforme modelo abaixo.



- os desníveis levantados no terreno devem ser assinalados fora da planta, optando-se por uma lateral com o alinhamento dos círculos de referência. O nível 0.00 deve ser assinalado na calçada em frente à entrada principal. Para garantir a correta visualização dos números no banco de dados, quando for o caso, não deverá ser omitido o dígito 0 antes da vírgula, conforme modelo abaixo.



- o norte deve ser indicado na parte superior direita da folha e somente na planta de situação. Ter o cuidado de colocar a indicação do norte, conforme modelo abaixo, próxima à planta para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.



- a escala gráfica deve ser inserida sempre no rodapé, conforme modelo abaixo, e próxima à planta para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.



Atenção: Somente ao final da execução de todas as plantas de situação de uma quadra deverão ser calculadas as **áreas dos terrenos** e as **áreas de projeção das edificações** com o auxílio das ferramentas de cálculo de áreas do programa CAD. Esses dados deverão ser transpostos para o banco de dados INBI-SU, na fase de inserção das plantas dentro do banco.

Plantas baixas de cada pavimento

- as paredes devem ser representadas totalmente preenchidas, conforme modelo abaixo.



- as esquadrias das portas não devem ser desenhadas e as janelas devem ser representadas apenas com dois traços, dispensando-se a representação das folhas de fechamento dos vãos. As janelas altas devem ser representadas com duas linhas tracejadas,

dispensando-se a representação tracejada das folhas de fechamento dos vãos.

- os balcões e sacadas devem ser representados apenas com uma linha de contorno.
- as escadas com sentido de subida devem ser cortadas na altura de 1.50m, com esquadro de 60° em traço-ponto, e tracejado apenas o contorno do restante da escada, dispensando-se o tracejado dos degraus. Os sentidos de subida e descida devem ser assinalados com setas e a letra S ou D, conforme modelo abaixo.



- nos pavimentos onde ocorrer área de lote sob a projeção do pavimento superior (geralmente subsolos), a área de projeção deve ser representada com contorno em tracejado e hachura espaçada, conforme modelo abaixo. Os trechos de parede que têm contato com o solo, cuja espessura é impossível de ser levantada, devem também ser representados com a espessura das demais paredes do imóvel.

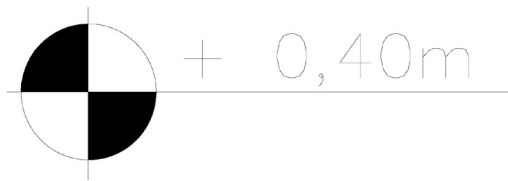


- fossos de iluminação devem ser apresentados no subsolo ou térreo como área livre. Nos demais pavimentos devem ser assinalados com X e não devem ter numeração de uso de cômodos.
- os muros devem ser representados novamente nos demais pavimentos sempre que auxiliarem o entendimento das plantas dos pavimentos.
- a entrada principal de cada unidade existente deve ser indicada com uma seta cheia sublinhada, conforme modelo abaixo.



- devem ser representadas as projeções dos pavimentos superiores e beirais com linha tracejada espaçada, conforme modelo abaixo, para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.

- as projeções dos arcos, tetos abobadados e clarabóias também devem ser representadas com linha tracejada espaçada. No entanto, na inserção do desenho para o banco de dados esses *layers* deverão ser desligados. São informações complementares que poderão causar confusão na visualização dos desenhos no banco de dados.
- o nível 0.00 deve ser assinalado na calçada em frente à entrada principal e apenas na planta baixa do **térreo**. Os demais níveis levantados devem ser assinalados fora da planta, optando-se por uma lateral com o alinhamento dos círculos de referência. Somente deverão constar os níveis correspondentes ao pavimento que está sendo representado. Por exemplo: um terraço no nível do 2º pavimento que é visto do 3º pavimento somente deverá ter o nível assinalado uma única vez, no 2º pavimento. Para garantir a correta visualização dos números no banco de dados, quando for o caso, não deverá ser omitido o dígito 0 antes da vírgula, conforme modelo abaixo.



- a escala gráfica deve ser inserida sempre no rodapé, conforme modelo abaixo, e próxima à planta para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.



- todos os desenhos devem conter os **dados de LEGENDA**: uso dos cômodos (numeração e nomenclatura) e nomenclatura das plantas (nome dos pavimentos), alturas de pés-direitos, alturas de vãos e peitoris da fachada digitados em *Layer independente chamado LEGENDA*. Antes de salvar o desenho no CAD, esse layer deverá ser desligado e a planta enquadrada (centralizada), para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.
- o uso atual de cada cômodo deve ser indicado em planta – conforme a numeração da NOMENCLATURA DO USO ATUAL DOS CÔMODOS, apresentada a seguir – uma única vez, nos cômodos e demais áreas de cada pavimento (varandas, áreas livres, terraços, etc.) Em números inferiores a 10 não há necessidade de usar o dígito 0, conforme modelo abaixo.

2 – CIRCULAÇÃO

- seguir a nomenclatura das plantas baixas de cada pavimento: ... 2º subsolo, 1º subsolo, térreo, 2º pavimento, 3º pavimento ... , porão alto, mezanino, sótão, mirante, etc. Nos casos de lotes que possuam mais de 1 edificação, o pesquisador deverá incorporar à nomenclatura dos pavimentos a identificação de cada edificação, feita na planta de situação. Ex.: Térreo-A; 2º Pavimento-A e Térreo-B; 2º Pavimento-B.
- quando houver diferenças nos pés direitos de um mesmo pavimento, anotar na o mais recorrente ou o valor médio de todos eles. Se as diferenças forem significativas (> ou = 40 cm), discriminar os cômodos com pé direito diferente, conforme a numeração contida na Nomenclatura do Uso Atual dos Cômodos, apresentada a seguir (ex.: **PD** = 3,30m e **PD6** = 2,60m). Se ocorrer ainda uma variação significativa em cômodos de mesmo uso, fazer a distinção entre eles (ex.: **PD5** = 3,00m e **PD5a** = 2,50m). Quando houver inclinação, anotar o ponto mais alto e o mais baixo (ex.: **PD7** = 2.10 / 2.60 m).
- nos casos em que houver diferença nas alturas dos vãos ou do peitoril da fachada principal, assinalar em planta as janelas e/ou portas diferentes (P1, J1, etc.) e complementar na legenda com os valores encontrados (ex.: para as janelas de mesma dimen-

são – HJ = 1.40m, para a janela diferente – HJ1 = 2.00m; para os peitoris de mesma dimensão – peitoril = 0.90m, para o peitoril diferente – peitoril J1 = 1.20m).

Atenção: Todos os dados que complementam o desenho e que são registrados no *layer* LEGENDA, deverão ser transpostos para o banco de dados em campo específico associado às plantas: uso dos cômodos, nomenclatura das plantas, alturas de pés direitos, de vãos e peitoris da fachada, altura dos muros e observações sobre outras informações complementares contidas no *layer* LEGENDA desligada.

Planta de cobertura

- hachurar o telhado sempre transversalmente ao beiral de cada caimento, conforme modelo abaixo. Uma hachura menor deve indicar quando o tipo de cobertura for diferente do utilizado no resto do telhado, especificando sempre ao lado o tipo de material empregado com os mesmos termos do item 05- Materiais empregados nas coberturas do Formulário 2.



- indicar o caimento das águas com setas, conforme modelo abaixo.



- indicar clarabóias e fossos de iluminação.
- a escala gráfica deve ser inserida sempre no rodapé, conforme modelo abaixo, e próxima à planta para garantir boa visualização após a inserção do desenho no banco de dados.

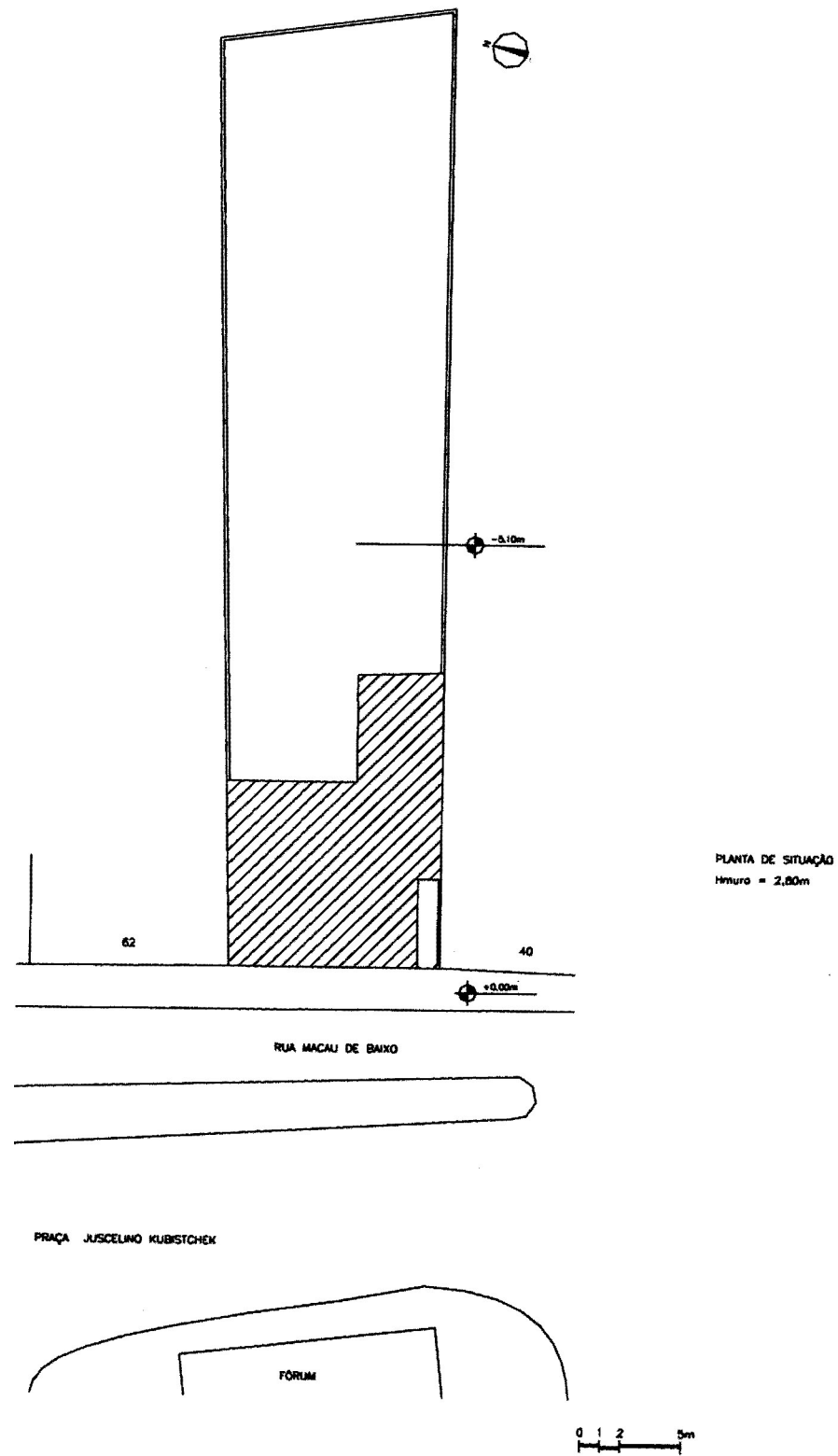


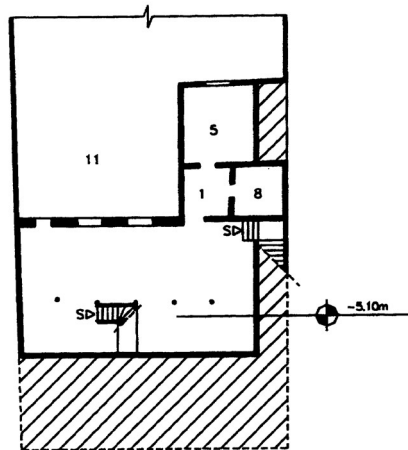
Nomenclatura do uso atual dos cômodos

1. hall (cômodo entre a porta principal e o interior com a função de distribuir a circulação, comumente denominado de vestíbulo)
2. circulação (demais circulações internas ou externas cobertas)
3. sala (de estar)
4. sala de jantar
5. quarto (de dormir - alcovas também se incluem nesta classificação)
6. cozinha
7. copa
8. banheiro
9. lavabo
10. área de serviço
11. área livre (quintal, jardim, horta etc.)
12. varanda (área com continuação da cobertura principal)
13. alpendre (área com cobertura destacada da cobertura principal)
14. despejo (cômodo onde são guardados objetos fora de uso)
15. despensa (cômodo onde se guardam comestíveis)
16. terraço (aproveitamento de laje - sempre descoberto)
17. garagem
18. sala íntima (de televisão)
19. sala de jogos / recreação
20. sala de música
21. salão de festas
22. biblioteca
23. escritório / estudos
24. estúdio / atelier
25. quarto de costura
26. quarto de empregada
27. banheiro de empregada
28. boate
29. quarto de vestir
30. lavanderia
31. rouparia (cômodo provido de armários e destinado a guarda da roupa de cama e mesa)
32. inabitável (porão sem uso, com pé direito baixo etc.).
33. sem uso (tendo algum equipamento, colocar o nome da função condizente - ex.: - quarto/ sem uso)
34. em obras
35. loja (comércio generalizado - local onde se comercializa os produtos)
36. mercado (comércio de gêneros alimentícios e material de limpeza basicamente – local onde se comercializa os produtos)

37. restaurante (salão onde são servidas as refeições)
38. bar (balcão ou local onde as pessoas se servem)
39. culto
40. secretaria / escritório
41. auditório
42. ambulatório
43. consultório
44. recepção
45. almoxarifado
46. estacionamento
47. gráfica
48. guarita
49. guichê
50. ginásio (de esportes)
51. galeria de arte
52. galeria comercial
53. depósito (em geral)
54. depósito de lixo
55. pátio coberto
56. laboratório
57. ateliê (trabalho artesanal)
58. lavanderia comercial
59. relojoaria
60. estufa
61. galinheiro
62. sala de aula
63. vestiário
64. câmara frigorífica
65. arquivo
66. salão de beleza
67. canil
68. sala de computação
70. sala de reuniões
71. central telefônica
72. lanchonete
73. oficina
- 74.
- 75.
- 76.

MODELO GRÁFICO DO LEVANTAMENTO FÍSICO-ARQUITETÔNICO



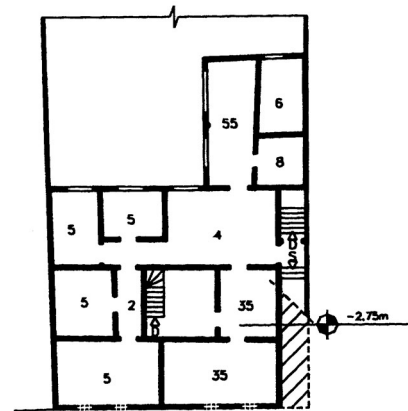
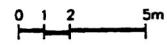


PLANTA BAIXA 2° SUBSOLO

LEGENDA

- 1 - HALL
- 5 - QUARTO
- 8 - BANHEIRO
- 11 - ÁREA LIVRE

PD = 2,35m



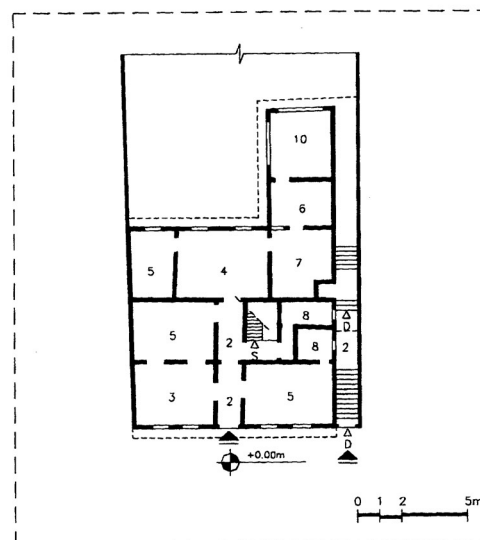
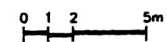
PLANTA BAIXA 1° SUBSOLO

LEGENDA

- 2 - CIRCULAÇÃO
- 4 - SALA DE JANTAR
- 5 - QUARTO
- 6 - COZINHA
- 8 - BANHEIRO
- 35 - LOJA
- 55 - PÁTIO COBERTO

PD = 3,05m

HJ = 0,30m



Área que deverá ser selecionado e salva para inserção do desenho no banco de dados (ZOOM).

PLANTA BAIXA TÉRREO

LEGENDA

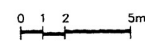
- 2 - CIRCULAÇÃO
- 3 - SALA DE ESTAR
- 4 - SALA DE JANTAR
- 5 - QUARTO
- 6 - COZINHA
- 7 - COPA
- 8 - BANHEIRO
- 10 - ÁREA DE SERVIÇO

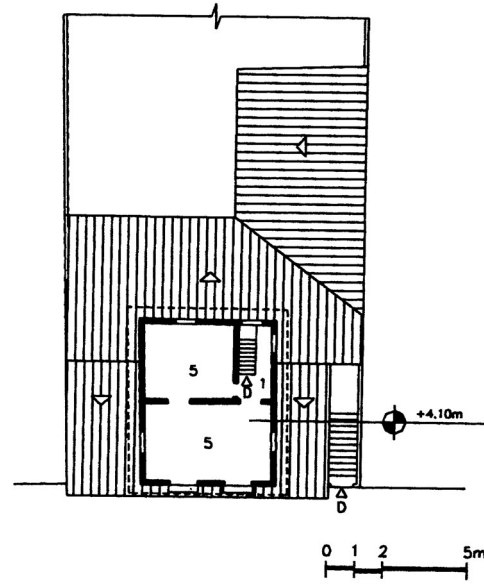
PD = 3,80m

HP = 2,30m

HJ = 1,45m

peitoril = 0,95m



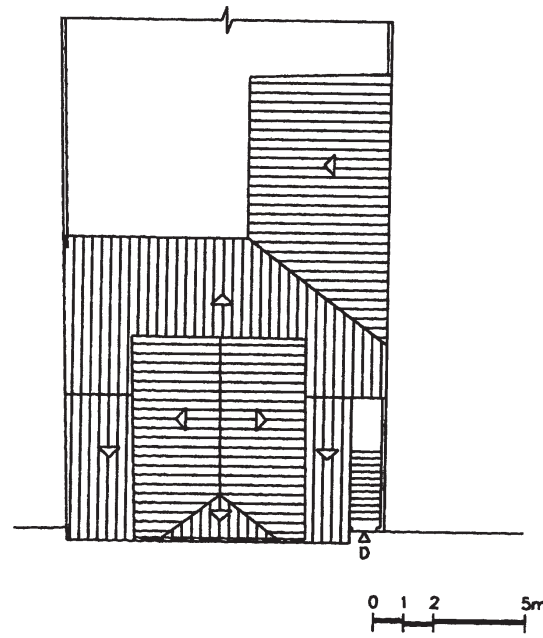


PLANTA BAIXA MIRANTE

LEGENDA

- 1 - HALL
- 5 - QUARTO

PD = 2,35m
 HP = 2,00m



PLANTA DE COBERTURA

.....

Procedimentos para o Levantamento Fotográfico

Para cada edificação deverá ser tirada uma fotografia da fachada, abrangendo toda a frontaria e pequeno trecho dos lotes imediatamente vizinhos, para permitir a associação da edificação fotografada com as vizinhas.

No caso de lote de esquina, com mais de uma fachada no alinhamento da rua, ou de edificações com afastamentos laterais em que as fachadas secundárias tenham importância, será necessário o registro dessas outras fachadas. No caso de imóveis recuados em relação à rua, a vista frontal do lote deverá ser fotografada e se necessário, para melhor visualização do imóvel, deverá ser tirada outra foto da fachada vista pela parte interna do terreno. Os lotes vagos também deverão ter sua frente para a rua fotografada.

Nos casos em que não houver possibilidade do pesquisador se posicionar na frente do imóvel de maneira a abranger toda a fachada, em função de logradouros estreitos e imóveis de maior altura, deverá ser tirada mais de uma foto afastando-se do imóvel para abranger toda a fachada.

Esse registro apenas da fachada principal foi programado para tornar o trabalho viável em todos os sítios tombados pelo IPHAN, no entanto, o uso da máquina digital permite o registro mais detalhado de diversos aspectos do edifício, facilitando a interpretação dos dados na etapa de gabinete. Assim o nº de fotos para cada edifício deverá ficar a cargo das equipes de campo. A seleção destas para sua inserção no banco de dados deverá ficar a cargo do coordenador do inventário. Os pesquisadores deverão estar atentos para as edificações especialmente preservadas nos fundos ou com características especiais nos seus interiores, para um registro mais completo. Nesses casos as fotos deverão ter um caráter documental, apreendendo o maior número de informações em uma única foto. Nos casos mais importantes em que os pesquisadores julgarem o imóvel merecedor de um levantamento fotográfico detalhado, deverão anotar no campo “Imóvel” merecedor de detalhamento do Formulário 2, para programação de um registro fotográfico complementar.

A recomendação para o uso de máquinas digitais se justifica por facilitarem a execução das fotografias, possibilitando avaliação de sua qualidade no visor e repetição imediata,

caso necessário, assim como por facilitarem a inclusão das fotos no banco de dados, eliminando etapas de digitalização. Nesse caso o endereço do imóvel deverá estar associado ao número do disquete e do arquivo correspondentes à foto, devendo haver uma tabela de controle dos trabalhos de campo que associe a foto ao imóvel. Os arquivos deverão, em seguida ao levantamento de campo, ser gravados no computador e renomeados com o endereço dos imóveis, de modo a facilitar sua localização e inclusão no banco de dados. Esses arquivos renomeados deverão ter uma cópia de segurança em disquete, CD-ROM ou ZIPDISK.

FOTO	SCAN MODE	TARGET DEVICE	MAGNIFICATION	IMAGE (rodapé)
10 x 15 colorida	TRUE COLOR Verificar se no PIXEL DEPTH está TRUE COLOR e se no HALFTONE está NONE	VGA SCREEN Resolution = 75 DPI Verificar se está ANALOG MONITOR e CRT DISPLAY	80 (escala – 80 significa que o tamanho da foto vai diminuir em 20% após passar pelo scanner)	...x...x16 Million entre 190 e 260K (se não estiver com esses parâmetros deve-se fazer nova tentativa verificando se os passos foram seguidos corretamente)
6 x 9 PB	BLACK AND WHITE-PHOTOGRAPHY Verificar se no PIXEL DEPTH está 256 GRAYSCALE e sendo HALFTON está NONE	VGA SCREEN Resolution=150 DPI Verificar se está ANALOG MONITOR e CRT DISPLAY	100	

No caso de as fotografias serem executadas com máquina tradicional, o endereço do imóvel deverá estar associado ao número do filme e foto, devendo haver uma tabela de controle dos trabalhos de campo que associe a foto ao imóvel. Após a revelação em papel, o endereço do imóvel deverá ser escrito no verso da foto com lápis macio – 6B, apoiando-se a foto sobre suporte macio para evitar que a imagem fique marcada. A forma de arquivamento dessas fotos fica a critério de cada Superintendência Regional do IPHAN. Para a digitalização das fotos tradicionais deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

1. Com o uso de programas gráficos (como o Paint Shop Pro, Corel Draw, etc.), digitalizar as fotos, tendo o cuidado de posicioná-las corretamente no *scanner*, isto é, sem deixar que fiquem tortas.

2. Após a imagem ter-se formado, selecionar somente o necessário, ou seja, evitar grandes pedaços de “chão” ou “céu” para inseri-las no banco.

Atenção: Todos os dados que referenciam as fotos com o endereço do imóvel; identificação da foto (interior/cômodo; exterior/fachada), nº de disquete ou filme, nº da foto ou negativo; legenda descritiva, etc. serão registrados no banco de dados em campo específico associado às fotos.

FORMULÁRIO I
E ROTEIRO

Sítio Urbano:

Mês/Ano - Preenchido Por: -

Mês/Ano - Revisto Por: -

1 Características do Lote

01. IDENTIFICAÇÃO

levantamento completo levantamento resumido

Logradouro N°
N° de edificações no lote

CARACTERÍSTICAS GERAIS

02. USOS DA ÁREA DESCOBERTA

- | | | |
|--|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> não tem área descoberta | <input type="checkbox"/> lazer | <input type="checkbox"/> depósito |
| <input type="checkbox"/> estacionamento | <input type="checkbox"/> lavagem/secagem de roupas | <input type="checkbox"/> minas d'água |
| <input type="checkbox"/> criação de animais | <input type="checkbox"/> pomar | <input type="checkbox"/> horta |
| <input type="checkbox"/> jardim de ervas medicinais | <input type="checkbox"/> jardim ornamental | <input type="checkbox"/> área sem uso |
| <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/> | | |

03. VEGETAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE

Espécies de médio porte (3 a 5m):

Espécies de grande porte (mais de 5m):

Quantidade: não tem até 5 5 a 10 11 a 20 acima de 20

Observações:

04. FECHAMENTO DO LOTE

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não tem | <input type="checkbox"/> cerca viva |
| <input type="checkbox"/> madeira | <input type="checkbox"/> pedra |
| <input type="checkbox"/> argamassa | <input type="checkbox"/> metálico |
| <input type="checkbox"/> tijolo aparente | <input type="checkbox"/> concreto aparente |
| <input type="checkbox"/> bambu | |
| <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/> | |

05. MATERIAIS DO PISO DA ÁREA DESCOBERTA

- | | | |
|--|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> natural (terra, grama etc) | <input type="checkbox"/> madeira | <input type="checkbox"/> pé-de-moleque/seixo rolado |
| <input type="checkbox"/> lajeado | <input type="checkbox"/> cerâmica | <input type="checkbox"/> cimentado |
| <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/> | | |

INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR MORADOR / USUÁRIO

06. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NESTE LOTE?

não soube informar

07. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

sim / em quantos lotes?

não

não soube informar

comentário:

08. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

sim / quantos lotes foram lembrados?

não

não soube informar

comentário:

.....

1 Características do Lote

O objetivo deste formulário é complementar o levantamento físico-arquitetônico com o registro de aspectos referentes ao lote.

O roteiro procura esclarecer todas as alternativas de preenchimento dos campos que, no decorrer da experiência de aplicação desse método, trouxeram dúvida quanto ao seu conceito, deixando de se preocupar com aquelas mais evidentes.

O pesquisador deve evitar deixar qualquer campo em branco, utilizando as alternativas NÃO TEM, NÃO SOUBE INFORMAR, ou quando o campo for descritivo, justificar a falta de informação naquele item.

O revisor do levantamento de campo deve procurar tornar os textos dos campos descritivos precisos e claros, sem deixar de aproveitar todas as informações.

A alternativa **OUTROS** é destinada a novas formas de preenchimento dos campos que venham a ocorrer no decorrer do Inventário (regionalismos, casos raros, dados complementares, etc.). Na revisão e atualização periódica do trabalho essas novas alternativas poderão ser ou não incluídas, em forma definitiva, na relação dos campos. O pesquisador assinala a alternativa **OUTROS** e anota ao lado o material, elemento ou outro dado levantado.

Levantamento completo – assinalar se o imóvel terá levantamento completo incluindo planta de situação, cobertura e plantas baixas de todos os pavimentos, assim como formulários 1, 2, 3, 4 e/ou 5, além do levantamento fotográfico

Levantamento resumido – assinalar quando o levantamento do imóvel incluir somente as plantas de situação e de cobertura e os formulários 1, 2 (apenas parte da frente), 4 e/ou 5, além do levantamento fotográfico.

1 – IDENTIFICAÇÃO

LOGRADOURO/Nº – Registro do endereço principal contendo o nome da rua, avenida, praça, largo, etc. e numeração existente no local.

- quando houver mais de uma numeração por edificação, adotar apenas uma como endereço principal que se constituirá na referência do imóvel como um todo, deixando as demais para serem adotadas no campo UNIDADE dos

formulários 4 ou 5, que identificarão a unidade entrevistada, seja uma residência, seja uma loja ou qualquer outro tipo de estabelecimento.

Ex.: Rua Direita 31/33 (em LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL: Rua Direita 31; deixar para anotar o 33 no campo UNIDADE dos formulários 4 ou 5).

Nº DE EDIFICAÇÕES NO LOTE – Esse campo vincula-se ao funcionamento do banco de dados, que contará com o preenchimento de formulários independentes para cada edificação existente no lote.

- o pesquisador deverá registrar o número de edificações existentes, identificadas através das letras A, B, C, etc., na planta de situação.

ATENÇÃO: No caso dos lotes vagos esse campo deverá ser preenchido com o número 0 (zero).

OUTRAS REFERÊNCIAS – Este campo deverá ser preenchido apenas em dois casos: para referências que possam auxiliar na localização de edificações sem numeração (ex.: entre os números 176 e 180; ao lado da Casa de Câmara e Cadeia, etc.), e para denominação de prédios, ou seja, nomes pelos quais os prédios muitas vezes são conhecidos e que constituem referência da memória e identidade locais. Podem ser nomes oficiais ou populares (ex.: Casa dos Contos, em Ouro Preto/ MG – nome oficial; Casa do Mestre Osvaldo, em Lençóis/BA– nome popular). Esse campo não tem a função de identificar os tipos de estabelecimento específicos de cada unidade, que serão identificados nos formulários 4 e 5.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

2 – USOS DA ÁREA DESCOBERTA

O objetivo deste campo é registrar o uso que os moradores fazem da área descoberta do lote, contribuindo para a análise tipológica dos lotes e sobre o modo de vida, costumes, etc. dos moradores/usuários da área histórica. – o pesquisador deve assinalar tantos usos quantos forem encontrados.

3 – VEGETAÇÃO EXISTENTE NA ÁREA DESCOBERTA

Registro da existência de vegetação de médio porte (3 a 5m) e grande porte (mais de 5m) e das espécies nativas no lote. – o pesquisador anota, ao lado de cada alternativa, o nome vulgar das espécies encontradas. Em seguida quantifica de modo aproximado o nº total de unidades plantadas tanto de espécies de

médio porte como de grande porte. – nos casos de lotes que não têm área livre, o pesquisador deve passar direto para o item 06.

4 – FECHAMENTO DO LOTE

O objetivo deste campo é registrar o material de acabamento do fechamento do lote como mais uma característica arquitetônica do sítio urbano tombado. O pesquisador deve assinalar tantos materiais quantos forem encontrados no fechamento do lote.

NÃO TEM – inexistência de qualquer tipo de fechamento (cercas, muros, etc.) do lote ou casos em que a edificação ocupa todo lote.

MADEIRA

ARGAMASSA – deverá ser assinalada independentemente do material que reveste, mesmo que seja pedra, madeira, adobe, etc.

TIJOLO APARENTE

BAMBU

CERCA-VIVA

PEDRA

METÁLICO

CONCRETO APARENTE

5 – MATERIAIS DO PISO DA ÁREA DESCOBERTA

O objetivo deste campo é registrar os materiais empregados no piso da área descoberta como mais uma característica arquitetônica do sítio urbano tombado. – o pesquisador deve assinalar o(s) tipo(s) de piso existente(s) na área descoberta, ainda que o trecho pavimentado seja de pequenas dimensões, assim como qualquer trecho não pavimentado. As calçadas em torno da edificação não devem ser consideradas.

INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR MORADOR/USUÁRIO

6 – TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA, NESTE LOTE?

O pesquisador deve anotar neste espaço qualquer informação do morador que indique a existência de edificação anterior a atual.

7 – O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

8 – O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

O objetivo destes campos é, por um lado, entender as transformações históricas da estrutura fundiária, informando se as áreas contíguas à edificação fazem ou não parte do lote, segundo os próprios moradores e, por outro lado, o potencial construtivo existente no sítio tombado, na medida em que os lotes vagos resultantes de desmembramentos ou grandes áreas livres resultantes de remembramentos poderão ser ocupados.

sim / em quantos lotes – não confundir desmembramento de lote com a partilha entre herdeiros, isto é, não interessa quantos são os proprietários de um mesmo lote, mas se um lote foi subdividido em mais de uma propriedade.

não

não soube informar

comentário: Além de assinalar a alternativa que corresponde à resposta do morador/usuário, o pesquisador deve tecer considerações próprias a partir do que ele pôde observar em campo, principalmente nos casos em que a resposta do entrevistado não parecer refletir a realidade. Ex.: Há casos de lotes com mais de uma edificação, cujos acessos são independentes (servidão), indicando uma situação de desmembramento de fato, mesmo que não esteja legalizada. Como também há casos de lotes vizinhos com um único proprietário cujas áreas livres já estão incorporadas e cujos usos são compatíveis, às vezes uma mesma pousada ocupando dois lotes, indicando uma situação de remembramento, mesmo que não legalizada, e assim por diante.

FORMULÁRIO 2
E ROTEIRO

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____ - _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____ - _____

2 Características Arquitetônicas

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ Nº.: _____ Edificação _____
Outras referências: _____

FACHADA PRINCIPAL E USO ATUAL

02. MATERIAIS EMPREGADOS NAS COBERTURAS <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> francesa <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> plástico/fibra <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> canal <input type="checkbox"/> fibrocimento <input type="checkbox"/> metal <input type="checkbox"/> laje	03. COROAMENTO <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> frontão <input type="checkbox"/> cachorros <input type="checkbox"/> laje em beiral <input type="checkbox"/> beiral simples <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> platibanda <input type="checkbox"/> cimalha <input type="checkbox"/> beira-seveira <input type="checkbox"/> guarda-pó
04. MATERIAL DO COROAMENTO <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> telha de barro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> metal	05. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> chapisco <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira
06. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> azulejo antigo <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> azulejo novo <input type="checkbox"/> concreto aparente	07. MATERIAL DOS GUARDA-CORPOS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> não tem <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> ferro batido <input type="checkbox"/> ferro laminado/solda <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> alumínio <input type="checkbox"/> ferro fundido
08. MATERIAL DA BASE DOS GUARDA-CORPOS <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> cantaria <input type="checkbox"/> laje <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> argamassa <input type="checkbox"/> madeira	09. MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL <input type="checkbox"/> destruição total <input type="checkbox"/> vidro <input type="checkbox"/> ferro <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> madeira <input type="checkbox"/> alumínio
10. CORES PREDOMINANTES DA FACHADA PRINCIPAL coroamento _____ molduras dos vãos _____ guarda-corpos _____ esquadrias _____ acabam. da fachada _____ outros relevos _____	11 USO ATUAL - QUANTIFICAR residência _____ comércio _____ serviço _____ instituição _____ culto _____ em obras _____ vago _____ outros _____

DADOS VOLUMÉTRICOS

12. GABARITO Altura da fachada: _____ m Altura da cumeeira: _____ m Nº pavimentos acima do nível da rua: _____ Nº subsolos: _____ Além desses, assinalar a existência de: <input type="checkbox"/> porão alto <input type="checkbox"/> mirante <input type="checkbox"/> pav. recuado <input type="checkbox"/> pav. intermediário <input type="checkbox"/> mezanino <input type="checkbox"/> sótão habitável <input type="checkbox"/> outros _____	13. CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO Número de águas do corpo principal: _____ <input type="checkbox"/> cumeeira paralela à rua <input type="checkbox"/> com torreão <input type="checkbox"/> cumeeira perpendicular à rua <input type="checkbox"/> água furtada <input type="checkbox"/> tipo chalé <input type="checkbox"/> outros _____
14. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS <input type="checkbox"/> não tem identificado a partir de: <input type="checkbox"/> acréscimo vertical <input type="checkbox"/> evidência na construção <input type="checkbox"/> acréscimo horizontal <input type="checkbox"/> depoimento do usuário <input type="checkbox"/> outros _____	Descrever: _____

CARACTERÍSTICAS INTERNAS E DADOS COMPLEMENTARES

15. PISOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)

tabuado:	tabuado/pinho de riga:
taco:	parquet:
lajeado:	lajota de barro:
ladrilho hidráulico:	mármore:
cerâmica:	cimentado:
pisos sintéticos colados:	terra batida:
outros:	

Citar os pisos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:

16. TETOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)

tabuado:	tabuado/saia e camisa:
treliçado:	esteira de taquara:
gesso liso:	gesso ornamentado:
laje:	barrote aparente:
telha vã:	forros modulados:
outros:	

Citar os tetos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:

17. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - LOCALIZAR

pau a pique:	adobe:
taipa de pilão:	alvenaria de pedra:
alvenaria de tijolo:	madeira:
concreto:	
outros:	

identificado a partir de:

- material à mostra depoimento do usuário
 processo dedutivo / descrever:

20. OBSERVAÇÕES SOBRE OUTRAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

18. EXISTÊNCIA DE BENS INTEGRADOS RELEVANTES - OBSERVAR

<input type="checkbox"/> não tem	
<input type="checkbox"/> painéis	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> forros	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> portadas	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> janelas/vitrais	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> balaústres	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> fontes/chafarizes	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> frontões/platibandas	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> outros	<input style="width: 100%;" type="text"/>

19. OBSERVAÇÃO SOBRE O ESTADO DE PRESERVAÇÃO

21. IMÓVEL MERECEADOR DE DETALHAMENTO - JUSTIFICAR

<input type="checkbox"/> não	
<input type="checkbox"/> lev. fotográfico	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> desenho/detalhamento	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> pesq. arqueológica	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> pesq. documental	<input style="width: 100%;" type="text"/>
<input type="checkbox"/> outros	<input style="width: 100%;" type="text"/>

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO MORADOR/USUÁRIO

22. SABE A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DESTA EDIFICAÇÃO?

Época de Construção

depoimento do morador/usuário não soube informar
 inscrição em fachada

23. SABE ALGO SOBRE O USO PRIMITIVO E/OU ANTERIOR DA EDIFICAÇÃO ATUAL? (informar ordem cronológica)

não soube informar

24. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO? (sobre a construção, fatos relevantes, moradores antigos)

não soube informar

.....

2 *Características Arquitetônicas*

O objetivo deste formulário é complementar o levantamento físico-arquitetônico e fotográfico com registro dos elementos arquitetônicos e materiais empregados nas edificações, assim como possibilitar a análise do estado de preservação das edificações.

O roteiro procura esclarecer todas as alternativas de preenchimento dos campos que, no decorrer da experiência de aplicação desse método, trouxeram dúvida quanto ao seu conceito, deixando de se preocupar com aquelas mais evidentes.

O pesquisador deve evitar deixar qualquer campo em branco, utilizando as alternativas NÃO TEM, NÃO SOUBE INFORMAR, DESTRUIÇÃO TOTAL e NÃO QUIS DECLARAR, ou, quando o campo for descritivo, justificar a falta de informação naquele item.

O revisor do levantamento de campo deve procurar tornar os textos dos campos descritivos precisos e claros, sem deixar de aproveitar todas as informações.

A alternativa OUTROS é destinada a novas formas de preenchimento dos campos que venham a ocorrer no decorrer do Inventário (regionalismos, casos raros, dados complementares etc.). Na revisão e atualização periódica do trabalho essas novas alternativas poderão ser ou não incluídas, em forma definitiva, na relação dos campos. O pesquisador assinala a alternativa OUTROS e anota ao lado o material, elemento ou outro dado levantado.

Atenção: Nos casos em que esteja sendo aplicado o modelo resumido do inventário e nos casos de lotes vagos em que existam apenas as fachadas, preencher somente a parte da frente do Formulário 2.

1 – IDENTIFICAÇÃO

LOGRADOURO/Nº – Registro do endereço principal contendo o nome da rua, avenida, praça, largo, etc. e numeração existente no local.

- quando houver mais de uma numeração por edificação, repetir o mesmo endereço principal adotado no Formulário 1, que se constituirá na referência do imóvel como um todo, deixando os demais para serem anotados no campo

UNIDADE dos formulários 4 ou 5, que identificarão a unidade entrevistada, seja uma residência, seja uma loja ou qualquer outro tipo de estabelecimento.

Ex.: Rua Direita 31/33 (em LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL: Rua Direita 31; deixar para anotar o 33 no campo UNIDADE dos formulários 4 ou 5).

EDIFICAÇÃO – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação. Elas serão identificadas por letras (A, B, C, etc.) de acordo com o que tiver sido estabelecido na planta de situação. Dessa forma haverá um Formulário 2 para cada edificação existente no lote.

OUTRAS REFERÊNCIAS – Este campo deverá ser preenchido apenas em dois casos: para referências que possam auxiliar na localização de edificações sem numeração (ex.: entre os números 176 e 180; ao lado da Casa de Câmara e Cadeia, etc.), e para denominação de prédios, ou seja, nomes pelos quais os prédios muitas vezes são conhecidos e que constituem referência da memória e identidade locais. Podem ser nomes oficiais ou populares (ex.: Casa dos Contos, em Ouro Preto/MG – nome oficial; casa do Mestre Osvaldo, em Lençóis/BA – nome popular). Esse campo não tem a função de identificar os tipos de estabelecimento específicos de cada unidade, que serão identificados nos formulários 4 e 5.

FACHADA PRINCIPAL E USO ATUAL

2 – MATERIAIS EMPREGADOS NAS COBERTURAS

Registro do(s) material(is) empregado(s) na cobertura da edificação como um todo, considerando os anexos e acréscimos.

3 – COROAMENTO

Registro do tipo de arremate que coroa o edifício.

DESTRUIÇÃO TOTAL

PLATIBANDA – moldura contínua formando a proteção ou camuflagem do telhado, geralmente paralela à cumeeira.

FRONTÃO – arremate superior de forma triangular ou que possa se inscrever num triângulo, geralmente transversal à cumeeira que encosta nele.

CIMALHA – conjunto de molduras perfiladas que arrematam a parede ao longo do beiral do telhado.

CACHORROS – seqüência de peças de pedra ou madeira em balanço, engastadas no frechal, que sustentam os beirais de telhados.

BEIRA-SEVEIRA – beirais cujas telhas extremas apóiam-se em cimalha de boca de telha, constituída de duas fiadas de telhas engastadas na alvenaria da parede.

LAJE – superfície contínua e horizontal de concreto armado.

GUARDA-PÓ – forro, geralmente em tabuado de madeira, para dar acabamento nos beirais ou camuflar os cachorros e lajes.

BEIRAL SIMPLES – beiral formado por caibro corrido.

OUTROS – assinalar nessa alternativa, além de outros tipos de coroamento, a existência de lambrequins, calhas, gárgulas, etc.

4 – MATERIAL DO COROAMENTO

Registro do(s) material(is) empregado(s) no acabamento do coroamento. O preenchimento deste campo leva em conta a observação do aspecto externo desse elemento arquitetônico. Mesmo que o pesquisador consiga observar um determinado material sobre o qual foi empregado um revestimento, este último material é que deve ser registrado.

ARGAMASSA – deverá ser assinalada mesmo que esteja revestindo materiais como pedra, madeira, etc.

CANTARIA – trabalho de cantaria no embasamento, cunhais ou na fachada como um todo (não confundir com o emprego de quaisquer pedras e se for esse o caso, assinalar a alternativa OUTROS, discriminando o tipo de pedra).

AZULEJO ANTIGO

AZULEJO NOVO

MADEIRA

METAL – esta alternativa deve ser assinalada quando existirem calhas, gárgulas, ornamentos, etc. que componham o conjunto do coroamento ou também em casos do emprego recente de painéis metálicos descarterizadores.

TELHA DE BARRO – utilizadas em coroamentos tipo beira-seveira.

OUTROS – descrever

5 – MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

Registro do(s) material(is) empregado(s) no acabamento da **fachada principal**⁷⁶. O preenchimento deste campo leva em

76 Nos casos de esquinas, registrar as duas fachadas voltadas para os logradouros.

conta a observação do aspecto externo da fachada. Mesmo que o pesquisador consiga observar um determinado material utilizado na construção da fachada sobre o qual foi empregado um revestimento, este último material é que deve ser registrado.

ARGAMASSA – deverá ser assinalada mesmo que esteja revestindo materiais como pedra, madeira, etc.

CHAPISCO – idem

CANTARIA – trabalho de cantaria no embasamento, cunhais ou na fachada como um todo (não confundir com o emprego de quaisquer pedras e, se for esse o caso, assinalar a alternativa OUTROS, discriminando o tipo de pedra).

AZULEJO ANTIGO

AZULEJO NOVO

MADEIRA

VIDRO – painéis de vidro (não confundir com o emprego de vidro nas esquadrias).

OUTROS – descrever

6 – MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

Registro do(s) material(is) das molduras de arremate encontradas nos vãos das portas, janelas, arcos, etc., da fachada principal. O preenchimento deste campo leva em conta a observação do aspecto externo desse elemento arquitetônico. Mesmo que o pesquisador consiga observar um determinado material sobre o qual foi empregado um revestimento, este último material é que deve ser registrado.

7 – MATERIAL DOS GUARDA-CORPOS DA FACHADA PRINCIPAL

Registro do(s) material(is) empregado(s) nas grades ou balaustradas dos balcões e sacadas da fachada principal. O preenchimento deste campo leva em conta a observação do aspecto externo desse elemento arquitetônico. Mesmo que o pesquisador consiga observar um determinado material sobre o qual foi empregado um revestimento, este último material é que deve ser registrado.

NÃO TEM GUARDA-CORPO

DESTRUIÇÃO TOTAL

ARGAMASSA

CANTARIA

MADEIRA

ALUMÍNIO

FERRO BATIDO – geralmente são lâminas ou peças chatas e na junção é possível identificar peças de ligação.

FERRO FUNDIDO – executado a partir de fôrmas, geralmente mais ornamentado.

FERRO LAMINADO/SOLDA – processo industrial.

OUTROS – descrever

8 – MATERIAL DA BASE DOS GUARDA-CORPOS

Registro do(s) material(is) empregado(s) na base (piso ou peças de arremate) dos guarda-corpos. O preenchimento deste campo leva em conta a observação do aspecto externo desse elemento arquitetônico. Mesmo que o pesquisador consiga observar um determinado material sobre o qual foi empregado um revestimento, este último material é que deve ser registrado.

9 – MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL

Registro do(s) material(is) empregado(s) nas portas e janelas da fachada principal.

10 – CORES PREDOMINANTES DA FACHADA PRINCIPAL

Registro das cores predominantes dos elementos da fachada principal.

- o pesquisador anota ao lado de cada elemento duas cores no máximo, lembrando que entre as possibilidades está a cor “natural”, própria do material empregado.
- para padronizar o preenchimento desse campo, o pesquisador deve se preocupar apenas em definir a tonalidades claro e escuro, orientado-se pela seguinte relação básica de cores:

BRANCO – CINZA – AZUL – PRETO – MARROM – VERDE AMARELO – LARANJA – OCRE – BEGE – AREIA – VERMELHO – ROSA – SALMÃO – VINHO – ROXO – LILÁS – NATURAL

OUTROS: descrever

- a alternativa OUTROS RELEVOS visa o registro das cores de elementos de ornamentação, de cunhais, frisos, coruchéus, cimalthas, esculturas, estrutura aparente, etc., identificando o tipo de relevo. (ex.: Frisos – brancos).

11 – USO ATUAL/QUANTIFICAR

Registro do uso ou usos que uma mesma edificação possui. As categorias de COMÉRCIO e SERVIÇOS possuem pontos em comum nos casos em que oferecem produtos de consumo. O procedimento adotado neste trabalho considera que: na categoria COMÉRCIO, as mercadorias são compradas e não consumidas no local e, na categoria SERVIÇOS (bares, restaurantes, etc.) são consumidas no local, o que pressupõe equipamentos e uma infra-

estrutura que caracterizam um serviço. No caso dos SERVIÇOS e INSTITUIÇÃO, que também possuem pontos em comum, a distinção é a seguinte: no primeiro caso os serviços são oferecidos por particulares ou instituições privadas, e no segundo por uma gerência ligada ao município, estado ou união.

RESIDÊNCIA – unifamiliar e multifamiliar (cortiços, prédios de apartamentos, repúblicas, etc.), casas paroquiais.

COMÉRCIO – lojas, depósitos de bebidas, padarias, mercados, quitandas, açougues, etc.

SERVIÇOS – bares, restaurantes, hotéis, pousadas, pensões, postos de gasolina, oficinas, bancos, clubes, etc.

INSTITUIÇÃO – postos de saúde (INSS), prefeituras, universidades federais, escolas públicas, prisões, correios, etc.

CULTO – igrejas, capelas, conventos, templos, etc.

EM OBRAS – imóvel em obras.

VAGO – imóvel vazio, abandonado, etc.

OUTROS – descrever

DADOS VOLUMÉTRICOS

12 – GABARITO

ALTURA DA FACHADA – medir a partir no nível 0,00 (convencionado como sendo o nível da calçada em frente à entrada principal):

- até o beiral, para edificações sem platibanda;
- até o topo plano da platibanda, desconsiderando-se frontões, volutas, pináculos, adornos ou outros elementos apostos.

ALTURA DA CUMEEIRA – é a altura do nível 0,00 (convencionado como sendo o nível da calçada em frente à entrada principal) ao ponto mais alto do telhado. Poderá ser medida internamente com a soma das alturas do desvão do telhado, dos pés direitos, lajes e desníveis, ou externamente, com a medição da empena, quando possível.

Na impossibilidade de medir a altura da cumeeira e nos casos em que não estiver prevista a entrada no imóvel (LEVANTAMENTO RESUMIDO), essa medida deverá ser estimada em comparação com imóveis vizinhos ou considerando-se referências da tipologia arquitetônica e o tipo de telha utilizada.

Considerando o objetivo de classificar a tipologia dos imóveis, o pesquisador deverá observar com rigor os aspectos diferenciados que caracterizam os níveis da edificação, tendo o cuidado de não registrar um mesmo nível duas vezes, ou seja, não confundir os pavimentos principais da edificação com outros níveis que crescem sua altura mas não se caracterizam da mesma forma que os pavimentos-tipo.

NÚMERO DE PAVIMENTOS ACIMA DO NÍVEL DA RUA – deverão ser quantificados os pavimentos tipo que caracterizam o volume principal do edifício, vistos do logradouro.

NÚMERO DE SUBSOLOS – deverão ser quantificados os subsolos habitáveis, entendidos como aqueles que estão abaixo do nível da rua, acomodados em terrenos em declive, geralmente caracterizando um pavimento nos fundos da edificação.

Além desses, deverá ser assinalada a existência de:

PORÃO ALTO – pavimento abaixo do nível da rua caracterizado pela presença na fachada principal de embasamento alteado com vãos para ventilação e, freqüentemente, com revestimento diferenciado. Esse pavimento não deve ser confundido com desvãos de ventilação dos pisos, sem acesso e condições de uso.

MIRANTE (ou camarinha) – construção sobre a cobertura da edificação em que as paredes circundantes evidenciam-se, caracterizando um volume destacado.

PAVIMENTO RECUADO – pavimento recuado em relação à fachada principal, em geral com a mesma largura, cobertura independente, altura e vãos de dimensões menores do que os dos demais pavimentos da fachada.

PAVIMENTO INTERMEDIÁRIO – andar com pé direito menor, geralmente coincidente com o pavimento tipo, com vãos de pequenas dimensões voltados para o logradouro.

MEZANINO – aproveitamento de pé direito duplo, geralmente parcial, ou seja menor que o pavimento tipo, sem caracterizar um pavimento externamente.

SÓTÃO HABITÁVEL – desvão do telhado habitável, com ou sem abertura.

OUTROS – descrever.

Observação: Termos regionais deverão ser adaptados ao vocabulário acima sugerido, visando a tabulação no banco de dados e comparação entre cidades. Considerando a diversidade do acervo existente nos sítios tombados, os casos de dúvida deverão ser esclarecidos com a coordenação do inventário, lembrando sempre que as fotografias poderão servir para eventuais correções na classificação.

13 – CLASSIFICAÇÃO TIPOLOGICA DO TELHADO

Nº DE ÁGUAS DO CORPO PRINCIPAL – O pesquisador deverá anotar apenas o nº de águas do corpo principal da edificação, isto é, do volume que caracteriza a edificação, não levando em conta as coberturas de anexos ou acréscimos destacados.

- logo abaixo o pesquisador deverá assinalar aspectos complementares que vão permitir a classificação tipológica dos telhados. Apenas uma das alternativas sobre a posição da cumeeira poderá ser assinalada, sendo complementada, quando for o caso, pela existência de outros elementos volumétricos característicos. São eles:

CUMEEIRA PARALELA À RUA – em relação à fachada principal.

CUMEEIRA PERPENDICULAR À RUA – idem
ÁGUA FURTADA (ou mansarda) – abertura no plano do telhado, constituída de corpo saliente entelhado.

TIPO CHALÉ – duas águas com ponto do telhado bastante elevado.

COM TORREÃO – corpo de telhado destacado do restante da cobertura, em geral nos ângulos da edificação.

OUTROS – descrever.

14 – REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

Registro de acréscimos no corpo da edificação.

NÃO TEM

ACRÉSCIMO VERTICAL – considerar os acréscimos que alteram o volume da edificação, não confundir com remanejamentos internos como a criação de mezaninos, etc.

ACRÉSCIMO HORIZONTAL – considerar os acréscimos que alteram o volume da edificação, não confundir com remanejamentos internos como construção de 2 banheiros no lugar de uma sala, subdivisões de um modo geral, etc.

No caso da existência de acréscimos o pesquisador deverá assinalar a alternativa que explica como eles foram identificados:

Identificado a partir de:

EVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO – nos casos em que é possível através da análise do programa arquitetônico detectar a existência de acréscimos.

DEPOIMENTO DO USUÁRIO – nos casos em que a informação é dada, ou confirmada pelo morador/usuário.

OUTROS

DESCREVER – informações complementares sobre a localização dos acréscimos e suas características. Alguns acréscimos são evidentes, mas em determinados casos será necessário assinalá-los em planta.

CARACTERÍSTICAS INTERNAS E DADOS COMPLEMENTARES

15 – PISOS

Registro dos tipos e materiais empregados no interior das edificações, devendo ser distinguidos os mais antigos dos novos conseqüentes de reformas. – o pesquisador anota ao lado da relação de pisos a sua localização, fornecendo: PAVIMENTO(S);

CÔMODO(S) ou seu agrupamento em área de serviço, social, íntima. Para os pavimentos e cômodos deve-se utilizar a mesma nomenclatura das plantas.

TABUADO – o tabuado tradicional apresenta largura irregular, geralmente maior que 25cm e desgaste natural de uso. O tabuado mais recente geralmente tem largura menor que 25cm e é industrializado.

TABUADO PINHO DE RIGA

TACO – pedaços de madeira retangular, com o comprimento múltiplo da largura.

PARQUET – pedaços de madeira de formas variadas, permitindo a formação de desenhos e geralmente misturando madeiras diferentes.

LAJEADO – o lajeado tradicional é composto de grandes pedras de superfície plana, de pequena espessura. O lajeado industrializado caracteriza-se pelo emprego de quaisquer tipos de pedra, atualmente comercializados.

LAJOTA DE BARRO – as tradicionais são lajotas geralmente menores do que as encontradas atualmente no mercado, às vezes retangulares. Devem apresentar um desgaste natural de uso. A mais recente é a lajota comum quadrada (40x40cm).

LADRILHO HIDRÁULICO – peça chata ou pouco espessa, de barro cozido ou cimento, em cores lisas ou com desenhos que podem ser isolados em cada peça ou formados pela união de várias delas. Piso característico do séc. XIX até meados do séc. XX.

MÁRMORE – rocha de textura compacta e cristalina, suscetível de bom polimento. Geralmente aplicado nas escadas, nos saguões e nas peças de circulação.

CERÂMICA – todo tipo de piso cerâmico (esmaltado, vitrificado, etc.).

CIMENTADO – todo tipo de piso pavimentado com cimento.

PISOS SINTÉTICOS COLADOS – tipo paviflex, plurigoma, fórmica, carpete, etc.

TERRA BATIDA

OUTROS – descrever

Citar os pisos que podem ser considerados tradicionais de acordo com as características arquitetônicas da edificação:

O pesquisador repete os materiais de pisos que podem ser considerados tradicionais, isto é, que estão de acordo com as características de época da construção, com o objetivo de avaliar a incidência de vestígios dos materiais antigos de acabamento de um modo geral.

16 – TETOS

Registro dos tipos e materiais empregados nos tetos dos pavimentos, que deverão ser observados dentro do mesmo espírito do campo anterior.

TABUADO

SAIA E CAMISA – forro de madeira em que as tábuas se sobrepõem umas às outras, formando alternadamente saliências e reentrâncias. Geralmente as tábuas salientes têm seus bordos aparentes trabalhados.

TRELIÇADO – forro composto de ripas de madeira cruzadas.

ESTEIRA DE TAQUARA – forro de tecido de hastes de bambu entrelaçadas, às vezes pintadas ou permanecendo com sua cor natural. O traçado pode ser simples, seguido, ou formar figuras geométricas – quadrados, retângulos ou losangos.

GESSO LISO – placas de gesso freqüentemente emastadas e pintadas.

GESSO ORNAMENTADO

LAJE – superfície contínua e horizontal de concreto armado, podendo ser revestida ou não.

BARROTE APARENTE – barroto é a peça de madeira retangular que tem função de viga e sustenta o tabuado do piso superior.

TELHA VÃ – forro inexistente, telha aparente.

FORROS MODULADOS – tipo eucatex, luxalon, colméia, etc.

OUTROS – descrever

Citar os tetos que podem ser considerados tradicionais de acordo com as características arquitetônicas da edificação.

O pesquisador repete os materiais de tetos que podem ser considerados tradicionais, isto é, que estão de acordo com as características de época da construção, com o objetivo de avaliar a incidência de vestígios dos materiais antigos de acabamento de um modo geral.

17 – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – LOCALIZAR

Registro dos materiais que foram empregados na construção ou reformas da edificação. Não há intenção, neste campo, de se fazer um levantamento dos sistemas e técnicas construtivas das edificações, pois implicaria em trabalho mais detalhado envolvendo prospecções. Pretende-se apenas anotar o que se apreende na primeira leitura da edificação como um indício para o entendimento das técnicas construtivas, cronologia e estado de preservação.

- através de observação ou perguntando ao morador, o pesquisador anota ao lado da relação de materiais a

localização daqueles que puderem ser verificados, fornecendo: PAVIMENTO(S); CÔMODO(S) ou o seu agrupamento em área de serviço, social, íntima; ELEMENTO(S) ARQUITETÔNICO(S) como vigas, paredes, pilares, etc. Para os pavimentos e cômodos deve-se utilizar a mesma nomenclatura das plantas.

PAU-A-PIQUE – genericamente, qualquer sistema construtivo que utilize gradeados de varas de madeira organizados em sebe, preenchidos com barro. As varas de madeira são chamadas de piques. Especificamente, o mesmo que TAIPA DE MÃO. Dessa técnica resultam paredes leves, com cerca de 15cm de espessura, pois as paredes de pau-a-pique não recebem, nem transmitem esforços. Foi o sistema construtivo mais utilizado nos prédios do Brasil colonial, mas também muito usado na execução de paredes internas em antigas construções posteriores, mesmo quando as paredes estruturais do prédio eram feitas em alvenaria de pedra ou tijolo. É também chamado taipa-de-sebe e barro-de-mão; taipa-de-sopapo e sopapo; taipa-de-pescoço; e frontal e galega.

ADOBE – peça de barro em forma de paralelepípedo, semelhante ao tijolo utilizado em alvenarias. Diferencia-se do tijolo por não ser cozido no forno, mas seco à sombra e depois ao sol. Tem em geral dimensões superiores ao tijolo. Sua ligação na alvenaria é feita com o próprio barro. O barro também é usado para rebocar o adobe, que pode ainda ser revestido com massa de cal e areia. Teve amplo emprego nas edificações do período colonial.

TAIPA DE PILÃO – taipa executada com uso de terra apiloada dentro de fôrmas de madeira. O taipal como é chamada a forma de madeira, é deslocado ao longo e para o alto da parede em construção. A parede de taipa de pilão é portanto formada de vários grandes blocos de terra cujas dimensões decorrem das medidas dos taipais. Os blocos são feitos de desconstruídos semelhantes aos aparelhos de alvenaria de tijolo. Eventualmente incluem-se na espessura das paredes peças longitudinais de madeira, reforçando-a. Sua espessura média era de aproximadamente 60cm, embora pudesse ter 30cm ou 1,50m.

ALVENARIA DE PEDRA – aparelhada, argamassada ou seca.

ALVENARIA DE TIJOLO

MADEIRA – assinalar nos casos em que é utilizada como principal material construtivo, como no caso da arquitetura de imigração alemã, italiana, etc., encontrada no Sul do país.

CONCRETO**OUTROS**

Identificado a partir de:

MATERIAL À MOSTRA – quando é possível inspecionar.

DEPOIMENTO DO USUÁRIO – nos casos em que a informação é dada, ou confirmada pelo morador/usuário

PROCESSO DEDUTIVO / descrever – O objetivo deste campo é esclarecer os critérios de observação adotados no levantamento de campo, isto é, o pesquisador deve explicitar o modo pelo qual concluiu pela existência desse ou daquele material. Se assinalada esta alternativa, o campo a descrever sempre deve ser preenchido.

18 – EXISTÊNCIA DE BENS INTEGRADOS RELEVANTES – OBSERVAR

Registro de acervo relevante existente na edificação. O espaço ao lado de cada alternativa visa especificar melhor os bens encontrados ou registrar alguma informação complementar.

NÃO TEM

PAINÉIS – de talha, de pintura, de azulejo, etc.

FORROS – quando forem pintados.

PORTADAS – quando possuir relevos ornamentais.

JANELAS/VITRAIS – apenas as janelas que possuam relevos ornamentais: trabalho artístico de carpintaria ou de vidraçaria.

BALAUÍSTRES – sacadas, coros, cancelas, corrimãos etc., com trabalhos de cantaria, massa, madeira, metal ou outro material.

FONTES/CHAFARIZES – situados no terreno do imóvel, de cantaria ou com ornamentação em massa, emprego de azulejos, etc.

FRONTÕES/PLATIBANDAS – quando possuem relevos ornamentais.

19 – OBSERVAÇÃO SOBRE O ESTADO DE PRESERVAÇÃO

O pesquisador deverá fazer observações, tendo em vista os campos anteriores e demais aspectos gerais do imóvel, sobre o seu estado de preservação. Não confundir estado de preservação – grau de integridade do imóvel quanto às suas características originais (partido arquitetônico, correspondência da fachada com o interior, acabamento interno, elementos arquitetônicos e ornamentais, materiais construtivos, etc.) com estado de conservação – grau de integridade física do imóvel, analisado no Formulário 3.

20 – OBSERVAÇÃO SOBRE OUTRAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

Registro de edificações ou de elementos arquitetônicos que se destacam no conjunto por diversas razões: por serem típicos ou exóticos, por motivos históricos, porque são recorrentes, revelando um gosto local ou uma preocupação comum dos moradores em relação à arquitetura, e assim por diante. Seguindo esse princípio, características ornamentais da fachada deverão ser melhor detalhadas neste campo. O pesquisador, com algumas informações prévias sobre a arquitetura local e com a experiência adquirida no decorrer do trabalho, poderá distinguir esses elementos, descrevendo-os de modo sucinto e claro.

ATENÇÃO: todos os campos anteriores a este detalham as características arquitetônicas do imóvel; é importante não repetir dados já coletados e usar esse campo para informações complementares não contempladas pelos outros campos.

21 – IMÓVEL MERECEADOR DE DETALHAMENTO

Registro dos imóveis que se destacam dos demais por diversas razões: pela sua complexidade ou simplicidade no programa arquitetônico; por estarem intactos na sua concepção original ou por terem sofrido muitas alterações que os tornaram interessantes; por possuírem interiores relevantes ou bens integrados de grande interesse; etc. O objetivo deste campo é detectar se no âmbito de um tombamento em conjunto existem exemplares arquitetônicos que mereçam um estudo específico mais aprofundado (este estudo pode ou não resultar numa indicação para tombamento isolado). O pesquisador assinala uma ou mais alternativas referentes ao tipo de detalhamento que julgar necessário, e registra ao lado as razões que o levaram a recomendar o detalhamento da edificação.

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO MORADOR/USUÁRIO

22 – SABE A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DESTA EDIFICAÇÃO?

Registro da época de construção mediante depoimento do morador ou inscrição em fachada.

23 – SABE ALGO SOBRE O USO PRIMITIVO E/OU ANTERIOR DA EDIFICAÇÃO ATUAL?

(informar ordem cronológica)

Registro do uso original para o qual a edificação foi construída (sua primeira destinação), e/ou usos anteriores ao atual. O objetivo deste campo é, através de cruzamentos com outras informações, possibilitar algumas conclusões sobre as transformações dos usos e costumes do sítio urbano tombado.

**24 – CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA
EDIFICAÇÃO? (sobre a construção, fatos relevantes,
moradores antigos)**

O objetivo deste campo é coletar informações que complementem os dados de cronologia arquitetônica, contribuindo na compreensão da relação dos moradores com a história das edificações e da cidade.

FORMULÁRIO 3
E ROTEIRO

Sítio Urbano: _____

Mês/Ano - Preenchido Por: _____

Mês/Ano - Revisto Por: _____

3 Estado de Conservação

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____

Nº: _____

Edificação _____

Outras Referências: _____

COMPROMETIMENTO DA ESTRUTURA

02. ESTRUTURA DO TELHADO

- sem acesso
- destruição total
- destruição parcial (10%)
- peças principais deterioradas por água ou ataque de
- peças secundárias deterioradas
- nenhum problema evidente

Observações: _____

03. MANTO DA COBERTURA

- destruição total
- telhas quebradas
- emassamento incorreto
- nenhum problema evidente
- destruição parcial (10%)
- telhas corridas
- inexistência de grampeamento

Observações: _____

04. FUNDAÇÕES

- rachaduras grandes nos pisos em contato com o solo
- rachaduras pequenas nos pisos do térreo (largura < 1cm)
- nenhum problema evidente

Observações: _____

05. ESTRUTURA PORTANTE

- destruição parcial (10%)
- grande incidência de rachaduras (50%)
- pequena incidência de rachaduras (10 a 50%)
- rachaduras localizadas (por carga concentrada)
- nenhum problema evidente

Observações: _____

06. INFILTRAÇÕES

- manchas de umidade no topo das paredes (50%)
- manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
- aparecimento de eflorescências nas paredes (50%)
- infiltrações nos forros ou laje do último pavimento (10%)
- nenhum problema evidente

Observações: _____

07. BIODEGRADAÇÃO

- ataque generalizado de insetos ou microorganismos (50%)
- ataque parcial de insetos ou microorganismos
- focos de cupim ou outras pragas na área livre
- nenhum problema evidente

Observações: _____

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

08. ESCADAS

- não tem
- desgaste dos degraus
- sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
- nenhum problema evidente

Observações: _____

09. ESQUADRIAS

- destruição total
- oxidação dos metais (ferragens e gradis) (50%)
- nenhum problema grave
- destruição parcial
- ressecamento das madeiras (50%)

Observações: _____

10. PISOS

- destruição total
- desgaste dos pisos
- destruição parcial
- nenhum problema grave

Observações: _____

11. FORROS

- não tem
- destruição parcial
- nenhum problema grave
- destruição total
- ressecamento das madeiras (50%)

Observações: _____

RISCOS POTENCIAIS

12. INSTALAÇÕES PREDIAIS

- sem quadro de distribuição ou quadro inadequado
- inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulado
- nenhum problema evidente
- fiação c/ isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
- vazamento em tubulações de instalações hidráulica e sanitária

Observações: _____

13. EXISTEM PERIGOS POTENCIAIS?

- Sim Descrever: _____
- Não _____

OUTROS ASPECTOS

14. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR UNIDADE (identificar, no caso de edificações de uso misto, quais as unidades estão em melhor ou pior estado)

15. OUTRAS OBSERVAÇÕES

.....

3 Estado de Conservação

O objetivo deste formulário é reunir dados para a constatação do estado de conservação – grau de integridade física – da edificação como um todo, possibilitando a análise dos problemas mais freqüentes de deterioração dos imóveis no sítio urbano tombado. O formulário funciona como um roteiro de observação em campo, dos sintomas aparentes de deterioração da edificação. O diagnóstico final é calculado automaticamente pelo banco de dados, mediante um sistema de pontuação⁷⁷.

O roteiro procura esclarecer todas as alternativas de preenchimento dos campos que, no decorrer da experiência de aplicação desse método, trouxeram dúvida quanto ao seu conceito, deixando de se preocupar com aquelas mais evidentes.

O pesquisador deve evitar deixar qualquer campo em branco, utilizando as alternativas NÃO TEM e SEM ACESSO, ou, quando o campo for descritivo, justificar a falta de informação naquele item. É importante justificar no espaço destinado às observações quando houver impossibilidade de observar qualquer alternativa.

O revisor do levantamento de campo deve procurar tornar os textos dos campos descritivos precisos e claros, sem deixar de aproveitar todas as informações.

A alternativa NENHUM PROBLEMA EVIDENTE está prevista para os casos em que as deteriorações possam não apresentar sintomas aparentes. Já nos casos em que os problemas, apesar de visíveis, não devem ser assinalados por não representarem maiores riscos para a edificação e por terem baixa incidência (menos de 50%), e também nos casos em que não existe problema, deve-se optar pela alternativa NENHUM PROBLEMA GRAVE.

1 – IDENTIFICAÇÃO

LOGRADOURO/Nº – Registro do endereço principal contendo o nome da rua, avenida, praça, largo, etc. e numeração existente no local.

⁷⁷ Este formulário foi desenvolvido com a consultoria da engenheira Sílvia Puccioni, técnica do IPHAN.

– quando houver mais de uma numeração por edificação, repetir o mesmo endereço principal adotado no Formulário 1, que se constituirá na referência do imóvel como um todo, deixando os demais para serem anotados no campo UNIDADE dos formulários 4 ou 5, que identificarão a unidade entrevistada, seja uma residência, seja uma loja ou qualquer outro tipo de estabelecimento.

Ex.: Rua Direita 31/33 (em LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL: Rua Direita 31; deixar para anotar o 33 no campo UNIDADE dos formulários 4 ou 5).

EDIFICAÇÃO – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação. Elas serão identificadas por letras (A, B, C, etc.) de acordo com o que tiver sido estabelecido na planta de situação. Dessa forma haverá um Formulário 2 para cada edificação existente no lote.

OUTRAS REFERÊNCIAS – Este campo deverá ser preenchido apenas em dois casos: para referências que possam auxiliar na localização de edificações sem numeração (ex.: entre os números 176 e 180; ao lado da Casa de Câmara e Cadeia, etc.), e para denominação de prédios, ou seja, nomes pelos quais os prédios muitas vezes são conhecidos e que constituem referência da memória e identidade locais. Podem ser nomes oficiais ou populares (ex.: Casa dos Contos, em Ouro Preto/MG – nome oficial; casa do Mestre Osvaldo, em Lençóis/BA – nome popular). Esse campo não tem a função de identificar os tipos de estabelecimento específicos de cada unidade, que serão identificados nos formulários 4 e 5.

COMPROMETIMENTO DA ESTRUTURA

2 – ESTRUTURA DO TELHADO

Avaliação das condições de conservação do material que compõe a estrutura do telhado.

- o pesquisador deve inspecionar no local processos de deterioração por ataque biológico ou incidência de umidade, observando a existência de caminho de cupim, madeira oca ou mole, manchas pretas, brancas ou pardas, etc.
- no espaço destinado às OBSERVAÇÕES devem ser feitas anotações com relação à irregularidade do alinhamento da superfície da cobertura, que pode ser informada pelos moradores também.

SEM ACESSO – quando houver impossibilidade de inspecionar a estrutura.

DESTRUIÇÃO TOTAL – quando a estrutura estiver totalmente ou grandemente arruinada, restando apenas algumas peças, como, por exemplo, as peças junto às paredes.

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando a estrutura principal estiver apodrecida, com partes ruídas (pelo menos 10% já destruído).

Esta alternativa também deve ser assinalada quando apenas uma tesoura estiver ruída. É comum encontrarmos telhados com peças secundárias deterioradas mas que se mantêm íntegros durante muito tempo, não justificando portanto, assinalar esta alternativa.

PEÇAS PRINCIPAIS DETERIORADAS POR ÁGUA OU ATAQUE DE INSETOS OU MICROORGANISMOS – peças principais: tesouras, cumeeiras, mãos-francesas, etc.

PEÇAS SECUNDÁRIAS DETERIORADAS – peças secundárias: ripas (apóiam as telhas), caibros (unem a cumeeira à parede que apóia o telhado), terças (paralelas à cumeeira e aos frechais), frechais (assentados sobre o topo da parede que apóia o telhado), etc.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

3 – MANTO DA COBERTURA

Avaliação das condições de conservação do manto da cobertura, constatando-se a integridade das telhas e as condições do material que o compõe.

DESTRUIÇÃO TOTAL – quando o manto da cobertura estiver totalmente ou grandemente arruinado, restando apenas algumas partes, como, por exemplo, as telhas junto aos beirais ou paredes.

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando estiverem faltando pelo menos 10% de telhas, formando uma ou mais falhas no telhado.

TELHAS QUEBRADAS – deve ser observado por fora e por dentro da edificação, sendo qualquer ponto de infiltração considerado relevante, pois pode determinar o início de um processo de deterioração.

TELHAS CORRIDAS – quando o manto estiver desalinhado em razão do deslocamento das telhas; mesmo que o desalinho seja pequeno deverá ser considerado relevante, pois pode determinar o início de um processo de deterioração.

EMASSAMENTO INCORRETO – quando a massa chegar até a beira da telha, sem o recuo que deveria funcionar como pingadeira, ou emassamento generalizado das telhas, causando sobrecarga e infiltração por capilaridade.

INEXISTÊNCIA DE GRAMPEAMENTO – quando as telhas não estiverem fixadas com grampos no telhado.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

4 – FUNDAÇÕES

A avaliação deste campo indica o grau de comprometimento da estabilidade da edificação.

– o pesquisador deve observar as lesões – fissurações ou deformações – que se apresentam na superfície das alvenarias, no solo, nos pisos ou em calçadas adjacentes, etc.

– o pesquisador deve observar também o caminho das rachaduras para compreender se é um problema localizado ou generalizado, e nestes casos deve anotar no espaço destinado às OBSERVAÇÕES.

5 – ESTRUTURA PORTANTE

Avaliação das condições de conservação das peças estruturais (painéis de parede, arcos, abóbadas, vigas e barrotes, pilares, etc.) e da amarração entre elas. A avaliação deste campo indica o grau de equilíbrio estático da edificação.

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando as peças estruturais estiverem ruídas na ordem de pelo menos 10% do total da edificação.

GRANDE INCIDÊNCIA DE RACHADURAS – quando houver o aparecimento generalizado de rachaduras nas paredes, isto é, pelo menos 50% da edificação apresentar rachaduras.

Não devem ser consideradas as rachaduras situadas nos encontros das paredes ou provocadas pelos vãos das portas e janelas.

PEQUENA INCIDÊNCIA DE RACHADURAS – quando houver o aparecimento de rachaduras nas paredes na ordem de 10% a 50% da edificação.

RACHADURAS LOCALIZADAS – quando as rachaduras forem provocadas por uma carga concentrada em algum ponto (ex.: mobiliário pesado, caixa d'água, escada apoiando em vigamento, empuxo do telhado, etc.). Nesses casos devem ser feitas anotações no espaço destinado às OBSERVAÇÕES sobre a origem dessa carga.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

6 – INFILTRAÇÕES

Dada a importância da umidade no processo de deterioração de uma edificação, a avaliação deste campo indica o

risco a que está submetida a edificação no início de um processo de degradação.

MANCHAS DE UMIDADE NO TOPO DAS PAREDES – são identificadas pela variação de coloração do material das paredes junto ao telhado e direcionadas de cima para baixo. Não devem ser consideradas as infiltrações localizadas e sim quando atingirem pelo menos 50% da edificação.

MANCHAS DE UMIDADE NA BASE DAS PAREDES DO TÉRREO – quando as infiltrações forem significativas, isto é, atingirem pelo menos 50% do térreo da edificação.

APARECIMENTO DE EFLORESCÊNCIAS NAS PAREDES – são identificadas através de manchas circulares na superfície da parede, formadas pelo acúmulo de sal ou outros materiais pulverulentos, e só devem ser consideradas quando forem significativas, isto é, atingirem pelo menos 50% da edificação.

INFILTRAÇÕES NOS FORROS OU LAJE DO ÚLTIMO PAVIMENTO – quando as manchas atingirem pelo menos 10% da edificação.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

7 – BIODEGRADAÇÃO

Avaliação do grau de ataque biológico a que está sujeita a edificação.

ATAQUE GENERALIZADO DE INSETOS OU MICROORGANISMOS – quando o ataque for generalizado, isto é, atingir pelo menos 50% da edificação. .

ATAQUE PARCIAL DE INSETOS OU MICROORGANISMOS – quando o ataque for apenas parcial, atingindo qualquer peça da edificação.

FOCOS DE CUPIM OU OUTRAS PRAGAS NA ÁREA LIVRE – quando for constatado qualquer ataque na área descoberta do lote.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

8 – ESCADAS

Avaliação do estado de conservação das escadas de acesso aos pavimentos da edificação.

NÃO TEM

SEM CONDIÇÕES DE ACESSO (DESTRUIÇÃO PARCIAL OU TOTAL)

DESGASTE DOS DEGRAUS – quando colocar em risco os usuários, embora ainda em condições de acesso, ou quando indicar a necessidade em curto prazo de uma obra.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

9 – ESQUADRIAS

Avaliação do estado de conservação dos elementos de vedação dos vãos.

DESTRUIÇÃO TOTAL – quando todas as esquadrias estiverem destruídas, podendo restar apenas algumas partes junto às molduras e ombreiras.

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando as esquadrias estiverem danificadas de forma generalizada, ou no caso de pelo menos uma esquadria estar destruída, possibilitando a entrada de água.

OXIDAÇÃO DOS METAIS (FERRAGENS E GRADIS) – quando for significativa, isto é, atingir pelo menos 50% dos metais da edificação.

RESSECAMENTO DAS MADEIRAS – é identificado pelo aspecto acinzentado da madeira e com afundamentos nos veios, devendo ser considerado apenas quando atingir pelo menos 50% das esquadrias da edificação.

NENHUM PROBLEMA GRAVE

10 – PISOS

Avaliação do estado de conservação dos materiais empregados na pavimentação.

DESTRUIÇÃO TOTAL

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando existirem pequenos trechos danificados e estiverem espalhados em pelo menos 50% da edificação, ou quando houver algum trecho significativo destruído, como, por exemplo, o piso de um cômodo inteiro.

DESGASTE DOS PISOS CERÂMICOS, DE PEDRA, DE MADEIRA, ETC. – quando o desgaste comprometer o material, indicando a necessidade iminente de substituição. Não deve ser considerado o envelhecimento natural do material.

NENHUM PROBLEMA GRAVE

11 – FORROS

Avaliação dos materiais empregados nos forros.

NÃO TEM

DESTRUIÇÃO TOTAL

DESTRUIÇÃO PARCIAL – quando existirem pequenos trechos danificados e estiverem espalhados em pelo menos 50% da edificação, ou quando houver algum trecho significativo destruído, como, por exemplo, o forro de um cômodo inteiro.

RESSECAMENTO DAS MADEIRAS – quando existir embarrigamento das madeiras, frestas entre as tábuas, e veios, devendo ser considerado apenas quando atingir pelo menos 50% da edificação.

NENHUM PROBLEMA GRAVE

RISCOS POTENCIAIS

12 – INSTALAÇÕES PREDIAIS

Avaliação das condições de funcionamento das instalações da edificação, e no caso da instalação elétrica, o grau de risco de incêndio. Devido à seriedade desse risco, o ideal seria que esta avaliação pudesse ser mais completa e realizada por técnicos especializados, mas optou-se por assinalar apenas os casos mais evidentes, passíveis de serem observados por técnicos não especializados, visando um primeiro diagnóstico das condições da edificação.

SEM QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO OU QUADRO INADEQUADO – o pesquisador deve verificar se existe ou não quadro de distribuição de luz. O quadro é considerado inadequado quando possuir apenas um disjuntor ou chave de segurança (tipo alavanca, com fusível). Um indicador desse problema também pode ser a queda de energia ao serem utilizados determinados aparelhos de potência, como chuveiro elétrico, o que pode ser informado pelos moradores.

FIAÇÃO COM ISOLAMENTO DANIFICADO (ISOLAMENTO DE PANO, PONTOS DE ROMPIMENTO, RESSECAMENTO DO ISOLAMENTO DE PLÁSTICO)

INEXISTÊNCIA DE ELETRODUTOS OU PARCIALMENTE TUBULADO – quando for constatado qualquer fio fora da tubulação, independente de sua extensão.

VAZAMENTO EM TUBULAÇÕES DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICA E SANITÁRIA – quando for constatado qualquer vazamento no interior ou exterior da edificação.

NENHUM PROBLEMA EVIDENTE

13 – EXISTEM PERIGOS POTENCIAIS?

Registro dos perigos que apresentam grande risco para a integridade do imóvel, mas que não têm relação com seu estado

de conservação. Ex.: armazenamento no interior da edificação de elementos de alta combustão; ameaça de desabamentos nas encostas do lote; raízes ou galhos que possam ameaçar os alicerces ou telhados; raízes que nascem nos interstícios das pedras podendo ameaçar a edificação, etc.

OUTROS ASPECTOS

14 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR UNIDADE

Registro de informações complementares, principalmente para discriminar as diferenças no estado de conservação entre pavimentos ou no caso de edificações de uso residencial multifamiliar ou misto, entre domicílios e unidades de uso não residencial (ex.: a loja no térreo concentra o maior número de problemas, estando bem menos conservada que o 2º pavimento de uso residencial). Este tipo de avaliação pode oferecer uma série de cruzamentos importantes: estado de conservação associado ao nível de renda das famílias, ao tempo de moradia, ao tipo de uso, residencial ou não, e assim por diante.

15 – OUTRAS OBSERVAÇÕES

Registro de quaisquer outras informações que o pesquisador julgar necessárias à avaliação do estado de conservação do imóvel.

ATENÇÃO: neste campo não é importante verificar o estado de preservação dos imóveis, ou seja, se suas características arquitetônicas originais foram ou não alteradas do ponto de vista formal; essa avaliação é feita no Formulário 2.

Obs.: O diagnóstico final do estado de conservação é calculado automaticamente

pelo banco de dados, mediante o sistema de pontuação reproduzido abaixo:

- Campo 02. ESTRUTURA DO TELHADO:
 - sem acesso – 0 pontos
 - destruição total – 148 pontos
 - destruição parcial – 148 pontos
 - peças principais deterioradas por água ou ataque de insetos ou microorganismos – 72 pontos
 - peças secundárias deterioradas – 72 pontos
 - nenhum problema evidente – 0 pontos

- Campo 03. MANTO DA COBERTURA:
 - destruição total – 146 pontos
 - destruição parcial – 146 pontos
 - telhas quebradas – 12 pontos
 - telhas corridas – 12 pontos
 - emassamento incorreto – 1 ponto
 - inexistência de grampeamento – 1 ponto
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 04. FUNDAÇÕES:
 - rachaduras grandes nos pisos em contato com o solo e/ou terreno adjacente – 151 pontos
 - rachaduras pequenas nos pisos do térreo – 16 pontos
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 05. ESTRUTURA PORTANTE:
 - destruição parcial – 150 pontos
 - grande incidência de rachaduras – 150 pontos
 - pequena incidência de rachaduras – 15 pontos
 - rachaduras localizadas – 15 pontos
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 06. INFILTRAÇÕES:
 - manchas de umidade no topo das paredes – 72 pontos
 - manchas de umidade na base das paredes do térreo – 1 ponto
 - aparecimento de eflorescências nas paredes – 72 pontos
 - infiltrações nos forros ou laje do último pavimento – 100 pontos
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 07. BIODEGRADAÇÃO:
 - ataque generalizado de insetos ou microorganismos – 145 pontos
 - ataque parcial de insetos ou microorganismos – 11 pontos
 - focos de cupim ou outras pragas na área livre – 1 ponto
 - nenhum problema evidente – 0 pontos

- Campo 08. ESCADAS:
 - não tem – 0 pontos
 - sem condições de acesso – 1 ponto
 - desgaste dos degraus – 1 ponto
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 09. ESQUADRIAS:
 - destruição total – 73 pontos
 - destruição parcial – 10 pontos
 - oxidação dos metais – 1 ponto
 - ressecamento das madeiras – 1 ponto
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 10. PISOS:
 - destruição total – 144 pontos
 - destruição parcial – 10 pontos
 - desgaste dos pisos cerâmicos, de pedra, de madeira etc. – 0 pontos
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 11. FORROS:
 - não tem – 0 pontos
 - destruição total – 73 pontos
 - destruição parcial – 9 pontos
 - ressecamento das madeiras – 1 ponto
 - nenhum problema evidente – 0 pontos
- Campo 12. INSTALAÇÕES PREDIAIS:
 - sem quadro de distribuição ou quadro inadequado – 148 pontos
 - fiação com isolamento danificado – 148 pontos
 - inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulado – 100 pontos
 - vazamento em tubulações de

instalações hidráulica e sanitária – 1 ponto
nenhum problema evidente – 0 pontos

Somados os valores de todos os campos, o total encontrado deverá se enquadrar na seguinte avaliação:

até 8 pontos – BOM
de 9 a 143 pontos – SATISFATÓRIO
acima de 144 pontos – COM PROBLEMAS

FORMULÁRIO 4
E ROTEIRO

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____ - _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____ - _____

4 QUESTIONÁRIO Unidade Residencial

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro _____ N.º: _____ Edificação _____
Unidade _____

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

02. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANT. ARQUITETÔNICO

- morador não autorizou
 morador menor de 16 anos
 em obras
 vago
 outros _____
- morador não encontrado
 empregado
 ruínas

03. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

- morador não autorizou
 morador menor de 16 anos
 em obras
 vago
 outros _____
- morador não encontrado
 empregado
 ruínas

04. QUAL A FORMA DE OCUPAÇÃO DESTA DOMICÍLIO?

- aluguel por temporada
 fins de semana da família
 república
 outros _____
- férias da família
 residência permanente

05. CASO NÃO SEJA OCUPADO O ANO TODO, QUEM CUIDA?

- empregado
 ninguém
 proprietário
 outros _____
- vizinho
 não soube informar

06. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: masc. fem. Idade: _____
 responsável pelo domicílio cônjuge parente residente maior de 16 anos morador eventual (passar para o item 39)

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

07. HÁ QUANTO TEMPO A FAMÍLIA NUCLEAR MORA NO DOMICÍLIO?

_____ anos e _____ meses

09. A FAMÍLIA RESIDIU EM OUTRO DOMICÍLIO NESTA CIDADE?

sim, na área histórica sim, fora da área histórica não

10. PRETENDE MUDAR-SE DA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

11. O RESPONSÁVEL E/OU CÔNJUGE POSSUEM FAMILIARES QUE MORAM NA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

08. POR QUE MORA AQUI?

- família oriunda ou residente no local
 imóvel herdado
 moradia barata
 proximidade dos estudos
 outros _____
- imóvel próprio
 imóvel emprestado
 proximidade do trabalho
 comércio próximo

12. POSSUEM FAMILIARES QUE PRETENDEM MORAR NA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

13. GOSTARIA DE FAZER ALGUMA OBRA NESTE DOMICÍLIO?

- não não soube informar
 sim / especifique:

14. POR QUE NÃO FAZ?

- não soube informar
 falta de recursos
 acha que o IPHAN negaria
 acha que a Prefeitura negaria
 outros _____
- imóvel alugado
 IPHAN não autorizou
 Prefeitura não autorizou

15. QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

- poluição (água, ar, solo) _____
 barulho _____
 vibração nas edificações _____
 desmatamento _____
 estacionamento _____
 trânsito _____
 interferência visual na paisagem _____
 outros _____
 nenhum

16. QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

- luz _____
 abastecimento d'água _____
 esgoto _____
 limpeza pública _____
 escoamento de águas pluviais _____
 calçamento _____
 iluminação pública _____
 transporte _____
 segurança _____
 lazer _____
 assistência médica _____
 assistência escolar _____
 outros _____
 nenhum

REFERENCIAS CULTURAIS SOBRE O SITIO

17. DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA? <input type="text"/>	18. DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL? <input type="text"/>
19. O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE? <input type="text"/>	20. ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ? <input type="text"/>
21. A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ? <input type="text"/>	22. E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO É SATISFATÓRIA? POR QUÊ? <input type="text"/>
23. POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (fotos, livros etc) <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="text"/>	24. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis) <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="text"/>
25. O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	

DADOS DO MORADOR

26. DADOS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO nome <input type="text"/> idade <input type="text"/> sexo: <input type="radio"/> masc. <input type="radio"/> fem. instrução <input type="text"/> atividade <input type="text"/> empregador <input type="text"/> local da atividade: <input type="checkbox"/> em casa <input type="checkbox"/> na área histórica <input type="checkbox"/> fora da área histórica meio de locomoção <input type="text"/> tempo de locomoção <input type="text"/> min. acha local da atividade: <input type="radio"/> longe <input type="radio"/> perto <input type="radio"/> mais ou menos	27. LOCAL DE NASCIMENTO DO RESPONSÁVEL <input type="radio"/> zona rural <input type="radio"/> zona urbana UF <input type="text"/> Município <input type="text"/>
	28. LOCAL DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE <input type="radio"/> não tem cônjuge <input type="radio"/> zona rural <input type="radio"/> zona urbana UF <input type="text"/> Município <input type="text"/>
	29. O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO: <input type="radio"/> é proprietário <input type="radio"/> é inquilino <input type="radio"/> usa emprestado <input type="radio"/> outros <input type="text"/>

TIPO DE OCUPAÇÃO

30. CASO O RESPONSÁVEL NÃO SEJA O PROPRIETÁRIO Nome do proprietário <input type="text"/> Endereço <input type="text"/> UF <input type="text"/> Município <input type="text"/> País <input type="text"/>	31. SE É INQUILINO, QUAL O VALOR DO ALUGUEL? <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar R\$ <input type="text"/>
	33. ALUGA ALGUM CÔMODO? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não
	34. QUANTAS PESSOAS MORAM NESTE DOMICÍLIO? <input type="text"/>
32. COMO É TRATADO O ALUGUEL? <input type="radio"/> com o proprietário <input type="radio"/> com imobiliária <input type="radio"/> com procurador <input type="radio"/> outros <input type="text"/>	

NÍVEL DE RENDA

35. ALGUM MORADOR POSSUI AUTOMÓVEL? <input type="radio"/> sim / há <input type="text"/> anos quantos? <input type="text"/> <input type="radio"/> não Onde guarda? <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> logradouro em frente <input type="checkbox"/> logradouro próximo <input type="checkbox"/> logradouro afastado <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>	36. A FAMÍLIA NUCLEAR TEM IMÓVEIS NO MUNICÍPIO? (quantificar) <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar terreno <input type="text"/> casa <input type="text"/> apartamento <input type="text"/> loja/sala <input type="text"/> prédio <input type="text"/> sítio/fazenda <input type="text"/> outros <input type="text"/>
38. QUAL A RENDA FAMILIAR? (em salários mínimos) <input type="checkbox"/> não quis declarar <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="checkbox"/> até 3 salários <input type="checkbox"/> de 4 a 10 salários <input type="checkbox"/> de 11 a 20 salários <input type="checkbox"/> mais de 20 salários	37. E EM OUTRO MUNICÍPIO? (quantificar) <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar terreno <input type="text"/> casa <input type="text"/> apartamento <input type="text"/> loja/sala <input type="text"/> prédio <input type="text"/> sítio/fazenda <input type="text"/> outros <input type="text"/>

MORADOR EVENTUAL

39. DE ONDE VEM? (UF/País) <input type="text"/>	43. VEM DE AUTOMÓVEL? <input type="radio"/> sim / há <input type="text"/> anos <input type="radio"/> não
40. HÁ QUANTO TEMPO VEM? <input type="text"/> anos	Onde guarda? <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> logradouro em frente <input type="checkbox"/> logradouro próximo <input type="checkbox"/> logradouro afastado <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>
41. POR QUE VEM? <input type="checkbox"/> turismo <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> família oriunda/residente no local <input type="checkbox"/> amigos no local <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>	
42. O IMÓVEL É: <input type="radio"/> próprio <input type="radio"/> alugado <input type="radio"/> emprestado <input type="radio"/> outros <input type="text"/>	

.....

4 *Questionário Unidade Residencial*

O objetivo deste formulário é definir o perfil dos moradores do sítio urbano tombado – quem são, o que pensam desse espaço urbano e como dele se apropriam no exercício de suas atividades, no modo de morar, nas horas de lazer, como se locomovem e assim por diante. Procura ainda analisar a ocupação do solo, o regime de posse das edificações e os seus usos. O questionário é aplicado em cada unidade residencial ou domicílio⁷⁸. **Para uma única edificação serão preenchidos tantos questionários quantos forem os domicílios nela instalados.** Caso o morador ou ocupante não seja encontrado na primeira visita, o entrevistador deverá retornar outras vezes, marcando hora, se preciso, ou, ainda, tentando localizar alguém que cuide do imóvel.

ATENÇÃO: Nos casos em que não for possível realizar o Levantamento Físico-Arquitetônico e/ou o Questionário, não deixar de preencher os CAMPOS 02 a 05.

O roteiro procura esclarecer todas as alternativas de preenchimento dos campos que, no decorrer da experiência de aplicação desse método, trouxeram dúvida quanto ao seu conceito, deixando de se preocupar com aquelas mais evidentes.

O pesquisador deve evitar deixar qualquer campo em branco, utilizando as alternativas NÃO TEM, NÃO SOUBE INFORMAR, NÃO QUIS DECLARAR e NENHUM, ou quando o campo for descritivo, justificar a falta de informação naquele item.

O revisor do levantamento de campo deve procurar tornar os textos dos campos descritivos precisos e claros, sem deixar de aproveitar todas as informações.

A alternativa OUTROS é destinada a novas formas de preenchimento dos campos que venham a ocorrer no decorrer do Inventário (regionalismos, casos raros, dados complementares, etc.). Na revisão e atualização periódica do trabalho essas novas alternativas poderão ser ou não incluídas, em forma definitiva, na relação dos campos. O pesquisador assinala a alternativa OUTROS e anota ao lado o dado levantado.

78 Entende-se por domicílio ou unidade residencial, o uso independente de um fogão por parte de uma família ou indivíduo. Se em um cômodo (no caso de cor-tiços, por exemplo) moram duas famílias e cada uma delas usa um fogão, ainda que o cômodo não possua divisórias e não haja entradas independentes para os “espaços” de cada família, são considerados dois domicílios e serão aplicados dois questionários. Esse procedimento visa abranger o maior número de situações possíveis em que vivem os moradores do sítio urbano tombado.

1 – IDENTIFICAÇÃO

LOGRADOURO/Nº – Registro do endereço principal contendo o nome da rua, avenida, praça, largo, etc. e numeração existente no local.

EDIFICAÇÃO – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação. Elas serão identificadas por letras (A, B, C, etc.) de acordo com que tiver sido estabelecido na planta de situação.

UNIDADE – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de imóveis que abrigam mais de um domicílio, em que serão aplicados mais de um Formulário 4. A unidade será identificada por numeração existente ou indicação equivalente.

Ex.: Rua Direita 31/33. O número 31 refere-se à residência do Sr. João no térreo, o número 33 refere-se à residência da D. Maria, localizada no 2º pavimento. No primeiro caso, o campo LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL será preenchido com: Rua Direita 31; e no campo UNIDADE será repetido o mesmo número 31, porque o endereço principal coincide com a unidade. No segundo caso, onde será aplicado outro Formulário 4, o campo LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL será novamente preenchido com: Rua Direita, 31 e o campo UNIDADE será preenchido com: 33, identificando um domicílio diferente do primeiro.

- se não houver uma referência clara para distinguir uma unidade da outra, o pesquisador deverá adotar forma própria de denominar a unidade que possa identificá-las (ex.: residência no térreo/residência no 2º pavimento).

CONDIÇÕES DE ACESSO

2 – JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

Registro das razões que impossibilitaram o trabalho de campo. A avaliação dessas razões é de grande importância para estudos mais aprofundados sobre a atuação do IPHAN e seu relacionamento com moradores e/ou usuários do sítio urbano tombado.

3 – JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Este campo e o anterior estão assim separados porque são muito frequentes os casos em que o morador ou ocupante da unidade permite o levantamento arquitetônico e não permite a realização da entrevista ou vice-versa. É fundamental para a rea-

lização do questionário que o entrevistado não seja empregado e tenha mais que 16 anos.

4 – QUAL A FORMA DE OCUPAÇÃO DESTE DOMICÍLIO?

Registro da forma de ocupação das edificações segundo o período de permanência de seus moradores. O objetivo deste campo é servir à análise dos usos do sítio urbano tombado.

ALUGUEL POR TEMPORADA – domicílio alugado por temporada a diversos moradores diferentes, isto é, que não retornam periodicamente ao imóvel.

FÉRIAS DA FAMÍLIA – moradores que fazem uso regular do domicílio durante as férias.

FINS DE SEMANA DA FAMÍLIA – moradores que fazem uso regular do domicílio nos fins de semana.

RESIDÊNCIA PERMANENTE – moradores permanentes.

REPÚBLICA – grupo de estudantes que residem na mesma casa.

OUTROS – descrever a situação encontrada.

5 – CASO NÃO SEJA OCUPADO O ANO TODO, QUEM CUIDA?

Informação complementar ao campo anterior na análise dos usos, para avaliar as condições das edificações que não possuem uso permanente. Essa informação também serve às Superintendências Regionais do IPHAN no contato direto com os moradores.

6 – DADOS DO ENTREVISTADO

O objetivo das alternativas deste campo é identificar o entrevistado para controle das entrevistas.

ATENÇÃO: Somente poderão ser entrevistados aqueles que se encaixarem em uma das quatro categorias:

RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO – não é necessariamente o proprietário, mas será sempre aquele que ocupa e responde pelo domicílio, no sentido de “chefe de família”.

CÔNJUGE

PARENTE RESIDENTE MAIOR DE 16 ANOS

MORADOR EVENTUAL – esta categoria de morador corresponde aos tipos de ocupação do domicílio: ALUGUEL POR TEMPORADA, FÉRIAS DA FAMÍLIA E FINS DE SEMANA DA FAMÍLIA.

São tratados com outro nível de informação por caracterizarem uma ocupação diferente. Não compõem o perfil do morador do sítio urbano e só devem responder às perguntas a partir do campo De onde vem? (bloco de perguntas sobre o morador eventual).

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

7 – HÁ QUANTO TEMPO A FAMÍLIA NUCLEAR⁷⁹ MORA NO DOMICÍLIO?

O objetivo deste campo é verificar se a população do sítio urbano tombado é composta por uma maioria de moradores antigos ou recentes, servindo à análise do perfil do morador.

8 – POR QUE MORA AQUI?

Registro das motivações para a fixação dos moradores no sítio urbano tombado, complementando o campo anterior na análise do perfil do morador em sua relação com a cidade.

- o entrevistador incentiva o entrevistado a falar livremente sobre as suas motivações para fixação naquele imóvel e depois assinala a alternativa adequada.

9 – A FAMÍLIA⁸⁰ RESIDIU EM OUTRO DOMICÍLIO NESTA CIDADE?

10 – PRETENDE MUDAR-SE DA ÁREA HISTÓRICA?

11 – O RESPONSÁVEL E/OU CÔNJUGE POSSUEM FAMILIARES QUE MORAM NA ÁREA HISTÓRICA?

12 – POSSUEM FAMILIARES QUE PRETENDEM MORAR NA ÁREA HISTÓRICA?

O objetivo destes quatro campos é verificar as tendências do uso residencial nos sítios urbanos tombados, em que medida se dá a mudança de moradia para dentro ou para fora da área histórica e quais são as suas motivações, o que irá contribuir na análise e avaliação dos fatores de atração da área histórica.

79 O entrevistador deve entender como família nuclear: pai, mãe e filhos.

80 O entrevistador deve entender como família, a família extensa que abrange primos, tios, avós, além do pai, mãe e filhos.

- a terminologia de área histórica é utilizada nas entrevistas para facilitar o entendimento dos entrevistados, mas entende-se por **área histórica** todo o sítio urbano tombado (geralmente inserido em contextos urbanos mais amplos), isto é, a área de interesse para a preservação e não apenas o núcleo central.

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

13 – GOSTARIA DE FAZER ALGUMA OBRA NESTE DOMICÍLIO?

O objetivo deste campo é verificar a demanda de obras existente, mesmo nos casos em que os moradores não tenham condições de realizá-las no momento, registrando no conjunto do Inventário o número de habitantes com essa expectativa.

- se afirmativo, o entrevistador incentiva o entrevistado a falar livremente e anota de modo sucinto as suas opiniões sobre o que gostaria de realizar na edificação, possibilitando a verificação das suas insatisfações, desejos e necessidades.

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLAS-SIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

CONSERVAÇÃO – trabalhos de manutenção: pinturas; consertos em esquadrias; trocas de telha; consertos de pisos e forros; revisão ou renovação das instalações prediais; consertos no telhado, etc.

RESTAURAÇÃO – intervenções de grande ou pequeno porte que visam a reconstituição de parte ou do todo de uma edificação: reconstituição de elementos arquitetônicos destruídos ou danificados; reconstituição de espaços muito adulterados; restauração de forros, pinturas, etc.

REFORMA GERAL – nova subdivisão interna da edificação; troca de forros, pisos e revestimentos por materiais novos; alterações significativas da fachada; abertura de novos vãos; rebaixamento de tetos, etc.

REFORMA PARCIAL – o mesmo tipo de reforma da alternativa anterior, mas que abrange apenas parte do imóvel.

AMPLIAÇÃO – construção de acréscimos no corpo da edificação (horizontal).

AMPLIAÇÃO VERTICAL

GARAGEM – esta alternativa foi criada por se tratar de um problema específico para as edificações de Centros Históricos.

SUBSTITUIR ESQUADRIAS – por ser muito frequente, destacou-se dos demais trabalhos de conservação/ restauração/reformas.

DEMOLIÇÃO TOTAL – casos em que a insatisfação do usuário é de tal ordem que o seu desejo seria pôr abaixo a edificação e ter outra inteiramente diferente no lugar.

DEMOLIÇÃO PARCIAL – casos em que se deseja demolir um acréscimo, um pavimento ou qualquer trecho da edificação.

RECONSTRUIR – casos em que se deseja demolir o imóvel para reconstruir outro com as mesmas características formais, em vez de conservar ou restaurar.

OUTROS

14 – POR QUE NÃO FAZ?

Registro dos motivos que impossibilitam o morador de realizar as obras que deseja. Este campo, associado ao campo anterior, contribui para a análise da relação que o morador mantém com o imóvel e com as instituições que influem na questão de moradia no sítio urbano tombado.

15 – QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

Registro dos aspectos negativos do meio ambiente urbano.

- o entrevistador deve ler as alternativas para o entrevistado e assinalar os problemas apontados, especificando-os melhor no campo descritivo.

POLUIÇÃO (água, ar, solo)

BARULHO

VIBRAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES – pode ser causada pelo trânsito pesado de caminhões/ônibus, por obras vizinhas etc.

DESMATAMENTO

ESTACIONAMENTO

TRÂNSITO

INTERFERÊNCIA VISUAL NA PAISAGEM – pode ser causada pela colocação inadequada de cartazes, anúncios, equipamentos urbanos variados (coberturas de ponto de ônibus mal projetadas, depósitos para lixo, etc.), fiação aérea, edificações que não se integram ao conjunto (na opinião do morador), e assim por diante.

OUTROS – descrever

NENHUM

16 – QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

Registro das deficiências dos serviços urbanos.

- o entrevistador deve ler as alternativas para o entrevistado e assinalar os problemas apontados em relação a esses serviços, especificando-os melhor no campo descritivo.

REFERÊNCIAS CULTURAIS SOBRE O SÍTIO

17 – DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA?

Registro dos elementos mais significativos da cidade, na opinião dos moradores. O objetivo deste campo é fornecer dados para a avaliação das referências culturais mais significativas da população em relação à sua cidade.

- a terminologia de área histórica é utilizada nas entrevistas para facilitar o entendimento dos entrevistados, mas entende-se por área histórica todo o sítio urbano tombado (geralmente inserido em contextos urbanos mais amplos), isto é, a área de interesse para a preservação e não apenas o núcleo central.

18 – DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL?

Registro da relação dos moradores com o meio ambiente através do seu sentimento a respeito dos elementos da paisagem local como lagos, rios, praias, montanhas, vales, etc., se eles têm sofrido alterações e assim por diante. A relação com esses elementos também define o perfil do morador, sua sensibilidade para esses aspectos, seu grau de apego aos bens naturais da cidade e do seu entorno.

19 – O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE?

O objetivo deste e dos três campos a seguir é registrar a opinião do entrevistado a respeito do significado da preservação

das edificações e logradouros e do que pensa sobre a atuação dos órgãos competentes.

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – incentiva o turismo

- viabiliza a vida econômica local
- propicia boa qualidade de vida
- é importante para a memória e identidade locais
- contribui para o desenvolvimento cultural
- é motivo de orgulho para o cidadão
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA – gera transtornos com o incentivo ao turismo

- impede o progresso/conforto
- atrapalha o desenvolvimento econômico local
- desrespeita os direitos do cidadão
- gera abandono
- outros

20 – ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – as edificações estão bem preservadas

- as edificações mantêm suas características
- as ruas e praças estão bem cuidadas
- a paisagem natural permanece com suas características
- o tráfego de carros é compatível com a área histórica
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA– as edificações estão mal conservadas

- as edificações estão descaracterizadas
- as ruas e praças estão mal cuidadas
- a paisagem natural foi descaracterizada
- o tráfego de carros não é compatível com a área histórica
- outros

21 – A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – a instituição é acessível

- tem critérios e normas definidos e claros
- presta assessoria à população
- sua presença na cidade é importante/atuante
- contribui com a vida cultural da cidade
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA – a instituição não é acessível

- não tem critérios e normas definidos e claros
- não presta assessoria à população
- sua presença na cidade é prejudicial/inoperante
- não contribui com a vida cultural da cidade
- outros

22 – E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO A PRESERVAÇÃO, É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AValiação POSITIVA – é uma instituição acessível
 – a preservação é uma de suas preocupações/atuante
 – contribui para a promoção da vida econômica da cidade
 – outros

AValiação NEGATIVA – não é uma instituição acessível
 – não se interessa pela preservação/inoperante
 – não contribui para a vida econômica da cidade
 – outros

23 – POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (fotos, livros, etc.)

O objetivo deste campo é identificar moradores que possuem coleções de fotos antigas ou recentes, de livros ou outra documentação significativa sobre a cidade.

24 – CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis)

Registro da memória popular sobre a história, costumes, folclore da cidade. O objetivo deste campo é fornecer dados para a avaliação das referências culturais mais significativas da população em relação à sua cidade.

25 – O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA?

O objetivo deste campo é identificar moradores que possam fornecer depoimentos mais ricos, para aprofundar os levantamentos e dar prosseguimento a outro tipo de pesquisa mais detalhada na área de referência cultural (a unidade do IPHAN responsável pela cidade poderá auxiliar nesse campo, identificando alguns moradores e famílias tradicionais).

DADOS DO MORADOR

26 – DADOS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

O objetivo deste campo é compor uma breve estatística sobre as características dos moradores, coletando dados daqueles que respondem pelos domicílios. se coincidir do entrevistado ser o próprio responsável pelo domicílio, o pesquisador já terá anotado

nome/sexo/idade e deverá começar a preencher este quadro a partir do campo **INSTRUÇÃO**. O pesquisador responde à direita de cada campo, de acordo com a orientação abaixo:

INSTRUÇÃO sem instrução

primário incompleto

primário completo

secundário incompleto

secundário completo

superior incompleto

superior completo

pós-graduação

ATIVIDADE aposentado

estudante

do lar

indivíduo que vive de renda

profissões – descrever

EMPREGADOR – o objetivo deste campo é registrar como a mão-de-obra é absorvida no mercado de trabalho. Anotar por extenso:

– Nome da Firma/Órgão/Estabelecimento – que emprega o entrevistado;

– O Próprio – quando o entrevistado for empregador;

– Autônomo – quando o entrevistado trabalhar por conta própria, pagando ISS (Imposto Sobre Serviço);

– Trabalho eventual – quando o entrevistado trabalhar por conta própria sem pagar imposto (ex.: biscateiro).

LOCAL DA ATIVIDADE

MEIO DE LOCOMOÇÃO – de casa para o trabalho

e vice-versa:

automóvel

motocicleta

bicicleta

ônibus

trem

tração animal

a pé

outros – descrever

TEMPO DE LOCOMOÇÃO – o pesquisador deve preencher sempre em minutos. Este dado é subjetivo e informa como o entrevistado percebe as distâncias que percorre; associado ao meio de locomoção, fornece a distância objetiva percorrida pelo morador.

ACHA LOCAL DA ATIVIDADE

27 – LOCAL DE NASCIMENTO DO RESPONSÁVEL

28 – LOCAL DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE

O objetivo destes dois campos é contribuir para a compreensão da origem dessa população moradora e usuária do sítio urbano tombado, que poderá ou não estar relacionada a movimentos de migração.

29 – O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO:

O objetivo deste campo é verificar o regime de posse das edificações.

TIPO DE OCUPAÇÃO

30 – CASO O RESPONSÁVEL NÃO SEJA O PROPRIETÁRIO

O objetivo deste campo é organizar uma relação dos proprietários no sítio urbano tombado para facilitar o contato do IPHAN com os mesmos.

31 – SE É INQUILINO, QUAL O VALOR DO ALUGUEL?

O objetivo deste campo é ajudar na análise socio-econômica, assim como da situação imobiliária do sítio urbano, levando-se em consideração as restrições impostas às áreas tombadas.

ATENÇÃO: o entrevistador deve deixar o entrevistado à vontade para responder, garantindo-lhe que esta é uma informação sigilosa e que será tratada de forma genérica no conjunto das outras entrevistas, com a finalidade de fornecer um quadro geral sobre a situação imobiliária no sítio urbano tombado.

32 – COMO É TRATADO O ALUGUEL?

Registro da questão dos intermediários no contrato de aluguel e da forma como é tratada legalmente essa situação.

33 – ALUGA ALGUM CÔMODO?

O objetivo deste campo é detectar os casos de sublocação para avaliação das condições de moradia (não confundir com os casos em que o proprietário do prédio mora, por exem-

plo, na residência de cima e aluga a residência de baixo, ou um anexo independente para um comércio. O importante é detectar INQUILINOS que alugam, por sua vez, um cômodo ou parte do domicílio).

34 – QUANTAS PESSOAS MORAM NESTE DOMICÍLIO? (incluir empregados residentes)

Registro de número de habitantes por domicílio para se obter o número de habitantes por edificações. No conjunto do Inventário este campo irá fornecer o número de moradores do sítio urbano tombado, e sua densidade demográfica.

- só entrarão nesse somatório os empregados residentes⁸¹ no domicílio em questão (num cômodo do domicílio), pois se estes residirem em uma unidade à parte (casa de caseiro), será aplicado aí outro Formulário 4.

NÍVEL DE RENDA

35 – ALGUM MORADOR POSSUI AUTOMÓVEL?

O objetivo deste campo é mapear cronologicamente o uso do automóvel no sítio urbano tombado e avaliar a sua proporção em relação ao número de habitantes, e também registrar o problema de garagem no sítio urbano tombado: as transformações ocorridas nas edificações, as áreas transformadas em estacionamento, etc.

36 – A FAMÍLIA NUCLEAR TEM IMÓVEIS NESTE MUNICÍPIO? (quantificar)

37 – E EM OUTRO MUNICÍPIO? (quantificar)

Estes dois campos objetivam registrar os bens imóveis que a família nuclear possui no mesmo município ou em outros, para complementar as informações sobre o padrão econômico dos moradores.

TERRENO

CASA

APARTAMENTO

LOJA/SALA – casos em que o morador é proprietário da loja ou sala (imóvel); não confundir com aqueles que possuem um “negócio” instalado num imóvel alugado.

⁸¹ Empregado residente é o empregado que mora no imóvel e não possui outra residência.

PRÉDIO – pode ser um prédio de apartamentos, comercial, industrial, etc.

SÍTIO/FAZENDA

OUTROS – descrever

ATENÇÃO: ao quantificar o campo 36, o entrevistador não deve incluir na soma de bens imóveis, a edificação em questão. O entrevistador deve deixar o entrevistado à vontade para responder a esse campo, garantindo-lhe que esta é uma informação sigilosa e que será tratada de forma genérica no conjunto das outras entrevistas, com a finalidade de fornecer um quadro geral sobre a situação imobiliária no sítio urbano tombado.

38 – QUAL A RENDA FAMILIAR?

O objetivo deste campo, associado aos anteriores, é verificar o padrão socioeconômico dos moradores do sítio urbano tombado.

- o entrevistador assinala a faixa de renda correspondente à soma de toda e qualquer renda individual dos membros da FAMÍLIA NUCLEAR (salários, pensões, aluguéis).

ATENÇÃO: o entrevistador deve deixar o entrevistado à vontade para responder, garantindo-lhe que esta é uma informação sigilosa e que será tratada de forma genérica, em termos estatísticos.

MORADOR EVENTUAL

39 – DE ONDE VEM?

O objetivo deste campo é verificar a origem das pessoas que freqüentam regularmente a cidade mas não são moradores

permanentes, determinando de que pontos do país ou do exterior elas são.

40 – HÁ QUANTO TEMPO VEM?

O objetivo deste campo é contribuir na análise dos usos do sítio urbano tombado, verificando desde quando outras populações o freqüentam regularmente. O cruzamento com outros dados informará sobre a introdução de novos hábitos, usos e alterações na vida da cidade.

41 – POR QUE VEM?

Registro das motivações que levam as pessoas a freqüentarem regularmente a cidade.

- o entrevistador incentiva o entrevistado a falar livremente sobre as suas motivações para fixação naquele imóvel e depois assinala a alternativa adequada.

42 – O IMÓVEL É:

O objetivo deste campo é contribuir na análise do regime de posse das edificações.

43 – VEM DE AUTOMÓVEL?

O objetivo deste campo é verificar até que ponto esta população que freqüenta regularmente a cidade influi nas condições do trânsito e estacionamento, e na demanda de garagens nas edificações.

FORMULÁRIO 5
E ROTEIRO

5 QUESTIONÁRIO

Unidade não Residencial

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ Nº.: _____ Edificação: _____
Unidade: _____

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

02. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANT. ARQUITETÔNICO	03. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO
<input type="radio"/> ocupante não autorizou	<input type="radio"/> ocupante não autorizou
<input type="radio"/> ocupante menor de 16 anos	<input type="radio"/> ocupante menor de 16 anos
<input type="radio"/> em obras	<input type="radio"/> em obras
<input type="radio"/> vago	<input type="radio"/> vago
<input type="radio"/> outros _____	<input type="radio"/> outros _____
<input type="radio"/> ocupante não encontrado	<input type="radio"/> ocupante não encontrado
<input type="radio"/> empregado	<input type="radio"/> empregado
<input type="radio"/> ruínas	<input type="radio"/> ruínas

04. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: masc. fem. Idade: _____
Função no estabelecimento: _____

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO

05. QUAL O TIPO DE COMÉRCIO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTABELECIMENTO? _____	06. QUAIS OS DIAS DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO? <input type="checkbox"/> 2ª feira <input type="checkbox"/> 3ª feira <input type="checkbox"/> 4ª feira <input type="checkbox"/> 5ª feira <input type="checkbox"/> 6ª feira <input type="checkbox"/> sábado <input type="checkbox"/> domingo
07. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO? _____	Quantos turnos? <input type="radio"/> 1 <input type="radio"/> 2 <input type="radio"/> 3 Horários: _____ às _____ _____ às _____
08. O ESTABELECIMENTO TEM AUTOMÓVEL? <input type="radio"/> sim. Quantos? _____ <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não soube informar	10. DE ONDE VÊM OS USUÁRIOS E/OU CLIENTES? <input type="checkbox"/> da área histórica <input type="checkbox"/> de fora da área histórica <input type="checkbox"/> de outros municípios <input type="checkbox"/> de outros estados <input type="checkbox"/> de outros países
09. QUANTOS AUTOMÓVEIS DE FUNCIONÁRIOS FICAM ESTACIONADOS NA ÁREA HISTÓRICA? <input type="checkbox"/> nenhum número de automóveis: _____ Onde estacionam? <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> logradouro afastado <input type="checkbox"/> logradouro próximo <input type="checkbox"/> logradouro em frente <input type="checkbox"/> outros _____	11. HÁ LOCAL ESPECÍFICO PARA ESTACIONAMENTO DE USUÁRIOS? <input type="radio"/> sim. Onde? <input type="radio"/> não <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> outros _____

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

12. O ESTABELECIMENTO JÁ ESTEVE INSTALADO EM OUTRO LOCAL NESTA CIDADE? <input type="checkbox"/> sim, na área histórica <input type="checkbox"/> sim, fora da área histórica <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> não soube informar	13. E EM OUTRO MUNICÍPIO? <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não soube informar <input type="radio"/> sim. Município: _____ UF: _____
15. POR QUE ESTÁ INSTALADO AQUI? <input type="checkbox"/> aluguel barato <input type="checkbox"/> área de turismo <input type="checkbox"/> área central / de comércio <input type="checkbox"/> concentração de instituições <input type="checkbox"/> carência local deste serviço <input type="checkbox"/> adquirido por herança <input type="checkbox"/> proximidade da residência <input type="checkbox"/> outros _____	14. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ INSTALADO NESTE IMÓVEL? _____ anos e _____ meses

TIPO DE OCUPAÇÃO

16. O IMÓVEL DO ESTABELECIMENTO É: <input type="radio"/> próprio <input type="radio"/> alugado <input type="radio"/> emprestado <input type="radio"/> outros _____	17. DADOS DO PROPRIETÁRIO nome: _____ endereço: _____ Município/UF/País: _____
18. SE O IMÓVEL É ALUGADO, COMO É TRATADO O ALUGUEL? <input type="radio"/> com o proprietário <input type="radio"/> com imobiliária <input type="radio"/> com procurador <input type="radio"/> outros _____	19. QUAL O VALOR DO ALUGUEL? <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar R\$ _____
20. O DONO DO ESTABELECIMENTO ALUGA ALGUM CÔMODO? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não soube informar	

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

21. ESTÁ INFORMADO SOBRE A NECESSIDADE DE ALGUMA OBRA NESTE ESTABELECIMENTO?

não sim / especifique:

22. POR QUE NÃO É FEITA?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> não soube informar | <input type="checkbox"/> imóvel alugado |
| <input type="checkbox"/> falta de recursos | <input type="checkbox"/> IPHAN não autorizou |
| <input type="checkbox"/> acha que o IPHAN negaria | <input type="checkbox"/> Prefeitura não autorizou |
| <input type="checkbox"/> acha que a Prefeitura negaria | |
| <input type="checkbox"/> outros | <input type="text"/> |

23. QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

- | | |
|---|----------------------|
| <input type="checkbox"/> poluição (água, ar, solo) | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> barulho | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> vibração nas edificações | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> desmatamento | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> estacionamento | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> trânsito | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> interferência visual na paisagem | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> outros | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> nenhum | |

24. QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

- | | |
|---|----------------------|
| <input type="checkbox"/> luz | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> abastecimento d'água | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> esgoto | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> limpeza pública | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> escoamento de águas pluviais | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> calçamento | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> iluminação pública | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> transporte | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> segurança | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> lazer | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> assistência médica | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> assistência escolar | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> outros | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> nenhum | |

REFERÊNCIAS CULTURAIS SOBRE O SÍTIO

25. DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA?

26. DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL?

27. O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE?

28. ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ?

29. A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

30. E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

31. POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (FOTOS, LIVROS ETC)

não soube informar

32. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (REFERÊNCIA A LENDAS, FOLCLORE, FATOS MEMORÁVEIS)

não soube informar

33. O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA?

sim não

.....

5 *Questionário Unidade Não Residencial*

O objetivo deste formulário é definir o perfil do segmento da população que ocupa o sítio urbano tombado enquanto local de trabalho (comércio ou outros usos não residenciais). O usuário que pertencer a esta categoria será denominado OCUPANTE. O Formulário 5, como o Formulário 4, avalia também a ocupação do solo, o regime de posse das edificações e seus usos. **Para uma única edificação serão preenchidos tantos questionários quantas forem as unidades não residenciais nela instaladas (unidades comerciais, que prestam serviços, que abrigam instituições ou cultos religiosos e assim por diante).** Caso o ocupante não seja encontrado na primeira visita, o entrevistador deverá retornar outras vezes, marcando hora, se preciso, ou, ainda, tentando localizar alguém que cuide do imóvel.

ATENÇÃO: nos casos em que não for possível realizar o Levantamento Físico-Arquitetônico e/ou o Questionário, não deixar de preencher os CAMPOS 02 e 03.

O roteiro procura esclarecer todas as alternativas de preenchimento dos campos que, no decorrer da experiência de aplicação desse método, trouxeram dúvida quanto ao seu conceito, deixando de se preocupar com aquelas mais evidentes.

O pesquisador deve evitar deixar qualquer campo em branco, utilizando as alternativas NÃO SOUBE INFORMAR, NÃO QUIS DECLARAR e NENHUM, ou quando o campo for descritivo, justificar a falta de informação naquele item.

O revisor do levantamento de campo deve procurar tornar os textos dos campos descritivos precisos e claros, sem deixar de aproveitar todas as informações.

A alternativa **OUTROS** é destinada a novas formas de preenchimento dos campos que venham a ocorrer no decorrer do Inventário (regionalismos, casos raros, dados complementares etc.). Na revisão e atualização periódica do trabalho essas novas alternativas poderão ser ou não incluídas, em forma definitiva, na relação dos campos. O pesquisador assinala a alternativa OUTROS e anota ao lado o dado levantado.

1 – IDENTIFICAÇÃO

LOGRADOURO/Nº – Registro do endereço principal contendo o nome da rua, avenida, praça, largo etc. e numeração existente no local.

EDIFICAÇÃO – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de lotes que possuam mais de uma edificação. Elas serão identificadas por letras (A, B, C, etc.) de acordo com que tiver sido estabelecido na planta de situação.

UNIDADE – Deve-se preencher este campo apenas nos casos de imóveis que abrigam mais de um uso, em que serão aplicados mais de um Formulário 4 ou 5. A unidade será identificada por numeração existente ou indicação equivalente.

Ex.: Rua Direita 31/33. O número 31 refere-se à residência do Sr. João no térreo, o número 33 refere-se ao atelier da D. Maria, localizado no 2º pavimento. No primeiro caso, o campo LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL será preenchido com: Rua Direita 31; e no campo UNIDADE será repetido o mesmo número 31, porque o endereço principal coincide com a unidade, e será aplicado o Formulário 4. No segundo caso, o campo LOCALIZAÇÃO PRINCIPAL será novamente preenchido com: Rua Direita, 31 e o campo UNIDADE será preenchido com: 33, identificando o ateliê, e será aplicado o Formulário 5 (unidade não residencial).

- se não houver uma referência clara para distinguir uma unidade da outra, o pesquisador deverá adotar forma própria de denominar a unidade que possa identificá-las (ex.: residência no térreo/residência no 2º pavimento).

CONDIÇÕES DE ACESSO**2 – JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO**

Registro das razões que impossibilitaram o trabalho de campo. A avaliação dessas razões é de grande importância para estudos mais aprofundados sobre a atuação do IPHAN e seu relacionamento com moradores e/ou usuários do sítio urbano tombado.

3 – JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Este campo e o anterior estão assim separados porque são muito frequentes os casos em que o morador ou ocupante da unidade permite o levantamento arquitetônico e não permite a

realização da entrevista ou vice-versa. É fundamental para a realização do questionário que o ocupante seja maior de 16 anos.

4 – DADOS DO ENTREVISTADO

O objetivo das alternativas deste campo é identificar o entrevistado, registrando a sua relação com o imóvel.

ATENÇÃO: O entrevistado deve ser maior de 16 anos.

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO**5 – QUAL O TIPO DE COMÉRCIO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTABELECIMENTO?**

Os usos da edificação como um todo são computados no Formulário 2. Neste campo fica registrado o uso específico de cada unidade não residencial porque é fundamental o cruzamento desse dado com outros, tais como o levantamento arquitetônico, estado de conservação, uso do solo, etc.

6 – QUAIS OS DIAS DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO?

O objetivo deste campo é completar a análise dos usos do sítio urbano tombado, fornecendo dados que possibilitem a avaliação do movimento de pessoas nas ruas durante o funcionamento dos estabelecimentos, nos horários de chegada e saída dos funcionários.

7 – QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO?

Registro do número de pessoas por unidade não residencial, para se obter o número de pessoas que têm permanência na edificação. No conjunto do Inventário este campo informa sobre o contingente de pessoas que freqüenta, trabalha e ocupa o sítio urbano tombado.

8 – O ESTABELECIMENTO TEM AUTOMÓVEL?**9 – QUANTOS AUTOMÓVEIS DE FUNCIONÁRIOS FICAM ESTACIONADOS NA ÁREA HISTÓRICA?**

O objetivo destes dois campos é verificar a incidência do uso de automóveis relacionada aos tipos de estabelecimento encontrados e os problemas decorrentes de garagem e estaciona-

mento, para permitir a avaliação das transformações ocorridas nas edificações, das áreas transformadas em estacionamento e das demais demandas existentes para o equacionamento do uso de automóveis.

10 – DE ONDE VÊM OS USUÁRIOS E/OU CLIENTES?

O objetivo deste campo é detectar a origem das pessoas que freqüentam o sítio urbano tombado em função de seus serviços, estabelecimentos comerciais, instituições, etc.

11 – HÁ LOCAL ESPECÍFICO PARA ESTACIONAMENTO DE USUÁRIOS?

Este campo complementa as informações sobre o uso do automóvel relacionado às necessidades ou hábitos da clientela que faz uso dos estabelecimentos existentes.

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

12 – O ESTABELECIMENTO JÁ ESTEVE INSTALADO EM OUTRO LOCAL NESTA CIDADE?

13 – E EM OUTRO MUNICÍPIO?

O objetivo destes dois campos é verificar se existe (ou existiu) algum movimento de concentração de serviços, de estabelecimentos comerciais, de instituições e outros, caracterizando as diversas vocações do sítio urbano tombado.

14 – HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ INSTALADO NESTE IMÓVEL?

Complementando o campo anterior, este verifica se os tipos de comércio, serviços, negócios, etc. são os mesmos há muito tempo ou se há uma reciclagem significativa desses usos.

15 – POR QUE ESTÁ INSTALADO AQUI?

Registro das motivações para a fixação dos estabelecimentos, negócios, serviços, instituições, etc. existentes no sítio urbano tombado.

- o entrevistador incentiva o entrevistado a falar livremente sobre as motivações para fixação naquele imóvel e depois assinala a alternativa adequada.

TIPO DE OCUPAÇÃO

16 – O IMÓVEL DO ESTABELECIMENTO É:

Registro do regime de posse dos imóveis (edificações ou parte delas). Neste campo interessa saber se o dono do estabelecimento/negócio é também proprietário do imóvel (sala, loja, prédio) que abriga esse seu estabelecimento, se é locatário, se tomou emprestado, ou se a situação é outra a ser descrita pelo entrevistador.

17 – DADOS DO PROPRIETÁRIO

Registro do nome e endereço do proprietário. Visa organizar uma relação dos proprietários no sítio urbano tombado para facilitar o contato do IPHAN com os mesmos.

- o entrevistador deve listar apenas um nome e endereço, caso haja vários proprietários de um mesmo imóvel.

18 – SE O IMÓVEL É ALUGADO, COMO É TRATADO O ALUGUEL?

Registro da questão dos intermediários no contrato de aluguel e da forma como é tratada legalmente essa situação.

19 – QUAL O VALOR DO ALUGUEL?

O objetivo deste campo é ajudar na análise socioeconômica, assim como da situação imobiliária do sítio urbano tombado, levando-se em consideração as restrições impostas às áreas tombadas.

ATENÇÃO: o entrevistador deve deixar o entrevistado à vontade para responder, garantindo-lhe que esta é uma informação sigilosa e que será tratada de forma genérica no conjunto das outras entrevistas, com a finalidade de fornecer um quadro geral sobre a situação imobiliária no sítio urbano tombado.

20 – O DONO DO ESTABELECIMENTO ALUGA ALGUM CÔMODO?

O objetivo deste campo é detectar os casos de sublocação, complementando as informações dos campos anteriores.

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

21 – ESTÁ INFORMADO SOBRE A NECESSIDADE DE ALGUMA OBRA NESTE ESTABELECIMENTO?

O objetivo deste campo é verificar a demanda de obras existente, mesmo nos casos em que os moradores não tenham condições de realizá-las no momento, registrando no conjunto do Inventário o número de habitantes com essa expectativa.

– se afirmativo, o entrevistador incentiva o entrevistado a falar livremente e anota de modo sucinto as suas opiniões sobre o que gostaria de realizar na edificação, possibilitando a verificação das suas insatisfações, desejos e necessidades.

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

CONSERVAÇÃO – trabalhos de manutenção: pinturas; consertos em esquadrias; trocas de telha; consertos de pisos e forros; revisão ou renovação das instalações prediais; consertos no telhado, etc.

RESTAURAÇÃO – intervenções de grande ou pequeno porte que visam a reconstituição de parte ou do todo de uma edificação: reconstituição de elementos arquitetônicos destruídos ou danificados; reconstituição de espaços muito adulterados; restauração de forros, pinturas, etc.

REFORMA GERAL – nova subdivisão interna da edificação; troca de forros, pisos e revestimentos por materiais novos; alterações significativas da fachada; abertura de novos vãos; rebaixamento de tetos, etc.

REFORMA PARCIAL – o mesmo tipo de reforma da alternativa anterior, mas que abrange apenas parte do imóvel.

AMPLIAÇÃO – construção de acréscimos no corpo da edificação (horizontal).

AMPLIAÇÃO VERTICAL

GARAGEM – esta alternativa foi criada por se tratar de um problema específico para as edificações de Centros Históricos.

SUBSTITUIR ESQUADRIAS – por ser muito frequente, destacou-se dos demais trabalhos de conservação/restauração/reformas.

DEMOLIÇÃO TOTAL – casos em que a insatisfação do usuário é de tal ordem que o seu desejo seria pôr abaixo a edificação e ter outra inteiramente diferente no lugar.

DEMOLIÇÃO PARCIAL – casos em que se deseja demolir um acréscimo, um pavimento ou qualquer trecho da edificação.

RECONSTRUIR – casos em que se deseja demolir o imóvel para reconstruir outro com as mesmas características formais, em vez de conservar ou restaurar.

OUTROS

22 – POR QUE NÃO É FEITA?

Registro dos motivos que impossibilitam a realização das obras sugeridas. Este campo, associado ao campo anterior, contribui para a análise da relação que o ocupante mantém com o imóvel e com as instituições que influem na regulamentação das edificações do sítio urbano tombado.

23 – QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

Registro dos aspectos negativos do meio ambiente urbano.

- o entrevistador deve ler as alternativas para o entrevistado e assinalar os problemas apontados, especificando-os melhor no campo descritivo.

POLUIÇÃO (ÁGUA, AR, SOLO)

BARULHO

VIBRAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES – pode ser causada pelo trânsito pesado de caminhões/ônibus, por obras vizinhas, etc.

DESMATAMENTO

ESTACIONAMENTO

TRÂNSITO

INTERFERÊNCIA VISUAL NA PAISAGEM – pode ser causada pela colocação inadequada de cartazes, anúncios, equipamentos urbanos variados (coberturas de ponto de ônibus mal projetadas, depósitos para lixo, etc.), fiação aérea, edificações que não se integram ao conjunto (na opinião do ocupante), e assim por diante.

OUTROS – descrever

NENHUM

24 – QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

Registro das deficiências dos serviços urbanos.

- o entrevistador deve ler as alternativas para o entrevistado e assinalar os problemas apontados em relação a esses serviços, especificando-os melhor no campo descritivo.

REFERÊNCIAS CULTURAIS DO SÍTIO

25 – DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA?

Registro dos elementos mais significativos da cidade, na opinião dos ocupantes/usuários da área histórica. O objetivo deste

campo é fornecer dados para a avaliação das referências culturais mais significativas da população em relação à sua cidade.

26 – DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL?

Registro da relação dos ocupantes/usuários com o meio ambiente através do seu sentimento a respeito dos elementos da paisagem local como lagos, rios, praias, montanhas, vales, etc., se eles têm sofrido alterações e assim por diante. A relação com esses elementos também define o perfil do ocupante/usuário, sua sensibilidade para esses aspectos, seu grau de apego aos bens naturais da cidade e do seu entorno.

27 – O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE?

O objetivo deste e dos três campos a seguir é registrar a opinião do entrevistado a respeito do significado da preservação das edificações e logradouros e do que pensa sobre a atuação dos órgãos competentes.

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – incentiva o turismo

- viabiliza a vida econômica local
- propicia boa qualidade de vida
- é importante para a memória e identidade locais
- contribui para o desenvolvimento cultural
- é motivo de orgulho para o cidadão
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA – gera transtornos com o incentivo ao turismo

- impede o progresso/conforto
- atrapalha o desenvolvimento econômico local
- desrespeita os direitos do cidadão
- gera abandono
- outros

28 – ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa

de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – as edificações estão bem preservadas

- as edificações mantêm suas características
- as ruas e praças estão bem cuidadas
- a paisagem natural permanece com suas características
- o tráfego de carros é compatível com a área histórica
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA – as edificações estão mal conservadas

- as edificações estão descaracterizadas
- as ruas e praças estão mal cuidadas
- a paisagem natural foi descaracterizada
- o tráfego de carros não é compatível com a área histórica
- outros

29 – A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AVALIAÇÃO POSITIVA – a instituição é acessível

- tem critérios e normas definidos e claros
- presta assessoria à população
- sua presença na cidade é importante/atuante
- contribui com a vida cultural da cidade
- outros

AVALIAÇÃO NEGATIVA – a instituição não é acessível

- não tem critérios e normas definidos e claros
- não presta assessoria à população
- sua presença na cidade é prejudicial/inoperante
- não contribui com a vida cultural da cidade
- outros

30 – E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO, É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

OBS: as informações coletadas em campo serão posteriormente classificadas, pelo coordenador do inventário, na etapa de gabinete. Farão parte do grupo de dados denominados CLASSIFICAÇÕES/COORDENAÇÃO. Apenas para orientação dos pesquisadores de campo estão reproduzidas abaixo as categorias que nortearão a classificação das informações fornecidas pelos moradores/usuários.

AValiação POSITIVA – é uma instituição acessível
– a preservação é uma de suas preocupações/atuante
– contribui para a promoção da vida econômica da cidade
– outros

AValiação NEGATIVA – não é uma instituição acessível
– não se interessa pela preservação/inoperante
– não contribui para a vida econômica da cidade
– outros

31 – POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (fotos, livros, etc.)

O objetivo deste campo é identificar ocupantes que possuem coleções de fotos antigas ou recentes, de livros ou outra documentação significativa sobre a cidade.

32 – CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis)

Registro da memória popular sobre a história, costumes, folclore da cidade. O objetivo deste campo é fornecer dados para a avaliação das referências culturais mais significativas da população em relação à sua cidade.

- a terminologia de área histórica é utilizada nas entrevistas para facilitar o entendimento dos entrevistados, mas entende-se por área histórica todo o sítio urbano tombado (geralmente inserido em contextos urbanos mais amplos), isto é, a área de interesse para a preservação e não apenas o núcleo central.

33 – O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA?

O objetivo deste campo é identificar ocupantes/usuários que possam fornecer depoimentos mais ricos, para aprofundar os levantamentos e dar prosseguimento a outro tipo de pesquisa mais detalhada na área de referência cultural (a unidade do IPHAN responsável pela cidade poderá auxiliar nesse campo, identificando alguns moradores e famílias tradicionais).

Levantamento de campo para a confecção de maquete eletrônica

Considerando que os monumentos tombados individualmente ou edificações de tipologia excepcional (igrejas, conventos, fortalezas, chafarizes etc.) são levantados pelo Inventário de Bens Arquitetônicos – IBA, que nem sempre ocorre simultaneamente à execução do INBI-SU, torna-se necessário o levantamento volumétrico desses bens para a confecção da maquete eletrônica, incluindo as seguintes tarefas:

1. Levantamento fotográfico das fachadas dos imóveis.
2. Levantamento fotográfico da vegetação de grande porte, nas vias públicas e quintais, com presença significativa quando vista do logradouro.
3. Levantamento volumétrico sumário – alturas, forma da cobertura e situação no terreno, mediante a aplicação do Formulário 1 do INBI-SU, sempre que essas informações não estiverem disponíveis no IBA⁸².

Essas informações associadas à topografia e à localização das árvores de grande porte representadas na planta cadastral, junto com os demais levantamentos do INBI-SU, serão suficientes para a produção de maquete eletrônica em formato DWG (modelo 3D).

A experiência nesse tipo de levantamento feita em Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália não contou com equipe específica para essa tarefa, ou seja, os dados foram levantados com o deslocamento de membros das equipes do INBI-SU. Mas, dependendo do sítio urbano e da quantidade de imóveis tombados ou excepcionais a serem levantados, pode ser necessária a organização de uma equipe específica para o trabalho. Nesse caso um estagiário de arquitetura e um auxiliar seriam suficientes.

Para a confecção de percursos animados em formato AVI, deverão ser realizadas mais algumas tarefas de campo, tais como:

1. O levantamento dos demais equipamentos urbanos como coretos, quiosques, esculturas ou grupos escultóricos, mobiliário, etc., que sejam significativos para a ambiência do lugar, devendo também serem fotografados, localizados na planta cadastral e levantados volumetricamente, mediante a aplicação da Formulário 1 do INBI-SU.
2. O registro fotográfico de elementos do sítio físico como águas de superfície (lagos, lagoas, rios, mar, etc) e sua localização na planta cadastral (se esta não oferecer esse detalhamento).
3. Deverão ser produzidas seqüências fotográficas dos percursos mais significativos do sítio, selecionados para a confecção das animações, registrando-se texturas do piso, luminosidade e outros elementos que caracterizem a ambiência do lugar.

82 Observa-se que os dados registrados no Formulário 1, contudo, não deverão ser digitados no banco de dados INBI-SU, devido à excepcionalidade desses imóveis diante da abordagem do INBI-SU que considera a tipologia das edificações comuns que compõem o conjunto.

.....

Consolidação dos Dados do Sítio Urbano

As conclusões sobre o processo de formação e desenvolvimento dos sítios, descrevendo a sua lógica de ocupação e a articulação dos elementos que o configuram constitui a última etapa do INBI-SU. Através do Formulário Geral do Sítio Urbano são reunidos os dados e análises do sítio urbano, articulando as informações recolhidas pela Pesquisa Histórica e pelos Levantamentos de Campo.

As possibilidades de mapeamento e cruzamento dos dados produzidos a partir do inventário são inúmeras e estão disponíveis para os estudiosos e técnicos do IPHAN fazerem os mais variados usos. O elenco de informações definido no Formulário Geral do Sítio Urbano não tem a intenção, portanto, de esgotar essas possibilidades, mas pretende atender aos objetivos fundamentais do INBI-SU, de produzir conhecimento acerca dos sítios tombados, capaz de subsidiar a gestão e as ações de acautelamento desse patrimônio.

Desse modo, o Formulário Geral do Sítio Urbano foi estruturado como um roteiro para a síntese da pesquisa histórica quanto ao processo de ocupação do território e de formação do sítio urbano e para a síntese dos levantamentos de campo quanto aos principais atributos formais que caracterizam o sítio urbano e que lhe conferem valor de patrimônio. Este roteiro visa compor uma espécie de dossiê sobre o sítio, pois além de campos objetivos, ele reúne na forma de anexos textos, documentação iconográfica, mapeamentos das informações históricas e de análise dos elementos formais que configuram o sítio.

Seu produto final é a constituição de um banco com os dados de caráter geral do sítio que estará integrado ao banco de dados INBI-SU, referente a cada imóvel, formulários 1 a 5 preenchidos em campo, e aos Guias de Fontes, formulários I, A e B, preenchidos na Pesquisa Histórica.

O preenchimento do Formulário Geral do Sítio Urbano está associado ao desenvolvimento das 3 etapas da pesquisa histórica, em que os pesquisadores, ao selecionarem fontes cartográficas e iconográficas e produzirem, além da cronologia, os textos analíticos que encerram a pesquisa, geram informações fundamentais para a síntese dos levantamentos de campo. Esta síntese, etapa conclusiva do INBI-SU, se concretiza a partir do cruzamento dos dados de campo e da sua análise associada aos indicativos da pesquisa histórica, visando elencar as características formais dos elementos constitutivos do sítio.

FORMULÁRIO GERAL DO SÍTIO URBANO
E ROTEIRO

DADOS SOBRE INSTITUIÇÕES ATUANTES NA CIDADE

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

Nome: _____

Endereço / telefone: _____

Responsável: _____

Atividade que executa: _____

PREENCHIDO POR: _____

mês / ano: ____ / ____

Formulário Geral do Sítio Urbano

DADOS PRODUZIDOS A PARTIR DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO	data dos levantamentos de campo:
23 – Nº DE HABITANTES NA ÁREA TOMBADA <small>(estimativa – item 15 / form. 4)</small>	
<input type="text"/>	
24- PRINCIPAIS ELEMENTOS DO SÍTIO URBANO DESTACADOS PELOS MORADORES E USUÁRIOS <small>(itens 34 e 35 / form. 4; itens 30 e 31 / form.5)</small>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
25 – SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS MORADORES E USUÁRIOS ACERCA DA PRESERVAÇÃO <small>(item 36 / form. 4; item 32 / form. 5)</small>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
26 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS MORADORES DA ÁREA INVENTARIADA <small>(item 7 / form.4)</small>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
27 – PRINCIPAIS TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DA ÁREA INVENTARIADA <small>(item 10 / form. 5)</small>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
28 – DEMANDA DE OBRAS – PERCENTUAL DOS TIPOS DE OBRAS SOLICITADAS <small>(itens 27 e 28 / form. 4 ; itens 23 e 24 / form. 5)</small>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	
<input type="text"/>	

Formulário Geral do Sítio Urbano

33 – ESPAÇOS PÚBLICOS DOMINANTES (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

34- QUARTEIRÕES – forma / dimensão / densidade (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

35 – LOTES - forma / dimensão / densidade (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

36- MONUMENTOS – presença na paisagem (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

37- EDIFICAÇÕES – TIPOLOGIAS DE IMPLANTAÇÃO (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

38 - EDIFICAÇÕES – CARACTERÍSTICAS DA FACHADA (anexar mapeamentos)

Descrever:

Justificar a atribuição de valor:

39- EDIFICAÇÕES – VOLUMETRIA - alturas de fachada e cumeeira / gabaritos / formas de telhado (anexar mapeamentos)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

Formulário Geral do Sítio Urbano

40- EDIFICAÇÕES – TIPOLOGIAS DE PLANTAS (anexar mapeamentos)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

41- EDIFICAÇÕES – PROCESSOS CONSTRUTIVOS (anexar mapeamento)

Descrever

Justificar a atribuição de valor:

42- OUTROS ELEMENTOS DE CONFIGURAÇÃO DO SÍTIO URBANO

PREENCHIDO POR:

mês / ano: ____ / ____

.....

*Dados Produzidos pela
Pesquisa Histórica*

1 – NOME

2 – MUNICÍPIO / UF / REGIÃO

3 – DISTRITO – no caso do sítio urbano tombado encontrar-se na sede municipal escrever Distrito-sede.

4 – ANTIGAS DENOMINAÇÕES / ÉPOCA – informar as antigas denominações dadas ao sítio urbano, desde o início da constituição da área, lugarejo, arraial, vila ou cidade, com as épocas respectivas em que foram adotadas.

5 – CRONOLOGIA DO SÍTIO URBANO – o pesquisador deve elaborar uma cronologia, enumerando os fatos significativos que determinaram a forma urbana, ou seja, destacar os fatos que de alguma forma contribuíram para as transformações do espaço no processo de ocupação do território.

6 – REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO – deverá ser produzido e anexado ao formulário um texto abordando os motivos para a escolha do sítio e que originaram uma primeira aglomeração humana no local, os caminhos de acesso (entrada e saída), estradas e novos caminhos, e as ligações regionais criadas ao longo do tempo (*ver pressupostos teóricos no capítulo da Pesquisa Histórica*).

Fatores de ocupação do território (fator/época) – destacar termos ou expressões identificadores dos fatores que determinaram a ocupação do território, relacionando-os à época em que ocorreram. Este subitem visa criar uma indexação por assunto sobre o texto produzido.

Legendas das imagens associadas ao texto – elaborar legendas para as imagens (cartográficas, iconográficas ou fotográficas) selecionadas pelo pesquisador, explicitando o seu uso como apoio para a argumentação desenvolvida no texto. A colu-

na ao lado **form. A e B** destina-se a identificar os formulários A ou B das fontes que contêm essas imagens e suas referências.

Cartografia básica: mapa padrão em escala territorial existente para a maioria dos municípios brasileiros, cujo levantamento e edição foi realizado conjuntamente por diferentes órgãos federais, cada um responsabilizado por uma dada região brasileira, encontrada em uma das seguintes escalas: 1:25.000; 1:50.000; 1:100.000. Este mapa deverá constar, obrigatoriamente, da seleção de imagens.

7 – *HISTÓRIA DA FORMA URBANA* – deverá ser produzido um texto acerca da história de formação e evolução da cidade, considerando:

- a construção de equipamentos urbanos, a abertura de ruas, construção de casas e prédios públicos e religiosos, as motivações para suas localizações e o que cada um desses elementos urbanos significativos gerou no processo de ocupação do conjunto, valorizando áreas e especializando funções;
- aspectos socioeconômicos e políticos que geraram relações específicas naquele espaço e constituíram uma forma urbana própria, historicamente determinada.
- a proposição de uma **periodização** acerca da história de formação e evolução da cidade, identificando as principais fases desse processo. (*ver pressupostos teóricos no capítulo da Pesquisa Histórica*)

Além desse texto que será anexado ao formulário, também deverá ser feita e anexada uma síntese com as informações básicas dos itens 6 e 7, em no máximo 1 lauda.

Destaque para os aspectos geográficos determinantes da forma urbana

Destaque para os aspectos culturais determinantes da forma urbana

- elaborar, nos 2 casos, pequenos textos/*chamadas* que deverão funcionar como *caixas* que destacam esses aspectos, necessariamente tratados no texto produzido.

Indexação – destina-se à seleção de termos identificadores do conteúdo do texto elaborado no item 7. Deve ser preenchido pelo pesquisador buscando utilizar-se da Lista Básica de Descritores da Pesquisa Histórica, que consta desse Manual, e/ou de palavras-chave selecionadas do texto.

Legendas das imagens associadas ao texto – elaborar legendas para as imagens (cartográficas, iconográficas ou fotográficas) selecionadas pelo pesquisador, explicitando o seu uso como apoio para a argumentação desenvolvida no texto. A coluna ao lado **form. A e B** destina-se a identificar os formulários A ou B das fontes que contêm essas imagens e suas referências.

Cartografia básica: além das fontes selecionadas pelo pesquisador, a planta cadastral atualizada deverá ser fornecida pelo IPHAN para que o pesquisador elabore, sempre que possível, o mapeamento dos dados históricos (datas de construção dos principais edifícios públicos e religiosos; eixos de consolidação do núcleo que expressem a relação entre as diversas áreas de poder, de produção, de serviço; eixos de expansão e assim por diante).

8 – *ESTIMATIVAS POPULACIONAIS ANTERIORES AO 1º CENSO (1872)* – Reunir os dados de estimativas populacionais do município, cidade e/ou vila, anteriores ao censo de 1872, recolhidos pelo levantamento de fontes bibliográficas (formulários B).

DADOS COLETADOS NO IBGE

Os itens desse campo devem ser preenchidos conforme dados fornecidos pelo IBGE, no decorrer da 1ª etapa da pesquisa histórica realizada nas instituições de âmbito nacional, existentes no Rio de Janeiro.

9 – *ÁREA DO MUNICÍPIO* – informar a área do município, na data do levantamento.

10 – *ALTITUDE*

11 – *OUTROS DISTRITOS QUE COMPÕEM O MUNICÍPIO* – informar os nomes de todos os distritos que compõem o município, na data do levantamento.

12 – *DEFINIÇÃO DA MESORREGIÃO* – informar a mesorregião em que se encontra o município, conforme definição do IBGE mais atualizada.

13 – *DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO* – informar a microrregião em que se encontra o município, conforme definição do IBGE mais atualizada e descrever suas características, de acordo com o IBGE.

14 – *COMENTÁRIO ACERCA DA HISTÓRIA DA SUBDIVISÃO ADMINISTRATIVA* – historiar a subdivisão administrativa do município, considerando a inclusão ou exclusão de áreas e/ou distritos, e as datas dessas ocorrências.

15 – *HABITANTES DO MUNICÍPIO* (de acordo com o último censo) – informar o total de habitantes do município conforme o último censo na data do levantamento, e os subtotais de população urbana e rural.

16 – *EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO* – informar o total de habitantes do município, de acordo com os censos realizados pelo IBGE ou pelos órgãos públicos nacionais ou de âmbito estadual ou municipal responsáveis pela coleta de dados, desde o primeiro recenseamento realizado em 1872, até o penúltimo censo na data do levantamento.

17 – *EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO DISTRITO* – informar o total de habitantes e população urbana e rural do distrito em que se situa o sítio urbano tombado, de acordo com os censos realizados pelo IBGE.

18 – *PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS* – informar as atividades econômicas que ocorrem no município em termos percentuais, na época do levantamento, segundo fontes disponíveis no IBGE.

DADOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES ATUANTES NA CIDADE

Apresentação de uma lista atualizada das instituições civis ou públicas, inclusive órgãos ou setores da administração municipal, existentes na cidade com atuação na preservação cultural, ambiental e áreas afins, informando nome, telefone, o responsável ou a principal pessoa de contato e a atividade de interesse que a instituição executa.

DADOS COLETADOS NO IPHAN

Esses dados devem ser disponibilizados pela Coordenação do Inventário no IPHAN (nas suas Subregionais, nas Superintendências ou nos Departamentos), mediante consulta no Arquivo Noronha Santos e arquivos das Subregionais.

DADOS PRODUZIDOS A PARTIR DOS LEVANTAMENTOS DE CAMPO

O preenchimento desses campos é realizado pelo(s) responsável(eis) pela execução do inventário em determinado sítio. Está relacionado à coordenação de todas as atividades de campo e de gabinete e é feito a partir da associação dos dados de história, das entrevistas e dos levantamentos arquitetônicos para a compreensão do sítio urbano e do seu valor de patrimônio. Sua finalização e consolidação no banco de dados depende, necessariamente, da avaliação técnica do IPHAN.

Os itens 23 a 28 são preenchidos a partir dos formulários de entrevista 4 e 5. São parâmetros mínimos para orientar o trabalho do IPHAN junto às comunidades usuárias do sítio tombado, conhecendo o ponto de vista da população sobre a preservação e sobre o patrimônio, ou seja, considerando suas referências culturais. Sempre que possível, outros dados das entrevistas podem ser analisados e anexados ao Formulário Geral do Sítio Urbano.

Os itens 29 a 42 são preenchidos a partir das análises feitas sobre os dados dos formulários 1, 2 e 3. Será necessário descrever esses elementos morfológicos, explicitando suas características formais e em seguida justificar o seu valor para a preservação, seja do ponto de vista histórico, afetivo, simbólico ou cultural.

- para o mapeamento das informações será utilizada a planta cadastral digital atualizada, fornecida pelo IPHAN.

O objetivo desses campos é elencar os principais atributos, ou elementos constitutivos da forma urbana, que conferem ao sítio sua peculiaridade como bem cultural. Esses atributos são passíveis de descrição, pois são elementos morfológicos, mas a sua descrição formal deve estar associada ao significado que cada um tem para a atribuição de valor do conjunto.

Todos os dados reunidos no Formulário Geral do Sítio Urbano visam nortear a elaboração de critérios e normas de intervenção no sentido de preservar os elementos de configuração urbana que foram descritos a partir do valor que lhes foi atribuído e segundo a sua compreensão como documento de história urbana

*Mapeamentos, tabulações
e análises*

Os mapeamentos, tabulações dos dados e análises que se seguem são resultado de experiências de aplicação do INBI-SU. Esses exemplos procuram demonstrar diferentes usos dos dados do inventário na interpretação das características formais do sítio, visando a construção de hipóteses sobre a história de sua ocupação, com a identificação dos vestígios da malha antiga, e a distinção das áreas segundo aspectos históricos, formais, de uso e assim por diante. São análises que constam de campos do Formulário Geral do Sítio Urbano, produzidas den-

tro da sistemática do INBI-SU e que pretendem a compreensão do sítio urbano, a partir do seu valor de patrimônio.

O USO DAS FONTES ICONOGRÁFICAS

O tratamento da iconografia como documento histórico e não somente como material ilustrativo viabiliza a identificação e a datação de vestígios do processo de ocupação do sítio, contribuindo para a leitura da forma urbana, sem deixar de levar em conta que, como qualquer fonte, expressa as representações do autor sobre a realidade que pretendeu apreender.

A gravura de Tiradentes, documento de fontes documentais realizado sobre a cidade. Até os anos 90, quando foi realizado o inventário, poder-se-ia dizer que poucas foram as mudanças com relação ao aspecto geral do sítio, registrado nesta gravura.

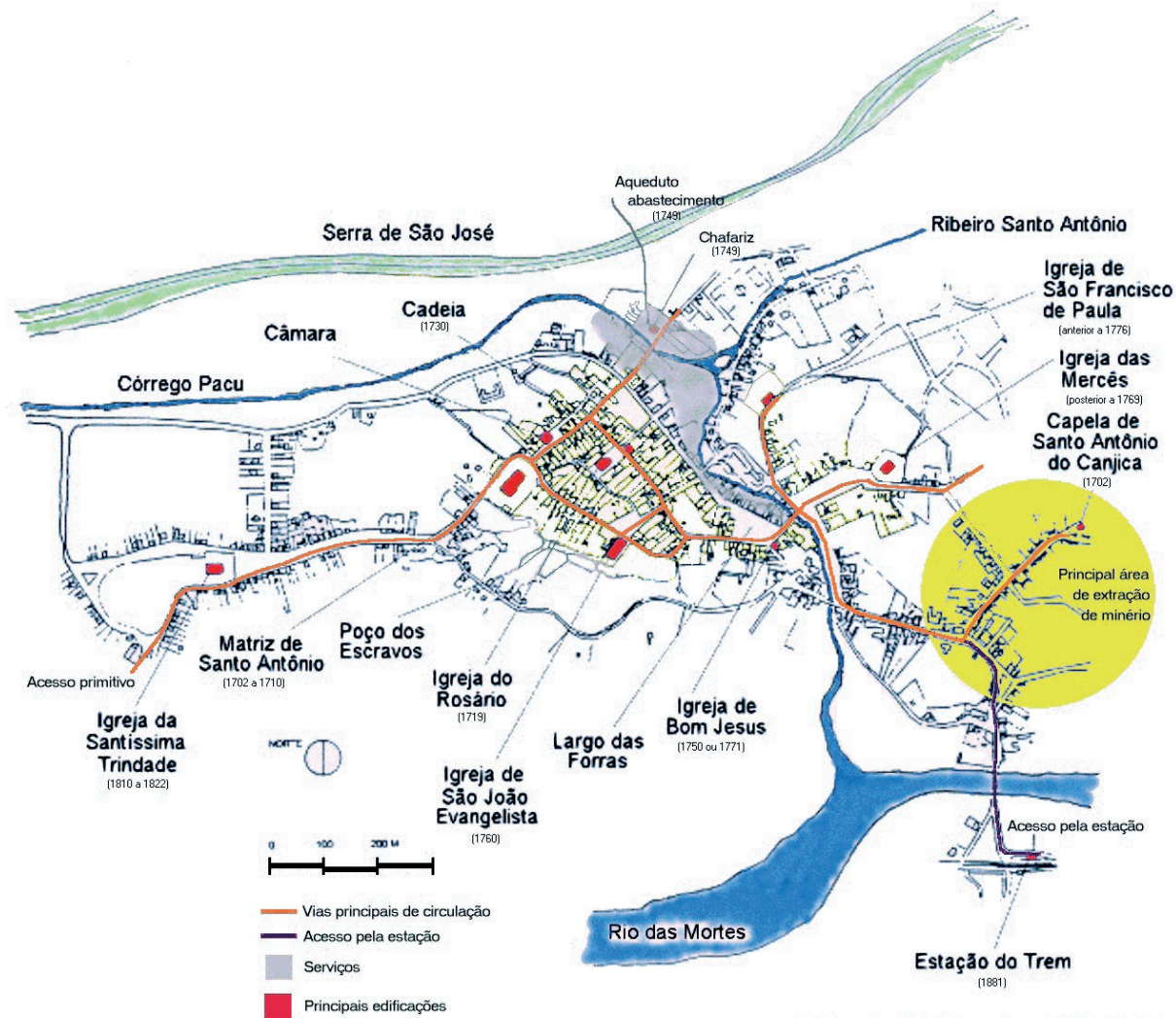


Tiradentes – Gravura do viajante Robert Walsh, Notícias do Brasil (1828-1829)

*O uso das informações históricas na
Leitura da planta cadastral*

etc., orienta a delimitação da área de interesse para a preservação, ao identificar os elementos urbanos, cujas características conferem ao sítio valor de patrimônio.

O mapeamento de elementos balizadores da ocupação do território ao longo do tempo, tais como: primeiros acessos, áreas de serviços, de produção, de moradia, edifícios de importância religiosa ou civil, eixos de expansão,

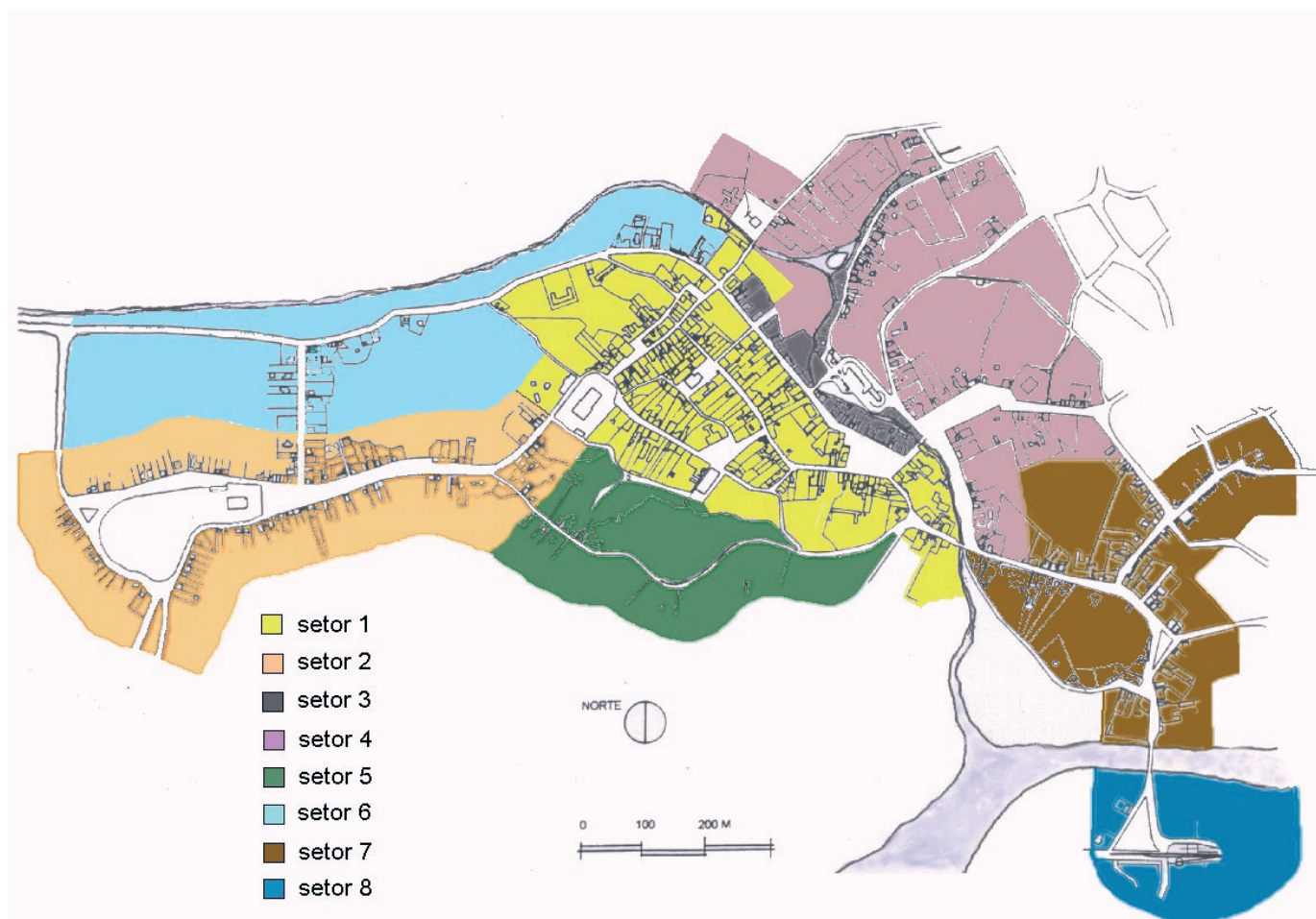


Tiradentes - Mapeamento produzido pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes, 1994

O uso dos dados na delimitação das áreas de interesse para preservação

A atribuição de valor às características diversificadas do sítio urbano possibilita a *identificação de setores diferenciados* aos quais as ações de preservação deverão se adequar.

A definição dos setores em Tiradentes resultou dos trabalhos de levantamento, investigação e análise realizados pelo INBI-SU, a partir dos quais valorizou-se, além da área consolidada no século XVIII (Setor 1), setores que se caracterizam por terem sido eixos de consolidação do núcleo primitivo, que até hoje informam sobre os caminhos antigos de entrada e saída da cidade (Setores 2 e 6), eixos de expansão, incentivando uma ocupação posterior (Setores 7 e 8), áreas de ocupação da beira-rio (setor 3) e, ainda, áreas de importância paisagística, que são uma referência permanente do espaço urbano, como pano de fundo da cidade (Setor 5), ou áreas, cujas características naturais e de ocupação estabelecem a transição entre o núcleo urbano e a paisagem natural (Setor 4).



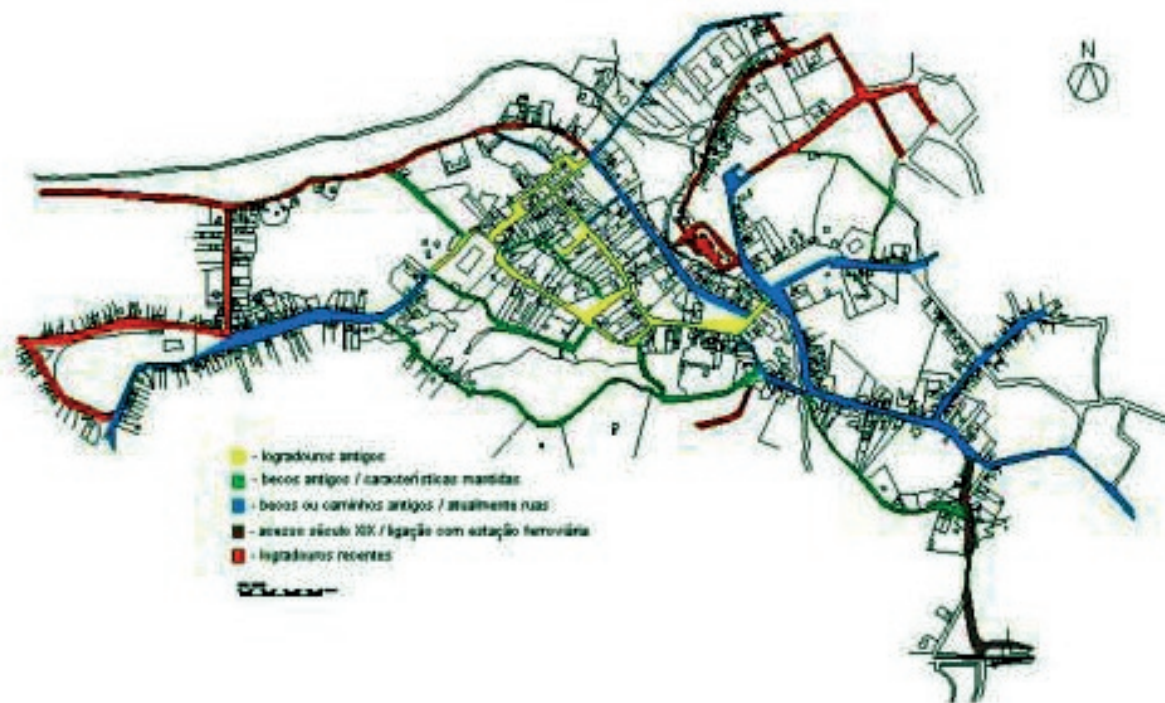
Tiradentes - Setorização proposta pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes, 1994

Mapeamento de dados para a análise do traçado urbano

objeto de preservação na definição das normas de intervenção na área tombada, para que suas características formais e de uso não se perdessem diante do processo de ocupação que vinham sofrendo.

A análise tipológica dos logradouros relacionada ao processo de ocupação do sítio fornece parâmetros para o planejamento de futuros parcelamentos e novas construções.

Em Tiradentes, dentre as várias características identificadas, destacam-se os becos que mantêm as características antigas e testemunham a lógica de ocupação da cidade. Eles foram



Tiradentes - Classificação do traçado produzido pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes, 1994

O uso da cartografia histórica

A cartografia histórica é peça-chave para leitura dos vestígios da forma urbana. A partir da planta de Diamantina foi possível mapear os lotes no cadastro da década de 80, identificando diferentes tipologias que mantinham características formais historicamente definidas.



Diamantina – Planta do Arraial do Tijuco, 1784. (Arquivo Histórico do Exército – RJ).

Dois tipos de lote urbano evidenciam-se nessa primeira análise de Diamantina: os que circunscrevem a área mais adensada, cujos fundos não fazem divisa com outros lotes e não chegam a definir a quadra, correspondendo a uma ocupação ao longo de caminhos, e os que definem as quadras propriamente ditas da área central mais densamente ocupada e que se voltam para as quatro faces da quadra, possuindo divisas laterais e de fundos, com pouca área livre.

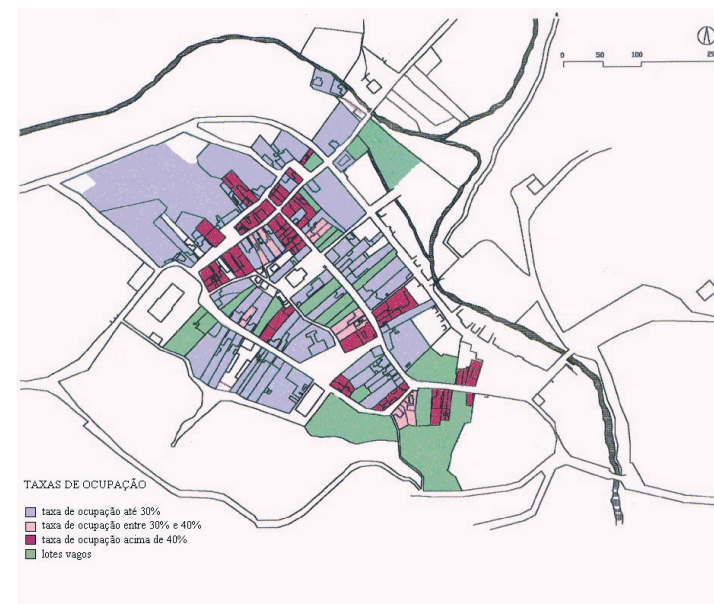


Diamantina – Transposição de informações da Planta do Arraial do Tijuco, 1784, para o cadastro de 1977.

Mapeamento dos dados sobre os lotes

O mapeamento dos dados referentes aos lotes, proporcionando sua visualização espacial, apóia a análise do sítio urbano, mostrando a concentração dos diferentes índices de ocupação, tipologias, etc.

Conforme foi possível verificar em Tiradentes, o mapeamento das *áreas dos lotes e taxas de ocupação dos lotes* possibilita um tratamento qualitativo no momento da normatização, se associado ao conhecimento da história da estrutura fundiária da cidade.



*Tiradentes – Mapeamento de áreas dos lotes e taxas de ocupação
produzido pelo INBI-SU,
Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes, 1994*

Mapeamento das plantas internas

O estudo do casario permite a identificação de tipos arquitetônicos da cidade, como por exemplo a repetição de modelos de organização espacial dos interiores.

A planta típica que se repete em Tiradentes é *quadrangular*, tirando partido da largura dos lotes, com duas salas

frontais, corredor central, dois cômodos intermediários e sala nos fundos. Alguns exemplares apresentam um cômodo complementar abrindo para a rua. Supõe-se, em função da cidade ser predominantemente térrea, que esse cômodo teria sido usado para comércio.



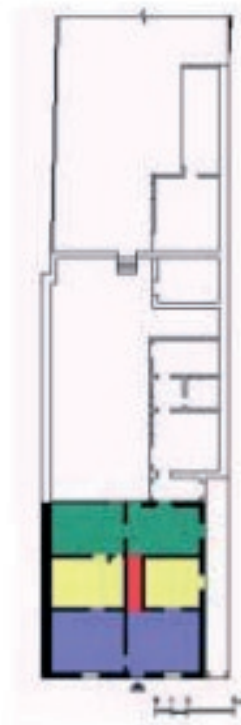
- salas frontais
- corredor central
- cômodos intermediários
- sala nos fundos
- comércio (hipótese)

Tiradentes – Mapeamento da planta típica, produzida pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes, 1994

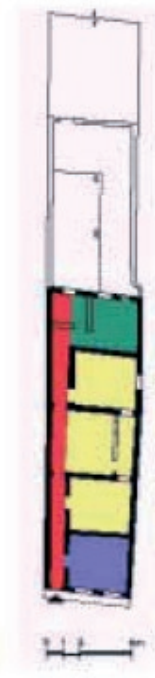
*Estudo comparativo das plantas típicas
identificadas nos diferentes sítios urbanos*

Esses estudos possibilitam também a comparação das tipologias de diferentes locais. Nas cidades coloniais mineiras, cujo acervo arquitetônico remete a um mesmo período histórico, observam-se, numa primeira análise, algumas

distinções significativas: ao contrário de Tiradentes, em Ouro Preto predominam os lotes estreitos, onde o partido em planta identificado por Silvio de Vasconcellos (descrito em *Vila Rica, Formação e Desenvolvimento – Residências*) caracteriza-se pela presença de corredor lateral de ligação entre a rua e os quintais, ao longo do qual distribuem-se os cômodos, conforme exemplo abaixo. Embora o imóvel tenha sofrido descaracterizações, ainda é possível observar o corredor lateral que liga a rua ao quintal, a sala frontal, as antigas alcovas e área íntima nos fundos.

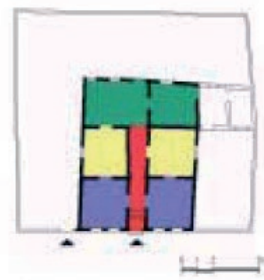


*Tiradentes – Rua Padre Toledo 106.
Levantamento INBI-SU 1988.*



Ouro Preto – Rua do Pilar 39.
Levantamento do INBI-SU, 1989.

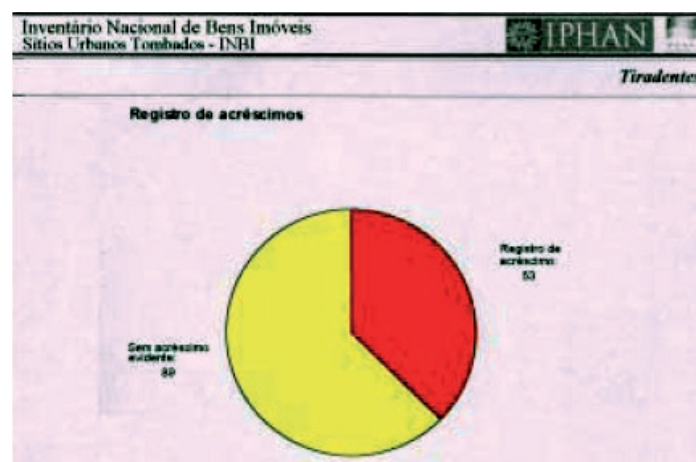
Em Diamantina, onde as tipologias são mais variadas, a análise dos dados levantados na primeira fase do INBI-SU (150 imóveis) identificou uma maior quantidade de casas térreas que repetem o partido *quadrangular* de Tiradentes. Observa-se, no entanto, nesses casos, a presença de corredor central que se inicia na porta da rua, dando privacidade aos dois cômodos frontais, conforme exemplo abaixo.



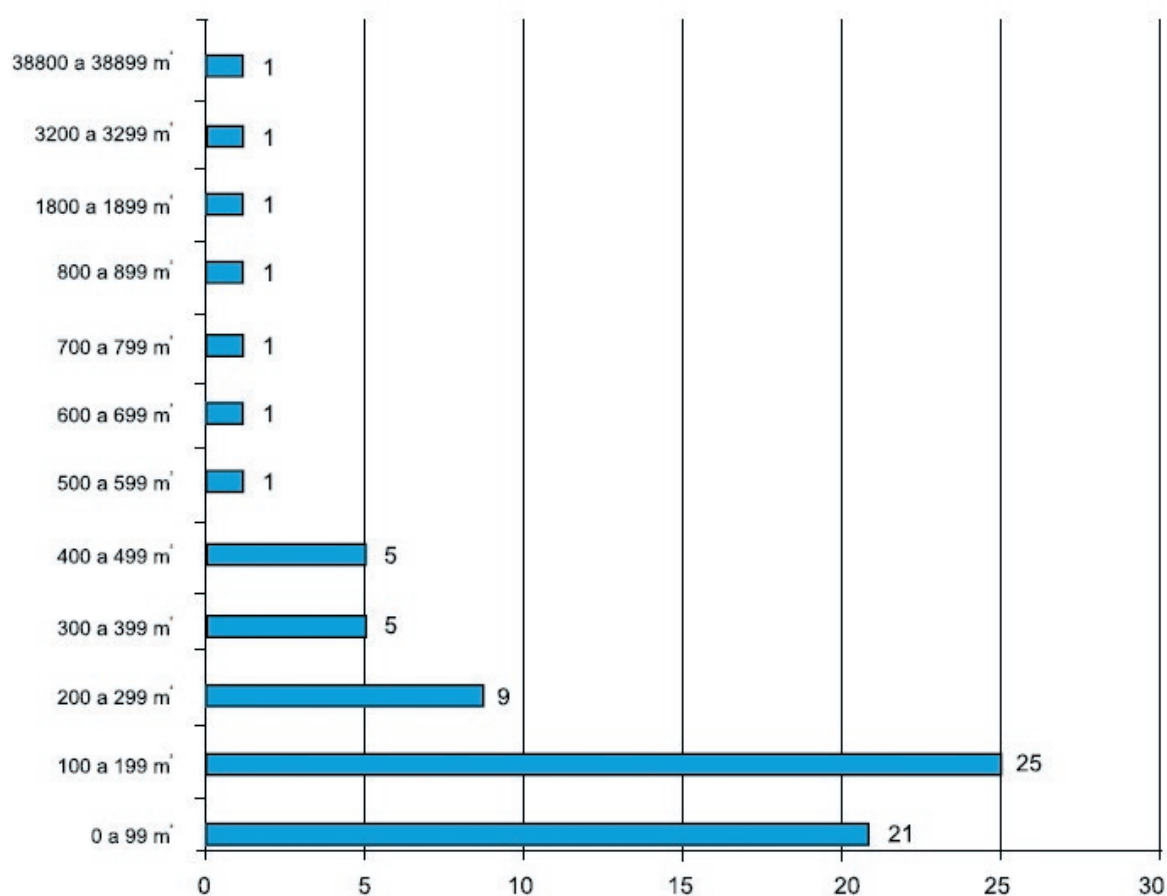
Diamantina – Rua Gutemberg 304.
Levantamento do INBI-SU, 1998.

Gráficos e a tabulação das informações produzidas a partir do banco de dados

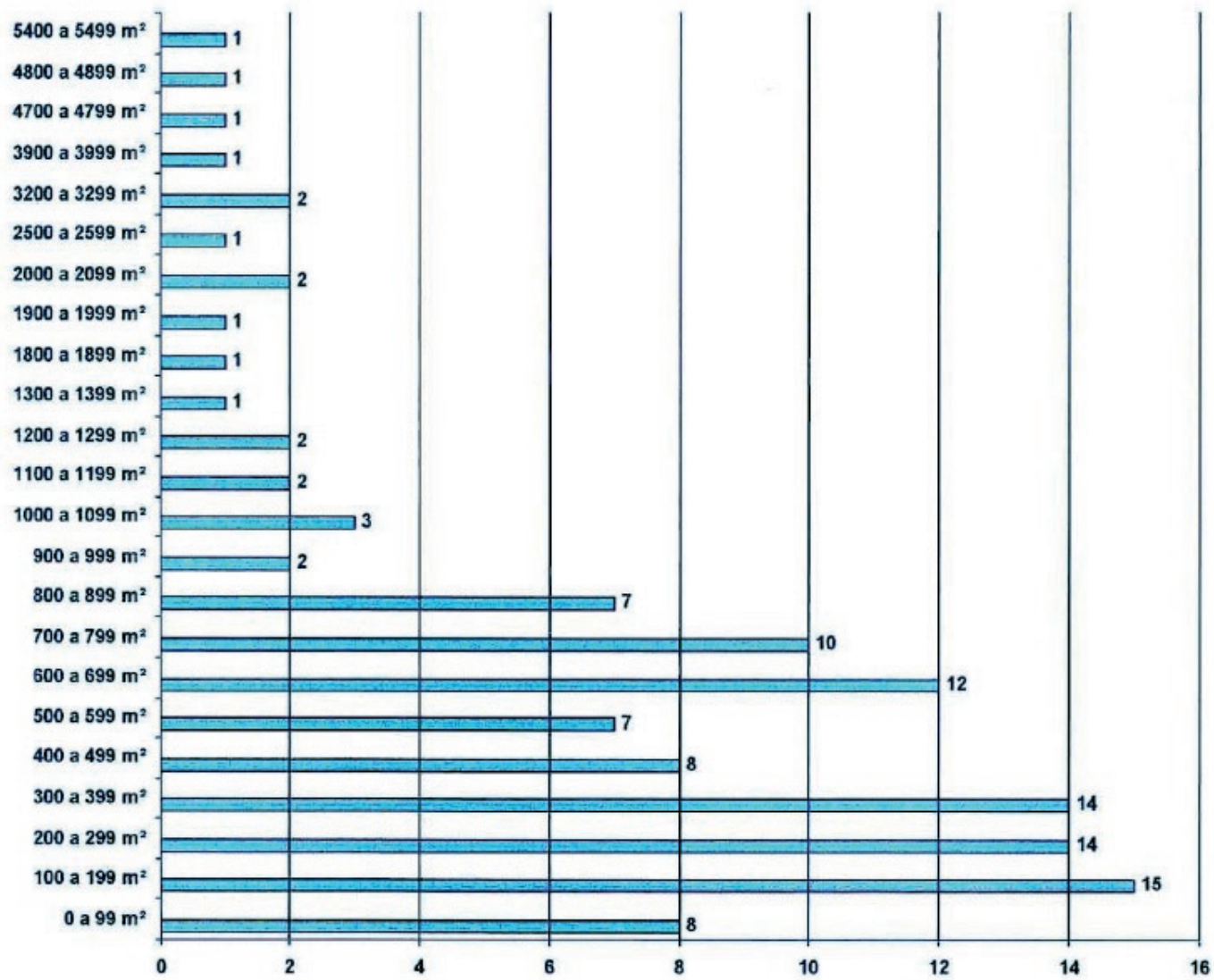
A visualização dos dados em gráficos e tabelas também auxiliam na classificação e no estudo comparativo dos diversos aspectos das cidades, fornecendo uma recuperação rápida das informações levantadas pelo inventário, sendo inúmeras as possibilidades de cruzamentos.



Tiradentes - Registro de acréscimos com base nos dados levantados pelo INBI-SU 1989/92



Diamantina - Gráfico da área dos lotes - levantamento INBI-SU 1998



Tiradentes – Gráfico da área dos lotes – levantamento INBI-SU 1989/92

Observando os gráficos, nota-se maior variação nas dimensões dos lotes em Tiradentes, além da presença de lotes maiores nessa cidade.

Aspectos como a permanência de técnicas construtivas tradicionais, associados a outros dados como, por exemplo, o registro de acréscimos, possibilitam a análise do estado de preservação do sítio urbano, além de cada imóvel individualmente.

Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados - INBI								IPHAN	
Materiais tradicionais × Estado de conservação								Diamantina	
Endereço	Pau a pique	Adobe	Taipa pilão	Alv. pedra	Pisos tradicionais	Tetos tradicionais	Bens integrados	Estado de Conservação	
Rua das Mercês, 111								bom	
Rua das Mercês, 125								satisf.	
Rua Direita, 36					X	X	X	satisf.	
Rua Direita, 44								bom	
Rua Direita, 48/62	X	X						c/problemas	
Rua Direita, 68/70	X	X						c/problemas	
Rua Direita, 131	X							bom	
Rua Direita, 148 O Boticário	X							satisf.	
Rua Direita, 156	X							satisf.	
Rua Direita, 157	X							satisf.	
Rua Direita, 157A	X							satisf.	
Rua Direita, 170 Rua das Mercês, 101								c/problemas	
Rua Direita, 188					X	X		bom	
Rua Direita, 194	X	X						satisf.	
Rua do Burgalhau, 436		X						satisf.	
Rua do Amparo, 69	X				X	X		c/problemas	
Rua do Amparo, 72					X	X		satisf.	
Rua do Amparo, 75/79								satisf.	
Rua do Amparo, 80	X							satisf.	
Rua do Amparo, 85	X				X			satisf.	
Rua do Amparo, 105					X	X		c/problemas	
Rua do Amparo, 114								bom	
Rua do Amparo, 117								satisf.	
Rua do Amparo, 118	X	X							
Rua do Amparo, 146	X				X			c/problemas	

RUA	Nº.:	Qual obra gostaria de fazer?	Porque não fez?							outros:
			não soube informar	imóvel alugado	falta de recursos	IPHAN não autorizou	acha que o IPHAN negaria	prefeitura não autorizou	acha que a prefeitura negaria	
Rua do Contrato	45	Pintura, limpeza e troca do piso da cozinha. Tem intenção de fazer um acréscimo. Considera a casa uma atração turística.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rua do Contrato	47	Reforma geral (cozinha, área de serviço, escada, frente, sótão). Tem intenção de reformar as instalações prediais, incluindo a troca das tubulações das instalações hidráulicas. Há intenção de execução de uma água furtada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	porque têm filho pequeno
Rua do Contrato	65	A reforma do forro e outras pequenas reformas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	imóvel de herdeiros
Praça Correia Rabelo	75/77	Substituição da escada do subsolo (de madeira semelhante às dos dormentes de estrada de ferro).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	esperando a filha se formar em arquitetura
Rua Direita	36	Reformas gerais.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rua Direita	68/70	Reconstruir o imóvel, seguindo o mesmo estilo. Telhado e paredes necessitam de reforma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rua Direita	156	Um segundo pavimento no anexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rua Direita	188	Um segundo pavimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rua Direita	194	Consertar o telhado e paredes de pau-a-pique.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

segunda-feira, 21 de maio de 2001

Página 1 de 6

Diamantina – Dados socioeconômicos colhidos de entrevistas. Levantamento INBI-SU 1998

O cruzamento de dados colhidos nas entrevistas permite, dentre inúmeros aspectos, compreender as expectativas dos moradores e usuários em relação ao uso dos imóveis, acrescentando uma visão particular da preservação aos dados socioeconômicos.

Com base nas entrevistas, analisando as perguntas *Qual obra gostaria de fazer?* e *Por que não faz?*, exemplificadas na tabela acima, é possível quantificar e qualificar as intervenções que os moradores gostariam de fazer nos imóveis e o que os impossibilita. Em Diamantina, sobre amostra de 51 entrevistas, da primeira fase do INBI-SU, observa-se a predominância da intenção de conservar as edificações e de proceder ampliações. No último caso, predomina a intenção de fazer ampliações verticais. Também é notável o registro da intenção de se proceder

reformas parciais. Em todos os casos a falta de recursos impossibilita a execução das obras, sendo residual o temor de restrições impostas pelo IPHAN.

.....

Índice de ilustrações

*Os números em itálico correspondem às páginas,
os nomes em itálico correspondem às imagens.*

28 – *Mapa de Belém* (PA). INBI-SU, 2006; *Vista aérea de Belém*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

29 – RAZEIRA, Philipe Sidartha. *Principal acesso à Praça Caetano Brandão e Sé à esquerda*, dezembro de 2005; *A Doca do Ver-o-Peso*, Belém (PA), 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

30 – Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade. *Rua Direita*, 1983. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Demarcação da área tombada de Natividade* (TO), com base no levantamento cadastral executado pela PróMemória, SESU, Projeto Rondon, UCG, FCG, SUPLAN, 1983. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

34 – *Mapa da cidade do Penedo*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

35 – *Vista do Penedo com o Rio São Francisco ao fundo*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; SORGINE, Juliana. *Vista do Penedo* (AL). COPEDOC – RJ.

36 – AGUILLERA, José. *Casario da cidade de Piranhas*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; AGUILLERA, José. *Casario da cidade de Entremontes*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

37 – AGUILLERA, José. *Vista da cidade de Piranhas com o Rio São Francisco ao fundo*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), IPHAN. *Mapa de Piranhas e Entremontes*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

38 – *Ruínas na Rua do Cumbuco, Iगतu*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Ruínas na Rua Luís dos Santos, Iगतu*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

- 39 – *Igatu – Delimitação do centro histórico*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.
- 40 – *Vista da cidade de Cachoeira a partir de São Felix com destaque para a Recuada*. Projeto Rotas da Alforria, 2005; *Ladeira da Ajuda*, fev. 2005. Projeto Rotas da Alforria, 2005.
- 41 – *Divisão interna do centro urbano de Cachoeira*. Projeto Rotas da Alforria, 2005.
- 42 – LIMA, Nadir Franco. *Casa à rua Luiz da Grans*, Itaparica, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; LIMA, Nadir Franco. *Casa à rua Padre Torres*, Itaparica, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.
- 43 – *Vista da cidade de Lençóis*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.
- 44 – *Lençóis – Delimitação do centro histórico*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.
- 45 – MEC, SEC, SPHAN – 5ª Diretoria Regional. *Monte Santo – Mapa de detalhe rural – Área proposta para tombamento*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; SILVA, Maria do Socorro F. Borges e. *Rua Senhor dos Passos e início da Via Crucis*, dez. 1981. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.
- 46 – *Mucugê – Delimitação do centro histórico*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980; *Rua Rodrigues Lima*, Mucugê (BA). IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.
- 47 – *Porto Seguro – cidade baixa*. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.
- 48 – *Delimitação da cidade alta – Porto Seguro*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1988; *Porto Seguro – cidade alta vista do poente*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1988.
- 49 – *Rua 15 de Novembro*, Rio de Contas. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980; *Vista aérea de Rio de Contas – Delimitação do centro histórico*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980; *Rio de Contas – Delimitação do centro histórico*. IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, 1980.
- 50 – *Vista da Ladeira do Pelourinho*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.
- 51 – *Vista de Salvador, à beira-mar*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Detalhe da planta topográfica da cidade de S. Salvador na Bahia de Todos os Santos*, 1809. Biblioteca Nacional/ Cartografia – RJ.
- 52 – *Santa Cruz de Cabralia – cidade baixa. Praça Pedro Álvares Cabral*. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos; *Santa Cruz de Cabralia – cidade baixa*. Rua Tomé de Souza. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.
- 53 – *Planta da cidade de Santa Cruz de Cabralia com delimitação da área tombada*. COPEDOC – RJ, 2006.
- 54 – *Conjunto arquitetônico e urbanístico de Aracati (CE)*. Arquivo da 4ª SR/ IPHAN; *Conjunto arquitetônico e urbanístico de Aracati (CE)*. Arquivo da 4ª SR/ IPHAN.
- 55 – *Planta da cidade de Aracati com demarcação do polígono de tombamento*. COPEDOC – RJ, 2006.
- 56 – *Vista da cidade de Icó*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.
- 57 – *Vista do conjunto arquitetônico de Icó*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Planta da cidade de Icó (CE) com delimitação de área tombada pelo IPHAN e área de entorno*. COPEDOC – RJ, 2006.
- 58 – *Vista aérea de Sobral*. Arquivo da 4ª SR/ IPHAN.
- 59 – *Planta da cidade de Sobral com demarcação do polígono de tombamento e da área de entorno*. COPEDOC – RJ, 2006; *Vista do conjunto de Sobral*. Arquivo da 4ª SR/ IPHAN.
- 60 – *Planta da cidade de Viçosa (CE)*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.
- 61 – *Vista aérea de Viçosa (CE)*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua Lamartine Nogueira*, Viçosa (CE). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

63 – *Monumentos e curiosidades de Alcântara*. In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19).

64 – *Vista da cidade de Alcântara*. In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19); *Vista da cidade de Alcântara*. In: LOPES, Antônio. Alcântara – subsídios para a história da Cidade. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. (Publicação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19).

66 – *Mapa dos limites de tombamento – São Luís*. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.

67 – *Casas à Praça Gonçalves Dias, São Luís*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; GAUTHEROT, Marcel. *Casas à Praça João Lisboa, São Luís*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Casas à Rua José Bonifácio, São Luís*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

68 – *Vista do conjunto histórico e urbanístico de Areia*. Arquivo da 20ª SR/ IPHAN; *Mapa de Areia com a delimitação da poligonal de entorno*. Arquivo da 20ª SR/ IPHAN.

69 – *Vista aérea do conjunto histórico e urbanístico de Areia*. Arquivo da 20ª SR/ IPHAN.

70 – *Mapa de Igarapu com demarcação do polígono de tombamento e principais edificações*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; SILVA TELLES, Augusto C. *Casa na Rua Dantas Barreto, Igarapu (PE)*, 1969. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

71 – LOBO, Pedro. *Vista de Olinda*, 1981. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

72 – *Planta da cidade de Olinda*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

73 – DTC, SPHAN. *Delimitação da poligonal de tombamento (proposta) – Igreja e conjunto arquitetônico do Pátio de São Pedro, Recife (PE)*, 1984. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; NÁPOLI, Umberto. *Vista do Pátio de São Pedro com*

Igreja de São Pedro dos Clérigos ao lado, Recife (PE). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

74 – NÁPOLI, Umberto. *Vista da Igreja de São Pedro dos Clérigos e pátio, Recife (PE)*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

75 – *Mapa do Bairro do Recife com demarcação da poligonal de tombamento*. Acervo da 5ª SR/ IPHAN. Mapa elaborado pela 5ª SR/ IPHAN, a partir de mapa-base da URB/UNIBASE 2002, formatado por Aline de Figueirôa Silva e Ana Carolina Puttini; SILVA, Aline de Figueirôa. *Praça do Marco Zero e os edifícios do Centro Cultural Bandepe, da Associação Comercial e da Bolsa de Valores, vistos do molhe, janeiro de 2006*. Acervo da 5ª SR/ IPHAN.

76 – *Vista aérea de Recife*, 1950. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

77 – *Vista do conjunto urbano de Laranjeiras*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

78 – *Vista da cidade de Laranjeiras*, 1974. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; Universidade Federal da Bahia – UFBA. *Plano urbanístico de Laranjeiras – setor central*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

79 – CONDESE. *Núcleo residencial popular – Município de São Cristóvão*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista do conjunto urbano de São Cristóvão*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista do conjunto urbano de São Cristóvão*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

84 – ARQUIM, Florence. *Vista do Yacht Club e Cassino sobre lago artificial, Pampulha*, 1950; *Vista da igreja da Pampulha*, 1963. Cartão postal. Acervo particular; *Mapa da Lagoa da Pampulha com demarcação da área tombada e principais edificações*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

85 – *Planta de Cataguases com demarcação do perímetro de tombamento*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista do centro histórico de Cataguases (MG)*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

86 – STILLE. *Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

ro; CASTELO, Leopoldo. *Vista da cidade de Congonhas tirada a partir da Igreja de Bom Jesus de Matozinho*, 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro;

87 – *Planta de Congonhas com delimitação da área tombada*. COPEDOC – RJ, 2006.

88 – HESS, Eric. *Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

89 – MARINHO, Noel Saldanha. *Vista da cidade de Diamantina*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Planta da cidade de Diamantina com demarcação da área tombada*. COPEDOC – RJ, 2006.

90 – *Planta da cidade de Itaverava com demarcação da área tombada*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Sobrado do Padre Taborda, Itaverava*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

91 – *Planta da cidade de Mariana com demarcação da área tombada*. COPEDOC – RJ, 2006; *Vista do conjunto arquitetônico e urbanístico de Mariana*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

92 – *Planta da Praça Matriz de Nova Era*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista da cidade de Nova Era com torre da Igreja da Matriz*, dezembro 1973. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

93 – *Vista da cidade de Ouro Preto*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

94 – *Rua Conde de Bobadela, Ouro Preto*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; HESS, Eric. *Casas à Rua Conde de Bobadela, Ouro Preto*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

95 – *Mapa da cidade de Ouro Preto com demarcação da área tombada*. COPEDOC – RJ, 2006.

96 – *Mapa da cidade de Sabará. Detalhe da Rua Dom Pedro II*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista do conjunto da Rua Dom Pedro II, Sabará*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

97 – *Planta da cidade de São João del Rei. Área preservada pelo tombamento*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; AFONSO. *Casas à Rua Coronel Tamarino*, em São João del Rei. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

98 – *Planta da cidade de Serro com demarcação parcial da área tombada*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

99 – HESS, Eric. *Vista da cidade de Serro*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

100 – *Rua Direita, em Tiradentes*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua Direita, em Tiradentes*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

101 – *Planta da cidade de Tiradentes*. COPEDOC – RJ, 2006.

102 – *Vista aérea do conjunto arquitetônico e paisagístico de Mambucaba, no município de Angra dos Reis*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

103 – *Vista panorâmica de Cabo Frio, tirada do Morro da Guia*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

104 – *Conjunto paisagístico de Cabo Frio. Rerratificação do tombamento*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; JACINTHO, Edgard. *Forte de São Mateus, Cabo Frio*, 1958. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

105 – *Planta da cidade de Nova Friburgo, com demarcação da Praça Getúlio Vargas*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Praça Getúlio Vargas*, em Nova Friburgo. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

106 – *Vista do conjunto com Igreja do Rosário ao fundo*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista aérea da cidade de Parati*, 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

107 – *Planta da cidade de Parati sob a gestão patrimonial (1945 em diante)*. COPEDOC – RJ, 2006.

108 – *Vista da Avenida Koeller tirada da Catedral de São Pedro de Alcântara, Petrópolis*, 2002. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.

109 – *Planta cadastral dos bens tombados da cidade de Petrópolis*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Aspecto do conjunto da Avenida Koeller*, Petrópolis, 1962. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; ALCÂNTARA, Dora. *Vista do conjunto de Petrópolis com um dos rios ao centro*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

110 – BARRETO, Paulo. *Casas da Ladeira do Valongo*, Rio de Janeiro. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; BARRETO, Paulo. *Casas da Ladeira do Valongo*, Rio de Janeiro. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

111 – *Planta do Morro do Valongo*, Rio de Janeiro, com demarcação da área tombada. COPEDOC – RJ, 2006.

112 – *Planta da Rua do Catete*, Rio de Janeiro, com demarcação do polígono de tombamento. COPEDOC – RJ, 2006; CALVENTE, Eurico. *Conjunto arquitetônico da Rua do Catete*, Rio de Janeiro, 1976. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

113 – *Arco do Telles, na Praça XV de Novembro*. INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos.

114 – *Planta da Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro*. COPEDOC – RJ, 2006.

115 – TELLES, Augusto C. da Silva. *Planta da cidade de Vassouras copiada da planta levantada em 1932 por José Bento Martins Barbosa*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; CALVENTE, Eurico. *Casas à Praça Barão de Campo Belo*, Vassouras, 1975. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; CALVENTE, Eurico. *Casa à Rua Barão de Vassouras, nº 33*. Fachada do prédio do Fórum – Praça Barão de Campo Belo, Vassouras, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

116 – *Vista da Aldeia de Carapicuíba*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Planta da Aldeia de Carapicuíba*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

117 – *Vista da Aldeia de Carapicuíba*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; SAIA, Luís. *Desenho da Aldeia de Carapicuíba*, 1938. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

122 – *Planta da cidade de Lapa (PR) com demarcação do polígono de tombamento*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista do conjunto arquitetônico e paisagístico de Lapa*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Igreja da Matriz da Lapa*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

123 – *Vista da cidade de Antônio Prado*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Conjunto constituído pela Avenida Valdomiro Borchese*, Antônio Prado. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

124 – *Planta da cidade de Antônio Prado (RS) com delimitação da área de tombamento*. COPEDOC – RJ, 2006.

125 – *Praça da Matriz: Monumento a Júlio de Castilhos, Teatro São Pedro e Biblioteca Pública ao fundo*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Conjunto urbano da Praça da Matriz, Porto Alegre*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Praça da Matriz: Monumento a Júlio de Castilhos*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

126 – *Conjunto urbano da Praça da Alfândega e Avenida Sepúlveda*, Porto Alegre. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Vista da Praça da Alfândega, Avenida Sepúlveda e Portão Central do Cais*, Porto Alegre. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Planta demarcando a poligonal de tombamento das Praças da Matriz e da Alfândega*, Porto Alegre. COPEDOC – RJ, 2006.

127 – *Vista aérea do centro histórico de Laguna*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Conjunto de casas do centro histórico de Laguna*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

128 – *Planta da cidade de Laguna (SC) com demarcação da poligonal de tombamento*. COPEDOC – RJ, 2006.

129 – *Proposta da poligonal de tombamento de São Francisco do Sul*, julho 1986. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

130 – *Vista aérea da cidade de São Francisco do Sul*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

134 – *Mapa da cidade de Brasília com a demarcação das escalas*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; GONÇAL-

VES, Flavia Fonseca. *Vista de Brasília tirada da Torre de Televisão*, 2003. COPEDOC – RJ.

135 – *Planta da cidade de Corumbá de Goiás (GO)*, baseado em levantamento planialtimétrico semi-cadastral feito pelo Saneamento de Goiás – SANEAGO, 1987. Revisado pelo DEPROT em 2003. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Conjunto de Corumbá de Goiás*. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN; *Conjunto de Corumbá de Goiás com igreja ao fundo*. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN.

136 – *Plano de urbanização de Goiânia*. Escritório Coimbra Bueno. Planta modificada (1938). Consultor técnico Armando Augusto de Godoy. In: GOIÂNIA Art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2004, v. 1.

137 – *Planta de Goiânia*. Arquivo da 14ª SR/ IPHAN; *Vista do Acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia (GO)*. In: GOIÂNIA Art déco: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento, 2004, v. 1; *Vista aérea da Praça Cívica, Goiânia (GO)*. Cartão postal. Acervo particular.

138 – JACINTHO, Edgard. *Casas à Rua Bartolomeu Bueno*, década de 1940, Goiás (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

139 – *Planta da cidade de Goiás com demarcação da poligonal de tombamento*. In: COELHO, Gustavo Neiva. *Goiás – uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. GOIÂNIA: UCG, 1996. (Oito vertentes e dois momentos de síntese da arquitetura brasileira, 3); *Casa no Largo do Rosário*, Goiás (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

140 – *Planta da cidade de Pilar de Goiás com demarcação do polígono de tombamento*, 1952. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua da Cadeia*, Pilar de Goiás (GO), 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua Vira Copos*, Pilar de Goiás (GO), 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

141 – *Vista aérea da cidade de Pirenópolis (GO)*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua Aurora (subida para a Igreja N. S. do Bonfim)*, Pirenópolis (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Rua do Rosário (lado ímpar)*, Pirenópolis (GO). Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

142 – MINC, SPHAN, Fundação Nacional PróMemória. *Centro histórico de Cuiabá (MT). Proposta para poligonal de tombamento e entorno*, 1985; *Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

143 – *Planta da cidade de Corumbá (MS) com delimitação as áreas de tombamento e de entorno*. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro; *Conjunto do Casario do Porto de Corumbá*, 1987. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro.

198 – *Croqui*. INBI-SU.

204 – *Modelo gráfico do levantamento físico-arquitetônico*. Planta de situação. INBI-SU.

205 – *Planta baixa 2º subsolo*. INBI-SU; *Planta baixa 1º subsolo*. INBI-SU; *Planta baixa térreo*. INBI-SU.

206 – *Planta baixa mirante*. INBI-SU; *Planta de cobertura*. INBI-SU.

282 – *Tiradentes – Gravura do viajante Robert Walsh, Notícias do Brasil (1828-1829)*.

283 – *Tiradentes – Mapeamento produzido pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994.

284 – *Tiradentes – Setorização proposta pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994.

285 – *Tiradentes – Classificação do traçado produzido pelo INBI-SU, Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994.

286 – *Diamantina – Planta do Arraial do Tijuco*, 1784 (Arquivo Histórico do Exército – RJ).

287 – *Diamantina – Transposição de informações da Planta do Arraial do Tijuco*, 1784, para o cadastro de 1977.

288 – *Mapeamento dos dados sobre os lotes. Área dos lotes*. INBI-SU, *Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994; *Mapeamento dos dados sobre os lotes. Taxa de ocupação*. INBI-SU, *Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994.

289 – Mapeamento da planta típica. INBI-SU, *Projeto Piloto – Sítio Histórico de Tiradentes*, 1994.

290 – *Tiradentes – Rua Padre Toledo, 106*. Levantamento INBI-SU, 1988.

291 – *Ouro Preto – Rua do Pilar, 39*. Levantamento INBI-SU, 1989; *Diamantina – Rua Gutemberg, 304*. Levantamento INBI-SU, 1998.

292 – *Tiradentes – Registro de acréscimos com base nos dados levantados pelo INBI-SU 1989/92*.

293 – *Diamantina – Gráfico da área dos lotes*. Levantamento INBI-SU, 1998; *Tiradentes – Gráfico da área dos lotes*. Levantamento INBI-SU, 1989/92.

294 – *Diamantina – Materiais de construção x estado de conservação*. Levantamento INBI-SU, 1998.

295 – *Diamantina – Dados sócio-econômicos colhidos através de entrevistas*. Levantamento INBI-SU, 1998.